

ALINE AMARAL SICARI

**A cidade, a rua, as pessoas em situação de rua:
(in)visibilidades e a luta por direitos**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção de grau de Mestre em Psicologia, Área de Concentração “Práticas Culturais e Processos de subjetivação”, Linha de Pesquisa “Relações éticas, estéticas e processos de criação”. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Mestrado, Centro de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Andréa Vieira Zanella

FLORIANÓPOLIS, SC
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Sicari, Aline Amaral

A cidade, a rua, as pessoas em situação de rua:
(in)visibilidades e a luta por direitos / Aline
Amaral Sicari ; orientadora, Andréa Vieira
Zanella, 2018.
207 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Pessoas em situação de rua. 3.
Cidade. 4. Invisibilidade Social. I. Zanella,
Andréa Vieira . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
III. Título.

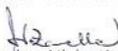
Aline Amaral Sicari

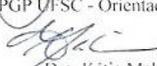
A cidade, a rua, as pessoas em situação de rua: (in)visibilidades e a luta por direitos

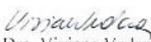
Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

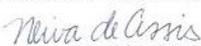
Florianópolis, 23 de Fevereiro de 2018.


Dr. Carlos Henrique Sancineto da Silva Nunes
(Coordenador - PPGP/UFSC)


Dra. Andrea Vieira Zanella
(PPGP UFSC - Orientadora)


Dra. Kátia Maheirie
(PPGP UFSC - Examinadora)


Dra. Viviane Vedana
(PPGA-UFSC - Examinadora)


Dra. Neiva de Assis
(Depto. Psicologia UFSC Examinador)

Dra. Ana Lúcia Mandelli de Marsillac
(PPGP UFSC - suplente)

Às pessoas que experienciam as ruas da cidade como espaços de existência e resistência. Em especial à Cleidimar, Fábio (*in memorian*) e Marco Antônio “Zica” (*in memorian*).

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, *Andrea Zanella*, por ser tão disponível e presente durante esses dois anos de pesquisa. Agradeço pelas orientações via *skype* e as presenciais, pelas aulas ministradas e os ensinamentos durante os estágios em docência, pelas experiências em São Paulo, pelos nossos encontros festivos e por todo carinho que compartilhamos. Agradeço em especial por ser tão apaixonada pela vida, ciência e arte e nos contagiar com esse sentimento.

À *Kátia Maheirie*, querida professora com sorriso contagiante, pelas contribuições na banca de qualificação e por ter aceitado o convite para a banca de defesa, por ter me acolhido enquanto minha orientadora estava para o pós doutorado e pelas aulas inspiradoras.

À *Viviane Vedana*, por ter aceitado participar da banca de qualificação e de defesa, pela leitura cuidadosa de um texto de outra área e pelos ensinamentos da disciplina de Antropologia Urbana que tanto contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

À *Eliane Pereira*, professora e amiga, por ter aceitado o convite para a banca de qualificação, pela leitura tão cuidadosa do meu projeto de pesquisa, por acreditar em mim e por sempre me incentivar a ir além.

À *Neiva Assis*, por ter aceitado participar da banca de defesa e pela atenção prestada.

Ao *NUPRA* (Núcleo de Pesquisa em Práticas Sociais, Relações Estéticas e Processos de Criação). Em especial à *Josi*, sempre disponível para esclarecer minhas dúvidas (teóricas e práticas) com quem nos últimos meses compartilhei as angústias e incertezas de finalização da escrita da pesquisa. Em especial à *Mariana, Natália, Adriana, Jardel, Deysie, Andréa Titon, Grazi, Renan, Gabriel* por me ensinarem o “chora mas escreve” na vida da pós-graduação.

Ao *MNPR/SC* e a *todos/as interlocutores/as* deste trabalho, por aceitarem o meu convite à pesquisa, por me fazer sentir próxima de vocês.

Aos meus pais, *Cássia e Mauro*, por serem a base da minha vida, pelo apoio constante, por acreditarem tanto em mim, por investirem nos meus sonhos, por serem compreensivos e por me darem toda força e segurança para desenvolver uma pesquisa, mesmo nem sabendo ao certo do que se tratava.

Ao meu companheiro de vida, meu eterno namorado que ganhou status de marido, *Klayim*, por todo apoio incondicional, por topar a distância, por nunca desistir de nós, por escutar meus choros, minhas crises e estar sempre interessado no meu campo de pesquisa.

À minha irmã, *Larissa*, que se fez presente durante a minha ausência e que tanto cuida da nossa família.

Às minhas avós, *Zélia e Carolina*, pelas orações.

À minha madrinha, *Fernanda*, por revisar/fazer meus “abstratos” durante a graduação e a pós graduação de forma tão prestativa.

Às minhas amigas do colegial para a vida. À *Atolada e Gabi*, pelo interesse em conhecer minha pesquisa, por tirarem minhas dúvidas em relação à vida na pós-graduação, por sempre estarem disponíveis para me acolher durante as crises da vida. À *Jordanna e Camila*, pelo apoio constante e a amizade fiel.

Às minhas amigas da Psicologia para a vida. À *Ana Paula, Paola e Bárbara*, por estarem sempre *online* no *whatsapp*, me acolhendo a quilômetros de distância, ouvindo meus áudios de forma tão atenciosa e cuidadosa, por compartilharmos as crises e inseguranças, por nos entendermos.

Às *Roleteiras (Mel, Ina, Mari, Ana, Ruthie, Nati)*, por compartilharem comigo o universo da pesquisa, por terem sido minha família durante esses dois anos de Florianópolis, pelas jantinhas, praias e encontrinhos.

Aos *servidores e funcionários da UFSC*, que nos bastidores fazem a Universidade funcionar.

Ao *PPGP UFSC*, pelos auxílios financeiros para viajar para congressos e, em especial, aos servidores sempre solícitos.

Ao *CNPq*, pelos dois anos de bolsa, sem a qual dificilmente esta pesquisa seria realizada.

Sicari, A. L. **A cidade, a rua, as pessoas em situação de rua: (in)visibilidades e a luta por direitos**. Florianópolis, 2018. Dissertação de Mestrado em Psicologia – Programa de Pós Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Dr^a Andréa Vieira Zanella. Data da defesa: 23/02/2018

RESUMO

Neste estudo, a cidade foi lócus de pesquisa-intervenção; as pessoas que fazem dela espaços de existência e resistência, pessoas em situação de rua, foram por sua vez as interlocutoras, as pessoas com as quais se pesquisou. Compreendemos a cidade como produto e produtora dos diferentes modos de viver, constituída pelas relações sociais que nela se estabelecem. Assim, foi objetivo geral da pesquisa investigar os sentidos produzidos por pessoas em situação de rua a respeito dos processos de visibilidade e invisibilidade que a elas se dirigem na cidade. Os objetivos específicos foram: investigar os modos como as pessoas em situação de rua experienciam a cidade; analisar os discursos produzidos pelas pessoas em situação de rua sobre si, sobre os outros e sobre a cidade; e investigar a luta por direitos de pessoas que vivem em situação de rua. O percurso investigativo compreendeu incursões no centro da cidade de Florianópolis/SC, em específico na Praça XV de Novembro e arredores, e a participação em reuniões e atividades do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR/SC). Foram realizadas conversas individuais e/ou coletivas, gravadas em áudio ou registradas em diário de campo, com 25 pessoas em situação de rua ou que possuem trajetória de rua. As informações registradas foram analisadas na perspectiva da Análise Dialógica do Discurso. A pesquisa evidenciou a importância de se considerar as pessoas em situação de rua em sua singularidade e reconhecer as estratégias particulares que desenvolvem para existir na e ocupar a cidade. Os/as interlocutores/as criam formas diferenciadas de resistir na cidade, construindo imagens de si que se distanciam das hegemônicas e estigmatizadoras. A luta por direitos atravessa a vida das pessoas em situação de rua, mobilizando-as a se organizar de maneira coletiva, sendo essa organização marcada por paradoxos e contradições. Os processos de visibilidade e invisibilidade que acometem a vida das pessoas em situação de rua/trajetória de rua, por sua vez, transversalizam diferentes aspectos da vida dessas pessoas, coexistindo e se configurando como processos desejados em alguns momentos e indesejados em outros.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua; Cidade; Invisibilidade; Movimento Nacional de População de Rua.

ABSTRACT

In this study, the city was the locus of research and intervention, the people who make its space of existence and resistance, people on the streets, were in turn the interlocutors, the people you searched for. We understand the city as a product and producer of the different ways of living constituted by the social relations established in it. Thus, it was the general objective of the research to investigate the senses produced by homeless people regarding the processes of visibility and invisibility that go to them in the city. The specific objectives were: to investigate the ways in which homeless people experience the city, to analyse the speeches produced by homeless people about themselves, about others and about the city; to investigate the struggle through the rights of people living on the street. The investigative course comprised incursions in the city center of Florianópolis S/C on Praça XV de Novembro and surroundings and the participation in meetings and activities from the “Movimento Nacional de População de Rua” (MNPR/SC). Individual and collective conversations were held, recorded in audio or registered as notes with 25 people in a street situation or who have a street trajectory. The information registered were analysed in the perspective of Dialogical Analysis of Discourse. The research highlighted the importance of considering homeless people in their uniqueness and recognize the particular strategies they develop to exist in the city and to occupy it. The interlocutors create differentiated forms of resist in the city, constructing images of themselves that distance from the hegemonic and stigmatized. The struggle for rights crosses the lives of homeless people, mobilizing them to organize themselves collectively, being this organization marked by paradoxes and contradictions. The processes of visibility and invisibility, that affect the lives of homeless people or street trajectory, in turn mainstreaming different aspects of their lives coexisting and configuring themselves as desired processes at some moments and unwanted in others.

Keywords: Homeless people; City; Invisibility; Movimento Nacional de População de Rua

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALESC – Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
AVC – Acidente Vascular Cerebral
CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais
CAPSAD – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas
Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
COMCAP – Autarquia de Melhoramento da Capital
CRP/SC – Conselho Regional de Psicologia/Santa Catarina
GAPA – Grupo de Apoio a Prevenção da AIDS
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOM – Instituto Comunitário da Grande Florianópolis
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MC – Mestre de Cerimônia
MNPR/SC – Movimento Nacional de População de Rua/Santa Catarina
OAB – Ordem dos Advogados Brasileiros
ONG – Organização Não Governamental
RAPS – Rede de Atenção Psicossocial
SAJU – Serviço de Assessoria Jurídica Popular Universitária
SEMPSI – Serviço Modelo de Psicologia
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TICEN – Terminal Central de Ônibus
UDESC – Universidade Estadual de Santa Catarina
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: <i>PrintScreen</i> de e-mails.....	27
Figura 2: Planta da Praça XV de Novembro.....	34
Figura 3: Mapa com os pontos principais do centro da cidade.....	44
Figura 4: Praça Barão da Laguna, atualmente Praça XV de Novembro, em 1894.....	52
Figura 5: Ao fundo a Catedral Metropolitana, à esquerda o atual Museu Cruz e Souza e à direita a Praça XV de Novembro em 1918.....	53
Figura 6: Placa da Rua Conselheiro Mafra em que tem registrado em letras pequenas os nomes anteriores da rua: Rua do Príncipe, do Comércio e Rua Altino Correia.....	56
Figura 7: Casa de Papelão do Seu Emídio na marquise do Xandy.....	59
Figura 8: Trajeto da Praça XV de Novembro até o GAPA.....	108
Figura 9: Cartaz de Divulgação do Encontro entre MNPR/SC e MNPR/RS.....	124
Figura 10: Cartaz de Divulgação da Assembleia contra o fechamento do Centro POP em São José.....	126
Figura 11: Cartaz de divulgação da Oficina de Teatro coordenada por um apoiador do MNPR/SC.....	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Divisão por território da população em situação de rua	17
Tabela 2: Interlocutores da pesquisa	22

SUMÁRIO

1. Introdução	3
1.1 Sobre processos de visibilização e invisibilização de pessoas em situação de rua: breves considerações teóricas	6
1.2 Sobre os objetivos da pesquisa.....	11
1.3 Justificativa	11
1.4 Sobre a estrutura desta dissertação: um guia para o/a leitor/a.....	12
2. Percursos trilhados: o método da pesquisa	14
2.1 Sobre o local de realização da pesquisa e as primeiras aproximações com o campo	16
2.2 Sobre os/as interlocutores/as da pesquisa e o registro das informações.....	21
2.3 Sobre as análises das informações construídas no campo de pesquisa.....	29
3. Encontros com/na cidade: a praça, a rua e as pessoas em situação de rua	33
3.1 O <i>walking tour</i> e a <i>aula</i> no centro histórico da cidade de Florianópolis	36
3.2 A cidade e as pessoas em situação de rua de Florianópolis	42
3.3 Praça XV de Novembro	50
3.4 RUA-casa?	58
4. Resistência e Criação: na/com a rua e consigo mesmos	66
4.1 Classe M, <i>dingoboys</i> , <i>pelegrifes</i> e sereia do asfalto: imagens de si.....	67
4.2 Discursos oficiais sobre pessoas em situação de rua.....	84
4.3 A rua como atrativo.....	88
5. “A rua tá cansada de receber prato de comida e cobertor, a gente quer direito” : pessoas em situação de rua e a luta por direitos	

5.1 O MNPR/SC e seus paradoxos	104
5.2 “Nada sobre nós... 100 nós”: o MNPR no Brasil e em Santa Catarina.....	117
6. Considerações Finais	132
7. Referências	135
8. ANEXO	148
9. APÊNDICES	150
APÊNDICE A.....	150
APÊNDICE B	183
APÊNDICE C.....	203

Apresentação

As temáticas em Psicologia Social Crítica começaram a fazer parte da minha trajetória acadêmica desde o início do curso de Psicologia na Universidade Federal de Uberlândia, em Minas Gerais. Lá, tive a oportunidade de participar de projetos de extensão nos períodos iniciais da graduação, que provocaram em mim o desejo de ter como foco de estudo e atuação as minorias sociais. Dois projetos de extensão contribuíram diretamente com a minha formação: o “Projeto Em Cima do Salto: Saúde, Educação e Cidadania”, um trabalho de educação em saúde voltado a travestis profissionais do sexo da cidade de Uberlândia, e “Oficineiros do HC (Hospital de Clínicas)”, projeto cuja atividade principal consistia na realização de oficinas humanizadas junto às pessoas internadas no setor psiquiátrico do hospital geral da Universidade.

Com essas experiências iniciais, no momento de realizar estágios profissionalizantes optei pelos estágios vinculados ao núcleo de Psicologia Social e da Saúde, de modo a ter oportunidade de experienciar “ser psicóloga social” em Unidade Básica de Saúde (UBS) e Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Considero importante partilhar as experiências da época da graduação por considerá-las fundamentais a minha constituição em suas várias dimensões.

Também durante a graduação em Psicologia, aproximei-me de um dos eixos fundamentais da universidade pública: a pesquisa. Realizei pesquisa de Iniciação Científica na área da Psicologia Escolar Crítica, em interface com a arte. Com essa experiência, o contato com a arte se ampliou, acontecendo de forma muito potente. A partir de então, a arte passou a ser fundamental no meu entendimento de mundo e sujeitos, sendo desenvolvida uma sensibilidade para a relação artística e estética no contexto da pesquisa, aplicada posteriormente na prática profissional.

Nesse âmbito, atuei como Agente Redutora de Danos e em seguida Psicóloga do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas III (CAPSad) da cidade de Uberlândia, em Minas Gerais. Essas experiências profissionais possibilitaram a construção de uma relação diária com os usuários do serviço, sendo a maioria pessoas em situação de rua. Muitas reflexões e provocações foram instigadas sobre a circulação na cidade e a trama complexa que envolve o viver/ “morar” /estar na rua. Foi a partir das experiências profissionais e tendo percorrido o trajeto aqui compartilhado que as inquietações de fomento a essa pesquisa emergiram.

A maneira como os usuários do CAPSad relacionavam-se com a cidade foi algo que me afetou e trouxe questionamentos. Além das

estratégias de sobreviver aos riscos de estar em situação de rua, havia também a problemática relação com os modos como eram vistos por outras pessoas ao circularem pela cidade, bem como o modo de o poder público tê-los sob foco e vigilância.

Baseada nas experiências e nos afetos de Minas Gerais, voltei ao universo da pesquisa por meio do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Novas experiências: mestrado em uma cidade há 1300km de distância da minha zona de conforto. Novos desafios... necessários. Estranhamentos. De uma cidade do interior em que eu conhecia as pessoas em situação de rua por seus nomes quando andava pela cidade, para uma capital em que nem sequer eu conseguiria identificar quem eram as pessoas em condição de rua. A forma mais prazerosa para se desenvolver uma pesquisa é se jogando nela, apropriando-se, investindo toda energia para esse novo, para esses estranhamentos potencializadores que atijam curiosidades. Assim, uma mineira-psicóloga-pesquisadora se aventurou em conhecer, conviver, vincular-se e investigar os diferentes modos de vida das pessoas que fazem das ruas da ilha seus lugares de reXistência.

1. Introdução

“Ainda vão me matar numa rua.
Quando descobrirem,
principalmente,
que faço parte dessa gente
que pensa que a rua
é a parte principal da cidade.”
(Leminski, 2013, p. 24)

As cidades são contextos que expressam a condição criadora do ser humano, pois nelas são inscritos e transformados, amalgamados às condições e possibilidades que ali se apresentam, os modos de viver. Para Fonseca (2003), a cidade não é definida apenas geograficamente, pois é constituída a partir das relações estabelecidas entre as pessoas, é marca da existência humana e produto inacabado das relações sociais. Isso significa dizer que a cidade está em contínuo processo de transformação e reconfiguração, é produzida a cada instante por uma trama complexa que a compõe, é construída e desconstruída a todo momento. Se considerarmos que a cidade é formada por relações sociais, concordamos com Flores e Campos (2007), que apontam a cidade contemporânea como a expressão do caos, da vida pulsante e polifônica em que os espaços, os tempos e as relações são (re)constituídos e (re)inventados.

Uma vez que a cidade é “território da vida” (Hissa & Nogueira, 2013, p. 55), pode ser também compreendida como cidade-corpo, como a definem Hissa e Nogueira (2013), ao considerarem a relação intrínseca e singular das pessoas com a cidade. Tais autores elucidam a cidade como espaço de existência e resistência, de potentes encontros e produção de subjetividades. Os territórios de vida são múltiplos e se expressam, com sua condição de diversidade na própria tessitura urbana, reescrevendo suas formas de existir e resistir frente às condições normalizantes e hegemônicas às quais as pessoas na cidade são submetidas. Sendo o território urbano espaço de continuidade e também de resistência, de alteridade e promoção de vida, Hissa e Nogueira (2013) convidam para a reflexão sobre os modos de produção de sentidos dos que habitam os espaços marginalizados da cidade: as ruas. Eis o foco e lócus desta investigação.

Para falar das e com as pessoas que habitam a rua, alçadas à condição de interlocutoras nesta pesquisa, foi feita a escolha da terminologia “pessoas em situação de rua” ao invés de “morador de rua”. Tal escolha se deu devido ao meu contato com pessoas que vivem nas

ruas, as quais problematizam o termo “morador”¹, trazendo consigo questionamentos sobre o que é moradia e o conformismo que tal expressão carrega em si. Em conversa com um representante do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) de Natal/RN, foi-me explicado que o movimento luta para que o uso da expressão “morador de rua” seja substituído, por referir-se de forma cristalizada e estigmatizante às pessoas que vivem em situação de rua.

Considerando o Decreto nº 7.053 de 2009 sobre a definição de população em situação de rua, problematizamos uma das formas como são produzidos os discursos sobre essas pessoas. De acordo com a normativa em questão, população em situação de rua é um

grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (2009, p. 1)

Percebemos que a definição supracitada é construída a partir de uma perspectiva negativa, o que evidencia a privação e a falta de benefícios, os quais reduzem a pessoa às ausências e inexistências. Com esse discurso realiza-se uma generalização ao se referir à população em situação de rua como uma totalidade acabada, determinada pelos conceitos e preconceitos que habitam a cultura da exclusão e da invisibilidade. Não podemos negar as condições estruturais dos modos de viver dessa população, mas consideramos que as vivências humanas são únicas e singulares, o que significa que é possível experiências diferenciadas e potencializadoras ao viver na rua.

Para Silva (2006), o uso da terminologia “pessoa em situação de rua”, além de apresentar uma possível temporariedade e efemeridade do estar na rua, também remete à possibilidade dessa condição social ter sido provocada, entre outros motivos, pelos modos de produção capitalista. Considerar as multiplicidades dos fatores que podem ocasionar a condição de situação de rua, como a ausência de trabalho e moradia convencional, rompimento de vínculos familiares e sociais e até mesmo

¹ No Capítulo 4, no subitem 4.1, discutimos sobre a forma como se nomeiam.

desastres ambientais que levam a perdas estruturais, é fundamental para se distanciar de uma perspectiva simplista, reducionista e individualizante de que estar na rua é apenas um estilo de vida escolhido (Silva, 2006).

A condição de “pessoa em situação de rua” não é algo recente. Para Silva (2006) e para o Conselho Regional de Psicologia [CRP] (2015), o surgimento de pessoas que ocupam a rua como único espaço de morada está relacionado ao advento do capitalismo e às crises de oferta de trabalho do final do século XVIII na Europa Ocidental. Dessa forma, condições histórico-estruturais são fundamentais para se compreender o surgimento das populações de rua (Silva, 2006; CRP, 2015). No Brasil, o número crescente dessas populações pode estar relacionado ao processo de êxodo rural, provocado pelo desenvolvimento de algumas cidades que atraíram trabalhadores rurais em busca de novas oportunidades de trabalho; mais recentemente, uma multiplicidade de fatores se somam a esse e é fundamental atentar-se a eles para buscar a compreensão do fenômeno de pessoas em situação de rua (Silva, 2006; CRP, 2015).

Para Kasper (2006), habitar a rua é uma forma de ocupação de espaços e de resistência. O autor dissocia a relação entre o habitar e a necessidade de existência de uma casa edificada no padrão socialmente estabelecido, pois considera que quando as pessoas habitam as ruas, elas constroem uma relação com o tempo e com o espaço diversificada, constituem territórios outros dentro do espaço público que configuram seus diferentes modos de vida. Assim, as pessoas em situação de rua criam suas diferentes possibilidades de viver nessa condição que os singulariza. Para Frangella (2005), é por meio da subversão de códigos sociais e da criação de territórios que as pessoas em situação de rua vivem e resistem.

Considerar a pluralidade dos modos de vida e ao mesmo tempo a singularidade das pessoas em contextos coletivos é desafio em uma cultura historicamente construída a partir do estigma do medo em relação às pessoas em situação de rua. Afirmar que a pessoa à margem, o “morador de rua”, sobrevive e não vive, é reduzi-la à sua própria condição de forma essencialista, é desconsiderar a condição singular dessas pessoas, as possibilidades diversas de viver que constituem e os processos de transformação da realidade social que engendram ou podem vir a engendrar (Macerata, Magalhães & Resende, 2014).

As pessoas em situação de rua têm, na maioria das vezes, dificuldade em acessar seus direitos sociais e humanos. A marginalização dessas pessoas faz parte do processo histórico brasileiro de ineficácia de políticas públicas. Ao mesmo tempo em que são elaboradas estratégias de saúde e assistência social que legitimam a existência dessas pessoas,

também são realizadas ações de controle social que buscam invisibilizá-las. Nesse sentido, as pessoas em situação de rua estão inseridas em um processo que provoca visibilidades e invisibilidades concomitantemente.

Ao ser visíveis, o poder público desenvolve ações para invisibilizá-las. Os procedimentos policiais de retirada de pessoas de regiões específicas do Rio de Janeiro e São Paulo, com justificativas de revitalização de determinadas áreas devido aos eventos da Copa do Mundo e das Olimpíadas são exemplos clássicos do processo invisibilizador de determinadas pessoas na cidade. Renan Inquérito (2014; 2016), cantor de rap e poeta, em sua música “Eu só peço a Deus” (2014) e em seu livro “Poesia para encher laje”, diz “Tira os pobres do centro, faz um cartão postal. É o governo tramando, photoshop social” (2016, p. 70). Tal trecho evidencia o processo higienista assumido por órgãos governamentais em direcionar pessoas consideradas indevidas de áreas turísticas para regiões periféricas, a fim de construir uma falsa imagem da cidade, que esconde as desigualdades sociais.

Sakamoto (2009) aponta para o processo atual de aperfeiçoamento da arquitetura da exclusão, conhecida também como arquitetura antimendigo. São utilizadas estratégias para impedir que pessoas em situação de rua ocupem determinados espaços; como o depósito de objetos pontiagudos embaixo de marquises para evitar que pessoas durmam nesses locais ou colocar mangueiras furadas para gotejar água a fim de evitar a permanência de pessoas. O autor apresenta o exemplo da implantação de canteiros de flores em uma região de São Paulo que era ocupada por pessoas em situação de rua e, após a realização dessa intervenção, alguém grafitou no muro em frente ao canteiro um lembrete: “aqui morava gente”.

Nessa tensão entre as visibilidades e as invisibilidades sociais existem vidas que se reinventam cotidianamente nesse processo. É sobre algumas dessas vidas, mais especificamente das pessoas em situação de rua, que trata esta dissertação.

1.1 Sobre processos de visibilização e invisibilização de pessoas em situação de rua: breves considerações teóricas

Para Hissa e Nogueira (2013), os processos de invisibilização existem e não são recentes em nossa sociedade. Para os autores, considerando esse cenário, nos resta “ampliar o campo da percepção, de modo a perceber, nos invisíveis, outros saberes – fugitivos do hegemônico que nos aprisiona” (p. 60).

As relações entre a visibilidade e a invisibilidade configuram-se a partir de uma perspectiva dialógica, em um processo no qual ambos coexistem e tensionam o mesmo espaço, no mesmo momento. A simultaneidade desses processos acontece tanto nas experiências da vida cotidiana das pessoas em situação de rua, quanto no desenvolvimento de políticas públicas e nas ações de luta por direitos dessas populações. A visibilidade e a invisibilidade incidem diretamente nos modos de objetivação e subjetivação das pessoas em situação de rua, pois constituem suas vivências nesses espaços, nos serviços de saúde e de assistência social.

Por sua vez, os olhares produzidos a partir dos processos de visibilidade e invisibilidade social podem provocar opressões, configurando-se como uma forma de violência. A violência pode destruir “o potencial criativo, as formas diversas de existir, as formas de resistência e as forças produtivas” (Macerata, Magalhães & Resende, 2014, p. 146). De acordo com Robaina (2011), as pessoas em situação de rua percebem os olhares e a imagem preconceituosa e estigmatizante que a sociedade produz em relação a elas e, por isso, criam estratégias de invisibilidade espacial, a fim de sobreviver e resistir à convivência hostil na cidade. De acordo com o autor, a “visibilidade aumentaria ainda mais os riscos da permanência sobre os espaços públicos” (p. 170). Assim, permanecer e até dormir em lugares sem ser notado é uma estratégia que diminui a relação ofensiva entre as pessoas em situação de rua e os demais habitantes da cidade, bem como com o poder público, que orienta ações de retirada de pessoas que estão ocupando os espaços públicos visíveis.

Essas ações, por vezes mascaradas com uma justificativa social e humanitária, são em sua maioria ações de limpeza urbana, higienista e de gentrificação, as quais acontecem sem consultar essas pessoas, o que viola o direito constitucional de ir e vir. São medidas que levam as pessoas em situação de rua a pernoitarem em algum albergue ou abrigo longe do seu território, para no dia seguinte serem abandonadas pelo poder público novamente, sem qualquer tipo de assistência e cuidado (Robaina, 2011). Nesse sentido, a estratégia espacial de se tornar invisível na cidade é tida como uma possibilidade de existência sem o controle social que, de forma abusiva, tende a decidir sobre a vida dessas pessoas.

Diferentemente da lógica da segurança pública, muitas pessoas em situação de rua “utilizam de toda a representação de medo, ilegalidade e imprevisibilidade da sombra para obter segurança e privacidade” (Robaina, p. 173). É comum depararmos com pessoas dormindo em locais quase escondidos nas calçadas ou em becos de ruas, pois esses espaços, considerados perigosos para a sociedade, são tidos como possíveis para

essas. Percebemos por meio desses exemplos que estratégias de visibilidade/invisibilidade fazem parte do cotidiano e das ações que incidem sobre essas pessoas e questionamos: Essas pessoas desejam tornar-se visíveis em uma sociedade que as invisibiliza? Quais os efeitos e as consequências da visibilidade? Quais os efeitos e as consequências da invisibilidade?

Freitas (2016), ao desenvolver sua tese de doutorado sobre população em situação de rua na cidade de São Paulo, perguntou a pessoas nessa condição se elas se consideravam visíveis ou invisíveis. Como resposta, obteve sentimentos e sensações que se chocam e produzem reflexões, pois ora se consideravam invisíveis por não serem vistas como pessoas humanas, ora se consideravam visíveis por serem vistas com descaso, repugnância e preconceito. A pesquisa revela o que o autor chamou de “visibilidade pelo avesso, isto é, a visibilidade do preconceito” (p. 217).

Costa (2004; 2008) desenvolveu uma pesquisa em que desempenhou, como sendo parte de suas investigações, a função de gari em sua própria universidade por quase 10 anos. Nessa experiência, o autor relata cenas em que não foi reconhecido por pessoas próximas a ele, identificando o processo de invisibilidade pública, que é uma “espécie de desaparecimento psicossocial de um homem no meio de outros homens” (Costa, 2008, p. 10), o qual leva ao “sofrimento político: a humilhação social, um sofrimento longamente aturado e ruminado por gente das classes pobres” (Costa, 2004, p. 22).

Junto aos processos de visibilidade e invisibilidade que acometem diretamente as pessoas em situação de rua, há ainda as táticas de eliminação da existência dessas pessoas (Freitas, 2016). Episódios trágicos tornam visível o processo de invisibilidade e escancaram as violências sofridas no dia-a-dia pelas populações em situação de rua. Três exemplos de fatos que tiveram notoriedade nas mídias televisivas foram: a Chacina da Candelária² em 1993, no Rio de Janeiro, na qual crianças e jovens em situação de rua foram assassinados; o assassinato de Galdino Jesus dos Santos³, índio pataxó, queimado dormindo em uma rua de Brasília no ano de 1997 e a Chacina da Praça da Sé⁴, em que 15 pessoas em situação de rua foram agredidas, algumas chegando a falecer, na cidade de São Paulo em 2004 (Freitas, 2016).

² <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/chacina-na-candelaria/jornal-nacional-sobre-a-chacina.htm>

³ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u40033.shtml>

⁴ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2004/massacreemp/pt>

A partir do fato ocorrido em São Paulo, o Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua, em conjunto com outras instituições e com pessoas em situação de rua, fomentou a criação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), que se consolidou no Encontro Nacional Lixo e Cidadania, em 2004 o qual teve como pautas principais o desenvolvimento de uma política pública nacional para pessoas em situação de rua e sua participação nos conselhos de assistência social. Em 2005, aconteceu o I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, que culminou na expansão do movimento pela luta por direitos (Freitas, 2016; CRP, 2015). A organização política das populações em situação de rua foi fundamental para provocar o Estado a elaborar políticas públicas referenciadas a essa população, mesmo que ainda incipientes (CRP, 2015).

Diante dos processos de visibilidade e invisibilidade das pessoas em situação de rua e a relação com a cidade, Fuão (2001) destaca a rua como um corte, ruptura e rachadura que expõe os modos de existir, ao mesmo tempo em que provoca possibilidades de vir a ser, de se constituir. E, nessas tramas territoriais compostas por fissuras, singularidades e tensionamentos, constituem-se pessoas com potencialidades, desejos e afetações capazes de criar e recriar possibilidades de existência.

Os processos de (in)visibilidade nos impelem a problematizar a maneira como as relações sociais são instituídas, configurando-se, na maioria das vezes, como preconceituosas e higienistas. As pesquisas mencionadas apontam de certo modo para outra direção e afirmam ser necessário um investimento na potência, na “força interna positiva ou afirmativa” (Chauí, 1995, p. 63) das pessoas em situação de rua, uma vez que acreditam na possibilidade da convivência urbana, mesmo com a relação marginalizante histórica e socialmente constituída.

Para Espinosa, “bom” é aquilo que aumenta a potência de vida do ser humano (Chauí, 1995). Assim, consideramos como fundamental questionar o imaginário social, muitas vezes calcado em figuras como a do “homem do saco”, para que seja possível proporcionar um “bom” encontro entre as pessoas em situação de rua com a cidade e suas tramas, com o território em que vivem.

Para se construir bons encontros e investir na potência de vida de pessoas à margem socialmente, é necessário ter uma compreensão ampla, flexível, plástica do ser humano. Assim, partimos do pressuposto da Psicologia Histórico Cultural de Vigotski, em que a constituição do ser humano e do mundo ocorre de forma dialética a partir das relações sociais, tendo sua natureza definida como social e histórica (Pino, 1995). O ser humano se constitui processualmente a partir da apropriação

cultural, que para a teoria vigotskiana, consiste em um processo mediado semioticamente: com e por intermédio dos signos, o ser humano produz sentidos em relação ao mundo, se apropria (Zanella, 2004). Dessa forma, há o processo de humanização do ser humano quando em contato com o mundo e com os outros (Leontiev, 1978), processo esse ininterrupto.

Bakhtin (2011) também compartilha com esse modo de compreender a constituição do ser humano, evidenciando a incompletude e o inacabamento constante desse processo. Tendo como pressupostos teóricos as contribuições desses referenciais, é necessário compreender que ao buscar estudar o ser humano é imprescindível debruçar-se sobre os grupos sociais a que pertencem e as condições econômicas, sociais e históricas do contexto e tempo em que vivem. Assim, considera-se o ser humano ao mesmo tempo expressão dessas condições e capaz de transformar sua realidade social a partir de suas atividades, as quais se alicerçam nas e são constitutivas de suas experiências (Zanella, 2004).

Tendo como base a relação dialética da constituição da cidade-corpo, da indissociabilidade entre sujeito-sociedade que transformam continuamente o eu, o outro e o mundo, é que se pode compreender os diferentes modos de viver nas ruas da cidade, os quais foram investigados nessa pesquisa. Bueno e Zanella (2015) afirmam que “a ocupação do espaço é pautada pelas relações que são construídas nos processos de significação dos locais de uso, passagens, trajetos e vivências no cotidiano” (p. 163), sendo esta relação política, ética e estética.

Com tais provocações, buscamos nas produções científicas brasileiras o que tem sido estudado sobre as pessoas em situação de rua no período de 2006 a 2016. No Apêndice A, apresentamos na íntegra o artigo aceito por uma revista brasileira sobre a revisão sistemática realizada. Foram encontradas 115 produções científicas, as quais estão organizadas no formato de tabela no Apêndice B. De modo geral, constatamos que no Brasil a maioria das pessoas em situação de rua é do sexo masculino e que não há uma única razão ou explicação para a vida nas ruas, sendo essa gerada por múltiplos fatores. As pesquisas também apontam a dificuldade em generalizar esse grupo populacional, o que evidencia a necessidade de considerar as singularidades dessas pessoas. Por fim, identificamos que as pesquisas brasileiras estão comprometidas em elaborar informações e teorias que contribuam para o desenvolvimento de ações não estigmatizantes e preconceituosas.

1.2 Sobre os objetivos da pesquisa

Considerando o exposto, o objetivo geral desta dissertação é investigar os sentidos produzidos por pessoas em situação de rua a respeito dos processos de visibilidade e invisibilidade que a elas se dirigem na cidade. Compreendemos, baseadas nas contribuições de Vigotski (1992), que os sentidos são construídos em contextos sócio-históricos específicos e que variam em razão das circunstâncias, das pessoas em relação e do modo como se posicionam uns em relação aos outros.

Maheirie, Smolka, Strappazon, Carvalho e Massaro (2015) afirmam que “o sentido é infinito e deve ser buscado num contexto mais amplo, caracterizando-se como uma singularização na relação com a pluralidade” (p. 52). É, portanto, por meio das experiências singulares construídas nas relações com outros que os sentidos tomam forma. Assim sendo, interessa-nos investigar os diferentes sentidos produzidos pelas pessoas em situação de rua sobre suas experiências na cidade relativas aos processos de visibilidade e invisibilidade. São esses sentidos constituídos a partir das condições de possibilidade que se apresentam a essas pessoas e de suas próprias condições, social e historicamente produzidas.

Nos objetivos específicos buscamos investigar os modos como as pessoas em situação de rua experienciam a cidade; analisar os discursos produzidos pelas pessoas em situação de rua sobre si, sobre os outros e sobre a cidade e investigar a luta por direitos de pessoas que vivem em situação de rua.

1.3 Justificativa

A justificativa da relevância científica e a da relevância social desta pesquisa são inseparáveis, pois se constituem e se complementam. Pesquisar “é uma atividade ética que expressa a condição axiológica do pesquisador e o seu compromisso com a realidade em que vive, com a vida sua e de todos” (Zanella, 2013, p. 48). Justificamos a pesquisa realizada a partir dessa referência, pois as inquietações que motivaram essa investigação estão diretamente relacionadas aos modos de enxergar e nos relacionar com/no mundo, com os compromissos éticos e políticos que acreditamos serem necessários para a construção de uma realidade social mais justa. Produzir conhecimento sobre pessoas em situação de rua e desenvolver uma pesquisa *com* esse grupo populacional colabora

com a possibilidade de que melhorias sociais possam ser pensadas e praticadas.

Por sua vez, Sawaia (2009) apresenta a dimensão humana como algo que vai além da possibilidade de sobrevivência biológica, como também a constituição do sujeito a partir dos desejos e afetos. A autora afirma que “por trás da desigualdade social há vida, há sofrimento, medo, humilhação, mas também há o mais extraordinário milagre humano: vontade de ser feliz e de recomeçar ali onde qualquer esperança parece morta” (p. 365). Consideramos relevante desenvolver esta pesquisa posto que busca enxergar, por trás de vidas vulnerabilizadas, estigmatizadas, (in)visibilizadas – vidas que parecem mortas –, a potência em se (re)inventar perante essas condições.

Por fim, considerando as implicações compartilhadas no item de Apresentação desta dissertação, acreditamos que esta pesquisa poderá contribuir na qualificação de profissionais a atuarem com pessoas em situação de rua. Além disso, compreender as maneiras como se dão e se constroem as relações entre a população em situação de rua e a cidade, com o território em que vivem, poderá contribuir para a desconstrução de um estigma social e a delimitação de políticas públicas eficazes.

1.4 Sobre a estrutura desta dissertação: um guia para o/a leitor/a

Com a finalidade de contemplar os objetivos estabelecidos para o desenvolvimento desta pesquisa e compartilhar os caminhos percorridos e guiados na/pela rua, estruturamos esta dissertação apresentando inicialmente aspectos que evidenciam as singularidades das pessoas em situação de rua, em continuidade, foram mostrados os aspectos coletivos que constituem e pautam os diferentes modos de vida dessas pessoas. Os processos de visibilidade e invisibilidade que acometem essa população, foco da pesquisa, são abordados e discutidos de forma transversal em todos os capítulos.

No **Capítulo 2**, Percursos trilhados: o método da pesquisa, apresentamos o caminho metodológico trilhado para o desenvolvimento da pesquisa na cidade. Aspectos como as aproximações com o campo de pesquisa e os/as interlocutores/as, as formas de registro das informações e as análises dos dados construídos são abordadas nesse capítulo.

No **Capítulo 3**, intitulado “Encontros com/na cidade: a praça, a rua e as pessoas em situação de rua”, detalhamos aspectos referentes à cidade de Florianópolis/SC, local em que a pesquisa foi desenvolvida. Buscamos compreender a relação das pessoas em situação de rua, juntos às quais foi

feita a pesquisa, com a cidade que habitam. Por meio de subitens, evidenciamos nesse capítulo estratégias singulares de existência na cidade, modos de ocupar e circular a/na cidade, discorremos sobre uma das praças principais para essas pessoas e, por fim, buscamos expor os sentidos múltiplos da relação casa-rua.

No **Capítulo 4** intitulado “Resistência e Criação: na/com a rua e consigo mesmos”, analisamos os processos criativos de como as pessoas em situação de rua se nomeiam e se veem. Expusemos de forma resumida os discursos produzidos em nossa sociedade sobre esse grupo populacional e finalmente apresentamos a rua como uma das possibilidades de vida, de existência e resistência.

No **Capítulo 5**, “‘A rua tá cansada de receber prato de comida e cobertor, a gente quer direito’: pessoas em situação de rua e a luta por direitos”, apresentamos, por meio de um acontecimento, aspectos relativos às formas de luta por garantia de direitos das pessoas em situação de rua; na sequência expomos questões referentes ao MNPR/SC, sintetizando informações quanto ao surgimento desse movimento social no Brasil e em Santa Catarina e as problemáticas que o constituem.

No **Capítulo 6**, “Considerações Finais”, tentamos condensar as principais informações produzidas com esta pesquisa, de modo a evidenciar os pontos críticos e desafiadores em termos de políticas públicas a essa população e destacar aspectos que podem fomentar futuras investigações. Finalizamos apresentando as **Referências** utilizadas para a construção deste texto, os **Anexos** e **Apêndices** que complementam a pesquisa.

2. Percursos trilhados: o método da pesquisa

“O chegar não é mais valioso que a andança.
Que o encontro é precioso e necessário.”

Genifer Gerhardt

Esta pesquisa teve como objetivo geral investigar os sentidos produzidos por pessoas em situação de rua a respeito dos processos de visibilidade e invisibilidade que a elas se dirigem na cidade⁵. Considerando que o ato de pesquisar foi desenvolvido processualmente, os percursos metodológicos foram reinventados a partir das experiências no campo.

Para Nogueira, Hissa e Silva (2015), as metodologias de pesquisa “são produzidas na triangulação pesquisador-caminho-mundo” (p. 354), sendo que o pesquisador trilha caminhos em busca de ver vários mundos no recorte que se propõe pesquisar. Para os autores, o caminhar na cidade configura-se como uma metodologia de pesquisa, uma forma de “sujar-se de mundo, apropriar-se. Se sujar de mundo é ser afetado pela vida” (p. 358).

Essa foi uma característica desta pesquisa. Os caminhos percorridos perpassaram o asfalto quente das ruas e calçadas durante o verão e o vento frio e a chuva insistente do inverno de Florianópolis. A pesquisa foi construída na cidade, em uma “zona de dupla captura entre singularidades: um corpo curioso e um mundo que o atíça” (Mizoguchi, 2012, p. 54).

Para Aguiar e Rocha (2007), “pesquisar é, antes de mais nada, uma atitude que interroga os homens e os fatos em seus processos de constituição” (p. 654). Dessa forma, compreendemos que pesquisar em Psicologia Social Crítica consiste em problematizar as relações sociais que se estabelecem em determinado contexto, considerando essas como múltiplas, transitórias e inacabadas, podendo ser constantemente ressignificadas e transformadas. Nessa perspectiva, tanto o pesquisado como o pesquisador são participantes ativos na construção dos percursos de pesquisa. Pesquisar, então, é uma “proposta de atuação transformadora da realidade sócio-política, já que propõe uma intervenção de ordem micropolítica na experiência social” (Rocha & Aguiar, 2003, p. 67).

⁵ A realização desta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da UFSC, sob o parecer de número 1.995.924.

Entendendo a pesquisa como um modo de intervir e se implicar nas relações sociais, pesquisar com seres humanos implica a construção de uma conexão entre as pessoas. O pesquisador é um interventor implicado, o que significa assumir que é também objetivado pelo que busca objetivar, colocando as próprias implicações em análise (Paulon, 2005; Rocha & Aguiar, 2003; Aguiar & Rocha, 2007).

Para o desenvolvimento de uma pesquisa coerente com as conjecturas supracitadas, foi necessário estar disponível aos encontros e desencontros que aconteceram durante o trabalho de campo, os quais se constituíram no processo de pesquisar. Ao se propor pesquisar com seres humanos, a criação de vínculos entre as pessoas, as conexões entre pesquisador e pesquisados, foram fundamentais para a construção das informações. Conforme afirma Bakhtin e Volochínov (2014), é necessário que as pessoas estejam integradas

Na unicidade da situação social imediata, quer dizer, que tenham uma relação de pessoa para pessoas sobre um terreno bem-definido. É apenas sobre este terreno preciso que a troca linguística se torna possível; um terreno de acordo ocasional não se presta a isso, mesmo que haja comunhão de espírito. Portanto, a unicidade do meio social e a do contexto social imediato são condições absolutamente indispensáveis para que o complexo físico-psíquico-fisiológico que definimos possa ser vinculado à língua, à fala, possa tornar-se um fato de linguagem. (p. 72-73)

Coerente com esses pressupostos, foi necessário realizar uma imersão exploratória no território em que a pesquisa foi desenvolvida; estar disponível para conhecer pessoas e estar com elas; fazer parte minimamente da paisagem urbana em que as pessoas em situação de rua habitam e circulam, para assim conferir a viabilidade da realização da pesquisa. Esse processo será relatado nos próximos capítulos, à medida que os encontros com as pessoas em situação de rua foram acontecendo.

Oliveira (2000) fala sobre a importância da tríade “olhar, ouvir e escrever” (p. 18) no processo de pesquisar como ações interligadas. O “olhar e ouvir” sensível na pesquisa deve ocorrer por meio de uma postura cuidadosa do pesquisador, de forma que esse consiga apreender as observações e percepções em campo, distinguindo o que é significativo e o que não é, considerando as condições e características do contexto em que se pesquisa e de seus objetivos. O processo de escrever, por sua vez,

acontece a partir dos registros feitos em campo que são rememorados pelo pesquisador, os quais são, na maioria das vezes, realizados com base no que foi visto e escutado.

Ao pesquisar, cria-se uma relação entre o pesquisador e o pesquisado, na qual se estabelece um campo interacional com trocas e partilhas de saberes, em que, sem a pretensão da neutralidade científica, se estabelece um diálogo. Posto isto, Oliveira (2000) sugere a substituição da palavra informante por interlocutor para referir-se ao outro com o qual se pesquisa, por compreender que interlocutor possibilita uma relação dialógica e aproxima o participante da pesquisa do processo de pesquisar. Seguimos a sugestão dada por Oliveira (2000) e utilizaremos a palavra interlocutor para nos referirmos aos participantes.

Apresentaremos a seguir as estratégias e os procedimentos metodológicos utilizados na construção desta pesquisa. Evidenciaremos aspectos sobre o local em que a pesquisa foi realizada e o modo como a pesquisadora se aproximou das pessoas em situação de rua de Florianópolis. Em seguida, apresentaremos os/as interlocutores/as da pesquisa e a maneira como registramos as informações construídas em campo e, por fim, esclareceremos aspectos quanto à análise das informações.

2.1 Sobre o local de realização da pesquisa e as primeiras aproximações com o campo

Meu primeiro ano de mestrado também foi meu primeiro ano como moradora da cidade de Florianópolis/SC. Assim, com a proposta de desenvolver uma pesquisa de campo com pessoas em situação de rua, precisei ambientar-me com a cidade desconhecida e traçar estratégias para me aproximar de meus interlocutores de pesquisa, pois, como recém chegada, não conhecia nada e nem ninguém.

Por intermédio de uma doutoranda, fui informada de que haveria um evento na Câmara dos Vereadores, no qual seria apresentado o projeto “Contagem da População de Rua da cidade”, feito pela Prefeitura Municipal (2016). Como forma de conhecer essa realidade na cidade, fui e tomei nota de algumas informações que foram essenciais para delimitação de meu campo de pesquisa.

No evento mencionado, informaram que a região central da cidade é a que possui a maior concentração de pessoas em situação de rua. No centro da cidade foram contabilizadas 104 pessoas e nas redondezas do Centro de Referência Especializado à População de Rua (Centro POP),

que também está localizado na região central da cidade, foram contabilizadas 105, somando um total de 209 pessoas no centro da cidade, de um total de 421 nessa condição no ano de 2015.

A tabela 1 apresenta o número de pessoas em situação de rua em Florianópolis e os locais em que costumam ficar. Importante esclarecer que a cidade de Florianópolis/SC é composta por uma ilha e por uma parte no continente. A região metropolitana da cidade, por sua vez, é composta por cidades como São José, Palhoça e Biguaçu.

Tabela 1. Divisão por território da população em situação de rua	
Localidade	Quantidade de pessoas
Redondezas do CENTROPOP (ilha)	105
Centro (ilha)	104
Norte (ilha)	21
Leste (ilha)	10
Sul (ilha)	03
Continente	17
Não identificado	17
Casas de Acolhimento	144
Total na cidade de Florianópolis	421

Fonte: Organizado pela autora, 2016.

O levantamento que possibilitou as informações constantes na tabela 1 foi realizado nos meses de outubro e novembro de 2015 e é importante compreender suas limitações, considerando que existe uma população em situação de rua flutuante na cidade, relacionada às estações do ano e à característica turística da cidade. O fato de o levantamento ter sido realizado apenas nos serviços que atendem a essa população e não na rua nos faz relativizar esses dados. Pode, por conseguinte, ter ficado uma parcela significativa de pessoas em situação de rua fora dessa estatística. Posteriormente, durante o campo da pesquisa, esses números foram questionados por pessoas em situação de rua que afirmaram a existência de um número maior de pessoas nessa situação que as contabilizadas.

Entretanto, esses dados legitimam a existência de pessoas em situação de rua na cidade pesquisada, ao mesmo tempo em que se configuram como informações importantes para mim, pois foi nesse

momento que delimitar que meu campo de pesquisa seria a região central da cidade.

Alguns meses depois, em um evento da Semana de Psicologia da UFSC, assisti a uma intervenção teatral e a uma mesa-redonda composta por membros do MNPR/SC. Ao final do evento, aproximei-me deles, me apresentei como pesquisadora da temática e perguntei se eu poderia participar das reuniões. Na semana seguinte, iniciei minhas idas semanais às reuniões do MNPR/SC como uma estratégia de aproximação de pessoas em situação de rua, construção de vínculos e desenvolvimento de minha pesquisa.

As reuniões aconteciam todas às segundas-feiras, às 14h, em uma sala do Grupo de Apoio a Prevenção da AIDS (GAPA) e era composta por grupos de estudantes da UFSC, como o Serviço Modelo de Psicologia (SEMPSI) e o Serviço de Assessoria Jurídica (SAJU), pesquisadores vinculados a UFSC, membros de comissões de direitos humanos e outras pessoas que tinham interesse em apoiar o movimento.

Um dos primeiros estranhamentos que tive, ao entrar em contato com o MNPR/SC, foi o fato de as reuniões acontecerem em um ambiente fechado e fora da rua. Outro estranhamento foi em relação ao baixo número de pessoas em situação de rua que participavam das reuniões. Mesmo com essas inquietações, decidi continuar acompanhando as reuniões, com uma postura de pesquisadora-observadora, a fim de compreender o modo organizativo, entender a lógica da rua da cidade de Florianópolis e até mesmo confirmar se minha entrada no campo de pesquisa seria por meio do movimento.

Durante o segundo semestre de 2016 realizei o acompanhamento das reuniões do MNPR/SC com idas semanais em todas elas e nas atividades extras realizadas pelo movimento. Utilizei o recurso de anotações em Diário de Campo em todas essas atividades. Em 2017, compreendi que apenas as participações nas reuniões do MNPR/SC não contemplariam meus objetivos e, então, ampliei meu campo de pesquisa para a rua, mais especificamente a Praça XV de Novembro e seus arredores, local em que se concentram pessoas em situação de rua na cidade.

Para me inserir nesse novo espaço e conhecer mais pessoas que estavam em situação de rua na cidade, combinei com membros do MNPR/SC de encontrá-los na Praça XV durante a semana para que me apresentassem a outras pessoas, sempre deixando em evidência a intenção da pesquisa. Assim, iniciei em março de 2017 minhas idas diárias à região central da cidade, as quais perduraram até Agosto de 2017. Após essa

data, frequentei o campo de pesquisa de forma mais esporádica, com frequência ao menos uma vez por semana.

No início, chegava à Praça torcendo para encontrar algum membro do MNPR/SC para poder me aproximar e conversar. Nem sempre os encontrava, então, ficava andando por lá, sentava ao lado da figueira⁶ e tentava encontrar brechas para me aproximar das pessoas que eu conseguia identificar como em situação de rua. Mas não me sentia confortável para abordar essas pessoas de forma direta, considerava que poderia ser entendida como intrusa e até mesmo afastá-las. Assim, preferia fazer parte da paisagem, me fazer ser vista apenas pela minha presença e aguardar algum conhecido do MNPR/SC aparecer. Quando me sentia encorajada, utilizava como estratégia perguntar para algumas pessoas se tinham visto os membros do MNPR/SC e então me apresentava como pesquisadora e pedia para sentar-me com elas para conversar.

Com o tempo, já não precisava mais dos membros do MNPR/SC para me apresentar e nem de desculpa para puxar uma conversa, pois já conhecia muitas pessoas que viviam na Praça. Então, chegava e ia em direção ao Coreto⁷ da Praça XV, lugar em que se concentra a maioria das pessoas que vivem ali, e encontrava alguma pessoa que eu conhecia, a qual já me apresentava para outras e assim por diante.

Podemos compreender que meu campo de pesquisa foi realizado tanto nas reuniões semanais e atividades do MNPR/SC, como na Praça XV de Novembro e arredores. Foi no primeiro semestre de 2017 que intensifiquei minhas idas ao campo, além das reuniões do MNPR/SC. Ia cerca de três vezes por semana para a região central da cidade, na maioria das vezes no período da tarde, nunca pela manhã, pois é o horário em que estão dormindo ou frequentando o Centro POP. De forma esporádica, realizei visitas ao campo no período da noite. Foi assim que ampliei minha rede de conhecidos em situação de rua, construí vínculos e desenvolvi minha pesquisa de campo.

⁶ Árvore cujo nome científico é *Ficus Organensis*. Essa é uma árvore centenária que está localizada na parte central da Praça XV. É uma árvore de porte grande, que tem seus galhos apoiados em barras de ferro para auxiliar na sustentação e tem sua base cercada por uma grade, com bancos ao redor. Configura-se como um ponto turístico e místico, com diferentes tipos de superstições.

⁷ O Coreto Maestro Hélio Teixeira da Rosa era muito utilizado como espaço para eventos musicais com apresentações de bandas vinculadas às Forças Armadas, Polícia Militar ou a comunidades regionais. Atualmente, o Coreto está em desuso, sendo um espaço ocupado por pessoas em situação de rua.

Foram realizadas visitas de caráter exploratório nos serviços SUS e SUAS, o qual tem como público pessoas em situação de rua, como por exemplo o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPSad) e o Centro POP. Essas visitas aconteceram no início da minha inserção no campo com o propósito de ampliar as minhas possibilidades de realização de campo de pesquisa, por acreditar que esses espaços poderiam se configurar como facilitadores para me aproximar de pessoas em situação de rua.

Em Florianópolis existem dois CAPSad, um localizado na ilha e outro na região continental. Em outubro de 2016 visitei o CAPSad Ilha, como é conhecido, e fui informada que esse não atendia pessoas em situação de rua, tendo como protocolo encaminhar e referenciar as pessoas nessa condição que chegam ao serviço para o CAPSad Continente, mesmo as que habitam as ruas, praças e becos da região de abrangência da instituição. Nesse momento, conclui que esse serviço não facilitaria meu acesso às pessoas em situação de rua.

É importante evidenciar que, de acordo com a Portaria 336 (Brasil, 2002), os CAPSad são porta de entrada para o tratamento em álcool e outras drogas, seguindo a lógica territorial para atendimento e não podem realizar distinção dos usuários devido a características específicas, como viver na rua. Dessa forma, a maneira como o CAPSad Ilha regulava o acesso ao serviço estava desalinhada em relação à política pública que o institui. No ano de 2017, fui informada de que o fluxo de tratamento no CAPSad Ilha foi alterado e que atualmente ele atende pessoas que estão em situação de rua na cidade. Em maio de 2017 realizei uma visita ao CAPSad Continente, mas infelizmente o serviço estava fechado ao público, pois acontecia uma reunião intersetorial da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) na instituição.

Em dezembro de 2016 realizei uma visita ao Centro POP acompanhando uma atividade do MNPR/SC de distribuição de kits de higiene femininos. O Centro POP está localizado na região central e ocupa parte do prédio do sambódromo da cidade. O serviço contava, naquela época, com a presença constante da Guarda Municipal, a qual, além de ser responsável pelo patrimônio público, exercia outras funções, como revistar os pertences de todos os usuários que entravam, ter autonomia para suspender usuários e determinar o fluxo de entrada e saída.

As visitas ao Centro POP e aos CAPSad Ilha e Continente foram realizadas com o objetivo de conhecer esses dispositivos públicos e identificar se poderiam ser lugares estratégicos para aproximar-me do público alvo da pesquisa. Porém, a aproximação com as pessoas em

situação de rua aconteceu de forma potente nas ruas da cidade, na Praça XV de Novembro e embaixo de marquises ocupadas por essas pessoas. Assim, consideramos não ter sido necessário utilizar desses dispositivos públicos para ter acesso às pessoas em situação de rua que participaram da pesquisa, das quais falaremos a seguir.

2.2 Sobre os/as interlocutores/as da pesquisa e o registro das informações

No campo de pesquisa entramos em contato com pessoas em situação de rua e com pessoas com trajetória de rua, ou seja, que atualmente não vivem mais nas ruas da cidade estão albergadas ou possuem uma casa. As pessoas com trajetória de rua possuem uma relação com esse local semelhante às que ainda estão em situação de rua. Assim, as consideramos também como interlocutoras da pesquisa, pois contribuíram de forma potente com informações de como é viver nas ruas da cidade.

Participaram da pesquisa um total de 25 interlocutores (Tabela 2), sendo essa participação variada. Foram realizadas 7 conversas gravadas em áudio com 10 pessoas em situação de rua ou com trajetória de rua, com duração média de 1 hora cada. Algumas dessas conversas começaram individuais, mas se tornaram coletivas, quando outras pessoas chegavam e participavam da conversa de forma espontânea. Todas as conversas foram realizadas no centro da cidade e, posteriormente, transcritas na íntegra.

Foram realizadas também conversas informais, não gravadas em áudio e registradas em Diário de Campo com diferentes interlocutores: com alguns foram realizadas mais de uma conversa informal, com outros foram realizadas tanto conversas informais quanto uma conversa gravada em áudio.

A tabela 2 apresenta algumas informações sobre os interlocutores desta pesquisa.

Tabela 2. Interlocutores da pesquisa

Identificação	Idade	Sexo	Etnia-Raça ⁸	Tempo em situação de Rua	Relação com a Rua
Alexandre	~40 anos	Homem	Pardo	-	Trajatória de Rua
Aline	34 anos	Mulher	Negra	~14 anos	Trajatória de Rua
Antenor	~30 anos	Homem	Pardo	12 anos	Situação de Rua
Augusto	~50-60 anos	Homem	Branco	-	Situação de Rua/Trajatória de Rua ⁹
Baixinho	33 anos	Homem	Pardo	21 anos	Situação de Rua
Bruno	~30 anos	Homem	Negro	4 meses	Situação de Rua
Carlos	~30 anos	Homem	Branco	~15 anos	Situação de Rua
Daniel	46 anos	Homem	Branco	~13anos	Trajatória de Rua
Emídio	~50-60 anos	Homem	Pardo	38 anos	Situação de Rua
Felipe	29 anos	Homem	Pardo	-	Trajatória de Rua/Situação de Rua
Fernando	22 anos	Homem	Negro	~4 anos	Situação de Rua
Graziela	~30 anos	Mulher	Branca	2 meses	Situação de Rua

⁸ Informação baseada no fenótipo de cada interlocutor. Compreendemos que a questão étnico-racial é complexa e deve ser levada em questão. Por essa razão, optamos por demonstrá-la mesmo que não tenha sido uma informação autodeclarada por cada interlocutor.

⁹ Muitos interlocutores ao longo da pesquisa oscilaram entre estar em situação de rua e estar em uma casa. Assim, colocamos Situação de Rua/Trajatória de Rua para pessoas que no início da pesquisa estavam em situação de rua e ao longo da pesquisa foram viver em casa. Colocamos como Trajetória de Rua/Situação de Rua aquelas pessoas que no início da pesquisa viviam em casas e posteriormente voltaram a viver nas ruas.

Gê	23 anos	Homem	Pardo	~5 anos	Situação de Rua
Genilson	~30 anos	Homem	Negro	-	Situação de Rua
Gilberto	~30 anos	Homem	Branco	-	Situação de Rua
Leonardo	25 anos	Homem	Pardo	4 meses	Situação de Rua
Lobão	~50- 60 anos	Homem	Branco	~30 anos	Situação de Rua/Internação ¹⁰
MAF	~30 anos	Homem	Pardo	4 anos ¹¹	Situação de Rua
Maria	~30 anos	Mulher	Branca	-	Trajatória de Rua/Situação de Rua
Miriam	44 anos	Mulher	Negra	8 anos	Situação de Rua/Trajatória de Rua
Professor	30 anos	Homem	Negro	-	Situação de Rua
Samuel	~40 anos	Homem	Pardo	~2 anos	Situação de Rua/Trajatória de Rua
Schafer	39 anos	Homem	Pardo	~15 anos	Trajatória de Rua
Tiago	25 anos	Homem	Negro	~9 meses	Situação de Rua
Vanessa	~30 anos	Mulher	Branca	2 meses	Situação de Rua

Fonte: Organizado pela autora, 2017.

Como é possível constatar, via informações apresentadas na tabela 2, foram interlocutores da pesquisa vinte homens e cinco mulheres, totalizando 25 pessoas com idades entre 22 anos e aproximadamente 60 anos. O tempo em situação de rua oscilava entre meses e anos, sendo as argentinas Graziela e Vanessa as que estavam há menos tempo, dois meses, e Emídio quem estava há mais tempo em situação de rua, 38 anos. A relação com a rua também modificava-se para cada interlocutor, uma

¹⁰ Inicialmente estava em situação de rua. No segundo semestre de 2017 foi internado em uma Comunidade Terapêutica.

¹¹ MAF oscila há 4 anos entre estar em situação de rua e estar em casa. No momento em que a pesquisa foi realizada estava em situação de rua.

vez que uns constantemente estavam em situação de rua e outros alternavam entre a casa e a rua.

As conversas com os interlocutores nesta pesquisa foram compreendidas como uma prática discursiva em que construímos as informações contextualizadas por meio de um diálogo, sem perguntas pré-definidas, mas com uma intencionalidade. Para Bakhtin e Volochínov (2014), “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (p. 42). Conversas informais, as idas a campo com as anotações registradas em diário de campo e as conversas gravadas em áudio foram utilizadas na pesquisa como fontes de informações.

Durante a realização da pesquisa, algumas pessoas colocavam-se contrárias a gravar nossa conversa. Mas se mostravam abertas para conversar informalmente sobre o tema de pesquisa. Assim, aos poucos, as conversas individuais deixaram de ser chamadas de entrevistas, sendo vistas apenas como convite para uma conversa, para a qual era solicitada a autorização de gravação, o que, na maioria das vezes, não era permitido. Abaixo apresentamos um fragmento do Diário de Campo que ilustra essa situação em relação à entrevista/conversa informal/gravação em áudio¹².

Íamos até o mercado para eu poder comprar pra ele um coentro e uns tomates para o peixe que iam fazer amanhã debaixo do viaduto. Fomos andando e conversando coisas quaisquer até que ele me perguntou sobre a minha pesquisa. Expliquei novamente do que se tratava. Ele me perguntou se ao longo do caminho eu ia ficar entrevistando ele ou se poderia ter uma conversa normal comigo. Eu expliquei que uma entrevista pode ser uma conversa normal, que poderíamos fazer do modo como ele quisesse, e que toda a nossa conversa, de entrevista ou não, só poderia ser utilizada na minha pesquisa se ele autorizasse. Ele não falou nada e começou a contar um pouco de sua vida. [...] Em seguida ele fala que eu poderia usar as coisas que ele falou pra pesquisa porque gosta de conversar

¹² Na escrita dessa pesquisa optamos por trazer as falas dos/das interlocutores/as. Referenciamos entre parênteses como “Conversa com” quando se tratar de uma conversa gravada em áudio. Quando referenciamos como “Diário de Campo, fala de” trata-se de uma anotação de uma conversa não gravada em áudio, apenas registrada em diário de campo da autora. Os fragmentos de falas apresentados nessa dissertação possuem marcas de oralidade.

comigo e diz: “o que que tu quer me perguntar? Só não quero gravar”. (Diário de Campo, fala de Genilson, Maio de 2017)

Assumir o lugar de “entrevistado” pareceu ser desconfortável para muitos interlocutores, mas isso não impedia de estabelecermos conversas informais, nas quais seriam abordados os mesmos temas que falaríamos se fosse uma entrevista. Já alguns outros interlocutores não demonstraram nenhum incomodo em ter a conversa gravada em áudio, o que configurou-se como algo indiferente. Para outros, a gravação se fazia imprescindível.

Tu vai me analisar depois? Pode gravar. Eu gosto de ser analisado. É bom tu gravar porque depois tu vai mostrar pra sua professora. Porque tu vai ver que a minha mente é difícil de entender. (Conversa com Maria e Felipe, Abril de 2017)

Nesse recorte, além de termos a autorização para a gravação também percebemos que o fato de eu pesquisadora também ser psicóloga fez com que os interlocutores confundissem meus objetivos com a pesquisa. Nesse sentido, foi importante em vários momentos deixar evidente meu papel de pesquisadora e não de psicóloga das pessoas em situação de rua. Por mais que seja impossível estabelecer fronteiras precisas, essa distinção foi necessária para assumir uma postura ética¹³ no pesquisar. O que não significa que estive distante e neutra em relação aos interlocutores. Foram comuns dias em que fui a campo e não adentrei aos assuntos da minha pesquisa por precisar acolher demandas psicológicas e sociais da pessoa com quem conversava.

Esses momentos nos fazem compreender que, além de pesquisadora e psicóloga, somos pessoas que se envolvem na vida das outras pessoas, às vezes ocupando lugares os quais não dimensionamos. A ressalva em deixar marcado que não atuava como psicóloga era necessária para que encaminhamentos a serviços da rede fossem realizados, a fim de que a pessoa recebesse os cuidados necessários. Ou seja: escutas, acolhimentos e acompanhamentos à rede foram realizados durante todo o período em que a pesquisa de campo aconteceu.

¹³ “Pesquisar como uma prática social ética, estética e política. Ética, porquanto socialmente comprometida com alguma visão de mundo, com os valores, conhecimentos e crenças que (re)(de)formam o olhar do(a) pesquisador(a) e que se objetivarão na escrita do trabalho, escrita essa que difundirá, de modo explícito ou não, (im)possibilidade(s) para a existência humana.” (Zanella, 2013, p. 131)

Outro aspecto importante sobre os/as interlocutores/as da pesquisa diz respeito ao modo como são referidos no decorrer desta dissertação. Entre os nomes utilizados há nomes verdadeiros, nomes fictícios criados por eles próprios e criados por mim. Alguns interlocutores fizeram questão que seus nomes reais fossem utilizados.

Pedi para gravar a nossa conversa. Ele não topou, mas autorizou que eu utilizasse as informações pra minha pesquisa e fez questão que seu nome verdadeiro fosse utilizado: “não tenho vergonha de dizer quem eu sou, coloca meu nome verdadeiro.” (Diário de Campo, fala de Leonardo, Junho de 2017)

Pode colocar meu nome, minha foto, a foto da casinha de papelão... tudo... eu não devo nada pra justiça, não devo nada pra ninguém. (Conversa com Emídio, Junho de 2017)

Foi possível compreender que, para alguns, a utilização do nome verdadeiro faz parte de um processo de visibilidade social, de comprovação para uma parcela da sociedade que são pessoas que não precisam se esconder por se encontrarem em situação de rua. Também podemos pensar que o nome garante uma singularidade – não é mais um em situação de rua, não é uma massa homogênea – há nomes, são pessoas. Já alguns outros interlocutores optaram por usar nomes fictícios, apelidos ou abreviaturas de seus próprios nomes. Assim, considerando a importância de respeitar o desejo de cada interlocutor, cumprimos com o que nos foi solicitado.

Realizar a pesquisa com esse grupo populacional exigiu uma postura de respeito e cuidado, pois ele é frequentemente utilizado como objeto de pesquisa, o que gera um desconforto para alguns. A seguir, apresento fragmentos do Diário de Campo que exprimem tal sentimento.

A pessoa vem aqui e faz um trabalho comigo e eu não sei o que aconteceu com o trabalho dela. Geralmente eles não dão uma folha pra mim ler, então eu nunca tenho volta daquilo que eu tô fazendo. (Conversa com Miriam, Maio de 2017)

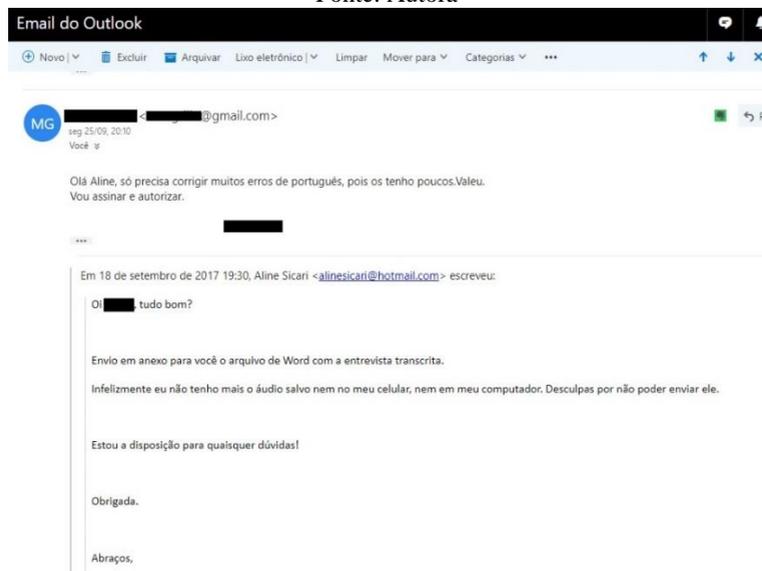
A fala de Miriam evidencia a importância dos/das pesquisadores/as realizarem devolutivas aos interlocutores da pesquisa. “A realização da

pesquisa não se encerra com a escrita do texto”, afirma Zanella (2013, p. 150), e não basta disponibilizar a pesquisa em bibliotecas ou acervos digitais, pois o acesso é destinado a um seletivo grupo de pessoas, no qual com quem se pesquisa, geralmente, não está incluído. O conhecimento produzido deve ser socializado com aqueles que também o construíram, para que essas pessoas tenham “volta daquilo que” fizeram/participaram, como Miriam nos pontua.

Miriam também nos faz pensar na importância do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) como algo que pode ocupar o lugar dessa “folha” para ela ler, sendo fundamental para fornecer ao interlocutor informações da pesquisa que participa. Ao apresentar o TCLE (ver Apêndice C), a maioria prontamente assinou, exceto Augusto que solicitou que eu enviasse a ele a transcrição da conversa gravada em áudio por e-mail, para então decidir se assinaria a autorização. O *print* que consta na Figura 1, contém o meu e-mail e a resposta de Augusto afirmando a autorização e a assinatura.

Figura 1: *PrintScreen* de e-mails

Fonte: Autora



O/A interlocutor/a com o qual pesquisamos assumiu o papel de protagonista da pesquisa ao exigir o TCLE, a transcrição de uma

conversa, a devolutiva ou até mesmo uma explicação detalhada da pesquisa que participou. Assim, o/a interlocutor/a afirma-se como um sujeito que “não pode ser percebido e estudado como coisa, porque, como sujeito e permanecendo sujeito, não pode tornar-se mudo; conseqüentemente, o conhecimento que se tem dele só pode ser dialógico” (Bakhtin, 2011, p. 400).

Eu tô cansado de ser alvo de pesquisa dentro das universidades, ou eu estou cansado de ouvir que fazem pesquisa com população de rua sem ao menos conversarem com a rua, eu cansei disso. [...] Eu autorizo falarem de mim, agora eu dou permissão que falem da minha pessoa, eu autorizo, porque vocês estão ouvindo relatos da minha boca e não do próximo. (Diário de Campo, fala de Schafer, Junho de 2017)

A fala de Schafer traz o descontentamento em ser considerado como um objeto de pesquisa de modo passivo. Esse discurso foi realizado em um evento na UFSC composto por uma plateia de estudantes da instituição. Ao final de seu discurso, ele legitima a utilização de sua fala, por considerar que foi escutado, ativo no processo.

A participação na pesquisa também foi compreendida por algumas pessoas em situação de rua como um momento importante em suas vidas. Quando Miriam concedia a “entrevista”, fomos interrompidas por uma outra pessoa que a chamou para conversar. Ela então respondeu: “deixa eu dar minha entrevista, é meu momento de glória” (Conversa com Miriam, Maio de 2017).

A importância em realizar uma pesquisa com responsabilidade com os interlocutores é evidenciado nos fragmentos acima. Para Groff, Maheirie e Zanella (2010), “produzir conhecimento requer assumir uma posição de responsabilidade e responsividade pelo que se produz” (p. 99). O/a pesquisador/a intervém e modifica o contexto em que se inseriu, além de assumir um compromisso ético com a pessoa com quem pesquisa e ser atravessado por questões afetivas e sociais.

Assim como a minha entrada no campo de pesquisa foi gradual - acompanhei as reuniões, me aproximei, construí vínculos, desenvolvi confiança - a minha saída foi um processo difícil, apesar de ter sido construída com os demais interlocutores. De acordo com Zanella (2013), “da aproximação ao campo até o afastamento deste, fundamental para o

desenvolvimento da análise de dados, há um longo e tortuoso percurso que não se esgota na conclusão da pesquisa” (p. 153).

Durante o segundo semestre informei para as pessoas que conviviam/viviam na Praça que eu iria, a partir de então, menos vezes para o centro da cidade. Retomei com elas o meu processo de pesquisa e expliquei que era o momento de começar a escrever sobre tudo que havíamos vivido e conversado durante aqueles meses e, por isso, não podia ir tantas vezes para lá, ficar a tarde toda. Assim, ao invés de ir três vezes por semana, passei a ir apenas uma vez, e depois de 15 em 15 dias, de modo a realizar uma saída gradual. Além de explicar que minha pesquisa estava finalizando, precisei compartilhar com meus interlocutores que eu estava indo embora da cidade de Florianópolis, algo que para mim foi difícil de ser dito, por saber que poderia gerar o sentimento de tê-las objetificado.

Minha última ida a campo foi em uma das reuniões do MNPR/SC. Antes de terminar a reunião, um dos membros pediu a palavra para fazer uma “homenagem a uma pessoa que estava nos deixando” (Diário de Campo, fala de Schafer, Dezembro de 2017). Assim, junto com outros membros, realizaram um discurso em que me agradeceram por ter realizado uma pesquisa tão junto deles, pontuaram que não se sentiram objetos de pesquisa e que percebiam que o meu envolvimento era para além da pesquisa.

Antes de me retirar por completo do campo de pesquisa, levei para alguns interlocutores do MNPR/SC o esboço do Capítulo 5 que compõe esta dissertação. Apresentei para eles as reflexões e discussões realizadas, como uma forma de iniciar as devolutivas aos interlocutores. Ficaram surpresos ao verem um texto escrito sobre/com eles, demonstraram interesse em conhecer toda a dissertação, não apenas um capítulo, e em assistir a defesa pública do trabalho.

2.3 Sobre as análises das informações construídas no campo de pesquisa

A escolha metodológica para a construção e análise dos dados da pesquisa fundamentou-se na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski e nas contribuições do Círculo de Bakhtin, que compreende a constituição do ser humano a partir de sua relação dialógica e dialética com o outro, o que produz novos sentidos e situa historicamente a existência (Bakhtin, 2011).

Considerando as questões metodológicas apontadas por esses autores, a análise das informações construídas na pesquisa foi realizada na perspectiva da Análise Dialógica do Discurso. Neste tipo de análise, entende-se que o diálogo conecta, além da pessoa que fala e a que ouve, vários outros interlocutores, as variadas vozes sociais que participam do diálogo e a criação de sentidos múltiplos, pois a pessoa partilha a sua experiência, o contexto de tal experimentação e os outros que se relacionaram com ela (Amorim, 2002).

Para Bakhtin (2011; 2014), o conceito de discurso é compreendido de modo amplo, sendo utilizado de múltiplas formas, mas sempre considerado a partir do caráter social da interação, nunca de modo individualizado. O discurso está inserido em um contexto de “interações de uma cultura dialogicizada não apenas pela palavra, mas por linguagens da comunicação, seja dos ritos ou das mediações tecnológicas” (Machado, 2014, p. 163). Assim, para Bakhtin e Volochínov (2014), o discurso verbal está conectado “aos demais tipos de manifestação e de interação de natureza semiótica, à mímica, à linguagem gestual, aos gestos condicionados etc.” (p. 43). Dessa forma, o discurso verbal não acontece fora de um contexto, de forma isolada, pois está sempre em conjunto dos “atos sociais de caráter não verbal (gestos do trabalho, atos simbólicos de um ritual, cerimônias etc.), dos quais ele é muitas vezes apenas o complemento, desempenhando um papel meramente auxiliar” (p. 128).

Para Vigotski (1992), o conceito de linguagem também não se restringe às formas verbais e escritas, existindo uma “*diversidad funcional del lenguaje*” (p. 324). Dessa forma, a linguagem está diretamente relacionada ao contexto social em que se efetiva. Assim, existem múltiplas possibilidades de conversação que extrapolam a linguagem verbal, sendo essas as diferentes expressões como a entonação, os gestos, as imagens, a arquitetura, o próprio corpo, bem como os modos de se relacionar com o mundo.

O estudo da linguagem é “uma forma de conhecer o ser humano, suas atividades, sua condição de sujeito múltiplo, sua inserção na história, no social, no cultural pela linguagem, pelas linguagens” (Brait, 2006, p. 23). Assim, a análise dialógica do discurso se constitui a partir da compreensão de que a relação entre linguagens, pessoas e contextos é indissociável na produção de sentidos e na produção de conhecimento, sendo essas relações interativas constituintes da linguagem (Brait, 2006; Machado, 2014).

Na análise dialógica do discurso, o interesse não está em compreender o diálogo por si só, ou seja, as relações entre as palavras,

mas entender o discurso, independente dos signos que o constituam (verbais, escritos, gestuais, pictóricos, sonoros e outros) em meio a um jogo de tensões: forças complexas incidem no diálogo e direcionam os sentidos do que é “falado” e ouvido, em um processo em que há uma interação de múltiplas vozes sociais (Faraco, 2006). Dessa forma, as relações dialógicas são necessariamente fruto de interações sociais, já que são um espaço em que há o entrelaçamento de diferentes pontos de vista, no qual a produção de discurso se constrói sempre no encontro e nas tensões desses (Faraco, 2006; Bakhtin, 2011). Assim,

Não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites). Nem os sentidos do passado, isto é, nascidos no diálogo dos séculos passados, podem jamais ser estáveis (concluídos, acabados de uma vez por todas): eles irão sempre mudar (renovando-se) no processo de desenvolvimento subsequente, futuro do diálogo. Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo existem massas imensas e ilimitadas de sentidos esquecidos, mas em determinados momentos do sucessivo desenvolvimento do diálogo, em seu curso, tais sentidos serão lembrados e reviverão em forma renovada (em novo contexto). Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação. Questão do grande tempo. (Bakhtin, 2011, p. 410)

Na análise dialógica do discurso não há categorias pré-estabelecidas. As unidades de análise não são eleitas *à priori*, pois é importante “deixar que os discursos revelem sua forma de produzir sentido, a partir de ponto de vista dialógico, num embate” (Brait, 2006, p. 24). Nessa perspectiva, a pesquisa se compõe por meio das experiências de pesquisar, sem que haja algo pré-estabelecido e tido como verdadeiro, ela é considerada aberta às nuances que podem surgir durante o processo de investigação.

Durante o pesquisar, uma grande variedade de temáticas emergiu do campo. Entretanto, algumas nos mobilizaram ao ponto de defini-las como unidades temáticas de análise. Tais unidades constituem os capítulos da pesquisa que serão apresentados a seguir. A unidade temática sobre a cidade é abarcada no Capítulo 3, intitulado “Encontros com/na

cidade: a praça, a rua e as pessoas em situação de rua”, com os subitens sobre “O walking tour e a aula no centro histórico da cidade de Florianópolis”; “A cidade e as pessoas em situação de rua de Florianópolis”, “Praça XV de Novembro” e “RUA-casa?”. No Capítulo 4, “Resistência e Criação: na/com a rua e consigo mesmos”, evidenciamos questões relacionadas à imagem de si, aos discursos produzidos sobre esse grupo populacional e às relações com a rua, respectivamente nos itens “4.1 Classe M, dingoboys, pelegrifos e sereia do asfalto: imagens de si”; “4.2 Discursos oficiais sobre pessoas em situação de rua” e “4.3 A rua como atrativo”. Por fim, apresentamos no Capítulo 5, “ ‘A rua tá cansada de receber prato de comida e cobertor, a gente quer direito’: pessoas em situação de rua e a luta por direitos”, a unidade temática sobre a luta por direitos em que evidenciamos o MNPR/SC através dos itens “5.1 O MNPR/SC e seus paradoxos” e “5.2 ‘Nada sobre nós... 100 nós’: o MNPR no Brasil e em Santa Catarina”.

3. Encontros com/na cidade: a praça, a rua e as pessoas em situação de rua

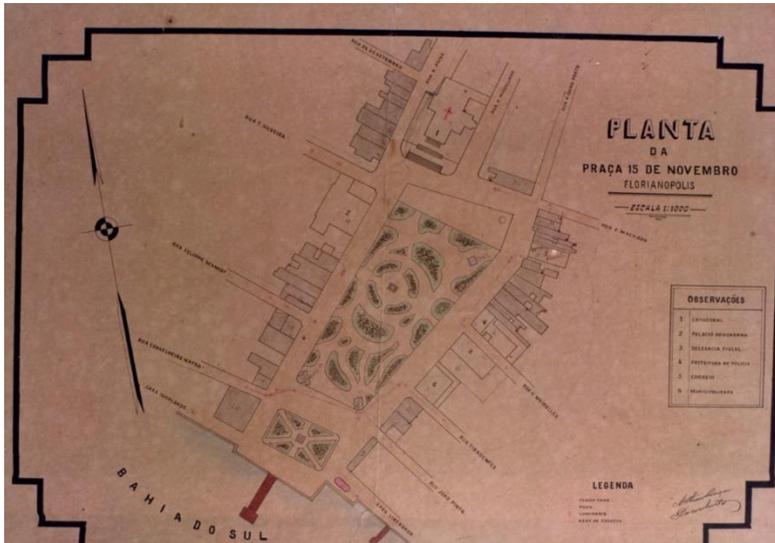
Ao realizar uma pesquisa sobre pessoas em situação de rua na cidade, optamos, como um dos recursos metodológicos, por caminhar pelo Centro Histórico de Florianópolis “jogando meu corpo no mundo, andando por todos os cantos” (Galvão & Moreira, 1972), a fim de estar sensível e de construir uma experiência estética na cidade, com tudo que a compõe. Para Careri (2013), o caminhar configura-se como uma forma de intervenção urbana, uma prática estética potente, que, além de possibilitar um modo de ver e compreender o território, também nos convida a criar paisagens. Nesse processo de arriscar jogar o meu corpo no Centro Histórico, mais especificamente na Praça XV de Novembro, dificuldades foram encontradas, algumas superadas e outras tantas ainda não compreendidas, pois assumir uma postura desinteressada (Pereira, 2012) e realizar a entrega de meu corpo pela cidade são desafios postos à lógica racional vigente.

Conforme mencionado no Capítulo 2, o centro da cidade passou a fazer parte da minha rotina semanal: iniciei as minhas aproximações com os interlocutores desta pesquisa de mestrado, frequentando toda semana o Centro Histórico da cidade. Optei por acessar o centro sempre de transporte público, considerando que andar de ônibus e em seguida a pé possibilitaria uma maior compreensão daquele espaço, faria com que eu ficasse mais atenta aos lugares de passagem, comércio e pessoas e favoreceria até mesmo uma aproximação com meu campo de pesquisa.

A partir disso, tive meus primeiros contatos com a tão famosa e turística Praça XV de Novembro (Figura 2). O trajeto de descer no Terminal Central de Ônibus (TICEN) e caminhar até a Praça XV era embalado pela voz alta e estridente dos vendedores de ouro que ocupam cada esquina da Rua Conselheiro Mafra, entoando “compro oro, pago bem o oro”¹⁴. A fim de experienciar esse centro-cidade, comumente eu alternava meu trajeto até o ponto que precisava chegar, para isso foram utilizadas ruas diferentes, com viradas em esquinas distintas, o que deixava perceber a diversidade que a cidade ofertava.

¹⁴ Oro significa ouro. Frase escrita como é ouvida no centro da cidade.

Figura 2: Planta da Praça XV de Novembro
 Fonte: Acervo Casa da Memória



O centro histórico é um espaço em que acontece tudo ao mesmo tempo: é palco de manifestações políticas, em cada esquina há apresentações culturais e artísticas, com músicos, performances, desenhistas e pintores que expõem e vendem seus trabalhos, assim como os/as artesãos/ãs e os povos indígenas, que utilizam o espaço como local de encontro e trabalho; lá também é espaço de circulação e permanência de pessoas em situação de rua, um local importante para manguear¹⁵, além de ser composto pelo comércio formal de lojas, mercados, farmácias e também pelo comércio informal e ilícito.

Em 2017 a minha frequência na Praça XV se tornou constante devido à realização intensa do campo de pesquisa. Circulando e permanecendo pela praça, fui observando algumas singularidades que irei discorrer ao longo deste capítulo. Porém, existia uma necessidade de conhecer melhor a história da praça. Já havia sido informada sobre algumas peculiaridades do local, mas precisava de mais informações históricas para tentar entender até mesmo a relação das pessoas que ocupam a praça, o significado dela para a cidade e o contexto histórico e cultural.

¹⁵ Manguear é uma gíria utilizada por pessoas em situação de rua e se refere à ação de pedir.

Assim, fortuitamente, surgiu a possibilidade de participar de um passeio turístico sobre a história da cidade de Florianópolis, incluindo o surgimento da Praça XV de Novembro. O *walking tour*¹⁶ intitulado “De Desterro a Florianópolis” aconteceu em um sábado frio, com céu azul salpicado por nuvens e um sol vibrante para se contrapor à baixa temperatura, de cerca de catorze graus. A experiência com esse passeio iniciou-se na escadaria da Catedral Metropolitana, situada em frente à praça e, em seguida, a percorremos e também seus arredores. Foram contados fatos históricos e casos de políticos pontuais da cidade, utilizando como recursos didáticos a arquitetura e as reproduções de fotografias antigas.

O *walking tour* realizado pelo guia de turismo tinha um *script*, um roteiro planejado e programado para que em cada parada um assunto específico fosse abordado, o que não permitia um processo reflexivo e uma compreensão da cidade e da praça como um todo, apenas uma história fragmentada. Apesar dessas ressalvas, avalei a experiência como interessante, pois muitas informações novas foram apresentadas, porém não me senti afetada por esta vivência, o que me deixou ligeiramente frustrada.

Na mesma semana, mais especificamente em uma terça-feira à tarde, estava andando pela praça a fim de encontrar pessoas em situação de rua que pudessem e desejassem participar da pesquisa. O caminhar pela praça e por suas redondezas estava se revelando para mim como um modo de ampliar as possibilidades de pesquisa-intervenção, um modo de transformar o lugar e seus sentidos, “ato perceptivo e ato criativo, que ao mesmo tempo é leitura e escrita no território” (Careri, 2013, p. 51). Após percorrer o trajeto até a praça e seguir para a região do coreto, local da praça em que muitas pessoas em situação de rua ficam, eu não consegui encontrar ninguém, pois com a alteração climática para o frio, todas as pessoas com quem eu frequentemente conversava estavam dormindo.

Assim, decidi me fixar em um ponto e observar a praça e as pessoas que a ocupavam até encontrar com algum sujeito de minha pesquisa, e eis que encontro Paulo¹⁷, codinome Professor. Iniciamos então uma conversa informal. Em seguida, Professor se ofereceu para me dar uma *aula* de história sobre a Praça XV de Novembro e os arredores históricos do centro, eu aceitei essa oferta e começamos a caminhar juntos pela praça,

¹⁶ Modo como o guia de turismo nomeava o passeio.

¹⁷ Os nomes dos/das interlocutores/as da pesquisa foram mesclados entre nomes reais e fictícios, de acordo com o desejo de cada pessoa. No Capítulo 2, sobre o Método, apresentamos com mais detalhes o motivo dessa escolha.

Largo da Alfândega e Mercado Público. O Professor contou histórias ora semelhantes ora diferentes às que me foram narradas no *walking tour*.

Essa experiência de andar com uma pessoa em situação de rua no centro da cidade enquanto recebia uma “aula de história”, como o Professor gostava de chamar, possibilitou uma experiência estética, uma vivência sensível, compartilhada com as pessoas/coisas e que perpassou transversalmente diferentes esferas do sentido, dos afetos e do cotidiano. Utilizando as palavras de Galvão e Moreira (1979), trata-se de experiência em que “eu deixo e recebo um tanto, e passo aos olhos nus ou vestidos de lunetas, passado, presente”. Serão apresentadas neste capítulo as memórias e rastros que compõem o espaço-tempo da Praça XV de Novembro a partir do *walking tour* e da *aula* com o Professor, considerando as diferenças entre essas duas experiências na cidade. Em seguida, serão apresentados os pontos do centro da cidade utilizados pelas pessoas que ali vivem, a Praça XV de Novembro e a relação complexa que estabelecem com a rua-casa.

3.1 O *walking tour* e a *aula* no centro histórico da cidade de Florianópolis

De acordo com Pereira (2012), para vivenciar uma experiência estética é fundamental que se adote uma atitude estética, que significa assumir uma posição desinteressada, de “abertura, uma disponibilidade não tanto para a coisa ou o acontecimento “em si”, naquilo que ele tem de consistência, mas para os efeitos que ele produz em mim, na minha percepção, no meu sentimento” (p. 186). A experiência estética na cidade possibilita a criação de um olhar diferente, novo e possível em relação ao espaço que ocupamos em nosso dia-a-dia, mas que por vezes não conseguimos estar sensíveis e dispostos a compreender a complexidade e as potencialidades que o constituem.

Os dois momentos vivenciados, que nomearemos como o *walking tour*, referência ao passeio com o guia de turismo, e a *aula*, experiência com o Professor, provocaram reverberações diferentes. Em ambos, houve algum tipo de afetação, mas foram atravessamentos diferentes, sendo um mais sensível que o outro. Acredito que na minha tentativa de assumir uma atitude estética para vivenciar uma experiência estética na cidade no dia do *walking tour*, eu não consegui alcançar uma postura desinteressada, pois estava lá propositalmente, com um fim, com o objetivo de obter uma experiência para compor esta pesquisa. Uma atitude estética não se configura a partir de

uma intencionalidade, uma premeditação, uma antecipação racional do que está por vir, mas como uma disposição contingente, uma abertura circunstancial ao mundo. A premeditação é da ordem da atitude prática, utilitária, funcional, é quando nos dirigimos para o mundo com vistas a determinados fins, considerando as coisas e os acontecimentos como meios úteis para atingir esses fins. (Pereira, 2012, p. 186)

O *walking tour*, por meio do roteiro elaborado e executado pelo guia de turismo, não possibilitou para mim uma experiência estética. Participaram do passeio quinze pessoas, sendo a maioria moradores de Florianópolis que tinham o interesse comum de conhecer a história da cidade. O fato de o grupo ser composto majoritariamente por moradores da ilha evidencia a necessidade de memória dessas pessoas, as quais se disponibilizaram a passar um sábado de manhã (re)conhecendo a cidade. Andando sempre em grupo, o guia de turismo possuía um microfone e uma caixa de som para narrar acontecimentos e esse equipamento me causou um estranhamento e fez com que eu duvidasse que poderia ser uma boa experiência devido ao caráter turístico que assumia. Coincidentemente o equipamento parou de funcionar, o que fez com que o guia ficasse irritado e confuso, mesmo sendo possível ouvi-lo e compreendê-lo bem sem o microfone, levando-o a perder um pouco a linha de raciocínio devido à alteração das condições planejadas para a atividade.

O *walking tour* partiu da escadaria da Catedral Metropolitana para a frente do atual Museu Cruz e Souza. Foi contada a história da época em que lá era Palácio do Governo, quais governantes e ditadores passaram por ali e o episódio político conhecido como Novembrada¹⁸. Adentramos a Praça, onde foram apresentados os monumentos, bustos e as obras de arte que compõem o espaço. Algumas pessoas passavam por nós e paravam para observar o que acontecia, eram olhares curiosos que timidamente se dispersavam quando percebiam que o grupo tinha notado o interesse. O passeio aconteceu apenas no perímetro da Praça XV, durou

¹⁸ A Novembrada foi uma manifestação popular ocorrida em novembro de 1979, no centro de Florianópolis, contra o Regime Militar implantado no país em 1964. Para mais informações: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/novembrada/> Está disponibilizado na internet o filme Novembrada, de Eduardo Paredes: <https://www.youtube.com/watch?v=yOb3StviDwg>

quase duas horas, com histórias e curiosidades que compõe a cidade de Florianópolis. O encerramento dessa atividade se deu sem o compartilhamento das reflexões e reverberações, ela terminou como uma atividade qualquer, na qual foram sorteados brindes aos participantes.

Diferentemente, a experiência da *aula* com o Professor ocorreu de forma individual, apenas eu e ele circulando pela praça e arredores, sem nenhum equipamento de som, recursos didáticos ou algo semelhante, havia ali apenas o conhecimento histórico do Professor e o processo criativo com que ele deu sentido ao saber. O Professor é um homem de cerca de 30 anos e que está em situação de rua na cidade de Florianópolis. Ao perguntar como ele havia adquirido tanto conhecimento sobre a história da cidade, considerando ele ser de São Paulo, explicou-me que no período em que esteve preso acessava a biblioteca do presídio, lá havia muitos livros de história, a maioria sobre o estado de Santa Catarina, modo como entrou em contato com a história da formação da cidade.

O Professor oferece sua *aula* de história para as pessoas que circulam pela praça em troca de uma contrapartida financeira¹⁹, ação que se configura como um modo de sobreviver financeiramente, é uma forma de “transfigurar a realidade” (Pereira, 2012, p. 193), pois ele desloca todo um aprendizado que aconteceu no contexto de reclusão no sistema prisional, e transporta esse conhecimento para o espaço livre, aberto, da rua, da praça, e faz desse conhecimento uma oportunidade de encontro com outras pessoas e sua fonte de renda.

Em outros momentos eu já havia percebido o Professor convidando pessoas pela praça e oferecendo sua aula. Nessas abordagens era possível notar a existência de um estranhamento ao convite, o qual era recusado pela maioria das pessoas, algumas simplesmente agradeciam, outras tantas sequer paravam para ouvi-lo. Aquele dia foi a primeira vez em que ele me ofereceu sua aula. Talvez isso tenha ocorrido porque todos os outros dias em que estava na praça dificilmente ficava sozinha, quase sempre estava conversando com alguma outra pessoa em situação de rua.

O convite surgiu de forma espontânea, após um início de conversa empática entre nós dois, a ponto de descobrirmos que nascemos no mesmo dia e no mesmo mês. A partir da necessidade financeira dele, pois contou que precisava pagar uma jaqueta que tinha adquirido no brechó da igreja e que por isso me ofertava o passeio em troca de uma ajuda financeira, e da minha postura aberta, nosso encontro aconteceu.

¹⁹ Ao oferecer a *aula* para a pessoa, Professor informa que ao final a pessoa pode contribuir com qualquer quantia financeira.

Começamos a *aula* pela parte leste da Praça, diferentemente do *walking tour* que iniciou na parte oeste. O Professor iniciou contando sobre quem foi o fundador da praça e o responsável pelo projeto do jardim. De início, o Professor tinha uma fala ensaiada e parecia ter um roteiro bem estabelecido, semelhante ao guia de turismo, como uma forma de dar credibilidade às informações que transmitia. Ao pararmos na centenária figueira, Professor contou que a árvore havia sido transplantada para aquela localização. De acordo com ele, isso ocorreu devido ao fato de a namorada do governante da época pedir como prova de amor o transplante da árvore, que antes estava localizada na área da Catedral, para o interior da praça, e assim ele o fez. A figueira hoje é um dos pontos turísticos da cidade.

A história da figueira deve ser colocada no plural, “as histórias”. De acordo com o guia de turismo, a figueira foi transplantada pois, na localização antiga, ela dificultava a visão do governador para a praça, o que impossibilitava que ele trocasse olhares da Casa de Governo com as mulheres que a frequentavam. Interessante perceber as diferentes versões de uma história e a cultura popular que se cria a partir dessas memórias, como exemplo a crença popular de que dar três voltas em torno da figueira faz com que a pessoa se case.

Seguimos a caminhada e o Professor parecia conhecer o roteiro do guia de turismo, pois ambos apresentavam os desenhos do chão de Hassis²⁰, citavam a importância de Franklin Cascaes²¹ para a cidade e evidenciavam alguns monumentos e bustos. No memorial dos florianopolitanos que estiveram na Guerra do Paraguai, Professor se diferenciava na explicação do guia de turismo, pois fazia uma crítica à guerra e ao modo como os negros escravos foram convencidos a lutar em troca de alforria, o que ocasionou na morte de muitos deles e os que voltaram vivos não tiveram a promessa cumprida. O Professor contou que as cinzas dos soldados mortos foram depositadas no interior do monumento, exceto as dos negros. Esse fato não foi relatado pelo guia de turismo e não consegui checar a veracidade dessa história, porém,

²⁰ Hiedy de Assis Côrrea, conhecido pelo nome artístico de Hassis (1926-2001), foi um pintor brasileiro, nascido em Curitiba, mas morava em Florianópolis. Retratava em seus trabalhos artísticos elementos do estado de Santa Catarina, como a paisagem natural e a cultura local. Mais informações: <http://www.guiafloripa.com.br/cultura/museus/museu-hassis>

²¹ Franklin Joaquim Cascaes (1908-1983) foi um artista e pesquisador da cultura açoriana. Para mais informações: <http://www.guiafloripa.com.br/dicas/dicas-de-cultura/quem-foi-franklin-cascaes.htm>

independente de ser verdadeira ou não, Professor falou sobre o racismo e o preconceito que aconteceram naquela época e que ainda hoje prevalecem na sociedade brasileira.

Para além dos registros de memória e arte visíveis na praça, Professor também mostrou os símbolos que não são facilmente perceptíveis. De acordo com ele, a região do coreto constitui o símbolo da maçonaria de Florianópolis, formado pela meia lua do coreto e com os pergolados dos cantos direitos e esquerdo, que se visto por cima constitui um olho, que simboliza a maçonaria. O Professor falou sobre a forte influência que a maçonaria tem na cidade, a ponto de possuir seu símbolo na praça central²².

A aula com o Professor poderia ter terminado pela praça, porém perguntei a ele se conhecia apenas a história da praça, se também tinha informações sobre outros lugares; ao invés de me responder de forma positiva ou negativa, me respondeu com uma pergunta: “tu tens medo de sair da praça comigo?” (Diário de Campo, Junho de 2017), respondi que não, e ele disse: “então vamos lá na Alfândega e no Mercado Público para eu continuar a minha aula...” (Diário de Campo, Junho de 2017). Em seguida, questionei-o sobre a pergunta do medo e ele respondeu sem pestanejar: “as pessoas têm medo de preto, drogado e morador de rua” (Diário de Campo, Junho de 2017).

A partir dessa abertura de dizer sobre ele e sobre a relação com o restante da sociedade, a história da cidade passou de protagonista a coadjuvante. Foi o momento em que ele contou um pouco sobre sua vida, sua relação com a cidade e o modo como tem vivido em situação de rua; mas rapidamente ele retomou a *aula* e voltou a falar da história da cidade.

Percorremos o Memorial Miramar²³, o Largo da Alfândega e o Mercado Público, nesse último local o Professor fez uma crítica à intervenção na arquitetura do prédio histórico com a criação de um telhado, o qual afirmou não estar de acordo, pois “desconfigurou a

²² Evidencio que o objetivo não é colocar em questão a veracidade das histórias contadas pelo Professor e pelo guia de turismo, mas sim evidenciar a existência de diferentes modos de compreensão do que é contado e as diversas maneiras que nos apropriamos disso.

²³ O Memorial Miramar foi construído em 2001. Representa uma homenagem ao trapiche de 1925 que era usado para embarque e desembarque de passageiros do serviço de transporte marítimo entre a ilha e o continente. Em 1928, nesse mesmo trapiche, foi inaugurado o Bar Miramar, um símbolo de modernidade. Configurou-se na época como ponto de encontro da sociedade de Florianópolis. Mais informações em <http://www.guiafloripa.com.br/dicas/dicas-de-cidade/memorial-ao-miramar.htm>

arquitetura colonial e antiga” (Diário de Campo, Junho de 2017). Aliado a isso, trouxe questionamentos sobre a função social do Mercado, pediu para que eu reparasse quantos negros estavam desfrutando do espaço e concluímos de imediato que não havia nenhum. Naquele espaço, de pele preta apenas alguns poucos funcionários, nenhum cliente.

Ao percorrermos o Mercado Público, o passo foi acelerado, questionei o porquê de andarmos rápido e ele contou que frequentemente era expulso quando atravessava o Mercado por dentro, então preferia andar mais rápido para isso não acontecer. Evidentemente os olhares de estranhamento em nossa passagem pelo Mercado foram presentes, tanto por parte dos clientes que desfrutavam um *happy hour*, quanto dos profissionais.

No caminho de volta até a Praça XV, a todo o momento Professor fazia menção a algo histórico. Ele prolongou-se um pouco mais quando passamos pela Rua Conselheiro Mafra e informou que era a rua da prostituição, desde antigamente até os dias atuais. Professor falou de práticas, acontecimentos e modos de se relacionar com a cidade do passado, mas que estão diretamente relacionadas com o presente e possivelmente contribuirão para o futuro.

Foi possível perceber que o guia de turismo e o Professor se relacionavam de formas diferentes com a cidade-centro. Por mais que o guia demonstrasse ter conhecimento sobre a praça e a cidade, ele não parecia muito à vontade em caminhar com o grupo pela praça, sempre tentando nos guiar para pontos vazios e invisibilizando os aspectos sociais que constituem sua história. Já o Professor demonstrava fazer parte daquele espaço, circulando entre todas as pessoas e parecia mesmo só se incomodar com os olhares de estranhamento que eram direcionados para nós.

O *walking tour* e a *aula* produziram sentimentos singulares em relação a cada experiência. Como já evidenciado, o *walking tour* proporcionou um acontecimento de aspecto mais utilitário, enquanto a *aula* intensificou minhas sensibilidades às questões sociais, à cidade e às pessoas, o que provocou reflexões, afetações e questionamentos em relação aos modos como nos relacionamos com a cidade, suas histórias, memórias e complexidades.

Ambas as experiências foram notadas por pessoas externas a elas, mas a diferença em como eram percebidas foi nítida. Enquanto com o guia de turismo os olhares eram de curiosidade e interesse, com o Professor eram olhares que questionavam o que uma pessoa em situação de rua tanto falava para mim. De acordo com Sousa e Bechler (2008), esses corpos errantes que circulam e permanecem pelas ruas da cidade

são para o restante da sociedade “ao mesmo tempo a presença do corpo e a necessidade de sua desapareção” (p.396). A necessidade de invisibilizar essas pessoas quando elas se fazem visíveis, quando circulam pela cidade em horário comercial e escancaram sua existência, sobressaiu.

Souza e Albuquerque (2013) afirmam que “atividade estética pressupõe um excedente de visão, ou seja, duas consciências não coincidentes” (p. 61). Excedente de visão é quando a “visão do outro em relação a mim e de mim em relação ao outro cria uma cumplicidade responsável entre nós, uma vez que nem a minha existência nem a existência do outro são soberanas, mas interdependentes” (Souza & Albuquerque, 2013, p. 52). Sendo assim, as experiências desses dois acontecimentos possibilitaram diferentes significações e, em específico, a experiência estética da *aula* permitiu uma troca ética de saberes, um bom encontro no sentido espinozano e afetações múltiplas.

3.2 A cidade e as pessoas em situação de rua de Florianópolis

A cidade é como se fosse um livro. Cada rua que tu passa é como se fosse uma página, só que esse livro vai passando, vai mudando. Porque tudo que tu olhar hoje na cidade vai mudando, uma casa que tu olha hoje tá pintada de rosa, amanhã pode tá pintada de roxo. (Conversa com Miriam, Maio de 2017)

Rolnik (1995) define a cidade como texto, o qual é reescrito cotidianamente pelas pessoas que a habitam e que constroem novos sentidos para um espaço sempre em transformação. A cidade, pois, é produto das relações humanas e, portanto, inacabada. Para a autora, “é como se a cidade fosse um imenso alfabeto, com o qual se montam e desmontam palavras e frases” (p. 18). Criam-se novos textos que compõem a cidade-livro, conforme Miriam, interlocutora da pesquisa, mulher negra e em situação de rua, a define na epígrafe. Cidade-livro, em que as ruas são páginas escritas por quem nelas circulam. Livro composto por textos inscritos no cenário urbano que regem os modos de vida. Virar a esquina é deparar-se com uma nova página e, ao mesmo tempo escrevê-la; criar grafias outras com a efemeridade que a constitui. Existem páginas em branco nessa cidade-livro? Quais novos textos são inscritos nessa cidade?

Para Hissa (2006), a cidade é feita de várias cidades. Cada página é uma nova cidade, cada texto elabora uma outra cidade; o conjunto de

cidades-páginas-textos: é a cidade. Para o autor, a cidade é um polo de convergência e de propagação da vida, constituída pela atração e pela repulsão das relações humanas, é cidade ímã (Rolnik, 1995). Hissa (2006) afirma que são nas cidades que

as densas relações entre os indivíduos estimulam o conflito e a contradição, mas, também, a aproximação entre o eu e o outro. Feita da fronteira, que afasta e que aproxima, que desenvolve a aproximação e a exclusão, a cidade é, no entanto, a possibilidade da conquista e da contínua retomada da vida: é a alternativa da fala que sempre faz renascer o eu (no outro). (p. 90)

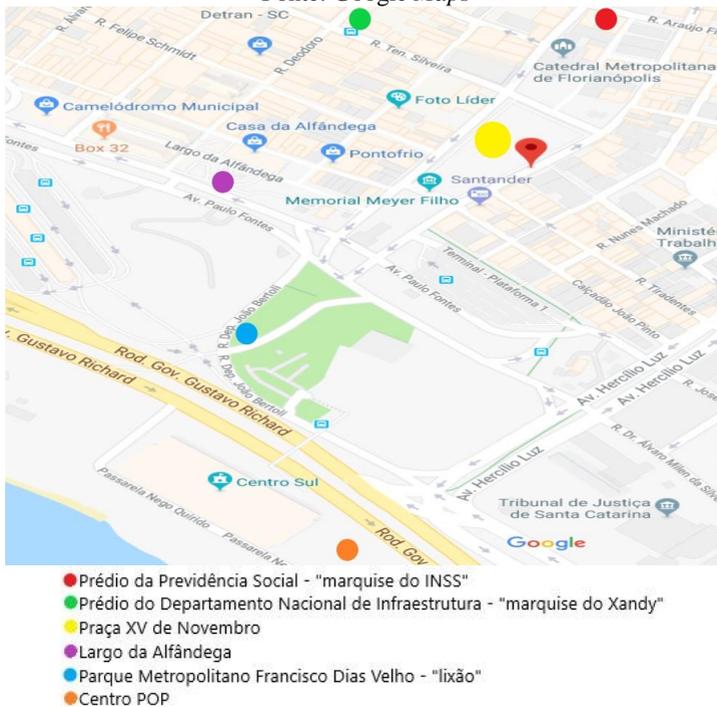
A cidade é território em que se instalam encontros e confrontos, sendo “constituída e constituidora de seus habitantes que, nas intensas vivências com a polifonia urbana, forjam suas sensibilidades, os sentidos que imprimem ao seu entorno e a si mesmos, suas expectativas, desejos, sonhos, utopias, frustrações” (Assis & Zanella, 2016, p. 195). Para as autoras, a cidade também é o espaço de salvaguarda da vida daqueles que possuem a existência (quase) negada, dos que coexistem perante a exclusão do espaço em que constroem suas próprias vidas, dos que tensionam as relações sociais instituídas nos cenários urbanos: as pessoas em situação de rua.

As pessoas em situação de rua escrevem novos textos na cidade, transformam o cenário urbano a partir da constância de sua presença, ora visível ora invisível. Reconfiguram os espaços públicos, tornando-os espaços possíveis para se viver, mas não constituem a cidade-livro sozinhas. O texto escrito pelas pessoas que vivem nessa condição ocorre, de forma direta e indireta, junto à interlocução com outros autores da cidade, como os comerciantes, os representantes do Estado, a Guarda Municipal e os demais transeuntes. Assim, instaura-se uma densa relação entre os diferentes personagens da história escrita nesse livro-cidade. Ao mesmo tempo em que existem vidas pulsantes, há também a exclusão, configurando-se a pólis como espaço de relações densas por não só aproximar as pessoas, “mas também porque é complexa e desafia as estruturas convencionais” (Hissa, 2006, p. 89).

Florianópolis tem no centro da cidade a maior concentração de pessoas em situação de rua. A Figura 3 apresenta o mapa dessa região e assinalados os pontos específicos de concentração de pessoas em situação

de rua. São locais com características específicas e relações singulares configuram cada espaço.

Figura 3: Mapa com os pontos principais do centro da cidade
Fonte: Google Maps



Começamos pelo ponto em vermelho marcado no Prédio da Previdência Social, que recebe das pessoas em situação de rua a alcunha de “marquise do INSS”. Esse é um prédio com marquises que abarcam duas esquinas. De acordo com Aline, interlocutora da pesquisa, um lado era ocupado por pessoas para dormir e o outro lado “tá tipo uma cracolândia²⁴” (Diário de Campo, fala de Aline, Junho de 2017). Essa marquise foi fechada com tapumes de madeira no segundo semestre de 2017 e permaneceu assim até o final desta pesquisa. Evidentemente, as pessoas não mais se acomodam ali, se direcionaram para outras marquises e regiões.

²⁴ Cracolândia é um termo utilizado para denotar regiões de intenso uso de crack, com aglomerado de pessoas.

O ponto verde da imagem representa a “marquise do Xandy”, que está localizada no Prédio do Departamento Nacional de Infraestrutura. O nome dado a essa região está relacionado ao supermercado localizado em frente à marquise, em que o proprietário é conhecido como Xandy. Essa é uma das maiores marquises do centro da cidade, logo é a região em que há maior concentração de pessoas para pernoitar, principalmente no inverno, pois é uma área com menos vento se comparada ao Coreto da Praça XV. Como está localizada na parte comercial da cidade, só é “permitida” a permanência das pessoas em situação de rua em horário não comercial. Assim, as pessoas que ali pernoitam precisam deixar a marquise sem vestígios de que estiveram ali, limpar a calçada e organizá-la, retirando restos de papelão, comidas e lixos. Essa é uma condicionalidade para permanência no espaço determinada pela Guarda Municipal. De acordo com uma pessoa que vive nessa condição, a Guarda Municipal tem o lema “dorme cedo e acorda cedo” (Diário de Campo, Março de 2013); de acordo com ele, os guardas já avisaram que “não querem ninguém perambulando à noite e nem dormindo de dia, eles tão acordando a gente antes do sol nascer pra gente sair do lugar” (Diário de Campo, Março de 2013).

No ponto amarelo está situada a Praça XV de Novembro. Na parte de cima da Praça está localizado o Coreto, é a região que concentra as pessoas em situação de rua que ali dormem e vivem. Na parte de baixo, tem-se a presença predominante de jovens artesãos e hippies; alguns possuem casas, outros estão em situação de rua, mas são, em sua maioria, viajantes que se estabelecem por alguns dias na cidade e depois migram para outras cidades. A região central da Praça, onde está localizada a figueira, é o espaço em que se dá com maior intensidade o cruzamento de diferentes pessoas, realidades e modos de vida. É tanto o espaço ocupado pelo engraxate como também pelo turista; pelas pessoas em situação de rua e pelo executivo que senta no banco da praça em seu intervalo de trabalho.

Em roxo, na figura, temos assinalado o Largo da Alfândega. É uma região no centro histórico da cidade, ao lado do turístico Mercado Público. De acordo com diferentes interlocutores da pesquisa, as pessoas que permanecem na Alfândega são as que fazem uso abusivo de álcool. Ao anoitecer, é o momento em que lá há grande concentração de pessoas em situação de rua.

Na maioria das regiões marcadas na figura, o aglomerado de pessoas na condição de rua acontece ao anoitecer, horário em que o centro da cidade encerra suas atividades comerciais, o fluxo de pessoas e o número de turistas é reduzido. O fato de aumentar o número de pessoas

em situação de rua na região central no período da noite pode estar relacionado a diversas razões. Podemos acreditar que essas pessoas estão durante o dia no Centro POP ou até mesmo realizando atividades laborais e, por isso, não estão presentes fisicamente na região durante o dia. Ou podemos inferir que devido a ações anteriores de higienização da cidade e de repressão policial para não ficarem no centro da cidade durante o dia, elas adaptaram-se a ocupar os espaços apenas no período da noite.

Marcado de azul na figura está o ponto conhecido como “lixão”. Trata-se de uma área verde abandonada pela Prefeitura, em que não se tem nenhuma estrutura que a caracterize como parque, a qual foi tomada por um mato alto, onde há um depósito de lixo próximo. Nessa região concentram-se pessoas para usarem especificamente o crack. É uma área escondida do centro da cidade, difícil de ser visualizada, o que garante a invisibilidade para o uso. Algumas mulheres, interlocutoras da pesquisa, circulam por todos os espaços aqui citados. Relatam que apesar da Praça XV também ser um local de uso de drogas, não gostam de usar lá, pois é para elas um espaço de convivência. Relataram que quando desejam beber vão para a Alfândega e quando querem usar crack optam pelo Lixão.

Na parte inferior da figura, em laranja, tem-se o Centro POP. Seu posicionamento físico é estratégico, de fácil acesso às pessoas que circulam pelos pontos marcados na imagem e às demais que ocupam outras regiões da cidade, como os viadutos próximos a rodovia e até mesmo quem permanece nas proximidades da rodoviária.

Dos pontos marcados na figura do mapa da região central, apenas não adentrei no “lixão”, apesar de passar ao lado dele várias vezes, pois é próximo a um dos pontos de ônibus. Certo dia, tive a oportunidade de entrar, pois havia avistado uma das interlocutoras da minha pesquisa lá. Mas considerei que a minha presença poderia ser invasiva, pois havia sido avisada por outras pessoas em situação de rua que não deveria “ir no mato senão urubu me pinica”²⁵.

²⁵ A expressão original é “não vai no mato que urubu te pinica” (Diário de Campo, Junho de 2017). Em um dia de campo, estava na Praça XV conversando com um homem em situação de rua que se fixou embaixo da Ponte Hercílio Luz. Comentei com ele que eu conhecia apenas a região central da cidade, que tinha interesse em conhecer outras regiões onde havia pessoas vivendo. Foi nesse momento então que ele me explicou que era necessário ter cautela para conhecer determinados lugares, que era preciso ser convidada e então lançou a expressão popular “não vai no mato que urubu te pinica”. Pedi que me explicasse a frase. Contou que é

De acordo com Augusto, interlocutor da pesquisa, a região central é uma área ocupada por pessoas em situação de rua que recebem algum tipo de auxílio/cuidado dos órgãos da assistência social e saúde (Diário de Campo, Março de 2017). Ele contou que existem “os lugares dos invisíveis”, que são os espaços ocupados por aqueles que conseguem ser invisíveis tanto para os órgãos de apoio, como Consultório na Rua²⁶ e Abordagem de Rua²⁷; quanto para os órgãos de repressão, como a Guarda Municipal. Esses lugares configuram-se como espaços destinados ao uso de crack.

Os pontos delimitados na figura do mapa são regiões visíveis à sociedade, à gestão pública da cidade e às políticas públicas, tanto as sociais quanto as de segurança pública. Se por um lado a visibilidade pode ser considerada como algo positivo, que promove o acesso a direitos básicos, que legitima a existência das pessoas nessa situação, pode, ao mesmo tempo, ser motivo para ações repressivas, de limpeza social da cidade, higienização e expulsão das pessoas dessas localidades. Assim, a invisibilidade espacial pode de certa forma garantir a existência no território, transformar-se em um refúgio blindado às ações de limpeza urbana.

Nos espaços visíveis da cidade ocupados pelas pessoas em situação de rua são realizadas estratégias pelo poder público e pela iniciativa privada a fim de invisibilizar suas existências. São implementados acordos entre as pessoas em situação de rua e os comerciantes da região, os trabalhadores da Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP)²⁸ e até mesmo com a Guarda Municipal. Uma relação antagônica e complexa se estabelece, cheia de condicionalidades e ameaças, em que alguns se submetem à ordem e outros a subvertem.

uma expressão utilizada por pessoas da Ilha, que significa que não devemos ir onde não somos chamados, e que se formos, coisas ruins podem acontecer.

²⁶ Consultório na Rua é um dispositivo móvel do SUS que presta atenção integral à saúde das pessoas em situação de rua. São equipes formadas por profissionais de saúde que atuam nas ruas e trabalham junto aos usuários de álcool, crack e outras drogas com a estratégia de redução de danos. Para mais informações: <http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/cuidado/consultorio-na-rua.html>

²⁷ Abordagem de Rua compõe o SUAS e tem como objetivo garantir o acesso à rede socioassistencial de pessoas em situação de risco pessoal e social nos espaços públicos. Para mais informações: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Pe rguntas_Servico_AbordagemSocial.pdf

²⁸ Empresa responsável pelo recolhimento de lixo da cidade.

Evidencio alguns episódios vivenciados em campo que ilustram essa relação contratual e higienista referente ao espaço público. O Coreto da Praça XV é, além de um espaço para pernoite, também um espaço de uso de drogas e de encontro de várias pessoas em situação de rua. Como um lugar de fluxo de pessoas, era difícil encontrá-lo limpo e organizado, sendo frequente a presença de restos de comida e, conseqüentemente, pombos e ratos, assim como muitos pertences (roupas, mochilas, cobertores, colchões) “jogados” no espaço. Certo dia, deparei-me com o espaço diferente: estava limpo e organizado, com todos os pertences guardados debaixo dos bancos, de modo que de longe não era possível avistá-los. Uma pessoa em situação de rua estava finalizando a varrição. Ao perguntá-la sobre quais as razões do espaço estar diferente, me respondeu que os trabalhadores da COMCAP tinham ido lá e avisado que se as pessoas que permanecem no espaço não limpassem e organizassem o local, outros realizariam o serviço. Em seguida questionei se a limpeza da Praça não era mesmo responsabilidade da empresa, ele respondeu que sim, mas como sempre o Coreto estava ocupado por pessoas dormindo, não realizavam a limpeza. Com a possibilidade da COMCAP limpar o local, preferiram eles mesmos fazer, pois sabiam que se caso não fizessem, além de receber repressão policial para retirá-los de lá, teriam seus pertences recolhidos.

Em um outro dia de campo, percebi uma movimentação diferente: várias pessoas que ficam na “marquise do INSS” estavam descendo para o Coreto da Praça XV. Perguntei o que estava acontecendo e me responderam que uma senhora em situação de rua havia defecado na calçada. Então, os comerciantes, insatisfeitos com o ocorrido, chamaram a COMCAP e a Guarda Municipal para retirá-los dali como uma forma de puni-los pelo comportamento inadequado. Assim, decidiram descer para o Coreto com seus pertences a fim de evitar o confronto. A mulher que me explicava a situação concluiu dizendo que entendia o posicionamento dos comerciantes, mas ao mesmo tempo contextualizou que a senhora que realizou o ato de defecar na rua possui transtornos mentais, é idosa e não consegue se comunicar com as outras pessoas, por essa razão, não sabia que era possível utilizar o banheiro público. Nessa situação ficou evidente a preocupação com o espaço público, já que nenhuma medida de atenção psicossocial foi acionada para a senhora que defecou, apenas expulsaram as pessoas dali.

Pouco tempo depois desse ocorrido, a “marquise do INSS” foi fechada com tapumes de madeira e anexada uma placa de revitalização do espaço. Podemos compreender que tal ação configura-se como uma “operação antimendigo” (Frangella, 2005, p. 201), ou seja, uma maneira

de impedir que as pessoas em situação de rua utilizem o espaço. É uma ação exitosa, na medida em que realmente impossibilita o acesso, mas ao mesmo tempo é declaradamente fracassada, pois apenas promove o deslocamento dessas pessoas para outras marquises, ruas, praças, becos, vãos etc.

As arquiteturas antimendigo e as ações de higienização urbanas são intensificadas na cidade de Florianópolis no período de aproximação das festas de final de ano e com a chegada do verão. Em meu Diário de Campo, em Outubro de 2016 registrei a seguinte fala de uma pessoa em situação de rua: “já tirou a galera que fica no INSS, vai começar a tirar da Praça porque vai começar o Natal e vai tirar a galera do Xandy também”. No final de 2017, a cena se repetiu: “estamos perdendo o direito de dormir debaixo da marquise” (Diário de Campo, fala de Augusto, Outubro de 2017) disse Augusto, em uma das reuniões do MNPR/SC em que se discutia o direito de viver na cidade.

Para Frangella (2005), as ações de limpeza social na cidade reiteram o “ciclo estigmatizante que promove a imagem do morador de rua como sujeito poluidor” (p. 221), reafirma a imagem das pessoas em situação de rua como não desejadas nas cidades e buscam construir uma imagem falsa das cidades. Para Honorato e Saraiva (2016), a presença de pessoas vivendo nas ruas da cidade é uma das formas de constituir a própria cidade e, além disso, configura-se como um modo de “operar táticas subversivas em relação à noção de controle dos gestores da cidade” (p. 173). Entretanto, a obediência à ordem em alguns momentos configura-se como única saída a essas pessoas, poupando-as de agressões físicas, mesmo que submetidas à violência social e simbólica, à humilhação e exclusão.

Frangella (2005) evidencia que a pessoa em situação de rua “adapta seu corpo a essa geografia compressora; vai se reconfigurando na medida em que o espaço o limita e molda de forma contingente o extravasamento de suas emoções” (p. 204). Tal adaptação pode se dar por meio do embate e da recusa às condicionalidades impostas, mas também com o movimento de se adequar às exigências, imobilizando-se frente à pressão, mas com a garantia de que o fato de existirem configura-se como uma forma de romper com o planejamento idealizado por gestores, promovendo rupturas frente à lógica da ordem (Honorato & Saraiva, 2016).

A cidade ímã, na maioria das vezes, possui o polo da repulsão, da exclusão, do conflito e da contradição mais magnetizado em relação às pessoas em situação de rua. O encontro dessas pessoas com o outro (cidade, sociedade domiciliada, gestores públicos) é, na maioria das

vezes, delineado por uma linha tênue que as aproxima e as afasta, que reconhece a sua existência para ao mesmo tempo tentar anulá-la, que oscila entre as visibilidades e invisibilidades de acordo com o que convém. Mas, mesmo assim, essas pessoas vão compondo as páginas da cidade-livro, reescrevendo textos compostos por suas histórias, vivências e experiências.

3.3 Praça XV de Novembro

Huysen (2000) destaca que a experiência e a percepção do ser humano ocorrem a partir da relação entre o tempo e o espaço, os quais se alteram em decorrência das mudanças sociais, históricas e culturais. Para o autor, tempo e espaço se constituem como categorias inseparáveis na construção de discursos de memória, do mesmo modo que a “memória e o esquecimento estão indissolúvel e mutuamente ligados; que a memória é apenas uma outra forma de esquecimento e que o esquecimento é uma forma de memória escondida” (Huysen, 2000, p. 18).

Memória e esquecimento permeiam nossos trajetos pela cidade, se fazem presentes de forma mútua nos espaços, por vezes evidenciados como monumentos artísticos, homenagens a pessoas e fatos históricos, mas também por meio de rastros invisibilizados. Ao escolher algo para lembrar, também se escolhe algo para esquecer e, assim, vão se constituindo pontos turísticos na cidade, roteiros e uma história a ser contada.

A Praça XV de Novembro está inserida no roteiro turístico da cidade de Florianópolis. De acordo com Pereira, Pelaez, Pimentel Filho, Buchholz e Santos (2007), “um produto turístico pretende devolver os mesmos espaços à cidade, à sua população, enquanto lugares de memória” (p. 214). Para Moreira e Teixeira (2012), o Centro Histórico de Florianópolis se constitui por edificações tombadas que “atribuem um valor funcional e social aos espaços pela adaptação aos novos usos, valor estético pela sua arquitetura e valor histórico, enquanto memória da cidade impressa no tecido urbano” (p. 150). Assim, Nogueira (2015) afirma que a cidade se constitui a partir da inscrição da memória sobre o espaço, configurando-se como “imagem e espaço que se dão a ver e se dão a ler” (p. 41).

O núcleo fundante da cidade de Florianópolis é composto pela Catedral Metropolitana e pela Praça XV de Novembro (Daniel, 2011; Zimmermann, 2010). A Catedral Metropolitana foi construída em 1675 pelo bandeirante e fundador da cidade Francisco Dias Velho, no ponto

mais alto da cidade na época (Pereira et al, 2007). A Catedral, atualmente, se constitui como um dos pontos turísticos do Centro Histórico e abriga obras de arte sacra.

A Praça XV de Novembro foi construída de frente para o mar, o qual foi afastado da praça após o aterro da Baía Sul²⁹. Atualmente é composta por um jardim, bancos, mesas e cadeiras, bancas de jornal, floricultura, barracas de artesanato, um coreto, uma árvore centenária, monumentos e diversas pessoas que fazem diferentes usos da praça. Para Coradini (1992), a Praça XV de Novembro é local em que

toda a vida urbana desenrola-se ali. Todos os caminhos partem e chegam ali, tal como veias e artérias. O entrecruzamento de todas elas é a praça, pois nada lhe escapa. A soma ou seu conjunto e a interação entre elas vão ao longo do tempo imprimindo diferentes usos e significados à cidade e consequentemente à praça. (p. 23)

Assim, compreender a praça é um modo de compreender a cidade. De acordo com Coradini (1992), antes de ser nomeada como Praça XV de Novembro, o local recebia o nome de Largo da Matriz e, em 1877, passou a ser chamada de Praça Barão da Laguna. Recebeu o nome atual após 1889, em homenagem à data da Proclamação da República. Por muitos anos foi cercada por muros e grades³⁰ de ferro importadas da Inglaterra (Figuras 4 e 5); existiam quatro portões de acesso, um em cada lado da praça (Coradini, 1992; Zimmermann, 2010). Nesse período, o processo de entrada e saída era controlado por funcionários públicos que abriam os portões às 9 horas e fechavam às 21 horas; havia um regimento interno em relação ao comportamento das pessoas que a frequentavam e era “expressamente proibida a entrada de indivíduos descalços, maltrapilhos ou conduzindo cargas, bêbados ou loucos” (Coradini, 1992, p. 95).

Naquela época as praias não se configuravam como local de lazer e, como não havia na cidade parques e zoológicos, cabia à praça assumir

²⁹ O aterro da Baía Sul ocorreu entre os anos de 1972 a 1974.

³⁰ Informações referentes às datas em que foram instaladas e retiradas o cerco na Praça XV de Novembro e as razões para tais ações não foram encontradas. Nenhum dos materiais consultados trouxe essa informação. Os profissionais da Casa da Memória, o guia de turismo e o Professor também não souberam precisar. Por meio de fotografias antigas é possível identificar que em 1894 a Praça já estava cercada (Figura 4), e em 1918 o cercado continuava presente (Figura 5).

essa função (Coradini, 1992; Zimmermann, 2010). A praça era espaço destinado a apenas um segmento social, de alto poder aquisitivo, configurando-se como um local de lazer, onde a vida social dessas famílias acontecia, era também cenário para paqueras, o que a constituía como ponto de encontro entre jovens solteiros (Coradini, 1992)³¹.

Figura 4: Praça Barão da Laguna, atualmente Praça XV de Novembro, em 1894.

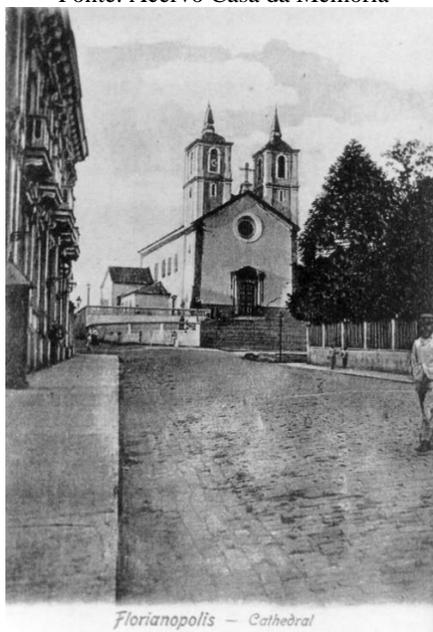
Fonte: Acervo Casa da Memória



³¹ A praça exercia uma função contrária ao que se espera de espaços públicos, pois realizava acepção de pessoas, por ser espaço permitido apenas a pessoas da elite da época (Zimmermann, 2010).

Figura 5: Ao fundo a Catedral Metropolitana, à esquerda o atual Museu Cruz e Souza e à direita a Praça XV de Novembro em 1918.

Fonte: Acervo Casa da Memória



A praça é composta por monumentos e bustos que contam a história de Santa Catarina, mas o que mais chama a atenção e a registra como ponto turístico é a centenária figueira. De acordo com Zimmermann (2010), a figueira havia sido plantada em um jardim circular próximo à Catedral e ao antigo Palácio do Governo (atual Museu Cruz e Souza) em 1871 e, em 1891, foi transplantada para dentro da praça. Diferentemente do guia de turismo e do Professor, a história “oficial”, contada na literatura consultada, não faz menção aos motivos do transplante. Atualmente, a figueira assume um lugar privilegiado, proporciona o encontro de diferentes pessoas, fornece sombra nos dias de sol, configura-se como aconchegante, acolhe músicos, jovens e senhores. Devido à

grande extensão da árvore, seus galhos são sustentados por barras de ferro.

Para Zimmermann (2010), a praça configura-se como um espaço público de convergência de interesses políticos, que intencionalmente “fazem do monumento o documento de sua própria hegemonia, a conservação de seu passado e a pretensão de seu futuro” (p. 10), o que demonstra uma continuidade conservadora na política local.

Seligmann-Silva (2016) apresenta a etimologia da palavra monumento: proveniente do latim, significa advertir, lembrar e exortar. O autor evidencia que os monumentos são mais utilizados como homenagem a alguém e/ou como comemoração de fatos históricos, que advertência a algo/alguém. Assim, ao escolher o que desejamos lembrar, também determinamos o que queremos esquecer (Seligmann-Silva, 2016). Para Zimmermann (2010), os monumentos e bustos da praça representam um discurso ideológico, pois figuram como “memória de trajetórias políticas estáveis de poder” (p. 11), isso porque as “memórias afirmadas no espaço público foram sempre as memórias forjadas por interesses hegemônicos” (p. 106).

Na praça estão o Monumento em Honra aos Heróis Mortos na Guerra do Paraguai e os bustos que homenageiam catarinenses famosos: Cruz e Sousa, poeta; Victor Meirelles, pintor; José Boiteux, historiador e Jerônimo Coelho, fundador da imprensa no Estado (Daniel, 2011).

O interior e o redor da Praça são compostos por história e arte. Nossos pés estão sob mosaicos de pedras portuguesas, conhecidos como *petit pavé*, elaborados pelo artista Hassis, que resgata em seus desenhos a cultura tradicional do estado e promove o diálogo com o popular (Zimmermann, 2010; Daniel, 2011). Para além do que está fixado na Praça, ela também é constituída pelos fatos históricos de que foi palco, como exemplo a manifestação política em 1979 contra o regime militar, conhecida como Novembro. Entretanto, essa memória está escondida, posta em esquecimento, só é acessada pelos rastros verbais de quem a vivenciou, além dos registros escritos e imagéticos do episódio. Não há nenhuma informação e registro desse importante movimento político fixado na praça.

A praça se constitui como uma arquitetônica³² que “projeta interações, confluências, percepções, fluíções (...) projeta temporalidades

³² Baseamos na arquitetônica bakhtiniana compreendida como uma forma de “valorizar as relações produtoras de sentido. O mundo das relações arquitetônicas é o mundo do homem que fala, que se interroga sobre si, sobre seu entorno e, ao

num espaço que se manifesta igualmente como tempo” (Machado, 2010, p. 207). A praça se caracteriza como espaço não finalizado, aberto às relações que mutuamente coexistem de forma dialógica; diferentes tempos se apropriam desse espaço, tanto por meio de memórias, esquecimentos, acontecimentos, quanto de relações sociais. Assim, diferentes tempos e espaço constroem a praça, categorizando-a como um cronotopo³³.

São circunscritas na tessitura da praça diferentes épocas, acontecimentos e expressões sociais. Espaço que já foi cercado de muros e grades, hoje substituídos por cercas invisíveis que continuam a segregar pessoas e a elas delegar determinados lugares sociais; tempos que se encontram num mesmo espaço e de formas diferentes. Território em que certa perspectiva de história é fixada por meio de monumentos e bustos, mas que oferece possibilidades de visibilização de histórias outras. Assim, pensar a praça-cronotopo é “uma forma de compreensão da experiência. Em termos de arquitetônica, compreender uma forma acabada de experiências inacabadas” (Machado, 2010, p. 212).

Na praça-cronotopo, nós, visitantes, somos colocados como espectadores ativos desses diferentes tempos que se encontram ali. Para Nogueira (2015), o “nome de ruas, praças, prédios, monumentos são dispositivos mnemônicos que nos ajudam a localizar os múltiplos e conflituosos tempos que a cidade contém” (p. 42). Assim, as memórias e os esquecimentos são escolhidos pela sociedade para a constituição da cidade-história, atendendo a determinados interesses, porém há na cidade rastros a serem seguidos e investigados. Um desses rastros foi visualizado em letras minúsculas, na placa que indica a rua Conselheiro Mafra (Figura 6).

fazê-lo, articula relações interativas capazes de enunciar respostas a partir das quais constrói conhecimentos” (Machado, 2010, p. 204).

³³ Cronotopo é composto pelas palavras gregas: *chronos* e *topo*, que significa tempo e lugar, respectivamente. Na perspectiva bakhtiniana, compreendemos a relação indissociável e simultânea entre tempo e espaço. Machado (2010) esclarece que tempo e espaço não existem em si mesmos, “o tempo se projeta no espaço e compõe, em relação a ele, uma outra dimensão – uma dimensão constitutiva” (p. 208), “são transformações semióticas de vivências em sistemas culturais produtores de sentidos” (p. 209).

Figura 6: Placa da Rua Conselheiro Mafra em que tem registrado em letras pequenas os nomes anteriores da rua: Rua do Príncipe, do Comércio e Rua Altino Correia.

Fonte: Autora



Para Moreira e Teixeira (2012), tanto a Praça XV quanto todo o Centro Histórico de Florianópolis são locais onde

estão presentes os contrastes entre as antigas e novas edificações, estabelece uma linha temporal, onde estão impressos todos os tempos da cidade, cujo significado é a junção de todos estes tempos e a sua concepção de espaço, bem como a transformação de seus usos, ao longo dessa linha temporal. (p. 167)

A praça que em seus primórdios caracterizava-se como espaço dedicado a pessoas com elevado status social, com o crescimento populacional da cidade foi aos poucos perdendo esse caráter. Constituiu-se hoje como espaço que acolhe distintas pessoas, de diversas classes sociais, que fazem usos diferenciados da praça, o que a configura como palco de diferentes vozes sociais que ocupam esse espaço, mas que são independentes entre si (Coradini, 1992).

Campos (2009) evidencia que as reformas de revitalização da praça, como iluminação, manutenção dos ladrilhos, dos jardins e troca dos bancos, foram propostas a fim de requalificar e promover novos usos do espaço, além de ser um chamariz para turistas. Para Rosa (2013), a última reforma que ocorreu entre 1999 e 2002 configurou-se como um processo de gentrificação, a fim de favorecer a especulação imobiliária e garantir a segurança de determinados grupos sociais. Tais questões se dão pelo fato de a praça ser local de abrigo para muitas pessoas em situação de rua, o que não é desejado por uma parcela da sociedade.

Para Vaz (1991, citado por Pereira et al, 2007, p. 52), a Praça XV foi “o primeiro espaço público claramente definido como abrigo das atividades coletivas” da população de Florianópolis; entretanto, por muito tempo foi espaço para um seletivo grupo de pessoas. Para Coradini (1992), a praça tem sua importância como um espaço que articula diferentes inserções sociais e como local em que a memória da cidade se constitui e reatualiza. Atualmente, a praça é cenário de diferentes modos de vida, acolhe desde pessoas que estão imersas no cotidiano citadino composto pela tríade trabalho-estudo-casa até pessoas que têm como característica a fuga dessa lógica e que a utilizam como local para viver.

A praça se caracteriza como polifônica, pois em um mesmo espaço há convivência e interação “de uma multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis, vozes plenivalentes e consciências equipolentes” (Bezerra, 2014, p. 194). Permanecer uma tarde na Praça XV de Novembro possibilita-nos conhecer os diferentes grupos sociais que habitam a cidade de Florianópolis. Enquanto um grupo de idosos aposentados joga xadrez nos bancos da praça, bem próximo a eles há outro idoso que exerce a atividade profissional de engraxate. Se por um lado há pessoas uniformizadas a andar com passos acelerados pela praça, por outro há andares vagarosos de pessoas uniformizadas, que naquele espaço ganham fôlego para dar continuidade às atividades do dia. Vemos também artesãos, músicos, poetas, pessoas fazendo *dreadlocks* nos cabelos e vendedores de livros, doces e comidas. Lá é também espaço de alunos dos colégios próximos, de babás levando as crianças para tomar sol e de pessoas que desejam sentar em um dos bancos e “ver o tempo passar”.

A praça é um espaço que congrega vozes sociais em tensões. Ao mesmo tempo em que ela é monitorada por câmeras de segurança e policiais, que invadem a praça com suas motos e fazem ronda diariamente, ela também é local de consumo e venda de substâncias psicoativas. Ao cair da noite, o consumo de maconha é predominante e torna-se inevitável não sentir o cheiro e presenciar diferentes pessoas

fumando seus cigarros, desde estudantes, trabalhadores e pessoas em situação de rua. Outra característica da praça é a presença de animais: pombos e ratos estão presentes durante todo tempo, o que provoca repulsa em alguns, em outros apenas o desvio do caminho; para os que vivem na praça, não são percebidos como estranhos, pois fazem parte do cenário.

A Praça XV de Novembro atua como “regente do grande coro de vozes que participam do processo dialógico (...) rege vozes que ele cria ou recria, mas deixa que se manifestem com autonomia e revelem no homem um outro “eu para si” infinito e inacabável” (Bezerra, 2014, p. 194). Os espaços públicos, como obra inacabada, recebem ao longo dos tempos os acabamentos de uma determinada época, cultura e sociedade, são espaços em permanente modificação. Para Souza e Albuquerque (2013), baseado nas ideias de Bakhtin,

cada um de nós ocupa um lugar espaço-temporal determinado, e desse lugar único revelamos o nosso modo de ver o outro e o mundo físico que nos envolve. Nessa perspectiva de análise, a ênfase está no lugar ocupado pelo olhar e pela palavra na constituição do sentido que conferimos à nossa experiência de estar no mundo, sentido esse atravessado por valores que fazem parte da cultura de uma época. (p. 51)

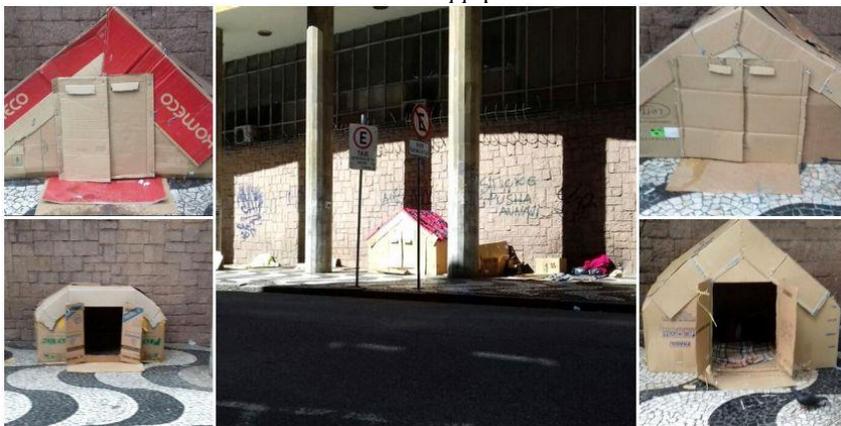
Assim, a praça se configura como um espaço dentro da cidade em eterna construção, que não se conclui por si só, que guarda as marcas dos tempos e das pessoas que por ela passaram, permitindo a tensão da coexistência de tempos, vozes e memórias.

3.4 RUA-casa?

Olhos nos olhos sem dar sermão
 Nada na boca e no coração
 Seus amigos são um cachimbo e um cão
 Casa de papelão
 (Criolo, 2014)

Figura 7: Casa de Papelão do Seu Emídio na marquise do Xandy.

Fonte: enviadas via *Whatsapp* por Seu Emídio.



Em uma das minhas idas ao campo de pesquisa no período da noite deparei-me com um senhor perfurando papelão com uma faca, entrelaçando fios de plástico entre os buracos: estava costurando uma casa de papelão. Eu não o conhecia, dessa forma, fiquei inicialmente apenas observando, na tentativa de encontrar uma brecha para me aproximar, enquanto conversava com outras pessoas em situação de rua que eu já conhecia. Até que uma dessas pessoas apontou para ele e disse: “você precisa ver a casa que ele faz” (Diário de Campo, Junho de 2017). Aproximei-me e começamos uma conversa sobre essa casa que é construída todos os dias na “marquise do Xandy”. Foi então que conheci o Seu Emídio, arquiteto-pedreiro que edifica a “casinha de papelão”, nas palavras dele.

Seu Emídio é um senhor com aproximadamente 60 anos de idade, que vive nas ruas há 38 anos. Ele conta que é fruto de um relacionamento de seu pai, um homem branco, de família tradicional de Florianópolis, dono de engenhos de farinha, com uma mulher negra. Ao nascer, ficou com a família paterna, mas após a morte de seu pai foi rejeitado pelos demais familiares, pois “tinham aquele preconceito por eu ser filho de morena, né” (Conversa com Seu Emídio, Junho de 2017) e passou a morar com a sua mãe. Ele relata que a condição financeira era muito precária, o que desencadeou sua ida para as ruas. Viajou o Brasil inteiro e países vizinhos, é pintor, jardineiro, carpinteiro, pedreiro e “tudo um pouco”, mas devido à idade e às dores que sente nas pernas, está há três anos instalado na “marquise do Xandy”, em Florianópolis. Ele guarda o

dinheiro do benefício social que recebe para, no futuro, alugar uma casa, pois mesmo na rua há tantos anos ainda tem esse desejo.

Comentei com ele que eu já havia passado pela “marquise do Xandy” algumas vezes durante o dia e que nunca tinha visto a “casinha de papelão”. Seu Emídio conta que não pode deixar a casa montada de um dia para o outro durante a semana, porque a “COMCAP joga fora” (Diário de Campo, fala de Seu Emídio, Junho de 2017). Ele contou-me que tem uma rotina adaptada a essas regras impostas por ocupar uma área pública: todos os dias vai até o Centro POP, local em que se alimenta, toma banho, lava suas roupas e recebe correspondências. Quando o serviço se encerra, por volta das 15 horas, caminha até a rodoviária, local com acesso a rede *WiFi* de internet e a utiliza para se comunicar com familiares e amigos através do *whatsapp*; às 17h compra um pacote de cigarros para revender durante a noite; às 17:30h inicia sua busca por papelão no centro da cidade; por volta das 19:30h começa a montar sua “casinha de papelão”, que fica pronta por volta das 22:30h; dorme dentro dela com as portas fechadas, mas recebe quem bate na porta para comprar cigarros a madrugada toda. Ao amanhecer, desmonta a casa, joga fora o papelão e dá sequência à sua rotina diária.

Seu Emídio relata que de sábado para domingo e em feriados a COMCAP não recolhe sua casa, pois são dias que o comércio do centro está fechado. As fotos apresentadas como epígrafe deste item foram tiradas por ele em alguns domingos e feriados, por isso a casa montada durante o dia³⁴. Nesse relato, fica em evidência a relação de condicionalidade que se estabelece entre as pessoas em situação de rua e a gestão de limpeza da cidade. “Permite-se” a presença das pessoas em situação de rua embaixo da “marquise do Xandy” à noite, com a condição de eliminarem suas marcas de existência no dia seguinte. Seu Emídio obedece à ordem dada pela empresa, prefere ele mesmo desmanchar que ver a casa de papelão ser recolhida por outras pessoas. Quem passa na calçada em dias úteis, não imagina que ali dormem quase cem pessoas todas as noites e que uma delas faz o corre³⁵ de montar uma casa de papelão diariamente. A construção e o desmanche da casa de papelão

³⁴ No dia em que conversava com Seu Emídio, ele me mostrou no celular as fotos das diferentes casas de papelão que havia construído e perguntou se eu queria as fotos para compor minha pesquisa. Assim, adicionei o número dele no *Whatsapp* e ele me enviou as imagens.

³⁵ Gíria utilizada na rua que possui diferentes significados, dependendo do contexto em que é inserida. Pode ser compreendida como fazer alguma coisa, tentar resolver algo.

marca a efemeridade e a vulnerabilidade dos espaços ocupados e dos territórios constituídos pelas pessoas em situação de rua.

Kasper (2006) aponta que as pessoas em situação de rua não possuem acesso à moradia convencional, assim, desenvolvem formas criativas e inventivas de habitar a cidade. Para o autor, a ausência de casa é um estado de exposição permanente, em que as fronteiras entre o eu e os outros estão diluídas. Assim, a construção da “casinha de papelão” configura-se como uma forma simbólica e relativamente concreta de delimitar um espaço, de promover no ambiente público algo minimamente privado, de construir fronteiras, um modo de

instalar na rua um espaço doméstico inspirado pelo modelo da casa, é a resistência que manifesta às condições impostas à população de rua. Habitar a rua, isto é, constituir territórios temporários no espaço público, seria a forma por excelência pela qual os moradores de rua resistem ao extermínio (Kasper, 2006, p. 214).

A casa de papelão se configura como um modo criativo para se viver nas ruas da cidade, uma forma de ter aquilo que é negado, mesmo que simbolicamente. Além da finalidade prática de proteger do frio e até mesmo da violência, pois a pessoa fica menos em exposição; também representa motivo de orgulho para Seu Emídio. Ao falar dela é possível ver brilho em seus olhos. Ele compreende que construir todos os dias a casa de papelão é uma forma de visibilizar a pessoa em situação de rua de modo positivo, pois é uma maneira

de mostrar pra sociedade que a gente não é aquilo que ela fica imaginando não. (...) Mostra como nós podemos. Temos aquela vontade de sobreviver. (Conversa com Seu Emídio, Junho de 2017)

Para além de uma forma de tentar viver melhor na situação de rua, a casa de papelão também se configura como um modo de responder à sociedade que as pessoas em situação de rua são capazes de se reinventarem, que não aceitam o que o imaginário social destina a elas. É um exemplo de perseverança e insistência, pois todos os dias monta e desmonta, joga fora o papelão pela manhã para procurar outros ao anoitecer, dedica horas na construção, para em minutos desmanchá-la. Uma tentativa de demonstrar socialmente a potência que existe na rua, a vida pulsante perante as táticas de exclusão, que nega aos estigmas e

rótulos impostos, de modo a evidenciar o comprometimento em buscar alternativas e melhorias da vida nas ruas.

Ah, eu tenho vários modelos de casa, porque eu viajei muito por aí. É como se eu tivesse uma casa diferente todo dia, uma da outra, todo dia é uma casa diferente. (...) Se um dia eu tiver uma casa própria eu quero fazer aquele modelo [e me mostra no celular qual modelo]. (...) Eu esqueço que tô na rua, porque a gente se sente contente com aquilo que construiu. Poxa! Eu tenho várias fotos! (Conversa Seu Emídio, Junho de 2017)

A casa de papelão assume um lugar paradoxal na relação de Seu Emídio com a rua. Ao mesmo tempo em que ao entrar nela ele esquece que está em situação de rua, ainda sente a necessidade e projeta para o futuro o objetivo de ter uma casa de concreto e tijolos, que tenha calçada ao invés de estar inserida nela. Para Silva (2012), algumas pessoas em situação de rua têm marcadas em si o anseio de aderir aos parâmetros tradicionais que lhe foram negados como, por exemplo, ter uma casa. Dessa forma, compreende-se como um equívoco considerar as pessoas em situação de rua como seres em total ruptura com os modos tradicionais de vida. Para o autor, a rua e a casa não se colocam em relações antagônicas, estão em conexão, e amalgamam sentimentos contraditórios, de aproximação e distanciamento com o tradicionalmente instituído, constituem um par conceitual com as “potencialidades fluídicas e relacionais que estas dimensões exibem, revelando que a rua e a casa, no contexto dos grupos populares, nunca foram separadas por fronteiras rígidas e definitivas” (Silva, 2012, p. 85).

Frangella (2004) afirma que há pessoas em situação de rua que se desvinculam totalmente da perspectiva de ter uma casa, mas há outras que esperam que isso aconteça, mesmo que a possibilidade seja remota. A autora afirma que essas pessoas “erguem habitações constituídas de uma temporalidade frágil, pois, além de estarem situadas em espaços de intervenção urbana constante e hostil à sua permanência, são vulneráveis” (p. 143).

Assim, como a casa para algumas pessoas em situação de rua é um item desejado e esperado, para outras pessoas com trajetória de rua e domiciliadas ela promove questionamentos sobre sua real necessidade. Aline, interlocutora da pesquisa com trajetória de rua, em vários momentos colocava em questão a necessidade de se ter uma casa, quais

os benefícios e vantagens que eram adicionados à sua vida. Ao mesmo tempo, orgulhava-se por pagar o aluguel de uma quitinete com o dinheiro que antes era consumido com o uso de drogas. A casa ocupa um lugar de ambivalência para ela: ora é benquista, ora é colocada em questão.

Acho que eu acostumei com a rua. Tem hora que tenho vontade de comprar uma barraca e voltar a morar na rua. (Diário de Campo, fala de Aline, Março de 2017)

Aline contou que sente falta dos laços de amizade e da vida coletiva que tinha quando estava em situação de rua. Relatou ainda que quando está em casa sente-se sozinha, mesmo dividindo a quitinete com seu companheiro. Acostumou-se a viver no coletivo, de modo compartilhado. Isso não é possível de transpor para a casa? O que mais a rua oferece para se acostumar? Será mesmo que é da rua que sente falta? Para Frangella (2004), algumas pessoas em situação de rua desenvolvem uma aversão a espaços fechados, como casas, por exemplo. Entretanto, o desejo de Aline de voltar para a rua é marcado pela presença em um ambiente fechado: uma barraca, paredes flexíveis a delimitar seu espaço, distanciando-a e aproximando-a da rua ao mesmo tempo.

Por mais que tenha uma casa, Aline vai todos os dias para a Praça XV se encontrar com as demais pessoas em situação de rua; ela utiliza dos benefícios sócio-assistênciais para se alimentar e dorme, principalmente nos dias de uso intenso de drogas, em marquises e bancos de praça. Aline mantém, por conseguinte, uma relação com a casa sem deixar de estar vinculada à rua. O estranhamento em viver dentro de quatro paredes após ter vivido nas ruas é mencionado como algo relacionado às responsabilidades assumidas por ter uma casa: pagar o aluguel, pagar conta de luz e água, limpar a casa, carregar uma chave de casa consigo e se organizar para não perder o horário do ônibus para voltar para casa.

Podemos compreender que a relação entre rua-casa é balizada pelas características de cada pessoa. Enquanto para Aline existe uma dificuldade em conciliar a rua com a casa, para Daniel, mesmo estando em casa, a rua está presente.

A rua nunca, na verdade, sai da gente. Nós “sai” da rua, mas a rua não sai da gente. Hábitos. Eu não durmo na cama, eu durmo num colchão no chão. A minha companheira comprou uma cama box

novinha. Só dormi na cama a primeira noite que a cama chegou lá em casa, depois disso, eu coloco um colchão no chão e durmo. [...] São coisas que a gente pega por hábito, muito tempo dormindo na rua e no chão, dez anos na Alfândega. (Conversa com Daniel, Junho de 2017)

A rua se faz presente dentro das quatro paredes e do teto sobre a cabeça. Daniel expressa uma relação intrínseca com a rua, que o constitui como sujeito, independente do lugar em que está inserido, manifestando-se pelos hábitos adquiridos pelos longos anos de vida nas ruas. Talvez Aline não perceba, mas seus hábitos ainda são semelhantes aos de quando estava em situação de rua. Assim, ambos deixaram de viver no território rua, mas sem romper com os códigos, hábitos e comportamentos, de forma que a rua ficou entrelaçada às novas formas de viver em casa. De certo modo, a rua compõe a história de vida desses sujeitos, é difícil negá-la, pois está presente nos modos de se organizar, nas maneiras de angariar dinheiro, em suas constituições singulares.

Para outras pessoas, a necessidade de uma casa apresenta-se como coadjuvante na história de suas vidas.

O teto pra mim... a casa pra mim... é só uma representação, é só uma casa. A casa tá aqui dentro. [...] A casa se for ver.... é só um lugar onde tu vai se organizar. [...] Tu não nasceu dentro de uma caixa de concreto. (Conversa com Carlos, Maio de 2017)

Daniel, no fragmento da conversa citado anteriormente, diz, em outras palavras, que “a gente sai da rua, mas a rua não sai da gente”. Podemos pensar que Carlos também nos enuncia que “a gente tá na rua, mas a casa não sai da gente” na medida em que afirma, paradoxalmente, que ninguém nasceu dentro da casa, mas ela está dentro dele. Assim, a dimensão rua-casa ultrapassa as questões concretas dos modos de vida e configura-se muito mais na dimensão constituinte da pessoa³⁶, como algo que carrega consigo, independente se está inserida na rua ou na casa, pois “tá dentro da gente e não sai da gente”. Assim como as pessoas em

³⁶ Baseada na perspectiva vigotskiana, compreendemos a constituição da pessoa, do sujeito, como uma “síntese entre aspectos fisiológicos e psicológicos e confere ao ser humano uma existência ao mesmo tempo biológica, psicológica, antropológica, histórica e essencialmente cultural” (Zanella, 2004, p. 128).

situação de rua caracterizam-se pela heterogeneidade, podemos compreender que a relação rua-casa também compõe a diversidade desse grupo populacional, de modo a ocupar lugares de ambivalência e promover relações paradoxais, complexas e singulares.

Macerata (2015) afirma a rua como “território existencial na cidade” e “território de vida” (p. 54), ou seja, um espaço que abriga aqueles que estão fora dos padrões sociais dentro da cidade, os que transgridem as normas sociais. Torna-se uma maneira de contestar a existência e o espaço, um modo de “compensação que, de certa forma, organiza na cidade um depósito, uma reunião do que não teve lugar em outros pontos” (p. 59). A rua é, pois, lugar de passagem destinado a não moradia para alguns e, para outros, espaço de permanência, fixidez e potência de vida. Muitas dessas pessoas estão nas ruas porque outros espaços a elas foram renegados.

Por mais que a rua tenha sentidos e significados diferentes para as pessoas que nela vivem ou viveram, Schafer, interlocutor da pesquisa, aponta que mesmo com os diferentes olhares lançados para a rua, ela faz parte de um todo, pois

a rua não é nenhum outro mundo. É o mesmo sistema. É o mesmo local. É o mesmo planeta. É a Terra, é o mesmo país, a mesma cidade. Mas não são as mesmas situações, são trajetórias diferentes. (Diário de Campo, fala de Schafer, Junho de 2017)

Ao mesmo tempo em que é a mesma coisa para todas as pessoas que compartilham do planeta Terra, é também diferente entre os que vivem em casas de concreto e os que estão em situação de rua. Enuncia, em sua fala, a linha tênue do que é a rua, marca a distância e a aproximação, a integração e a exclusão na cidade. A rua que serve de cenário para diferentes pessoas, que constroem inevitavelmente diferentes trajetórias, escrevem textos nas páginas dessa cidade. Rua como espaço de criação de novas conexões, de novas e variadas casas de papelão, de barracas e colchões no chão. Reinventar o espaço da rua é “potência de resistência” (Kasper, 2006, p. 215) das pessoas em situação de rua, mesmo que estejam fadadas à efemeridade, elas marcam a necessidade de pensar uma outra cidade possível.

4. Resistência e Criação: na/com a rua e consigo mesmos

Penso que devemos conhecer algumas poucas coisas sobre a fisiologia dos andarilhos. Avaliar até onde o isolamento tem o poder de influir sobre seus gestos, sobre a natureza de sua voz, etc. Estudar talvez a relação desse homem com as suas árvores, com as suas chuvas, com as suas pedras. Saber mais ou menos quanto tempo o andarilho pode permanecer em suas condições humanas, antes de se unir às vergôntes como parasitas. Antes de revestir uma pedra à maneira do limo. Antes mesmo de ser apropriado a relentos como os lagartos. Saber com exatidão quando que um modelo de pássaro se ajustará à sua voz. Saber o momento em que esse homem poderá sofrer de prenúncios. Saber enfim qual o momento em que esse homem começa a adivinhar. (Barros, 1996, p. 84).

Neste capítulo apresentaremos um panorama da realidade nas ruas por meio de diferentes fontes. Inicialmente evidenciaremos o modo como as pessoas em situação de rua interlocutoras da pesquisa se reconhecem e se nomeiam a partir da situação em que se encontram, discurso construído em diálogo com a imagem que a sociedade constrói sobre elas. Em seguida, abordaremos os discursos oficiais produzidos sobre esse grupo populacional, como a Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua (Brasil, 2009), a Pesquisa Contagem da População de Rua de Florianópolis (2016) e a pesquisa de Diagnóstico Social da População em Situação de Rua da Grande Florianópolis (ICOM, 2017). Ao final, apontaremos as diversidades identificadas em relação aos motivos para a vida nas ruas e seus atravessamentos.

As definições das pessoas que estão em situação de rua no Brasil são reinventadas cotidianamente por diversos/as pesquisadores/as do assunto. Para Macerata, Magalhães e Resende (2014), quando falamos dessas pessoas estamos nos referindo a uma “totalidade não totalizável” (p. 132), configurando uma forma de generalizar uma coletividade heterogênea. Por mais que a homogeneidade se apresente nos discursos sobre essas pessoas, evidenciar as singularidades é tarefa necessária à compreensão de suas características. Assim, importante se faz

compreender a complexidade que as conota, os diferentes e semelhantes modos de vida das pessoas que estão em situação de rua. O objetivo central deste capítulo é justamente evidenciar similitudes e singularidades, ressaltar os processos criativos na construção da imagem de si que se tecem entre as tensões e o diálogo com os discursos que a sociedade produz.

4.1 Classe M, *dingoboys*, *pelegrifes* e sereia do asfalto: imagens de si

Em um dia de campo, Gê, homem, 23 anos que está há cinco anos nas ruas, puxou uma conversa comigo sobre música, o que ocorreu por eu estar vestida com uma camiseta do Criolo, cantor de rap e samba. Depois de conversarmos, Gê me falou da música Ponta de Lança, do rapper Rincon Sapiência. Justificou a indicação para que eu a ouvisse ao afirmar ser uma música que “fala de tudo” (Diário de Campo, Maio de 2017).

Me alimento nas ruas e somo
 Restaurante, bares e motéis
 É por esses lugares que como
 Anjos e demônios me falaram, vamo
 E no giro do louco nós fomos
 A perdição, a salvação
 A rua me serve, tipo mordomo
 (Sapiência, 2017)

A música que “fala de tudo” versa sobre resistência, movimento negro, periferia, a relação com as ruas e outros assuntos atuais; fala um pouco de tudo que atinge a vida de grupos oprimidos. No trecho acima, a rua é compreendida como espaço em que algo é oferecido, não como espaço de escassez, é feita analogia ao exercício profissional de mordomo, da pessoa que trabalha em residências, responsável por administrar as atividades domésticas da casa, delegar funções aos demais funcionários e estar sempre disponível para servir seus empregadores. A rua, tipo mordomo, serve a quem? Serve o quê? Serve para quê?

Escutamos um pouco da música pelo meu celular e ofereci levar minha caixinha de som para a Praça XV de Novembro pra podermos ouvir melhor algumas músicas. No mesmo dia, ao nos despedirmos, Gê, que é

MC³⁷, fez um *freestyle*³⁸ sobre sua vida, mas quando pedi permissão para gravar em áudio ele não autorizou, justificando que a rima é coisa do momento, que não gosta nem de escrever suas rimas, quiçá eternizá-las com sua voz³⁹, fazendo jus ao estilo improvisado de rimar. A partir desse combinado, passei a ir ao campo levando minha caixinha de som na mochila, mas durante vários dias eu não encontrei o Gê. Em outros dias, quando o encontrava eu estava realizando conversas com outras pessoas ou ele estava ocupado, o que impossibilitava ouvirmos música. Assim, decidi combinar com ele um dia específico, para não deixar essa ideia cair no esquecimento.

Em uma terça-feira fria e chuvosa, fui até a Praça XV de Novembro encontrar com Gê. Ao chegar à Praça me deparei com o local completamente vazio, de um modo como ainda não tinha visto. Estranhei aquele silêncio, pois era bastante incomum encontrá-la dessa forma, por ser um dos espaços mais movimentados e centrais da cidade. Como havíamos combinado o nosso encontro lá, decidi permanecer: sentei em um dos bancos, abri meu guarda-chuva e fiquei atenta para encontrá-lo. Tempo depois, Gê, junto de mais três garotos, Fernando, Tiago e Reginaldo, passaram pela Praça. Ao me verem, pararam e me convidaram para ir com eles para debaixo da marquise de um edifício público⁴⁰, localizado a aproximadamente 100 metros da praça e próximo à Câmara de Vereadores. Eles me contaram que estavam indo para aquele local para fumar maconha e perguntaram se esse fato seria um problema para mim. Respondi que não seria, mas questionei se não era arriscado fumar maconha naquele lugar, devido ao fluxo de pedestres. Eles contaram que preferiam fumar na praça, mas com a chuva era impossível e que aquele lugar era ideal, pois nos protegeria da chuva e do frio, assim, eles conseguiriam fumar maconha e ainda poderíamos ouvir música e conversar. Embaixo da marquise havia muitas pessoas dormindo, e o som,

³⁷ Abreviação de Mestre de Cerimônia, significa rimador.

³⁸ Rima improvisada.

³⁹ Essa negativa para a gravação foi revista posteriormente, pois, em um outro encontro, algumas semanas depois, Gê me pediu para gravar o *freestyle* que faria e em seguida me pediu para transcrevê-lo e dar a ele. Assim fiz e, ao entregar a ele a folha de papel com a letra de seu rap digitada ele não se conteve de alegria e me deu um forte abraço de agradecimento.

⁴⁰ A marquise desse edifício público era ocupada por muitas pessoas em situação de rua, principalmente no período da noite. Recentemente o espaço foi fechado com tapumes de madeira.

obviamente, as incomodou. Atentos a isso, permanecemos com o volume baixo.

Para além do objetivo de fortalecer vínculos, minha presença na praça com as pessoas em situação de rua e com eles naquele dia também tinha como propósito ouvir músicas de rap e conversar, traçando paralelos entre as letras e a vida nas ruas. Fui para o campo com algumas músicas selecionadas para ouvirmos, com a pretensão de seguir o meu planejamento de pesquisa baseado nos temas de meu interesse. Mas os meninos estavam a fim de fumar um “baseado”, ouvir funk e dançar, recusando o convite para ouvir as músicas de rap que falam das ruas. Escolhiam com muita animação a música que seria tocada, trocando de músicas antes mesmo do final, dançando um som e já pensando no próximo.

O campo de pesquisa se propôs aberto aos acontecimentos: assim, durante esse dia as músicas da caixinha de som não desencadearam conversas reflexivas sobre o que falam da vida nas ruas, mas possibilitou a experiência de vivenciar olhares de estranhamento das pessoas que circulavam pelo espaço e viam algumas pessoas em situação de rua dançando, sorrindo e conversando naquele dia cinza e molhado. A partir da minha problematização com eles em relação ao modo como as pessoas nos olhavam emergiu a conversa sobre como eles se viam habitando as ruas.

Ao falarem deles, inevitavelmente falavam dos outros e atentavam em demonstrar que existem modos diferentes de viver a/na rua; que mesmo compartilhando o espaço, as possibilidades de vive-lo diferencia uns dos outros, mesmo quando todos fazem parte de um mesmo universo social. Para eles,

“Não precisa andar sujo só porque tá na rua”. Em seguida contam que fazem questão de sempre estar limpos. Gê diz “eu tenho três camisetas brancas, e depois eles falam que morador de rua não usa branco, e as minhas tão limpinhas. Minha mãe me ensinou a lavar roupa”. (Diário de Campo, Maio de 2017)

Em outro dia, no Largo da Alfândega⁴¹, enquanto acompanhava Miriam, uma das interlocutoras da pesquisa, em um lanche, conversamos

⁴¹ Praça no centro histórico de Florianópolis, em frente ao antigo prédio da Alfândega, entre a Praça XV de Novembro e a Baía Sul. É uma região composta

com uma mulher que foi pesquisadora do último senso realizado na cidade, a qual nos contou que nessas pesquisas de senso e IBGE as pessoas em situação de rua não são entrevistadas. Quando questionei as razões disso, ela explicou que a abordagem é feita em casas, o que exclui as pessoas que vivem nas ruas.

Na conversa informal que tínhamos, a mulher ainda ressaltou que as pessoas em situação de rua de Florianópolis são diferenciadas, “não andam sujas e sabem conversar” (Diário de Campo, Junho de 2017). Por isso, às vezes não é possível reconhecer quem está vivendo nas ruas na cidade, o que provoca certo tipo de visibilidade dessas pessoas, as distancia dos rótulos negativos, promove uma forma de serem vistas como pessoas quaisquer na cidade. Miriam fez um comparativo entre as pessoas em situação de rua de Porto Alegre e as daqui e concluiu que em Florianópolis o perfil de algumas pessoas é diferente.

Minha experiência profissional com população de rua em Minas Gerais, relatada na Apresentação desta dissertação, me leva a concordar que muitas pessoas em situação de rua que vivem em Florianópolis não se enquadram no estereótipo do “morador de rua”, aquele que está quase sempre sujo e maltrapilho. Evidentemente, em algumas regiões da cidade, principalmente nos locais em que o uso abusivo de drogas é mais intenso⁴², encontramos pessoas em condições de higiene e vestimenta precárias.

Aline, interlocutora da pesquisa e minha xará, certo dia relatou que quando fica por horas ou dias em regiões de uso intenso, como a região conhecida como Lixão, só se desloca para a Praça XV de Novembro ao anoitecer, pois não gosta que as pessoas a vejam “suja, sem banho, suada” (Diário de Campo, fala de Aline, Junho de 2017).

É possível perceber que existe uma preocupação em relação ao modo como as pessoas dirigem os olhares a ela, por isso é incômodo se apresentar fora dos padrões de higiene. Mas ao mesmo tempo a rua a atrai para o consumo de drogas, ocasiona um isolamento, o que provoca o desejo de se sentir invisível.

por um pequeno lago com chafariz, bancos, quiosques. É um ponto turístico da cidade, no qual é comum a instalação de feiras, manifestações artísticas e manifestações políticas. Nessa região há um grande número de pessoas em situação de rua, principalmente ao anoitecer.

⁴² No capítulo 3 relatamos com mais detalhes as diferenças entre as pessoas que ocupam a Praça XV de Novembro, o Largo da Alfândega e a região conhecida como lixão e embaixo do viaduto.

É perceptível a diferença na relação das pessoas em situação de rua com os espaços da cidade. Os locais destinados ao uso de drogas são, em sua maioria, mocados⁴³, o que dificulta o acesso e a visualização das demais pessoas. Assim, configura-se como uma área isolada, frequentada apenas por pessoas em uso contínuo, que se sentem confortáveis ao estarem escondidas do restante das pessoas, que estão invisibilizadas. Ao sair dessa área de uso, Aline conta da vergonha que sente ao se expor na Praça, por essa ser uma área aberta, de acesso fácil e constantemente ocupada por diferentes pessoas, o que nos faz compreender que o cuidado com a aparência das pessoas que vivem na Praça XV também está diretamente relacionado com a visibilidade que possuem e com a que desejam promover.

Dessa forma, na região da Praça XV, espaço aberto e de grande fluxo de pessoas, a maioria relatou ter uma rotina de higiene pessoal, uma organização para manter as roupas limpas e de preocupação com a aparência. Devido à localização central e a facilidade de acesso à Praça, há grande quantidade de pessoas em situação de rua ao anoitecer, o que faz com que a região seja ponto de referência para grupos voluntários de distribuição de comidas, roupas e sapatos, produtos de higiene e ações coletivas que vão desde cortes de cabelo à assessoria jurídica popular.

A rotina de higiene torna-se possível com a utilização de serviços assistenciais, como a oferta de banho e a possibilidade de lavar as roupas no Centro POP, o uso do banheiro da Câmara de Vereadores durante o dia e o uso do banheiro público da Praça XV até as 22h. A estratégia de troca de serviços também auxilia na manutenção do autocuidado nas ruas, por isso é comum prestarem favores a donos de lanchonetes, salões de cabelereiro e *lan house* em troca de comida, corte de cabelo e uso de computadores, respectivamente. Tal relação com a rua e a oferta de comida, roupas e calçados nos remete ao trecho da música supracitada em que a rua exerce a função de mordomo e se configura como um espaço em que há oferta de alimentação, vestimenta e higiene.

Fernando e Tiago estavam na rua pela primeira vez há menos de um ano, Reginaldo já esteve na rua algumas outras vezes. Os garotos que estavam com Gê, todos com idade entre 20 e 25 anos, apontavam que, além de estarem sempre limpos, também se consideravam diferentes de outras pessoas em situação de rua: são *dingoboy*s. A definição da expressão veio em seguida: explicaram que a origem da palavra surgiu a

⁴³ Gíria utilizada para falar de algo é/está escondido.

partir da junção dos sufixos das palavras *mendingo*⁴⁴ e *playboy*, o que resultou em *dingoboy*. Ser *dingoboy* significa estar em situação de rua sempre bem vestido, valorizando as roupas de doação que são de marcas famosas, usar o tênis limpo, estar perfumado e com corte de cabelo em dia. Durante essa conversa com os garotos, Miriam, inspirada em brincar com as palavras, interveio e deu a eles outro nome: *pelegrifes*, uma mistura de pelegrino⁴⁵ com grife, e eles concordaram: “somos isso mesmo” (Diário de Campo, fala de Gê, Maio de 2017).

O processo de criação desses diferentes nomes é uma “atividade em que se recria a própria realidade e o sujeito criador, ambos social e historicamente produzidos” (Furtado, Levitan, Titon, Castillo & Zanella, 2011, p. 68). Para Vigotski (2009) a atividade criadora é a possibilidade do ser humano de criação de algo diferente, mas que tem como base algo já existente, da realidade concreta e material. Toda criação, é fruto da atividade concreta de pessoas em suas relações com a vida, em um processo de recorte de elementos que lhes são significativos e sua agregação em composições singulares, como se evidencia com *dingoboy*s e *pelegrifes*. A reinvenção dos nomes assume uma função importante em relação ao modo como essas pessoas se posicionam frente à realidade que estão inseridas, a qual os constitui e promove um modo outro de viver a/na rua. A atividade criadora assume função importante no desenvolvimento humano, pois “a criação é condição necessária da existência” (Vigotski, 2009, p. 16).

Os processos de criação são possíveis a partir das experiências. Para Bondía (2002), a experiência se configura como “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca” (p. 21). A experiência ocorre através do encontro, com a relação com algo que se sente, se vivencia, com aquilo que nos atravessa, que nos “afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos” (Bondía, 2002, p. 24). Para o autor, a experiência é singular, pessoal, possui um caráter subjetivo, se configurando de modos e maneiras diferentes para cada pessoa que a experimenta. As experiências nos constituem e nos transformam, pois aquilo que foi experienciado provoca reverberações

⁴⁴ De acordo com a gramática portuguesa, o termo correto é *mendingo*. Entretanto, optamos por manter durante o texto a forma como os interlocutores pronunciam e utilizam o termo para a construção de uma nova palavra: *mendingo*.

⁴⁵ De acordo com o dicionário Aurélio o termo correto é peregrino. Mas usaremos o termo “pelegrino” pois é a forma como os/as interlocutores/as da pesquisa o pronunciam.

singulares, amplia possibilidades de existência, produz heterogeneidades e pluralidades.

Assim, a brincadeira com as palavras realizada pelos interlocutores da pesquisa, a combinação entre as sílabas, só é possível devido ao contexto em que estão inseridos e às suas experiências, as quais constituem a singularidade desses sujeitos e as formas de se relacionarem com outros, com a cidade, consigo mesmos. Para Bakhtin (2014), os processos de criação se dão por meio dos signos, que refletem e refratam a realidade, sendo sua apropriação o fundamento do processo ininterrupto da constituição da pessoa. Os *dingoboys* e os *pelegrifes* possibilitam sentidos outros para as pessoas que vivem nas ruas, criação que se dá baseada naquilo que já existia e carregava consigo determinado sentido, porém, nas relações, adquire outros; ou seja, ser *dingoboy* e *pelegrifes* os diferencia de ser “mendingo” ou pelegrino, carregam outras possibilidades de se verem e serem vistos.

Os processos criativos de construção de nomes outros para a condição de rua é resultado de processos reflexivos sobre a situação em que se encontram e o desenvolvimento potente de diferentes formas de compreensão da realidade em que vivem. É por meio do ato criador que essas pessoas se definem e se identificam, negam movimentos de massificação e generalização sobre suas vidas, estabelecem suas particularidades e singularidades perante o que os universalize e os imputa o lugar de margem, de fora, de um mesmo.

Outros modos de se nomearem evidenciaram-se no decorrer deste trabalho. Augusto, interlocutor da pesquisa, tem aproximadamente 50 anos, é membro do MNPR/SC e foi voluntário da pesquisa de Diagnóstico Social da População em Situação de Rua da Grande Florianópolis (ICOM, 2017). Quando conversamos estava em situação de rua. Atualmente, alugou uma quitinete por ter sido contemplado por um benefício da LOAS⁴⁶. Para ele, fica evidente a expectativa em relação aos impactos da pesquisa que auxiliou.

A satisfação de tá fazendo uma pesquisa diagnóstico igual que a gente fez pra isso repercutir no maior número de pessoas. É uma visibilidade boa. Eu participei disso. Eu quero ser reconhecido por isso. [...] Se a classe A e B é pesquisada, nossa,

⁴⁶ Lei Orgânica de Assistência Social, cujo nome oficial é Benefício de Prestação Continuada, a qual oferece um salário mínimo mensal para pessoas idosas ou incapacitadas de trabalhar que não possuem direito à Previdência Social.

isso já repercute incrível. Agora, se é a classe D, a classe M de marginal mesmo, parece que não existe, é uma estatística perdida em algum lugar do passado. A partir disso a visibilidade dessas pessoas, dentre as quais eu faço parte, dos moradores em situação de rua, podem... podem não, mas vão com certeza desencadear melhorias das condições e das políticas. (Conversa com Augusto, Abril de 2017)

Fica compreensível na fala de Augusto que a participação na execução desta pesquisa teve importância para ele, e ela em si é importante para as pessoas em situação de rua na medida em que possibilita um processo de visibilidade social. Augusto menciona que realizar a pesquisa proporcionou uma “visibilidade boa”, nos confirmando a existência de diferentes modos de visibilidade. Tem uma visão otimista, presume que a “visibilidade boa”, gerada pela pesquisa, garante uma possibilidade de transformação e melhorias da vida nas ruas.

Ao concluir a pesquisa, foi realizado um evento público na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) de lançamento do livreto, em que os voluntários em situação de rua realizaram a apresentação dos resultados à sociedade civil. Para Augusto, a pesquisa configurou-se como uma possibilidade da sociedade direcionar o olhar para as potencialidades das pessoas que estão na rua, por reafirmar a existência delas como pessoas de direitos, diferenciando-as do estigma socialmente construído e fomentando melhorias sociais. Entretanto, é necessário repensar tal convicção, no sentido de que por si só a pesquisa não realizará a esperada transformação social almejada por Augusto e pode se configurar apenas como uma mola de uma engrenagem que está involucrada a interesses econômicos e políticos.

Assim como a mulher que trabalhava com pesquisa do IBGE nos contou, Augusto pontuou em sua fala que a “classe M” é uma estatística esquecida/perdida nas cidades. Contrapondo-se a essa invisibilidade, ele aponta a importância da realização do diagnóstico social da população de rua e a “visibilidade boa” que provoca.

Por sua vez, a utilização da palavra “classe” para se referir a um grupo determinado de pessoas está diretamente relacionado a uma divisão social categorizada por classes sociais, em que a letra em ordem alfabética dada à classe é proporcional ao nível de privilégio social. Assim, Augusto utiliza, para definir a si e as pessoas que estão em situação de rua como

componentes de um grupo populacional abrangente e generalista, o termo “classe M”. Para ele, pessoas da classe M são aquelas que possuem

Uma vida marginal, à margem da sociedade, como os hippies, morador de rua, pelegrino, mendigo, catador de latinha, cada um dá um nome pra eles ou pra nós. (Conversa com Augusto, Abril de 2017)

A compreensão da “classe M” nos faz pensar em algo em comum às pessoas que vivem nas ruas: elas estão à margem, têm suas vidas balizadas pelo conjunto do marginal. Entretanto, Augusto apresenta que dentro desse grande espectro da vida marginal há diferentes subgrupos, particularidades que definem especificidades da complexa constituição dessas pessoas e seus modos de viver. Para Furtado et al (2011), as pessoas “singularizam-se continuamente no movimento de apropriação dos modos coletivos nela existentes” (p. 68), configurando-se como seres inexoravelmente sociais, historicamente situados, que se constituem na relação com o outro, desenvolvendo suas singularidades a partir do convívio social, marcando as heterogeneidades.

Colocar as diferentes pessoas que possuem uma vida marginal em um conjunto denominado de “classe M” pode se configurar como uma forma de gerar visibilidade a essas pessoas que comumente são esquecidas, que não entram nas contagens populacionais. Uma forma de dizer que existe essa outra classe social, que não é nem A, nem B, nem C, nem D, é M de marginal, que diferencia-se de todas as outras e forma uma nova possibilidade de agrupamento, uma outra faixa social, uma outra visibilidade social que dialoga com a mesma lógica de divisão de classes sociais que a exclui, o que reafirma sua existência e resistência.

Para Pasqualini e Martins (2015), “a singularidade se constrói na universalidade e, ao mesmo tempo e do mesmo modo, como a universalidade se concretiza na singularidade” (p. 363). Assim, a universalidade da “classe M” é constituinte e constituída pelas singularidades de cada pessoa que está na vida marginal, cada qual possui suas particularidades, mas compartilha condições e possibilidades. A relação entre o singular e o universal coexiste no plano da existência humana, está em tensão e se determina de forma recíproca, o que possibilita um processo ininterrupto de formação subjetiva e objetiva da pessoa (Pasqualini & Martins, 2015).

Para Zanella (2005), as características singulares das pessoas são construídas em decorrência de uma “complexa trama entre objetivação e subjetivação, sendo todos e cada um marcados por aquilo que sabe e

escolhe e, ao mesmo tempo, por aquilo que escapa, que é invisível e não capturável” (p. 101). Singularizar-se corresponde a uma forma de “inventar novas possibilidades de vida, novas modalidades de se agregar, de trabalhar, de criar sentido, de criar dispositivos de valorização e autovalorização” (Toneli, Adrião & Cabral, 2012, p. 207).

A forma como as pessoas em situação de rua se expressam e como se nomeiam variou entre as pessoas com quem tivemos oportunidade de conversar durante a pesquisa. Quando perguntava a eles/as como se reconheciam nesse processo de viver nas ruas, como se nomeavam e como achavam adequado serem chamados/as, os nomes mais comuns eram: pelegrino/peregrino⁴⁷, hippie, dingo⁴⁸ e outros.

Vou falar pra ti, eu quando tava na rua era dingo. [...] Mas eu acho a expressão morador em situação de rua... Morador de rua, dingo, maltrapilho, sem teto, trecheiro, pelegrino... Eu gosto do pelegrino... [...] Eu acho que o jeito vulgar é mendigo [...] Mas eu acho que hoje, pro século 21, morador em situação de rua é bacana, mas eu gosto mesmo é do pelegrino, eu me sinto um pelegrino, mesmo saindo da rua, a rua não saiu de mim. [...] Eu sou o Pelegrino da Alvorada⁴⁹. (Conversa com Daniel, Junho de 2017)

O incomodo com a palavra “mendigo” faz sentido, pois mendigo tem origem do latim *mendicus*, da junção de *menda*, que significa pessoa com defeito físico, com o sufixo *icus*, que caracteriza uma conotação pejorativa⁵⁰. O termo remete a pessoas que não possuem condições de trabalhar e necessitam viver da caridade de outras pessoas. Ele foi popularmente utilizado para se referir a qualquer pessoa que vive na rua, independente de deficiências físicas, e que se utiliza dos serviços assistencialistas. Na fala de Daniel, o termo se configura como vulgar, como algo pejorativo, que rebaixa a condição da pessoa humana à mediocridade, desqualificando-a. Assim, Daniel conclui que esse não

⁴⁷ Em muitos momentos as pessoas em situação de rua utilizam o termo pelegrino e em outros peregrino. Utilizarei os dois termos, de acordo com o modo como cada interlocutor o utiliza, visto que são compreendidos como sinônimos. Entretanto, o dicionário Aurelio indica peregrino como a forma correta.

⁴⁸ Abreviação que fazem da palavra mendigo.

⁴⁹ Alvorada é sua cidade natal, situada no Rio Grande do Sul.

⁵⁰ Fonte: <http://origemdapalavra.com.br/site/?s=mendigo>

deve ser um termo utilizado, o que remete à importância do modo de se direcionar a essas pessoas, pois a maneira como nos referimos a elas está diretamente relacionada à imagem que construímos delas.

Negar o termo “mendigo” é negar a imagem de si como miserável, é responder à sociedade que, mesmo fazendo parte da “classe M”, não significa que tem encarnado em si o discurso hegemônico, demonstrando que existem e resistem - (re)xiste - de diferentes formas possíveis.

Em muitos contextos sociais o simples fato de existir pode ser considerado sinônimo de resistir: reXistência (Zanella, Levitan, Almeida & Furtado, 2012). Para Zanella et al (2012), algumas pessoas “resistem às formas de sujeição e submissão que lhes são imputadas, ao esquecimento e à condição de margem a que são relegados. Lutam, criam, resistem, insistem. Re-existem” (p. 257). As pessoas em situação de rua ao fazer uso dos espaços públicos e negar os estereótipos que a elas são instituídos desenvolvem “resistências que reinventam seus mundos apesar de e a partir das adversidades que estes mesmos mundos implicam” (Zanella et al, 2012, p. 258).

Daniel não estava mais em situação de rua quando a pesquisa de campo foi realizada. Depois de muitos anos vivendo nas ruas de várias cidades do Brasil, ele se instalou de forma permanente por dez anos nas ruas de Florianópolis e alugou uma casa junto de sua companheira. Mas diferentes intercorrências aconteceram, como um acidente doméstico que queimou toda sua residência, fazendo com que eles se instalassem na casa de amigos até conseguirem se reorganizar em um outro espaço.

Daniel contou que mesmo tendo saído da situação de rua, a rua não saiu dele, o que nos faz compreender os processos constitutivos das pessoas a partir das experiências de vida. A rua não saiu dele, pois foi nela que, durante muitos anos, ele se constituiu como sujeito, e todo e qualquer olhar que ele for ter do mundo, será atravessado pela experiência da rua.

Daniel propõe uma releitura do termo mais utilizado na academia e nas políticas públicas. Para ele, o mais adequado nos dias atuais seria “morador em situação de rua”, uma junção do popular “morador de rua” com “pessoas em situação de rua”. Entretanto, se para ele mendigo é vulgar, afirmar-se morador para alguns também pode ser considerado uma ofensa. Fazemos tal afirmação por ter vivenciado uma situação em que, equivocadamente, foi perguntado pela pesquisadora a um dos interlocutores de pesquisa como era morar na rua e obtida a resposta:

Você chama isso de morar? Pra mim isso não é morar, pra mim isso é estar na rua, na situação de

rua, é estar vivendo da compaixão da cidade; morar é diferente. (Diário de Campo, fala do Professor, Maio de 2017)

Professor, interlocutor autor dessa frase, está em situação de rua desde que saiu do sistema prisional. Em um dia de campo na Praça XV fui abordada por ele com o oferecimento de um passeio guiado pelo próprio⁵¹ pelo centro histórico da cidade, em contrapartida, ao fim do roteiro, eu deveria contribuir financeiramente. Ele se apresentou como Professor e ficou conhecido como tal. Quando indagado sobre os motivos de ser chamado assim, explicou que possui um vasto conhecimento histórico sobre a cidade e que considera o passeio guiado como uma aula de história, pois ensina para as pessoas a história da cidade, dos pontos turísticos da região central e dos personagens históricos importantes.

Para o Professor, “morar é diferente” e a diferença está no sentido que a palavra morar carrega, pois está relacionada à moradia, habitação, conforto, privacidade. Também nos chama atenção o uso do verbo “estar”, o que indica a provisoriedade e temporariedade, invoca movimento e deslocamentos, a rua pode ser apenas um local de passagem, uma situação momentânea. Para ele, a cidade configura-se como espaço piedoso à condição das pessoas que estão em situação de rua, pois oferece ajuda baseada na compaixão; diferente da rua “tipo mordomo”, a rua para ele não assume a função de morada, de aconchego, é apenas um espaço de favores.

A palavra compaixão tem origem do latim *compassio*, que significa o ato de compreender a dor do outro e sentir pena de seu sofrimento, o que ocasiona o desejo de ajuda ao próximo⁵². A palavra, de cunho religioso, moral e de caridade, distancia a possibilidade de construção de uma vida autônoma, independente e digna nas ruas. Para Professor, viver nas ruas da cidade é se constituir como um ser humano digno de dó e piedade, o que estabelece uma relação de dependência com o outro, com a cidade. Para ele, a vida nas ruas não parece ser uma boa opção, não a vive com paixão, mas a vive com sofrimentos e dissabores, sobrevive-se a ela por meio da compaixão.

Nesse trecho, o interlocutor desconstrói a minha fala, faz jus ao nome que é chamado e me ensina que estar na rua não é morar. No contexto em que se deu essa conversa, não foi possível investigar com mais detalhes o que ele quis dizer com “morar é diferente”, mas fica

⁵¹ Sobre o passeio realizado com o Professor, ver item 3.1, no capítulo 3.

⁵² Fonte: <https://www.dicionariotimologico.com.br/compassao/>

possível inferir que para alguns utilizar a palavra morador pra quem está em situação de rua não é adequado.

Definir-se como peregrino apareceu no recorte da conversa supracitada com Daniel e também em conversas com outros interlocutores. A palavra peregrino tem origem do latim *peregrinum*, que significa pessoa que viaja para o exterior⁵³. O termo é utilizado também para pessoas que fazem peregrinação, uma viagem para lugares considerados sagrados e também para se referir a pessoas que vivem nas ruas, devido ao fato de muitas dessas viajarem por diversas cidades.

Não só Daniel, mas muitos outros, também se identificam com essa denominação. Embora conceitualmente a palavra peregrino tenha relação com religiosidade, isso não apareceu nas conversas, desse modo fica evidente a construção de sentidos outros às palavras. Miriam também se reconhece como peregrina:

Eu sou peregrina. Porque o peregrino é aquela pessoa que não tem lar para voltar. Eu não tenho casa, em nenhum lugar do mundo. Então, eu tenho casa de amigos, mas pra mim, eu moro nas minhas lembranças boas. Se eu não gosto daqui eu já saio daqui e desço pra Alfândega. Eu sempre vou estar num lugar onde eu me sinto bem, por isso eu viro as costas para o bem material. Se eu tiver que sair com a roupa do corpo, eu sei bater naquela casa, explicar a minha situação para ela, eu sei que no sistema capitalista alguém sempre vai ter alguma coisa para me dar. (Conversa com Miriam, Maio de 2017)

A definição de Miriam amplia-se da apontada pelo dicionário. Miriam apresenta o peregrino em outro sentido, baseada em seu contexto, como alguém sem raízes estabelecidas em nenhum espaço, que guarda em si mesma as experiências, colocando-as em um determinado lugar, dentro de si e revivendo-as a partir do momento em que é o lugar de morada. Ao pensar em lembranças, podemos pensar em memória. De acordo com Gagnebin (2006), a “memória vive essa tensão entre a presença e ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente” (p. 44). Miriam tem como morada as lembranças, vive em suas memórias, aquelas

⁵³ Fonte: <https://www.dicio.com.br/peregrino/>

qualificadas por ela como boas, as quais possibilitam a transformação do presente e conservam a presença do passado quase desaparecido. Lembranças marcadas como boas que promovem ou buscam promover o esquecimento daquelas determinadas como ruins, assim, ao mesmo tempo em que são colocados como polos opostos, coexistem como possibilidade de morada.

Ao mesmo tempo em que Miriam tem a imagem de si como peregrina, outras características a definem.

Mas mana, sou também uma baita de uma drogada. Uma sem vergonha na cara (risada). (Diário de Campo, fala de Miriam, Março de 2017)

Sou igual ao Chaves⁵⁴, moro na rua, mas não gosto de roubar e de fazer o mal. O Chaves algum dia pegou alguma coisa do Kiko? Chaves já bateu na Chiquinha? O Chaves não faz essas coisas. Mesmo a Chiquinha batendo nele e o Kiko passando vontade. Lá o sem vergonha é só o Seu Madruga. (Diário de Campo, fala de Miriam, Março de 2017)

Pelo que as pessoas me chamam, eu acho que eu sou uma demanda social, eu acho que sou resquício de uma sociedade. (Conversa com Miriam, Maio de 2017)

Miriam, mulher negra com *dreads* nos cabelos, 44 anos, está nas ruas há cerca de oito anos, apresenta como imagem de si o que a sociedade e as políticas públicas buscam encarnar nela. Miriam faz uso de múltiplas drogas. Em uma de nossas conversas, estava fazendo uso de tiner⁵⁵, em outras apenas contava que estava sob efeito de álcool ou de maconha. Independentemente da situação de alteração de consciência ou não, nossos encontros aconteceram com conversas fluidas, que às vezes fugiam de um raciocínio lógico, sendo os diferentes assuntos entremeados e, de algum modo, coerentes. O fato de usar drogas não necessariamente a relaciona à “falta de vergonha na cara”, quando compreendemos o uso de drogas como um direito, partindo da lógica de

⁵⁴ Personagem de seriado mexicano que foi exibido por muitos anos no Brasil por uma emissora de TV aberta.

⁵⁵ Tiner é um solvente usado para limpeza, mas ao ser inalado (aspirado pela boca) provoca alterações psíquicas.

redução de danos e riscos⁵⁶. Entretanto, para Miriam é estabelecida uma relação direta entre o uso de drogas e a falta de vergonha, a ausência de caráter.

As falas de Miriam são balizadas pela ideia de vagabundagem, pensamento disseminado pela mídia brasileira de que o/a usuário/a de drogas e pessoas em situação de rua são vagabundos/as, sendo culpabilizados/as e criminalizados/as devido à relação com as drogas e a condição de rua, o que descontextualiza e faz generalização a todas as pessoas que partilham de tais realidades. Miriam se contrapõe a essa produção discursiva utilizando o exemplo do personagem Chaves, que mora dentro de um barril situado entre as casas da vizinhança, para demonstrar que não existe relação direta entre a rua e a criminalidade.

Miriam traz em seu discurso os discursos sobre si. Enuncia, ao se definir, os discursos das grandes mídias, de perspectivas conservadoras e individualizantes e, ao considerá-los, compreende a si mesma como uma “demanda social”, afirmando-se como o “resto” e “sobra” de uma sociedade. De acordo com Foucault (2003), existem discursos que atravessam e anulam a vida daqueles que não têm a glória, daqueles que trilham os caminhos obscuros e inexplorados, que percorrem (des)caminhos de desonra, daqueles que se constituem como pessoa infame. A infâmia que provoca incômodo daquele que tenta dominá-la, que a enquadra como “demanda social”. Miriam faz parte do grupo daqueles que possuem “vidas que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las” (Foucault, 2003, p. 208).

Mas mesmo sendo peregrina, drogada, demanda social, infame, Miriam não se resume a isso. Durante a nossa conversa perguntei o que gosta de fazer, e ela contou que faz poesias, recitando uma delas:

Em meio a peles brancas como a neve
Akil Miriam que jamais esquece
Arrogante, marcante, provocante
Exatamente aquilo que a minha ginga
Nunca te mostra

⁵⁶ Redução de Danos é uma estratégia de cuidado às pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas regulamentada pela Portaria 1.028 (Brasil, 2005). De acordo com Paiva e Costa (2017) a lógica da redução de danos compreende que existem diferentes formas da pessoa se relacionar com as drogas, não necessariamente sendo essa relação problemática, em consideração à realidade na qual a pessoa se insere, assim como o contexto social, político, histórico e cultural.

Por quê?
 Por que *black is beautiful*?
 Não
 Porque toda alma é incolor, é absoluta
 Então na minha luta eu vivo essa vida
 Akil Jaz Miriam⁵⁷.
 (Conversa com Miriam, Maio de 2017)

Ao recitar tal poema, nossos olhos lagrimejaram. Frases que exploram questões étnico-raciais, sua vida na rua baseada na luta, uma síntese de suas vivências. Miriam constrói um epitáfio em vida: Akil Jaz, Akil Miriam, Jaz Miriam, Akil Jaz Miriam - Aqui Jaz Miriam – enaltecendo a vida ao mesmo tempo em que repousa nela.

Miriam falou que tem vontade de ser antropóloga, mas seu projeto na vida é escrever uma peça de teatro com o título Sereia do Asfalto. Perguntei quem era essa personagem, ela respondeu:

Seria eu, é claro, é lógico. A bonita da ilha da magia. Porque quando eu me vi deitada na rua eu me vi que eu estava deitada igual uma sereia, uma sereia do asfalto. Aí eu sempre tive fetiche de sapato e a primeira coisa que eu comecei a ver era que minha cabeça estava na altura do pé das pessoas, foi o que me chocou. (Conversa Miriam, Maio de 2017)

Miriam, tensionando o discurso de “drogada” e “sem vergonha” que lhe atribuem assume como seu, é a personagem mitológica da sereia combinada com o que constitui a rua das cidades: o asfalto. Sentimentos paradoxais que constituem essa mulher metade sereia e metade asfalto. Uma sereia que se diferencia das outras, pois assume paradoxalmente o papel de sereia, que teoricamente necessita estar em contato com a água para viver, mas tem como habitat a rua: lugar seco, duro, que esfolia e no verão queima. Uma sereia que, mesmo vivendo em uma ilha, está distante do mar e se considera “a bonita da ilha da magia”.

Miriam, ao se perceber na rua, tem a imagem de si como sereia ao mesmo tempo em que se espanta por estar tão próxima aos pés das pessoas, o que nos faz pensar o chão como símbolo do maior nível de

⁵⁷ De acordo com Miriam, Akil Jaz é o nome de um boxeador indiano. Seu pai queria ter lhe registrado com esse nome, mas não foi possível devido ao contexto político no Brasil que não permitia o registro de nomes incomuns.

rebaixamento social dentro da sociedade contemporânea. O chão das ruas e das calçadas públicas é sempre considerado espaço sujo e é nesse lugar que a sereia se deita, local em que uma extremidade de seu corpo encontra com a extremidade de corpos dos outros, e não é um bom encontro; é um encontro que a choca, a despotencializa, diminui sua vontade de vida. A sereia que não é do mar, ao estar em contato com o asfalto rígido, duro, seco e áspero, absorve tais características? Existe um embrutecimento, um choque e uma decadência ao se perceber ao nível dos pés das pessoas? Uma sereia que tem fetiche por sapatos, mas não pode usá-los, pois sereias não têm pés. Uma sereia que não morre perante a ausência de água, mas que sobrevive, luta e aprende a viver na aridez asfáltica.

Aline, outra interlocutora da pesquisa, negra, deficiente física, esteve por dez anos vivendo nas ruas e, atualmente, com sua aposentadoria por invalidez, paga o aluguel de uma quitinete, constrói a imagem de si de forma outra: traz em seu discurso unicamente a relação com o modo como o outro a ela se refere. Aline conta que uma de suas irmãs, com a qual atualmente não possui nenhum contato, diz que ela é como a música de pagode Zé Meningite, do Grupo Revelação. A música conta a história de um homem que adquire diversos tipos de doença, e tem o seguinte trecho: “Igual Zé Meningite eu nunca vi, meu Deus! / Pegar tanta doença braba, sobreviver e resistir” (Jacarezinho, 2002). Aline possui uma história de vida atravessada por violências, possui um quadro de saúde delicado, tem histórico de convulsão seguida de AVC desencadeado por uma overdose, o que deixou sequelas na fala e na locomoção. Sobreviveu a atropelamentos e a violências físicas, tuberculose e outros problemas de saúde. A semelhança entre Aline e o Zé Meningite é que ambos possuem a saúde frágil e, mesmo assim, sobrevivem e resistem às dificuldades cotidianas. Aline se reconhece no Zé Meningite a partir do momento em que se enxerga como uma pessoa que, mesmo com tantos problemas de saúde e sociais, continua engajada em sobreviver e (re)existir.

Construir uma imagem de si “requer a reflexão sobre a imagem que o outro faz do sujeito e que lhe apresenta, sendo esse outro considerado não necessariamente um outro identificável, reconhecível, mas o outro da cultura” (Furtado et al, 2011, p. 69).

Foi possível compreender, com a pesquisa, que de modo geral a imagem que todos os interlocutores fazem de si são atravessadas pelas marcas sociais, pelos processos subjetivos e objetivos, pelas experiências, eles estão sempre em relação com o outro, constroem um discurso e uma imagem de si em resposta ao outro que também o

constitui e é constituído. Para Zanella (2005), a “existência de um eu só é possível via relações sociais e, ainda que singular, é sempre e necessariamente marcado pelo encontro permanente com os muitos outros que caracterizam a cultura” (p. 102). A alteridade, portanto, é constituinte do sujeito, os discursos sobre si fundam-se e trazem as marcas dos discursos de outros sobre si. No modo como as pessoas em situação de rua com as quais pesquisamos se caracterizam, isso se evidencia.

O modo como eles se percebem está diretamente relacionado às suas condições de vida e à maneira como lidam e constroem alternativas para se relacionarem com essa realidade. São formas que expressam as resistências quando essa existência é marcada por processos de exclusão e desigualdade social. A pesquisa realizada evidencia, pois, que as imagens de si das pessoas em situação de rua são marcadas por generalizações e particularidades, o que fez eco às pesquisas realizadas por instituições sobre pessoas em situação de rua que demonstram a homogeneidade e a heterogeneidade dessas pessoas, como veremos a seguir.

4.2 Discursos oficiais sobre pessoas em situação de rua

A Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua (Brasil, 2009), desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome⁵⁸, entre agosto de 2007 e março de 2008, identificou 31.922 pessoas em situação de rua maiores de 18 anos no Brasil, considerando as 71 cidades investigadas (23 capitais e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes). Nessa condição, foram consideradas tanto as pessoas que pernoitam em instituições, como albergues e casas de passagem, como as que se localizam nas calçadas, praças, rodovias, lugares abandonados, becos e outros (Brasil, 2009).

O estudo traçou o perfil dessa população: predominam pessoas do sexo masculino (82%), a maioria com idade entre 25 e 44 anos (53%) e que se declaram pardas⁵⁹ (39,1%); 74% sabem ler e escrever; 70,9%

⁵⁸ Em 2016 o Ministério do Desenvolvimento Agrário fundiu-se ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ocorrendo a alteração do nome para Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

⁵⁹ De acordo com o site do IBGE, as categorias de autodeclaração étnico-racial são preto, pardo, branco, amarelo e indígena. Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/default_raciais.shtm

exercem alguma atividade remunerada, como catador de material reciclável e flanelinha; 51,9% possuem algum familiar na cidade em que se encontram, mas 38,9% não mantêm contato com seus parentes; 95,5% não são vinculados a nenhum movimento social e 24,8% não possuem nenhum documento de identificação (Brasil, 2009).

A pesquisa nacional (Brasil, 2009) revelou que as razões que levam pessoas a viver nas vias das cidades são variadas. A precarização das condições de vida é uma delas, porém reduzir a compreensão do fenômeno a questões econômicas limita sua compreensão e reduz a complexidade que o conota. De acordo com a pesquisa nacional supracitada, os principais motivos relatados que levaram as pessoas a viver nas ruas são: o uso abusivo de álcool e outras drogas (35,5%), o desemprego (29,8%) e conflitos familiares (29,1%). A justificativa da ida e permanência nas ruas devido a uma escolha pessoal também aparece, não de forma frequente e expressiva, porém deve ser levada em consideração. Ao relatarem a escolha como a responsável pela vida às ruas, justificam que a busca pela sensação de liberdade é a principal motivação (Brasil, 2009).

Em 2016, a Secretaria Municipal de Assistência Social de Florianópolis apresentou os resultados do projeto Contagem da População de Rua realizado nos meses de outubro e novembro de 2015, a partir da aplicação de questionários por profissionais da rede com a pergunta norteadora: “onde costuma dormir?”. A pesquisa quantificou o total de 421 pessoas em situação de rua, estando 144 acolhidas em Albergue, Unidades de Acolhimento e Casas de Apoio. Quanto ao perfil das pessoas em situação de rua que responderam ao questionário, constata-se a predominância de homens (88%), a maioria se autodeclara como branca (58%), 35% possuem ensino fundamental incompleto e 66% têm os vínculos familiares mantidos.

No mesmo ano, 2016, uma parceria do Movimento Nacional da População de Rua de Santa Catarina (MNPR/SC) com o Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM) e financiamento por órgãos internacionais, possibilitou desenvolver um projeto de Diagnóstico Social da População em Situação de Rua⁶⁰ da Grande Florianópolis, com o objetivo de conhecer as reais necessidades dessa população e gerar informações para impulsionar políticas públicas nas cidades pesquisadas

⁶⁰ O relatório oficial com os dados completos pode ser encontrado para download no site do ICOM através do link: <http://comunicacao.icomfloripa.org.br/diagnostico-social-participativo-populacao-em-situacao-de-rua-grande-florianopolis>

que compõem a Grande Florianópolis, como São José, Palhoça e Biguaçu. Esse diagnóstico social foi planejado nas reuniões do MNPR/SC e a aplicação dos questionários foi realizada no período de dezembro de 2016 a fevereiro de 2017 por pessoas com trajetória/vivência de rua e pessoas atualmente em situação de rua. O diferencial dessa pesquisa, quando comparada às citadas anteriormente, é o caráter participativo de pessoas em situação ou vivência de rua no planejamento, execução, tabulação dos dados e na apresentação dos resultados da pesquisa à sociedade civil. Se por um lado essa estratégia foi positiva, pois fortaleceu o protagonismo de pessoas em situação de rua e demonstrou que são capazes de participar ativamente de projetos sobre eles, por outro resultou em imprevistos indesejados, dado que devido a esse diferencial, alguns questionários preenchidos se perderam ao longo da realização da pesquisa, pois alguns dos entrevistadores tiveram seus pertences roubados ou molhados pela chuva, o que já apresenta um dado em relação aos percalços da vida nas ruas.

O Diagnóstico Social identificou o perfil da pessoa em situação de rua da Grande Florianópolis: 47% brancos e 45% negros e pardos. A maioria, 77,8% das pessoas que vivem nas ruas, é do sexo masculino, 65% têm entre 30 a 49 anos e cerca de 70% estão há menos de cinco anos em situação de rua; 50% estão há menos de um ano vivendo na Grande Florianópolis e 20% são nascidos na região. A maioria, 92%, sabe ler e escrever, porém apenas 22% concluíram o ensino médio; 70% exercem atividades remuneradas, sendo comum citarem atividades na construção civil, flanelinha, vendedor ambulante e catador de material reciclável; 41% não mantêm vínculo familiar; 70% tiveram acesso à rede SUS e uma minoria, 11,5%, relatou dificuldade no acesso aos serviços de saúde e assistência social devido ao preconceito, discriminação ou demora de atendimento e/ou agendamento; 75% têm acesso ao Centro POP, 66% não são cadastrados no programa social Bolsa Família; 88% consomem algum tipo de droga, sendo o álcool, maconha e crack as drogas de preferência dos entrevistados; 50% não acessam nenhuma atividade cultural ou esportiva nas cidades e 60% relataram ter sofrido violência institucional, violência de outra pessoa em situação de rua e/ou de outras pessoas; 93% possuem interesse em participar de projetos habitacionais, 47% constaram que o acesso ao emprego seria um condicionante para deixar a rua e 30% responderam que uma casa seria o item necessário para sair da condição de rua (ICOM, 2017).

As pesquisas realizadas em âmbito nacional, municipal e da região metropolitana apresentam resultados semelhantes em várias categorias do perfil da pessoa em situação de rua, o que fortalece a ideia de que, apesar

da heterogeneidade dessa população, como nos indica o levantamento bibliográfico realizado (Apêndice A e B), as características relacionadas ao gênero masculino, ao baixo nível de escolarização e à realização de alguma atividade remunerada são predominantes nas pessoas que habitam as ruas das cidades. Os dados da pesquisa de Abreu (2013) com pessoas em situação de rua na cidade de Florianópolis corroboram a predominância de tais características.

Os discursos oficiais produzidos por essas pesquisas se fazem fundamentais no delineamento de políticas públicas. Entretanto, existe o discurso que ultrapassa os limites do oficial, que é o produzido no cotidiano da vida nas ruas, como os apresentados nos itens anteriores. As possibilidades de se nomearem reinventam definições, homogeneizações, tensionam os discursos oficiais e é isso o que mais nos interessa.

No ambiente acadêmico, o modo como têm sido nomeados é “pessoa em situação de rua”, o que de certa forma também assume um cunho generalista e amplo. Entretanto, o uso dessa terminologia é defendido por alguns pesquisadores como o mais adequado, pois “pessoas” remete à humanidade, pluralidade e multiplicidade nas diferentes formas de existir, e “situação” como algo que pode ser “transitório, em ininterrupta transformação, assim como ao se situar em um espaço particular, simbolizado pela rua” (Mattos, 2006, p. 225). Para Silva (2006), essa terminologia distancia-se de uma perspectiva simplista, reducionista e individualizante. Contrapondo-se a essa perspectiva, Bem dos Santos (2014) problematiza o uso do termo “situação de rua”, pois acredita que essa terminologia exclui o grupo populacional que tem uma relação duradoura, crônica com o habitar as ruas. Trata-se de uma problematização importante, pois, de acordo com a pesquisa nacional, 30% das pessoas estão vivendo nas ruas há mais de cinco anos (Brasil, 2009).

Assim, é possível perceber que a maneira como nos referimos às pessoas que vivem nas ruas ainda é cara e problematizada nas esferas acadêmicas. Vamos utilizar, na maior parte desta pesquisa, a terminologia “pessoa em situação de rua”, além dos próprios nomes criados pelos interlocutores. Em muitos momentos, durante a participação das reuniões do MNPR/SC presenciamos pessoas que vivem nas ruas sugerindo a utilização da expressão “pessoas em situação de rua”. Assim, a consideramos mais adequada no momento, ainda que insuficiente para compreender um grupo populacional heterogêneo e complexo, que não se define pelas palavras e, talvez, que resista a definições, categorizações, que o generalizam e negam a diversidade das condições e dos motivos que o leva a viver/estar nas ruas. Vejamos que motivos são esses.

4.3 A rua como atrativo

A heterogeneidade dos modos como as pessoas com as quais pesquisei se veem é expressão dos diferentes motivos e razões que ocasionaram a vida nas ruas. Assim como os diferentes nomes que se dão, essas pessoas possuem razões e motivações distintas que as levaram a viver na rua, o que é corroborado por pesquisas acadêmicas como as citadas no item anterior e na revisão bibliográfica realizada (Apêndice A). Dentre as informações construídas no campo não houve homogeneidade nos discursos, por estar presente tanto pessoas que consideram a rua como uma opção quanto outras que a tratam como a falta de opção.

Pesquisadora: Você dá algum nome pro seu estilo de vida?

MAF: Livre. A palavra certa pra isso é livre.

Pesquisadora: Tem gente que fala morador de rua, peregrino...

MAF: Sou livre.

(Conversa com MAF, Maio de 2017)

MAF⁶¹, homem, branco, faixa etária entre 20 a 30 anos, enquadra-se no perfil de um *dingoboy*: está sempre com roupas limpas, barba aparada e cabelos penteados com gel. Tem como característica viver esporadicamente nas ruas, pois faz o fluxo de rua-casa-rua algumas vezes durante o ano. MAF disse que certo dia sentiu vontade de conhecer Santa Catarina, aventurou-se pelas cidades litorâneas do estado na alta temporada e rapidamente conseguiu emprego. Quando ficou sem trabalho, com o final do verão, resolveu conhecer a capital, Florianópolis. Ficou a quantidade máxima de dias permitidos no albergue municipal, depois teve sua primeira experiência de dormir na rua e, a partir de então, não quis mais pernoitar em albergues. MAF fica cerca de dois a três meses do ano na ilha, depois retorna para a casa de seus familiares no interior do Paraná, local em que exerce atividade profissional formal. Quando sente desejo, desliga-se do emprego e retorna às ruas de Florianópolis. Ele se nomeia e compreende a sua vida como o desfrute da liberdade, nega todos os nomes pré-estabelecidos,

⁶¹ O interlocutor da pesquisa pediu para ser identificado como MAF, em letras maiúsculas.

tem como premissa a própria autonomia e se considera diferente dos outros por escolher a vida nas ruas e a durabilidade dessa condição.

MAF: Eu tava com saudades daqui, dessa galera, dormir um pouco no frio. Eu odeio frio, mas dormir com a galera aqui até tarde... Tipo assim, eu tô aqui, mas ninguém manda em mim, aí não tenho compromisso aqui, sabe? Então é isso. Floripa é isso pra mim. Mas de repente eu fico aqui dois, três meses e enjojo.

Pesquisadora: Mas você enjoa do quê?

MAF: Da rua. Aí vazo pro Paraná de novo. Vou pra lá, tenho os contatos, começo a trabalhar. (Conversa com MAF, Maio de 2017)

Ousamos considerar que MAF possui uma situação privilegiada na rua, no sentido que considera ter o controle sobre sua própria condição, pois escolhe os momentos de estar na rua e os momentos de estar em casa, guiado pelo seu desejo. Mas, paradoxalmente, omite para sua família o gosto da vida na rua. Seus familiares desconhecem a condição como vive nos meses de ausência e justifica que a omissão possibilita a manutenção do vínculo afetivo e o acolhimento em suas idas e vindas. A rua na vida de MAF assume um lugar paradoxal, pois o liberta das convenções sociais, das amarras, do trabalho formal, dos vínculos familiares, configura-se como espaço de exercício de uma determinada liberdade, depois de um tempo o aprisiona, causa enjojo e ânsia, faz com que ele a abandone, o provoca a retomar para uma vida baseada nos padrões esperados socialmente.

Lobão assume uma postura diferente de MAF, pois não omite de seus familiares a preferência pela rua. Durante o campo de pesquisa, foram frequentes as vezes que familiares entraram em contato com ele, solicitando que voltasse para casa. Lobão conta:

Sou de classe média, já comi de tudo. Minha filha teve aí, me ofereceu quarto, SKY, internet e ar condicionado. Disse que até usar minha droga eu posso. Mas prefiro a liberdade da rua, porque usar droga em casa eu acho um desrespeito, então prefiro minha liberdade na rua. Desde os 14 anos

eu fugia da escola e subia em cima da Figueira⁶² com os moleques e ficava cheirando cola, fiz isso demais, a gente pegava a carteira das velhinhas que davam bobeira. Eu nunca me prostitui, mas eu roubava. Agora não faço mais isso, não preciso. Tem droga toda hora na rua, não preciso disso. Daí eu com 18 anos fui ser pai, minha mãe comprou uma casa pra mim, fiquei lá até os 21 e voltei pra rua, daí casei de novo, fui pra casa, depois rua, casa, rua, casa, rua, rua, rua. Eu estava numa fazenda, tem uns três meses que eu voltei pra rua. (Diário de Campo, fala de Lobão, Junho de 2017)

Lobão resgata que desde a sua juventude a rua já exercia um papel importante em sua vida. Manezinho da ilha⁶³ e “pelegrino da rua” (Diário de Campo, fala de Lobão, Junho de 2017), um dos mais velhos que ficava na Praça XV, com cerca de 50 anos de idade, considerava o local como o espaço possível para usufruir da liberdade que a casa não possibilita, mesmo quando lhe é autorizado. Apresenta um idealismo da vida nas ruas, nega o conforto de uma casa que lhe é oferecida, mesmo quando existe a promessa de manter sua liberdade. O que haveria de tão insuportável em uma casa? Que casa é essa? A liberdade não é possível em uma casa? Apenas na rua? A liberdade autorizada deixa de ser prazerosa? Qual liberdade está buscando? Qual liberdade está vivendo?

Podemos pensar que a vida nas ruas torna-se um fator constituinte da subjetividade e, por vezes, deixar esse espaço pode provocar inseguranças, promover questionamentos sobre si mesmo e exigir uma responsabilidade a qual a pessoa não deseja ou não se sente segura para assumir. Lobão, por saber que sou mineira, sempre que me via chegar no Coreto da Praça XV perguntava quando eu iria levar pão de queijo mineiro para ele comer e, então, iniciávamos uma conversa sobre comidas típicas de cada região do Brasil e ele prometia que iria cozinhar uma *paella* para mim. Como bom pescador, era possível ficar horas conversando sobre as delícias do mundo culinário até que ele começava a falar um pouco de sua vida, de sua família, de sua história, mas em seguida finalizava a conversa, por isso não era possível aprofundar nesses assuntos. Lobão recentemente foi internado em uma Comunidade Terapêutica para cuidar do uso abusivo de álcool e cocaína, em nosso

⁶² Árvore centenária localizada na Praça XV de Novembro. Na nota de rodapé número 6 apresentamos mais informações sobre essa árvore.

⁶³ Nome regionalmente dado às pessoas nascidas na cidade de Florianópolis.

último encontro relatou que precisava diminuir a quantidade de drogas, pois estava vomitando sangue.

Apesar de algumas pessoas as quais pesquisei apresentarem boas relações familiares, outras, assim como Lobão, relataram se sentir diferente do que a família esperava e desejava, de forma a irem morar nas ruas por não se adequarem às exigências e aos padrões familiares.

Não quero ser controlado. Minha mãe não entende que sou diferente do convencional. A família não entende que a pessoa é diferente. (Diário de Campo, fala de Gilberto, Maio de 2017)

O que é ser diferente do convencional? Não sucumbir às exigências vigentes da lógica capitalista da pessoa que estuda e trabalha, que tem moradia e cumpre religiosamente com os preceitos estabelecidos socialmente? Basta não cumprir com esses requisitos que se obtém a liberdade? Só assim ninguém nos controla? Isso é possível?

A incompreensão por não corresponder ao modo socialmente esperado desencadeia conflitos e discussões que podem ocasionar a ida para as ruas e, nesse novo espaço, relata ter a permissão para ser quem deseja ser. Um discurso que afirma a liberdade e as respostas às pressões sociais que exigem uma rotina de trabalho e de responsabilidades.

Eu não fui pra rua por causa das drogas. Já para quebrar esse pensamento que muitos tem, né... Meu processo é que eu não me encaixava dentro de uma família, eu não me enquadrava, fui adotado com muito amor por uma família que com um certo tempo também fui um pouco rejeitado, então foi um conjunto de coisas, abuso sexual quando era pequeno, rejeição, decepção amorosa, não me enquadrava no sistema onde eu morava, meu pai era capitão da aeronáutica, 25 anos morando na base aérea, então eu não me enquadrava, e as drogas não foi o que me levou pra rua, foi um conjunto de coisas, né... (Diário de Campo, fala de Schafer, Junho de 2017)

O não enquadramento, o não encaixotamento diante de uma expectativa familiar aparece como justificativa que compõe as múltiplas razões para a vida nas ruas. O contexto em que a fala de Schafer emergiu

foi numa atividade do MNPR/SC⁶⁴ na UFSC, composto por um público predominante de graduandos da instituição. Schafer possui 39 anos, tem uma trajetória de vida marcada por reclusões sociais, como internações em locais de tratamento de drogas e o sistema prisional. Quando não recluso, permanecia em situação de rua, mas atualmente compartilha uma quitinete com sua companheira e assume a função de coordenador estadual do MNPR/SC.

O início de seu relato respondeu aos estigmas sociais que determinam como única razão de viver nas ruas ao uso de drogas. Percebe-se uma preocupação do interlocutor em desconstruir esse discurso, apresentando as múltiplas razões e motivações que ocasionam tal processo, carregando consigo vozes de tantas outras pessoas que compartilham das mesmas (des) razões da vida nas ruas. Mas é importante evidenciar que as justificativas são permeadas por questões pessoais, não são apresentadas no discurso reflexões sobre o contexto econômico e político do país, o que não significa a inexistência de tais razões estruturais, mas nos faz compreender que os motivos da vida nas ruas estão fortemente atravessados por questões afetivas, o que foi destacado na maioria das falas.

Podemos afirmar, baseado em Silva (2012), que a família apresenta-se como pano de fundo, permeia as justificativas e as razões de viver nas ruas das pessoas pesquisadas e está presente na própria ausência. Seja por inadaptação ao ceio familiar, por incompreensão aos caminhos a serem trilhados, por conflitos familiares ou tantos outros “porquês” que constituem o drama familiar. Tais acontecimentos desencadeiam a vida nas ruas como uma alternativa, um possível (Silva, 2012).

Augusto apresenta de modo reflexivo os motivos que o levaram a estar em situação de rua. Justifica esse processo por intermédio da apresentação de parte de um passado que é diferente do presente, e finaliza projetando um futuro, ao tecer perspectivas.

Isso é uma situação de hoje, porque antes eu não tinha essa situação de rua. Já fui nos melhores lugares, já fui sócio de clube, já frequentei baladas, festas de família, de outras famílias que não a minha, então isso não me causa nenhum espanto ou revolta ou alguma coisa que me deixa com a pulga atrás da orelha em função de hoje tá nessa situação. As circunstâncias me levaram para esse momento:

⁶⁴ Sobre o MNPR, ver capítulo 5.

50% das circunstâncias me levaram para esse momento e 50% foram minhas escolhas. Embora isso exista, sempre tenho a perspectiva de sair dessa situação. De não ficar muito tempo nessa situação. (Conversa com Augusto, Abril de 2017)

Augusto e Lobão retomam o passado para dizer do presente. Ambos compartilham o fato de já terem tido experiências outras na vida, que já ocuparam outro status social, como se quisessem dizer que nem sempre foram da classe M, já transitaram por outras classes sociais. A importância de resgatar a vida vivida, olhar para trás e lembrar as escolhas feitas que reverberam no presente, posicionamentos frente ao mundo que os inserem em determinado lugar social.

Augusto, que na época da pesquisa estava 100% na rua, apresenta convicção ao refletir sobre as razões de estar na rua. Para o interlocutor, as proporções dos motivos da situação em que se encontrava estão equilibradas. Assume 50% para si, contudo não tem um discurso culpabilizante, mas enuncia a autonomia e a responsabilidade de suas escolhas, sem deixar de considerar os outros 50% compostos por fatores sociais, econômicos, que aparentemente fogem do nosso controle.

Aparentemente, Augusto consegue sistematizar em porcentagens o que consideramos como a multicausalidade que leva pessoas a viverem nas ruas da cidade. Considerando a heterogeneidade desse grupo populacional, é possível afirmar que esse percentual seja diferente para cada sujeito, para cada história, para cada vida que se tece no chão das calçadas, das ruas, nos bancos das praças e dos outros vários espaços possíveis.

Para uns a vida nas ruas está amalgamada ao sentimento de liberdade, de escolha, compreendendo-a como opção e como possibilidade de existência potente perante as vulnerabilidades que nela são imputadas, espaço em que as reinvenções são diversas, os modos de vidas complexos são objetivados por uma vida tecida na tinta preta do asfalto, na brita, na grama, nas pedras. Para outros, a rua configura-se como a “falta de” tudo que poderia sustentar um outro modo de viver, o tradicional, aquele em que a casa ocupa papel fundamental e imprescindível.

Evidenciamos, propositalmente, os recortes da pesquisa que enfatizam a vida nas ruas tal como potência, sem negar a existência do sofrimento nesse espaço, sem desconsiderar que para uns a vida na rua é “fundo do poço... meu último estágio de vida” (Conversa com Antenor, Maio de 2017). Mas ressaltamos que mesmo a rua se configurando de

forma diferente para cada pessoa, atravessa singularidades e particularidades, o convite a um olhar “ético, estético e político para as ruas e marquises da cidade” (Félix-Silva, Sales & Soares, 2016, p. 55) é lançado. Lançamos também o convite para o olhar voltado à luta por direitos, o que apresentaremos no próximo capítulo.

5. “A rua tá cansada de receber prato de comida e cobertor, a gente quer direito”: pessoas em situação de rua e a luta por direitos

Em meados de Agosto de 2017, na reunião semanal do MNPR/SC, no Coreto da Praça XV de Novembro, recebemos a informação de que havia ocorrido na manhã daquele dia uma assembleia no Centro POP com equipe e usuários do serviço, na qual foi comunicado que a instituição seria fechada numa quinta-feira próxima devido à necessidade de reordenamento⁶⁵, sem previsão de reabertura. De acordo com Samuel, um dos militantes⁶⁶ do MNPR/SC e frequentador do Centro POP, era perceptível que nem a própria equipe tinha informações em relação ao reordenamento e demonstrava ter recebido a notícia de forma verticalizada, sem direito de construir, em conjunto com gestores, as diferentes formas que poderiam iniciar um processo de reestruturação do serviço prestado às pessoas em situação de rua de Florianópolis.

Posto isso na reunião, começamos a pensar em quais ações deveríamos ter frente a essa notícia que marcava o desmonte e o retrocesso nas políticas públicas para essas pessoas. Um dos apoiadores do MNPR/SC sugeriu a realização de uma Assembleia Popular na quarta-feira, todos concordaram e nos organizamos com as pessoas parceiras da população de rua bem como as pessoas em situação de rua para, juntos, realizarmos a Assembleia com encaminhamento de ações e organizarmos uma mobilização de impedimento ao fechamento previsto para a quinta-feira. Durante a reunião foram feitas as mobilizações do pessoal que vive na rua pelos militantes, enfatizando a importância de ocupar o espaço da Assembleia Popular, o que alimentava a esperança de que aquela decisão poderia ser revertida com a união e a luta deles.

Também ficou decidido em reunião que o MNPR/SC confeccionaria uma carta aberta à população de Florianópolis, na qual

⁶⁵ Reordenamento foi a palavra utilizada para justificar o fechamento temporário do Centro POP. Podemos compreender reordenamento como a necessidade de reestruturação do serviço, o qual encontrava-se em condições precárias tanto em relação à estrutura física inadequada quanto no número reduzido de profissionais, escassez de oficinas etc.

⁶⁶ São considerados militantes do MNPR/SC pessoas em situação de rua ou com trajetória de rua que participam do movimento. Pessoas que não possuem trajetória de rua e participam de forma direta ou indireta do MNPR/SC são chamadas, por membros do MNPR/SC, de apoiadores ou apoiadores-militantes.

seria contextualizado o cenário de sucateamento das políticas públicas referentes à população de rua (ver Anexo). A carta seria uma forma de se posicionar frente aos retrocessos e afirmar uma postura contrária ao modo como a Prefeitura Municipal estava agindo. O texto produzido por apoiadores e militantes do MNPR/SC foi amplamente divulgado por jornais da cidade⁶⁷, via *Facebook*⁶⁸ e publicado no evento online criado para divulgar a Assembleia Popular no mesmo site. Na época, a página registrava a confirmação de presença de 79 pessoas e a demonstração de interesse de 216, no total de 652 pessoas convidadas virtualmente.

Ainda na reunião no Coreto da Praça XV, os usuários do Centro POP expuseram seus pontos de vista sobre a situação. Consideravam inviável o fechamento e questionavam a forma arbitrária como isso havia sido decidido, bem como a falta de compromisso e respeito com os usuários que têm aquele espaço como único para se alimentar, tomar banho, lavar roupas e realizar outras atividades. Questionavam: “O que nós somos pra eles [Prefeitura/gestão]?”; “Acham que podem fechar assim? De um dia pro outro? Sem nem avisar a gente direito?”; “Agora a gente vai ficar tudo na rua, porque não vai ter o POP pra gente passar o dia, aí eles vão abrir o POP rapidinho” (Diário de Campo, Agosto de 2017). Essa última fala chama a atenção: ao mesmo tempo em que considera a importância do Centro POP no cotidiano das ruas, tece uma crítica ao serviço. Essa crítica se apresenta nas entrelinhas e diz respeito ao fato de que o Centro POP, de certo modo, colabora com a lógica de higienização das ruas, de retirada das pessoas em situação de rua do centro da cidade, maquiando os espaços para que durante o dia tenham menos pessoas em situação de rua. Em outras palavras, contribui para invisibilizá-los.

Tal crítica é congruente com a fala de MAF, homem em situação de rua com quem conversei meses antes do acontecimento que está sendo relatado. Quando perguntei a MAF como era sua relação com o Centro POP, ele contou que fazia uso do serviço, mas que compreendia a

⁶⁷ Reportagem do Jornal Hora da Santa Catarina em que a Carta Aberta à População de Florianópolis foi publicada:

<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2017/08/ministerio-publico-pede-a-prefeitura-de-florianopolis-explicacoes-oficiais-sobre-mudancas-no-centro-pop-9877590.html>

⁶⁸ Rede social em que foi divulgada a Assembleia Popular:

<https://www.facebook.com/1041869222500080/photos/a.1042449719108697.1073741829.1041869222500080/1692764180743911/?type=3&permPage=1>

existência dele como algo que ia além de oferecer atendimento às pessoas em situação de rua. Considerava que o Centro POP tinha outras intenções:

Posso falar uma verdade pra você? O Centro POP é na verdade pra tirar, pra acomodar a gente... Pensa: na parte da manhã leva todo mundo pra lá, dá café da manhã, almoço e alguma atividade. O que que vai acontecer? Vai tirar todo mundo da rua, todos os moradores daqui. Tira nós daqui [se referindo a Praça XV], numa cidade que o turismo é forte, então daí vai ter menos gente porque vai tá todo mundo ocupado lá [no Centro POP]. E se não tivesse lá? Ia ter gente aqui. Magueando pra um... pra outro, tentando vender seus trabalhos, outros pedindo comida no restaurante. É um jeito de ocupar nós lá. E até funciona porque você tem café, tem as mesas pra jogar um dominó, um baralho, aí você tem banho, almoço... Aí quando você vê você sai duas da tarde e já foi o dia... (Conversa com MAF, Maio de 2017)

Podemos compreender com a fala de MAF que o Centro POP exerce duas funções: uma delas é ofertar alimentação e atividades às pessoas que vivem nas ruas e a outra função, a função verdadeira, de acordo com ele, é de esconder, invisibilizar, retirar as pessoas da cidade, configurando-se como um local estrategicamente pensado para concentrar pessoas em situação de rua durante o dia, que se utiliza do aspecto social como uma desculpa, uma mentira. MAF expõe o Centro POP ao papel paradoxal que assume: é um serviço que promove visibilidade a pessoas em situação de rua, pois reconhece e legitima a existência de pessoas nessa condição, mas ao mesmo tempo as invisibiliza, serve de esconderijo social. De acordo com Paula (2014), o Centro POP reproduz a lógica de segregação e exclusão, configurando-se como um espaço promotor de ostracismo e mantenedor do *status quo*. Mesmo evidenciando o papel contraditório que o Centro POP assume, a autora destaca o serviço como uma das poucas alternativas sociais prestadas à população em situação de rua.

Retomando, a Assembleia Popular seria realizada no Coreto da Praça XV, espaço ocupado por pessoas em situação de rua como uma estratégia para que mais pessoas nessa condição estivessem presentes. Entretanto, era uma quarta-feira chuvosa, o que obrigou a transferência para um espaço fechado. Foi escolhido um espaço dentro do perímetro de

grande circulação da população de rua pelo centro da cidade, a sede do Instituto Arco-Íris Direitos Humanos⁶⁹. A Assembleia Popular tomou forma de um grande círculo, composto por pessoas em situação de rua que são militantes do MNPR/SC e outras sem vinculação com o movimento, apoiadores como: defensor público estadual e federal, representantes da OAB Cidadã, do CRP/SC, dos Amigos da Sopa (rede de voluntários que distribuem alimentação a população de rua), estudantes da UFSC, IFSC e UDESC, trabalhadores da rede de saúde mental e de assistência social da Grande Florianópolis, assessores de vereadores e vereador da cidade, padre, mídias alternativas⁷⁰ e demais pessoas que chegaram aos poucos e construíram aquele momento de forma coletiva.

A abertura da Assembleia foi realizada pelos membros do MNPR/SC que contextualizaram o que estava acontecendo e, em seguida, foram realizadas inscrições de falas com sugestões de quais seriam as ações a serem realizadas a fim de impedir o fechamento do serviço. Aos poucos os encaminhamentos foram se direcionando para a ocupação do gabinete do prefeito, com o objetivo de forçar um diálogo com o prefeito sobre a arbitrariedade dessa decisão e convencê-lo a não realizar o fechamento. Ficamos sabendo que naquele dia, às 17h, haveria uma solenidade em que o prefeito simbolicamente passaria a chave da cidade ao vice-prefeito, o qual assumiria o cargo durante os quinze dias de ausência do titular da pasta. Com essa informação, nos organizamos rapidamente com o intuito de chegar até a Prefeitura Municipal antes desse momento, para conseguir falar diretamente com o prefeito. Os defensores públicos sugeriram que notificássemos a polícia sobre a manifestação/ocupação pacífica que realizaríamos, mas os membros do MNPR/SC se colocaram totalmente contra essa proposição. Historicamente, a relação entre pessoas em situação de rua e a polícia não é amistosa. Durante a pesquisa de campo encontrei muitos relatos de violência policial e abuso de autoridade, cujos episódios ocorreram

⁶⁹ O Instituto Arco Íris é uma ONG que oferece oficinas, cursos e desenvolve projetos voltados à população de alta vulnerabilidade social em Florianópolis.

⁷⁰ Estavam presentes repórteres do Portal Catarinas e do MARUIM. Eles produziram as seguintes reportagens: <http://catarinas.info/populacao-de-rua-ocupa-prefeitura-pela-continuidade-do-atendimento-pelo-centro-pop-em-florianopolis/> e <http://maruim.org/2017/08/24/movimento-de-pessoas-em-situacao-de-rua-resiste-ao-fechamento-do-centro-pop-em-florianopolis/>

principalmente durante a madrugada, horário em que o centro da cidade encontra-se com menos movimento. Em concordância com a argumentação, seguimos todos juntos pelas ruas do centro à prefeitura, com a bandeira do MNPR. Atravessamos a Praça XV e no trajeto fomos convocando mais pessoas a se unirem a nós.

Ao chegar à Prefeitura, um grupo de mais ou menos 8 pessoas conseguiu passar pela recepção, acessar os elevadores e subir até o andar em que estava localizado o gabinete do prefeito. Eu e outras pessoas fomos barradas pela Guarda Municipal que, ao perceber a quantidade de pessoas, organizou-se para bloquear a passagem. Eu e Aline, militante do MNPR/SC, fomos interrogadas pelo guarda municipal sobre quais os nossos propósitos naquele lugar. Informamos quais as razões que nos faziam estar ali e adentrar o prédio, visto que estávamos no hall de recepção. Não muito aberto ao diálogo, fomos ordenadas a ir para as escadas da Prefeitura, área externa, com a justificativa de que estávamos atrapalhando a passagem das demais pessoas que acessariam a Prefeitura. De forma organizada, colocamos nosso posicionamento de que daquele espaço só sairíamos para a reunião com o prefeito, mas deixaríamos um caminho livre para quaisquer transeuntes.

A conversa estabelecida com o guarda municipal foi transmitida ao vivo na página de uma mídia alternativa que cobria jornalisticamente o acontecimento pelo *Facebook*. Muitos coletivos de mídias alternativas foram criados e fortalecidos com as manifestações de Junho de 2013⁷¹ no Brasil. As mídias alternativas utilizam as redes sociais e sites como modo de difundir o conteúdo produzido (Bittencourt, 2015). São mídias marcadas pelo ativismo, que desempenham o papel de salvaguardas de direitos ao divulgar conteúdo que era ocultado/omitido pela mídia hegemônica, apresentando outros pontos de vistas e garantindo a publicidade de ações repressoras e violentas contra pessoas que participam de manifestações. De acordo com Bentes (2014), as mídias alternativas possuem como estratégia a transmissão ao vivo de momentos de tensão no acontecimento que cobrem, com o objetivo de expor *online* e em tempo real o que pode vir a acontecer. Para mim, a transmissão ao vivo representava uma garantia de que não haveria, por parte da guarda municipal, repressão ostensiva.

A tensão que existia desde o momento em que fomos barrados aumentava conforme mais guardas municipais chegavam portando spray

⁷¹ As manifestações de Junho de 2013, ou “As Jornadas de Junho de 2013” como também ficou conhecida, foram mobilizações contra o aumento da tarifa no transporte público que aconteceram em quase todo território nacional.

de pimenta e cassetetes. Vale lembrar, segundo a Carta Aberta à População de Florianópolis (Anexo), produzida pelo MNPR/SC, que existe um posto da Guarda Municipal dentro do Centro POP que age de forma violenta e arbitrária dentro e fora da instituição, trata-se de um órgão temido e malquerido por pessoas em situação de rua. Devido à complexidade da relação entre Guarda Municipal e pessoas em situação de rua, marcada por autoritarismos, a presença dos guardas e o modo como a nós se dirigiam deixava o clima hostil e tenso, pois era evidente o desconforto de ambos.

Pensando com base em Rancière (1996; 2006), podemos entender esse acontecimento como um espaço no qual se constituiu a política. Rancière (2006) define como político aquilo que se configura por meio do encontro e coexistência de dois processos: a política e a polícia. A política é compreendida, de acordo com o autor, como um processo de emancipação, rupturas e fissuras ao que é instituído, espaço em que o confronto e o dissenso prevalecem. A polícia, por sua vez, é a operacionalização do consenso e do consentimento, o predomínio da normatividade e a busca por identidades homogêneas (Rancière, 2006). O embate que se travava entre a Guarda Municipal e os militantes e apoiadores do MNPR/SC promovia o encontro de uma lógica de polícia com uma lógica de política. Para Rancière (1996), configura-se como atividade política aquela que “desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho” (p. 42). Vejamos como isso aconteceu, como as pessoas em situação de rua, pessoas-barulho, se fizeram ouvir.

Depois de um tempo, as pessoas que conseguiram ter acesso ao gabinete do prefeito retornaram e comunicaram que seríamos atendidos às 19h pelo vice-prefeito. Assim, ocupamos por algumas horas o hall da Prefeitura. Devido ao grande tempo de espera, algumas pessoas tiveram que ir embora, mas outras chegavam para fortalecer a ocupação. Em meio a um clima de apreensão, no qual cerca de quinze guardas municipais colocavam-se vigilantes, movimentamos aquele espaço, esticamos a bandeira, sentamos no chão e ocupamos o lugar. Apesar daquele espaço, o qual popularmente recebe a alcunha de “casa do povo”, mas que é pouco frequentado pelo seu povo e muito menos por um seguimento da sociedade marcado pela marginalidade e a exclusão, constituiu-se como um ato simbólico.

Eu, apoiadora-pesquisadora-psicóloga, colocava-me como mediadora das situações que ali aconteciam, em meio a uma atmosfera de

tensão. Compartilho o momento em que um grupo de pessoas em situação de rua, que não estava na Assembleia, chegou ao hall da recepção perguntando o que acontecia e fazendo uso de tiner na frente de todos. Foi necessário naquele momento realizar uma intervenção, explicar que não era interessante usar drogas naquele espaço, pois se tratava de uma reivindicação legítima sobre o Centro POP e que a permanência deles portando e fazendo uso de drogas poderia deslegitimar a manifestação que acontecia. Argumentei ainda que tanto a Guarda Municipal quanto as demais pessoas em situação de rua, envolvidas na manifestação, poderiam expulsá-los de forma violenta daquele espaço caso percebessem o uso de drogas. Eles compreenderam minha intervenção e optaram por guardar a garrafinha com tiner e se juntar ao grupo. Tal desfecho demonstra a capacidade dessas pessoas, que são tantas vezes julgadas como drogadas e vagabundas, de compreensão da realidade, comprometimento com o outro e a possibilidade de ampliação dos diferentes modos de existência, por meio da ruptura com estigmas e da disponibilidade a deixar de fazer uso de sua droga para, naquele momento, lutar pela manutenção de um direito.

Por volta das 19:30h foi autorizada a subida de quinze pessoas para a sala de reuniões. Éramos mais ou menos 25 pessoas. Tentamos argumentar a importância de todos/as presentes subirem, mas a Guarda Municipal era quem estava no comando e não autorizou, sob a justificativa de que não havia cadeira para todos. Assim, organizamos em fila as pessoas em situação de rua, privilegiando a entrada delas e, por último, a entrada dos/as apoiadores/as. A Guarda Municipal contou um por um que entrava e eu era a décima sexta da fila. Quando fui barrada, algumas pessoas em situação de rua se disponibilizaram a não subir para eu tomar o lugar delas, mas Aline, militante do MNPR/SC, interveio e solicitou que deixassem eu subir, então, com muito custo, consegui adentrar a sala de reuniões. Fomos atendidos pelo vice-prefeito, a Secretária de Assistência Social e a Secretária de Segurança Pública. Curiosamente, antes de iniciar a conversa, o vice-prefeito pediu para que as pessoas em situação de rua levantassem as mãos, contou quantas tinham e demonstrou em sua fisionomia facial estar surpreso pela quantidade de pessoas que vivem nas ruas ocupando aquele espaço. Penso que havia o pressuposto, por parte dele, de que se tratava de um movimento composto mais por pessoas ligadas à causa que propriamente pessoas que vivem nas ruas. O vice-prefeito não realizou nenhuma fala inicial, solicitou que todos se apresentassem e, em seguida, pediu para que as pessoas em situação de rua contassem os motivos de estarem ali.

Na conversa foram expostos todos os pontos de discordância em relação ao fechamento do Centro POP. Membros no MNPR/SC ressaltaram compreender a necessidade de um reordenamento, afirmaram que o modo como o serviço funciona não é adequado, mas que isso não poderia ser feito de forma vertical, sem ouvir as pessoas em situação de rua e muito menos ser uma ação realizada de um dia para outro. Apontou que é necessário pensar em serviços substitutivos para esse processo de reordenamento, já que as pessoas em situação de rua não poderiam ficar desassistidas enquanto era feita a reestruturação. Em seguida, o vice-prefeito solicitou que as secretárias de Assistência Social e de Segurança Pública explicassem a situação. Ambas fizeram uma fala institucional, posicionando-se a favor do reordenamento imediato.

Após ouvir, o vice-prefeito afirmou que o Centro POP não seria fechado de imediato, mas que um reordenamento era necessário e seria realizado. Solicitou a formação de uma comissão, composta pelo padre que estava presente e demais representantes e parceiros do MNPR/SC, para realizarem uma reunião na sexta-feira daquela mesma semana, com o objetivo de tratar do reordenamento e viabilizá-lo de uma forma que prejudicasse menos as pessoas em situação de rua.

O Centro POP em Florianópolis não possui uma sede adequada, ele está alocado em salas da Passarela Nego Quirido, o sambódromo da cidade. Além da falta de estrutura física apropriada, o serviço vem sendo sucateado devido ao número reduzido de profissionais e ausência de qualificação profissional para atender ao seguimento populacional a que ele se destina. O portão de acesso ao serviço é sempre fechado, com horários determinados pela gestão para abrir e fechar, o que limita o acesso e impede o direito de livre circulação. Muitas pessoas em situação de rua relatam que foram impedidas de entrar na instituição devido à ausência de documentação. Além disso, a Guarda Municipal exerce a função de revistar os pertences dos usuários, agride fisicamente e utiliza spray de pimenta para “manter a ordem”, institui regras absurdas como a proibição de dormir nos horários em que há oficinas, o que desencadeia punição para quem as infringe, como a suspensão do direito de usar o serviço por um determinado tempo. O Centro POP atua de forma desalinhada da política pública que o institui. O Decreto 7.053 de 2009 implementa o Centro POP como um serviço de proteção social especial, mas não detalha como deve funcionar. A cartilha de Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop (Brasil, 2011) evidencia a importância em atender a pessoa que chega à Instituição de forma receptiva, por meio de uma postura acolhedora, ressalta a necessidade de um espaço exclusivo e

ênfatisa a necessidade de criação de vínculos com a população atendida, considerando as heterogeneidades. Assim, o MNPR/SC evidencia a necessidade e exige a reestruturação do Centro POP, a partir das normativas que o instituem, não da forma imposta pela Prefeitura.

Com a reunião encerrada, descemos juntos os elevadores e o sentimento que ecoava no pequeno espaço era de alívio. As pessoas em situação de rua pareciam estar revigoradas, tanto pela notícia de que o serviço não mais seria fechado, quanto pelo sentimento de conquista de direito. Algumas pessoas contavam surpresas que, embora presentes na mobilização, acreditavam que “não ia dar em nada”, que ficariam ou sem respostas ou com falsas promessas, e ainda com o Centro POP fechado. Denotavam surpresa com o que aconteceu. Naquele dia, a maioria das pessoas que vivem na rua e estavam presentes na reunião não possuía aproximação com o MNPR/SC e tal acontecimento fortaleceu o movimento, já que deu a ele credibilidade e demonstrou que a luta política gera mudanças.

A fala que intitula este capítulo, “a rua tá cansada de receber prato de comida e cobertor, a gente quer direito” (Diário de Campo, Abril de 2017) é frequentemente dita pelos militantes do MNPR/SC. Tal frase enuncia que as pessoas em situação de rua não desejam mais viver e sobreviver de doações, não estão dispostas a se contentar com o pouco que lhes é destinado, disfarçado de caridade. A rua, por intermédio do MNPR/SC, passa a exigir o direito de ter acesso à alimentação, saúde, educação, moradia, lazer. Essa afirmativa pode ser considerada uma síntese do acontecimento relatado, pois com o encerramento das atividades do Centro POP, as pessoas voltariam a necessitar de doações e teriam um direito, que foi dificilmente conquistado, retirado.

Iniciamos o capítulo sobre o MNPR/SC com esse longo relato, pois acreditamos que o evento nele contido foi um dos momentos vivenciados mais marcantes e que fez com que fosse possível acreditar na potência dos movimentos sociais e da organização política, mesmo com os entraves e antagonismos que se apresentam. Maheirie (2008) afirma que os movimentos sociais são “como sínteses sempre inacabadas” (p. 55) que precisam ser analisados a partir de um olhar não dicotômico. Os movimentos sociais são formados por pessoas que partilham de algum modo de exclusão, “revelam-se verdadeiros campos de luta pela inclusão político-econômica-cultural” (Maheirie, 2008, p. 50). Para a autora, configuram-se como uma forma diferente de se fazer política e têm como objetivo a realização de micro revoluções possíveis por meio da luta cotidiana protagonizada por seus militantes, pessoas que criam formas outras de se relacionar social e politicamente, se configuram como

plurais, descentralizadas e que unem a racionalidade e a afetividade na construção de transformações sociais (Maheirie, 2008).

Gomes (2008) ressalta a importância de considerar os movimentos sociais como “fenômenos contextualizados na história e constituídos por relações sociais, culturais e subjetivas” (p. 32). Para Prado (2006), os movimentos sociais configuram-se como modos de se inserir e constituir o espaço público, provocando transformações, rupturas e (re)criando esses espaços, uma vez que são concebidos a partir de relações conflituosas, heterogêneas e antagônicas. O acontecimento aqui relatado explicita de certo modo os conflitos entre pessoas em situação de rua e o poder público. Ele também visibiliza o “sujeito político, no sentido de conseguir visualizar e agir de forma política nos processos legitimadores de exclusão e opressão” (Gomes, 2008, p. 37).

Trata-se, pois, o acontecimento aqui relatado, de uma mobilização realizada pelo MNPR/SC que obteve resultado, a qual conseguiu aproximar mais pessoas em situação de rua ao movimento e fez com que as pessoas percebessem a importância de lutar e, ainda, de conquistar e/ou manter os direitos que possuem. Se por um lado foi uma situação exitosa, por outro não foi seu sucesso suficiente para invisibilizar os paradoxos que constituem o MNPR/SC, o que discutiremos a seguir.

5.1 O MNPR/SC e seus paradoxos

De acordo com De Lucca (2016), o MNPR é um movimento social que se constitui em uma arena de ambivalências e paradoxos. A própria criação do MNPR é demarcada por contradições, pois foi a partir de um episódio trágico de violência brutal que as pessoas em situação de rua se organizaram. Conforme mencionado na Introdução desta dissertação, a chacina de pessoas em situação de rua na Praça da Sé, em São Paulo, no ano de 2004, foi o episódio que impulsionou a organização social e política das pessoas que vivem nas ruas (Freitas, 2016). Ou seja, de um acontecimento hediondo, foi “possível perceber o investimento em uma produção de memória e identidade” (Melo, 2016, p. 58), circunscrevendo a existência de algo potente que só foi possível existir a partir de uma situação negativa.

De Lucca (2016) aponta que historicamente o MNPR está ligado à qualidade de vítima, de sofredor de diversos tipos de violência, o que de certo modo o estigmatiza perante os contextos políticos e públicos que ocupa. O fato de buscarem o reconhecimento das condições indignas de vida nas ruas ao mesmo tempo em que se reconhecem como sujeitos

dignos e lutarem “simultaneamente pela valorização das vidas de rua e por sua abolição, sendo assim, paradoxalmente, “a favor” e “contra” a existência de vidas de rua” (De Lucca, 2016, p. 37), demarcam os lugares opostos que ocupam. Ao mesmo tempo, esses pontos convergem, configurando como um movimento social complexo, constituído por embates, tensionamentos, ambivalências e paradoxos.

Durante o acompanhamento do MNPR/SC foi possível identificar alguns questionamentos insolúveis que alimentavam reflexões críticas quanto ao próprio movimento, seus modos organizativos e suas contradições. Esses questionamentos se direcionavam ao movimento, mas estavam diretamente relacionados à vida pessoal de cada militante. Por exemplo: em uma das reuniões do MNPR/SC estava em pauta a pouca adesão das pessoas em situação de rua nas atividades do movimento e então um dos militantes pontuou:

Tô me sentindo instituição. A área de confronto não é aqui [se referindo ao local institucionalizado que a reunião era feita], é lá [se referindo a rua, a Praça XV]. Por que temos que esperar os companheiros passar por um processo pra aderir ao movimento? Por que não podemos ir onde essas pessoas estão? (Diário de Campo, fala de Schafer, Maio de 2017)

A fala de Schafer, coordenador estadual do MNPR/SC, homem, 39 anos, anuncia o sentimento de institucionalização do seu modo de existir; carrega o descontentamento de se sentir dessa forma e apresenta o fardo pesado de se enxergar como instituição. O lamento de vivenciar esse sentimento, de partilhar algo diferente do que escolheu para sua vida, coloca o sujeito em um lugar paradoxal. Ser institucionalizado, se sentir instituição, é estar acorrentado a algo, o que se contrapõe ao que leva muitas pessoas a viver nas ruas, ou seja, o desejo de romper com as normas sociais e viver em liberdade, desacorrentado de amarras sociais. Ocupar as ruas da cidade, esse lugar considerado socialmente como marginal, escancara diferentes formas de viver que negam os regulamentos sociais e não possui afinidade com nenhum tipo de instituição.

Entretanto, para ocupar a função de coordenador estadual; para ampliar a rede de parcerias do MNPR/SC; para conquistar uma representatividade de espaços políticos, foi necessário para Schafer e tantas outras pessoas que ocupam lugares similares se institucionalizar.

Como membro-militante do MNPR/SC, ele teve que deixar o espaço da rua e ocupar espaços institucionais a fim de garantir a existência e lutar pela organização do movimento social. Assim, a fala de Schafer enuncia o próprio paradoxo: de incômodo e ao mesmo tempo o reconhecimento da importância de sua postura no movimento. Por se configurar como incoerente com suas concepções de mundo, de vida e de existência, ocupar esse lugar faz com que ele problematize o modo como se sente e atua, sem deixar de reconhecer que para dar continuidade na busca por direitos das pessoas em situação de rua precisou se amarrar a uma instituição, vincular-se a um movimento social organizado que tem como uma das pautas garantir a existência de pessoas desinstitucionalizadas.

Para Maheirie (2008), os movimentos sociais “trazem em si a ambiguidade de ser o que são, como negação da negação, produto e produtores da sociedade que ora legitimam, ora resistem” (p. 52). Além de incorporarem formas tradicionais de realizar política, para a autora os movimentos sociais praticam, em alguns momentos, aquilo que lutam contra. Isso é visível com o MNPR: um movimento social formado por pessoas que, de certo modo, rompem com a estrutura social instituída, que tensionam os modos organizativos da sociedade, mas que, para garantir o direito de se colocar sem amarras sociais, precisam, necessariamente, apropriarem-se da lógica que negam, organizarem-se estruturalmente com o objetivo de garantir o direito de existência de pessoas supostamente livres.

Outro paradoxo do movimento é a necessidade de ocupar espaços longe das ruas, mesmo sabendo que a ação direta precisa ser realizada nos locais onde as pessoas em situação de rua vivem. Como exemplo, podemos pensar no relato que iniciou este capítulo. Para garantir que o Centro POP, instituição de referência para população de rua, não encerrasse suas atividades, foi preciso sair da rua e ocupar o gabinete do prefeito. De acordo com Schafer, o confronto se dá nas ruas, mas para solucionar o problema foi preciso se organizar como movimento social, se institucionalizar, adentrar as salas, gabinetes, auditórios, plenárias e outros espaços distantes da rua.

A transformação social parece ter ritmo contrário ao fluxo da rua, local em que tudo acontece de forma rápida e ligeira. Convocar as pessoas em situação de rua a investirem em um movimento político que é lento, gradual e árduo, pode se configurar como algo oposto ao que algumas delas escolheram para suas vidas e distante do que almejam para o futuro. É comum encontrarmos pessoas que, por não se adaptarem aos padrões tradicionais de vida na sociedade, fizeram das ruas seus espaços de existência. Para essas pessoas, negar a participação em um movimento

social é coerente com a postura de vida que escolheram. Mas a garantia de direitos sociais, do direito à cidade e à própria presença nas ruas, requer luta e formas de enfrentamento que produzam alguma resposta positiva por parte do poder público. A organização em movimento social é um caminho historicamente reconhecido, o que leva as pessoas em situação de rua a optarem por ele. Mas essa opção é de certo modo produtora de conflito, vivenciado, objetiva e subjetivamente. Afinal, exige um retorno à lógica tradicional, a um modo organizado de luta em que papéis são definidos e hierarquias são construídas. O MNPR se submete a uma organização social de luta, enquadrando-se em um modo estruturado de exigir e conquistar seus direitos, por meio da realização de ações sistematizadas como as reuniões semanais.

Aline, militante do movimento, levou para o grupo seu incômodo em perceber que sempre há poucas pessoas em situação de rua nos encontros, ela queixou-se de em alguns momentos não perceber muito sentido em fazer parte do movimento porque as pessoas não aderem. A partir da inquietação de Aline, iniciamos coletivamente um processo reflexivo sobre o porquê das reuniões serem realizadas em uma sala na sede do Grupo de Apoio e Prevenção a AIDS (GAPA). Daniel, coordenador nacional no MNPR/SC, pontuou que as reuniões em um ambiente fechado eram necessárias, pois esse tipo de espaço facilitava a organização e protegia o movimento de perseguições e criminalizações. Em resposta, Schafer pontuou que ele e o MNPR/SC estavam perdendo sua identidade, que sentia o movimento polarizado, ocupando duas instituições; GAPA e ICOM⁷². Destacou ser a rua a verdadeira identidade daquele coletivo, contudo ela era deixada de lado. Por isso, explicou que considerava importante retomar as reuniões na rua e fez coro à sugestão dada por Aline, de realizar as reuniões todas as segundas-feiras na Praça XV de Novembro, local ocupado por pessoas que justificavam a existência do movimento.

Eu sei o quanto é difícil pro morador de rua atravessar todo o centro. Os olhares do centro, das pessoas do centro, pra conseguir chegar até o GAPA, e que quando chega, tem que dizer o nome na recepção e dizer

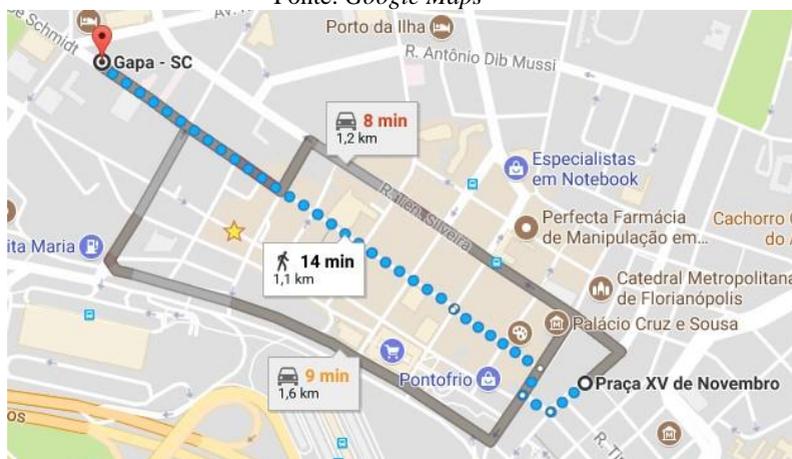
⁷² O GAPA (Grupo de Apoio e Prevenção a AIDS) era a instituição que oferecia o espaço para as reuniões. O ICOM (Instituto Comunitário Grande Florianópolis) era a instituição que estava desenvolvendo um projeto de pesquisa em conjunto com o MNPR/SC, que disponibilizava computadores, telefones, salas para o movimento utilizar. Assim, todas as atividades no MNPR/SC naquela época eram realizadas no GAPA ou no ICOM.

que quer ir pra reunião do MNPR. É que esse processo é muito difícil pro morador de rua. (Diário de Campo, fala de Schafer, Maio de 2017)

Também eu, com a fala de Schafer, procurei entender o ponto de vista do outro, no caso das pessoas em situação de rua. As reuniões semanais do MNPR/SC aconteciam desde quando comecei a acompanhar o movimento em um ambiente fechado, por vezes hostil. Ficava nítido o caráter de favor da instituição ao emprestar um espaço para as reuniões, além de exigir um tipo de comportamento pouco habitual para os participantes, como por exemplo o tom de voz baixo. Para chegar até o local, era necessário que as pessoas atravessassem o centro da cidade, saíssem do local costumeiro de passar o dia, como a Praça XV, transitassem pela Rua Felipe Schimdt para, enfim, chegarem à sede da instituição. Além disso, ao chegar era necessário se apresentar à recepcionista, que então registrava o nome da pessoa em uma lista de presença e direcionava a pessoa à sala de reuniões na qual o movimento estava.

Figura 8: Trajeto da Praça XV de Novembro até o GAPA.

Fonte: *Google Maps*



O pontilhado azul da Figura 8 representa o trajeto a que Schafer fez menção. Podemos considerar o percurso pequeno, pouco mais de um quilômetro de distância entre o ponto de partida e o de chegada. Mas esse caminho configura-se como longo e tortuoso para corpos errantes,

marginalizados e não desejados, que se chocam com corpos padronizados.

Schafer comenta que esse processo de ir até as reuniões coloca a pessoa em situação de rua em exposição e, por diversos motivos, ela pode não estar disposta naquele momento. Evidencia que realizar as reuniões longe dos espaços a que essas pessoas já são acostumadas a ocupar provoca uma visibilidade que pode não ser bem-vinda, ao exigir que saiam de seus territórios e transitem por territórios outros, como as ruas do centro cheias de lojas e transeuntes, o que expõe a pessoa a um contexto não favorável e não desejável. Tal fala provoca questionamentos quanto à exposição e a visibilidade de pessoas em situação de rua que podem não se sentir preparadas para isso e expõe o paradoxo em relação às condições que devem ser superadas para participar do movimento.

Comumente ouvimos discursos referindo-se à população de rua como “invisíveis”. A inclinação social por invisibilizar essas pessoas está atrelada a uma espécie de cegueira seletiva, na qual o ato de fingir não ver predomina (Delfin, Machado e Imbrizi, 2017, p.2). Entretanto, não é feito o questionamento se essas pessoas desejam se tornar visíveis, qual tipo de visibilidade almejam e como lidam com a visibilidade indesejada. A partir da fala de Schafer é possível considerar que o desejo de visibilidade pode existir, assim como o desejo de invisibilidade. Em uma reunião do MNPR/SC, um dos membros contou que estavam fotografando pessoas em situação de rua sem permissão, e protestou: “Tenho o direito de ficar invisível!” (Diário de Campo, fala de Augusto, Março de 2017). A afirmação categórica nega o lugar de passividade no qual a pessoa em situação de rua é colocada. Reivindica o lugar de ser humano, capaz de opinar e decidir sobre si próprio, nega a coisificação e objetivação dos corpos que compõem a paisagem urbana, porque esses corpos não são a paisagem em si. São pessoas em situação de rua que reivindicam o direito de permanecerem (in)visíveis conforme o desejo, a circunstância e o contexto, assim como todas as pessoas que não vivem nas ruas.

Refletir sobre visibilidades e invisibilidades é pensar sobre aquilo que se vê, aquilo que deixa ser visto, aquilo que deixamos de ver e aquilo que nos provoca perder de vista. (In)visibilidade como esse processo que tensiona as possibilidades de olhar e ser olhado, que se configura por meio de “um jogo de sombra e luz: um sujeito, um grupo, seu sofrimento, a violência contra ele e possíveis modos de resistência que só se tornam invisíveis à medida que outros elementos são visibilizados” (Delfin, Machado e Imbrizi, 2017, p.2). São formas de existências atravessadas pelo desejo de ser visto: visibilidade desejada; ao mesmo tempo pelo direito de não ser visto: invisibilidade desejada. Os processos de

(in)visibilidades (in)desejadas estão imbricados no cenário urbano e na produção de uma sociedade que ainda não reconhece as pessoas em situação de rua como parte de um todo.

A dificuldade dos membros do MNPR/SC em lidar com esses processos de (in)visibilidades vão sendo coordenadas pelas atividades do dia-a-dia, no cotidiano. A busca por visibilidade em uma esfera tensiona a busca por invisibilidade em outra, o que constitui polos que coexistem na complexa tentativa de garantir o direito a ambas. Assim, o próprio MNPR pode provocar paradoxalmente exposições e visibilidades que algumas pessoas não desejam. Mas havia como minimizar isso: alterar o local das reuniões era uma estratégia possível para agregar pessoas que ainda não estavam preparadas para circular livremente em outros contextos.

Para além da questão territorial, outra reflexão que o MNPR/SC realizou sobre a baixa adesão considerava as pessoas em situação de rua pouco empenhadas em lutar por seus direitos. Justificavam que o caráter não assistencialista, não salvacionista e de não ter como foco retirar as pessoas em situação de rua contribuía para que menos pessoas aderissem. O foco era a luta por direitos sociais, algo realizado de forma lenta e gradativa, que pode gerar insatisfação ou sentimento de ineficácia para alguns.

O que a gente faz aqui é discutir direito e conquista, por isso não faz tanto sucesso. (Diário de Campo, fala de Schafer, Março de 2017)

Quando nas reuniões do MNPR/SC havia novas pessoas, o coordenador estadual buscava esclarecer os objetivos do movimento e realizava a fala supracitada para justificar o fato de a reunião estar vazia ou com poucas pessoas em situação de rua.

Em busca de compreender as razões para a baixa adesão ao movimento, esse tema foi levado à tona nas conversas na Praça XV. Para algumas pessoas que vivem nas ruas e com as quais conversei, o MNPR/SC era considerado como mais uma instituição não legítima e sem representatividade. Em uma das reuniões semanais, a falta de notabilidade do MNPR/SC nas ruas foi um tema levado por um grupo de três pessoas em situação de rua que tinham ido pela primeira vez na reunião semanal.

O Movimento não tem credibilidade na rua. Ninguém da rua respeita o movimento. (Diário de Campo, Novembro de 2016)

A representatividade do MNPR/SC era também questionada por outras pessoas em situação de rua. No Diário de Campo foram registradas falas de pessoas que vivem nas ruas, que estavam pela primeira vez na reunião do movimento e que nunca mais voltaram a frequentá-lo. Naquele dia, o descontentamento com o MNPR/SC por parte de um grupo de pessoas que vivem em condição de rua foi denunciado, a falta de representatividade foi escancarada. Porém, o tema não foi levado em consideração pelos militantes do movimento. Havia divergências pessoais entre os personagens que faziam essa fala-denúncia e os membros efetivos do MNPR/SC, o que fez com que esse tensionamento ao coletivo atravessasse para a esfera pessoal, particular e individual. Então, ao invés de absorver a crítica e refletir sobre ela, militantes a rebateram e culpabilizaram as próprias pessoas em situação de rua por não estarem dispostas a lutar. Ainda foi afirmado que pessoas como as que faziam a crítica exigiam resultados rápidos e transformadores do MNPR/SC sem ao menos se colocarem disponíveis para somar ao movimento.

Talvez, naquele dia, aquelas pessoas estivessem colocando-se disponíveis para aderir à luta traçada pelo MNPR/SC, mas não houve sensibilidade por parte dos membros em acolher as críticas, problematizá-las e aproximar essas pessoas. Ao contrário, a reação de defesa/acusação afastou-as e edificou a ponte entre a rua e o movimento.

“Nós que botamos as costas no chão é que devemos ser a base do movimento.” (Diário de Campo, Novembro de 2016)

A fala supracitada, que ocorreu nessa mesma reunião, emergiu em resposta ao fato de alguns membros do MNPR/SC não mais dormirem todos os dias nas ruas, pois conseguiram se organizar e alugar um espaço. A situação de não dormirem mais ao relento, de não “botarem as costas no chão”, fez com que algumas pessoas não as considerassem legítimas para ocupar o papel que exerciam no movimento. Mas, apesar disso, as pessoas que não estavam colocando as costas no chão ainda possuíam uma rotina como se estivessem em situação de rua, pois iam para suas casas apenas para dormir e tomar banho; passavam o dia todo em conjunto com as demais pessoas em situação de rua, alimentavam-se das doações, “manguejavam” e sentiam-se ainda vivendo integralmente nas ruas.

Essa condição é produtora de tensões nas relações com outras pessoas que vivem em situação de rua, pois gera desconfiança: algumas

peças afirmam que o MNPR/SC possui uma verba financeira e com essa os membros pagam seus alugueis. Tal argumento é refutado, pois dois membros afirmam que pagam o aluguel com o benefício assistencial do governo federal.

Por mais que em alguns momentos as críticas à falta de representatividade não fossem compreendidas, em outros elas ecoavam e produziam um processo reflexivo de como o MNPR/SC organizava-se. Schafer realizava constantemente o movimento de pensar e criticar o modo como agiam, com a intenção de suscitar possíveis soluções.

Temos feito do jeito que a gente critica. Modo do PARA a rua ao invés de *com* a rua. Muitos não reconhecem o MNPR por falta de informação, eles falam que a gente não faz junto, que é uma panelinha. (Diário de Campo, fala de Schafer, Maio de 2017)

Tal discurso enuncia a autocritica e coloca o próprio MNPR/SC como responsável pelo afastamento e não adesão das pessoas. Ao invés de culpabilizar o outro, traz para si as responsabilidades como um coletivo representativo e disposto a realizar mudanças para alterar o cenário de pouca adesão, representatividade, credibilidade e respeito. De acordo com Barros e Kastrup (2009), o fazer *com* é o fazer coletivo, é a participação no processo. No caso do MNPR/SC, o fazer *com* é promover a integração das pessoas que vivem em situação de rua no processo de conquistas de direitos, de transformações sociais, é fazer junto, transfigurar as pessoas que vivem nas ruas, passar de meros objetos passivos a membros ativos e atuantes ao que lhes cabe e interessa. Para Macerata (2010, p. 171), o fazer *com* a rua é o fazer “ao lado, o que não é postar-se sobre, acima, hierarquicamente”, é compor do mesmo território existencial, mesmo que o espaço e tempo sejam diferentes.

O fazer *com* é uma das pautas de luta do MNPR. Ele exige das instâncias políticas sua presença em qualquer assunto que seja relacionado à população de rua, reivindica sua participação na construção de ações, reclama de política feita *para* eles, sem a presença deles. Assim, a fala de Schafer expõe a situação paradoxal que o MNPR/SC assume, ao contradizer o que o define, perpetuar a lógica que busca combater e se distanciar daqueles que justificam sua existência.

Levando em consideração o cenário em que o MNPR/SC se constitui, também é válido salientar que o processo de organização política de pessoas em situação de rua pode se configurar como algo mais

complexo quando comparado à organização social de outros grupos. Para Almeida (2015) e Melo (2015), a organização política de pessoas em situação de rua ainda é algo extremamente novo, o que requer intenso trabalho de base para construir um histórico de luta. Para os autores, as pessoas em situação de rua não possuem acesso aos direitos básicos e apresentam necessidades a ser sanadas de forma instantânea e imediata, o que justificaria a adesão aos movimentos sociais como algo secundário, pois

quem vive à margem, lutando dia a dia pela sobrevivência, já tem naturalizado a invisibilidade, o não reconhecimento enquanto sujeitos de direitos, por isso, o despertar da consciência exige insistência e reflexão sobre essas condições, as quais as pessoas em situação de rua vivenciam. (Almeida, 2015, p. 93)

Assim, a falta de adesão ao MNPR/SC configura-se como um fenômeno complexo, que não se justifica de maneira simples, pois é atravessada por diferentes motivos e razões que compõem as singularidades de cada corpo que constitui a rua. Mas, com as reuniões transferidas para o Coreto da Praça XV de Novembro, local em que há grande fluxo e concentração de pessoas em situação de rua, houve aumento da participação nas reuniões e atividades propostas pelo MNPR por parte de seu público alvo. Esse deslocamento territorial exemplifica um dos paradoxos que caracteriza o próprio MNPR e suas ações. Ou seja, a necessidade de se organizar estruturalmente e manter a segurança dos participantes o levou a fazer uso de um espaço institucional para suas reuniões; porém, a pouca adesão de pessoas em situação de rua às atividades colocava em xeque o próprio movimento e o distanciava de seu público-alvo, das pessoas que justificam sua própria razão de ser/existir.

Encontramos nessa problemática sobre adesão situações que nos fazem identificar paradoxos que se estabelecem na constituição desse movimento social. Mesmo com todas as dificuldades materiais, concretas e simbólicas, o movimento minimamente existe e resiste, mas ainda se faz necessário seu fortalecimento político e popular.

Em conversa com um dos militantes do MNPR, ele relata que, mesmo fazendo parte do movimento, possui uma orientação política diferente. Mostra o símbolo do anarquismo desenhado em sua prancheta, e diz: “isso é destituição de poder” (Conversa com Carlos, Maio de 2017). Busco então compreender como uma pessoa anarquista estava envolvida

em um movimento social que não tem essa filosofia política e Carlos respondeu que o anarquismo foi uma escolha pessoal que fez para sua própria vida e que estar no movimento é algo que fez pelo coletivo, não vendo isso como contraditório. Para Carlos, existe uma dicotomia entre suas preferências políticas e seu papel no movimento social, no coletivo. Ao estar na rua, ele assumiu uma postura política anárquica, porém filiou-se ao movimento social organizado como uma maneira de garantir seu modo de viver. Infelizmente esse assunto surgiu depois de alguns minutos de conversa, o que fez com que ele terminasse o diálogo para dar continuidade às atividades do dia e não pudemos investigar mais esse tema.

Enquanto para alguns participantes desta pesquisa o MNPR/SC não se configurava como um espaço legítimo de luta das pessoas em situação de rua, para outras, ocupar espaços, institucionalizar-se e militar, possibilitou outras formas de se colocar no mundo.

Eu achava que eu era ninguém, agora as pessoas falam comigo e eu me sinto importante. O MNPR ajuda na minha redução de danos, ajuda eu não voltar pra rua. (Diário de Campo, fala da Aline, Março de 2017)

Aline, que se mantinha acorrentada ao sentimento de não ser alguém, tinha como única possibilidade ser ninguém. Inevitável não lembrarmos do poema de Eduardo Galeano (2010) em que “os ninguém: os filhos de ninguém, os donos de nada” são aqueles “que custam menos que a bala que os mata” (p. 71). A fala de Aline nos leva a pensar que, a partir do momento em que se vinculou ao MNPR/SC, passou a ser gente, saiu da condição de ninguém para a de alguém que agora sente-se importante, é vista e ouvida. Talvez, para a sociedade, Aline continue enquadrada como um ninguém, “morrendo a vida, fodido e mal pagos” (Galeano, 2010, p. 71), e sua luta visa a buscar o reconhecimento e a transformação social dos/das vários/as ninguém. Sua mudança pessoal já aconteceu, pois se enxerga, se posiciona e se sente de modo diferente. Isso também aconteceu com Samuel:

Conhecer o MNPR foi bom porque me deu mais segurança para conhecer esse mundo da rua e não me sentir tão sozinho... saber que tem outros igual a mim. (Diário de Campo, fala de Samuel, Junho de 2017)

Para Samuel, fazer parte do MNPR/SC possibilitou o reconhecimento de pessoas semelhantes a ele. Favoreceu a construção de vínculos com outras pessoas que vivem nas ruas. Reconfigurou a rua como lugar de solidão e insegurança para um lugar coletivo e seguro. A fala de Samuel nos remete à importância dos agrupamentos sociais, dos coletivos de pessoas que partilham a mesma realidade. O MNPR/SC consiste, pois, em um dispositivo que fortalece e busca garantir a existência de pessoas em situação de rua em uma sociedade na qual a diferença ainda é entendida de forma negativa. O MNPR/SC também promove uma visibilidade desejada em relação ao olhar do outro sobre a pessoa em situação de rua, eleva a autoestima, constrói a imagem de uma pessoa que conhece seus direitos e luta pelos mesmos, afasta o estereótipo de “morador de rua”, produz novos e diferentes olhares, tanto no outro quanto na pessoa em situação de rua.

Eu estive na calçada fumando crack várias vezes e hoje, graças a pessoas e ao movimento, eu começo a ter uma outra visão da vida. [...] O movimento me deu oportunidade de mostrar não para os outros, mas pra mim, que eu posso fazer uma coisinha um pouquinho melhor. [...] Quando faço fala de movimento eu tenho que me modificar todinho porque não é mais a minha fala, é nós. E esse processo é o que me fez sentir mais humano, apesar que eu erro a toneladas ainda. [...] A minha vivencia mesmo é essa... É a vivencia de luta, resistência, de estar nesse Movimento. [...] Eu ouvi uma frase do companheiro que falou assim: "a partir do momento que você entra dentro de um movimento social você não tem dois lados, do militante e o André Schafer. Tu vai ser os dois. As pessoas não vão mais te ver como André que tem a sua vida, e Schafer que tem o movimento, não há mais como justificar. Se você brigou na rua, foi o Schafer do Movimento, se te pegar fumando crack foi o Schafer do Movimento, se tava lá discutindo é o Schafer do Movimento". Eu deixei de ser muitas vezes o que eu realmente sou. Gosto de usar droga pra caramba, mas tive que começar a me modificar. (Diário de Campo, fala de Schafer, Junho de 2017)

A fala de Schafer evoca a condição de responsabilidade da existência humana. Ao dizer que “não há mais como justificar”, o interlocutor da pesquisa assume uma postura sobretudo ativa de suas tomadas de decisões, de suas ações, de sua condição de vida, de sua própria existência. Para Bakhtin (2010), não há *álibi* para existência, ou seja: nossos atos, ações, atitudes são responsáveis, fazem parte da nossa singularidade, da unicidade da existência. Assim, Schafer evidencia sua implicação no MNPR/SC, o seu *não-álibi* em relação à vida e, conseqüentemente, ao movimento social, visto que ambos se misturam e se compõem. Essa participação incumbida revela um ato concreto, em que todos os sentimentos, pensamentos, desejos são um ato “ativamente responsável” (Bakhtin, 2010, p. 118). Para o autor, o ato responsável é “o ato baseado no reconhecimento desta obrigatória singularidade. É essa afirmação do meu *não-álibi no existir* que constitui a base da existência sendo tanto dada como sendo também real e forçosamente projetada como algo ainda por ser alcançado” (p. 99).

A importância do MNPR/SC na vida de algumas pessoas em situação de rua foi evidenciada nos fragmentos de Diários de Campo aqui expostos. O MNPR/SC assume múltiplos lugares, provoca diferentes reações, pode ser considerado tanto como o espaço que busca garantir o direito de viver na rua para alguns, como também meio para se organizar e sair das ruas. Para outros, em contrapartida, pode ser apontado como ilegítimo e desnecessário. Maheirie (2008) pontua a importância de considerar os movimentos sociais como “um processo contínuo de construção e desconstrução, na ambigüidade presente e inevitável que lhe compõe, implicando num trabalho de unificação da diversidade, incorporando a diferenciação” (p. 54). Essa ambigüidade foi visibilizada pelos próprios participantes no decorrer da pesquisa, condição fundamental para o fortalecimento da luta e a unificação de esforços em prol da conquista de direitos.

Como conclusão, constata-se que o próprio MNPR/SC assume de maneira deliberada um lugar paradoxal, visto que equilibra-se fragilmente diante das tensões que lhes apresentam. Afinal, sua própria existência como movimento social instituído é paradoxal: é composto por e voltado para pessoas que questionam padrões sociais, mas precisa de certo modo se adequar a padrões de institucionalização, posto serem essas condições para alguma escuta, para a reivindicação do direito de seus participantes permanecerem à margem se assim o desejarem. Esse antagonismo fica evidente na fala de um dos militantes em uma das reuniões, o qual reivindica o direito de ficar invisível na cidade, mas para isso precisa conquistar uma visibilidade que garanta seu desejo à invisibilidade. As

tensões visibilizadas entre as pessoas em situação de rua que não participam do movimento com relação ao MNPR/SC são, de certo modo, consoantes com tensões constitutivas do próprio MNPR/SC, como veremos a seguir.

5.2 “Nada sobre nós... 100 nós”: o MNPR no Brasil e em Santa Catarina

O Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) tem como uma de suas premissas a inclusão de pessoas em situação de rua na discussão de qualquer assunto que esteja relacionado a elas, exige o fazer *com*. Assim, possuem como lema a máxima de “nada sobre nós, sem nós”: uma forma de reivindicar seus lugares de fala, considerando a experiência de vida na rua como fundamental para se pensar e construir ações direcionadas a essa população. Samuel, um dos militantes do MNPR/SC, certa vez compartilhou uma postagem no *Facebook* convidando as pessoas a comparecerem a uma audiência pública sobre políticas para população de rua e escreveu na postagem: “nada sobre nós, 100 nós”. Com a frase dita por tantos outros militantes e escrita por Samuel, com a troca do “sem” pelo “100” é que damos título ao último item deste capítulo sobre a luta por direitos das pessoas em situação de rua, mais especificamente ao MNPR/SC.

O MNPR surgiu no Brasil em 2004 para representar as pessoas em situação de rua junto às instâncias governamentais e políticas na condição de porta-voz de suas necessidades e reivindicações. No vídeo institucional⁷³ do movimento, um dos militantes relata, sem dar muitos detalhes, que as pessoas em situação de rua estavam se organizando para reivindicar direitos desde 2001. O estopim para o surgimento da organização em âmbito nacional se deu após o evento trágico que ficou conhecido nacional e internacionalmente como “Massacre da Praça da Sé”, ocorrido entre os dias 19 e 22 de Agosto de 2004 na cidade de São Paulo, no qual quinze pessoas em situação de rua foram agredidas e sete delas chegaram a falecer (Melo, 2016; Freitas, 2016). De acordo com Melo (2016) e De Lucca (2016), a investigação em relação aos culpados pelo crime ainda não foi finalizada, o que potencializa o sentimento de injustiça por parte dos militantes do MNPR. Tem-se a suspeita de que a

⁷³ Vídeo institucional de apresentação do MNPR: <https://www.youtube.com/watch?v=Pe08z-QSeJ4>

ação criminosa foi realizada por policiais e seguranças privados a mando de comerciantes da região que estavam insatisfeitos com a presença de pessoas em situação de rua na região central da cidade (Melo, 2016).

A partir desse acontecimento, constituiu-se o Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua que, em conjunto com outras instituições sociais, formulou a criação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). O movimento foi consolidado oficialmente no 4º Encontro Nacional Lixo e Cidadania, em 2005, tendo como pauta principal a luta contra a violência e a impunidade (Melo, 2016). Essa pauta ampliou-se com as lutas em prol da construção de políticas públicas para pessoas em situação de rua e a participação na fiscalização dessas (Almeida et al, 2014; CRP, 2015). Em 2005 ocorreu o I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, que culminou na expansão do movimento pela luta por direitos dentro do território nacional (Freitas, 2016; CRP, 2015).

A organização política das populações em situação de rua foi fundamental para provocar o Estado a elaborar políticas públicas referenciadas a essa população, mesmo que ainda incipientes (CRP, 2015). A criação da Política Nacional para População em Situação de Rua em 2009 (Decreto 7.053⁷⁴) configura-se como um marco legal às políticas para a população em situação de rua e surge como resultado da pressão exercida pelo MNPR (Almeida et al, 2014; Almeida, 2015). A elaboração dessa política pública ocasionou o fortalecimento político e organizativo das pessoas em situação de rua, pois essas passaram a se reconhecer como pessoas de direitos e se aproximaram do movimento social (Melo, 2015).

Atualmente, o MNPR está presente em catorze Estados brasileiros e tem como objetivo geral o resgate de autonomia por meio do trabalho digno, moradia, qualidade salarial e acesso à saúde e assistência social (Almeida et al, 2014). Além da criação do Decreto 7.053/2009, é possível apontar outras conquistas do movimento social, como a adaptação para o preenchimento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo

⁷⁴ Conforme apresentado na Introdução, o Decreto 7.053/2009 define conceitualmente o que é população de rua com o objetivo de orientar e direcionar políticas públicas a essa população. O MNPR atualmente tem como uma das pautas de luta a transformação desse decreto em lei, com o objetivo de garantir a permanência dessa política independente do governo em atuação (Almeida, 2015). Para acompanhar os trâmites do projeto de lei: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ASSISTENCIA-SOCIAL/515798-PROJETO-CRIA-POLITICA-NACIONAL-PARA-A-POPULACAO-EM-SITUACAO-DE-RUA.html>

Federal (CadÚnico) às pessoas em situação de rua. Para completar o cadastro no CadÚnico era necessário apresentar um endereço fixo e descrever o domicílio em que a pessoa residia, o que automaticamente impedia o cadastro de pessoas em situação de rua. A partir do diálogo do MNPR com o governo federal, foram realizadas modificações na ficha de cadastro, acrescentando a categoria “pessoas em situação de rua” no momento em que se fazia necessário descrever o domicílio, com a permissão do uso do endereço de equipamentos de assistência social como endereço de referência (Melo, 2015; Melo, 2016).

Em conversa com Daniel, um dos fundadores do MNPR/SC e atual representante nacional no Estado, o cadastro no CadÚnico garante às pessoas em situação de rua a condição de existência e as afirma como cidadã de direitos.

Porque se você é morador de rua e não é cadastrado no CadÚnico, você não existe. Você não é visível às políticas públicas. Você só é visível em alguma política de benefício, ou saúde, ou assistência, ou cultura, ou moradia, a partir do cadastro. Se você não tem o cadastro, você não existe. (Conversa com Daniel, Junho de 2016)

O acesso a políticas públicas garante a visibilidade das pessoas em situação de rua, representando além de um direito conquistado e garantido, a afirmação de existência perante a sociedade. Trata-se, pois, a inscrição no CadÚnico, de visibilidade desejada, necessária ao acesso a serviços públicos, como uma condição necessária para legitimar direitos fundamentais. A militância no MNPR se dá através de luta árdua que confronta diretamente as práticas governamentais e vem provocando mudanças.

Daniel conta que a consolidação do MNPR na cidade de Florianópolis ocorreu em 2012. De forma semelhante ao surgimento do movimento nacional, a mobilização adveio após a morte de duas pessoas em situação de rua. Se as mortes em São Paulo em 2004 foram ocasionadas devido à violência física, em Florianópolis as duas mortes foram marcadas pela violência institucional, decorrente da ausência do Estado e de estratégias de cuidado e sobrevivência que protegessem pessoas em situação de rua durante o inverno na cidade. As baixas temperaturas e a ausência de instituições de acolhimento para pernoite, como albergues municipais, provocou a morte de duas pessoas que não suportaram dormir no relento, que não tiveram chances de se aquecer, o

que culminou na organização política das pessoas que vivem em condição de rua na cidade.

A estruturação do MNPR/SC surgiu com objetivo inicial de pressionar a cidade a aderir à Política Nacional de População em Situação de Rua, estabelecida pelo Decreto 7.053 de 2009, cujo foco estava principalmente na necessidade emergencial de albergues⁷⁵. A pressão política foi realizada por meio da ocupação do prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social no mesmo mês em que as mortes foram registradas, por cerca de trinta pessoas em situação de rua. A reivindicação inicial daquele grupo de pessoas foi atendida por intermédio de uma reunião na Câmara de Vereadores, na qual se deliberou pela abertura de um albergue municipal⁷⁶ e constituição do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional da População em Situação de Rua. A partir de então, de acordo com Daniel, foi iniciada uma organização política, com a realização de reuniões semanais e denúncias em relação a violações de direitos, o que constituiu o MNPR/SC.

Para se organizar, em 2012 o MNPR/SC instituiu reuniões semanais, às segundas-feiras das 14h às 17h. Inicialmente, elas aconteciam na igreja da Catedral, região central de Florianópolis, local de fácil acesso para as pessoas em situação de rua. Duas pessoas, interessadas na defesa dos direitos humanos, apoiavam o movimento e forneciam lanche e suco aos participantes. No início da aproximação com o MNPR/SC, em meados de 2016, as reuniões aconteciam em uma sala da sede do Grupo de Apoio e Prevenção a AIDS (GAPA). Em 2017, conforme referido no item 5.1 deste capítulo, os encontros passaram a acontecer no Coreto da Praça XV de Novembro.

A alteração do lugar possibilitou a aproximação com pessoas que vivem nas ruas, pois as reuniões passaram a ocorrer no mesmo espaço que elas compartilham, isso ocasionou um número maior de participantes e circulação das informações sobre a rua. Além disso, também produziu visibilidade ao movimento: ao estender sua bandeira na Praça, marcava

⁷⁵ Reportagem do Diário Catarinense em Junho de 2012 sobre o pedido de abertura de albergue provisório na cidade: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2012/06/moradores-de-rua-pedem-albergue-provisorio-em-florianopolis-3801576.html>

⁷⁶ Reportagem do Diário Catarinense em Junho de 2012, o qual noticia a reabertura do albergue municipal que estava fechado há dois anos: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2012/06/albergue-da-avenida-hercilio-luz-em-florianopolis-vai-reabrir-3802659.html>

sua existência e provocava olhares de diferentes pessoas que passavam por ali, as quais, por vezes, decidiam parar, escutar as falas e até oferecer oportunidades de emprego, cursos e parcerias. Muitas pessoas diziam “não sabia que existia esse movimento, parabéns” (Diário de Campo, Maio de 2017).

Almeida (2015) afirma que a organização do MNPR diferencia-se em cada estado e que esse processo está relacionado ao tempo de existência e à conjuntura social do local. Apesar da autonomia dos polos estaduais do MNPR, de dois em dois anos é realizado o Congresso Nacional do MNPR, espaço em que são eleitos, em plenária, os representantes nacionais e estaduais e são discutidas pautas de interesses comuns. O I Congresso Nacional do MNPR foi realizado em 2012, em Salvador, Bahia; o segundo em 2014 em Curitiba, Paraná e o terceiro em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 2016. Florianópolis ainda não sediou nenhum congresso nacional, visto que é um dos estados com formação do MNPR mais recente, com cinco anos de existência.

Ultimamente o MNPR/SC tem vivenciado conflitos de interesse em relação à coordenação e tensões quanto a representatividade, pois existe uma divergência entre os militantes em relação ao modo como o movimento social em Santa Catarina deve ser coordenado. Por um lado, membros do MNPR/SC e o coordenador estadual consideram que há uma centralização das ações e distanciamento da base pelo atual representante nacional do Estado, eleito no congresso de 2016. Desejam uma reestruturação da coordenação, modificando-a para uma coordenação colegiada. Por outro lado, há o representante nacional que não concorda com tais reivindicações, que não é presente nas reuniões semanais e não apresenta abertura para dialogar com os demais sobre o assunto.

Para tentar colocar em prática a organização coletiva do movimento, membros que compõem o que denominam de coordenação colegiada, incluindo o representante estadual, construíram, no início do ano de 2017, uma carta comunicando que o representante nacional do Estado, Daniel, sozinho, não representa o MNPR/SC. Informaram sobre a representação coletiva, com o objetivo de desarticular as ações individuais realizadas por Daniel. Em resposta a isso, Daniel, em conjunto com alguns outros representantes nacionais, escreveu uma carta destituindo o representante estadual, Schafer, de sua função. Mesmo com a existência dessas duas cartas com encaminhamentos diferentes, até o ano de 2017, quando foi escrito o campo de pesquisa, o MNPR/SC dava continuidade às suas atividades: Daniel seguia com suas ações isoladas e Schafer, junto com outros militantes, sempre presentes em todas as

reuniões do movimento, continuaram a desenvolver suas ações junto ao coletivo da rua e conquistaram sua representatividade.

Em um evento na UFSC, organizado pelo MNPR/SC, com o objetivo de compartilhar as vivências das pessoas em situação de rua com a comunidade acadêmica, o representante estadual do MNPR, Schafer, realizou uma fala, na qual contava a história do MNPR no Brasil, em Santa Catarina e em seguida comentou:

Existe uma coordenação nacional. Existe essas coisas de representação. A gente tenta trazer pro modelo de Santa Catarina uma representação coletiva e não centralizada e não individual. Por mais que vocês que estejam sentados e acham que o Schafer é liderança, estamos todos militantes do mesmo movimento. Cada um tem seu espaço e é o modelo que nós estamos tentando desconstruir é esse só numa pessoa, que é complicado. (Diário de Campo, fala de Schafer, Junho de 2017)

Schafer apresenta em sua fala um descontentamento em relação ao modo hierárquico que o movimento tem se organizado em âmbito nacional e compartilha a tentativa que tem protagonizado em horizontalizar a representação e organização do movimento em Santa Catarina. Para ele, a representação coletiva promove uma aproximação entre o MNPR e a base, que são todas as pessoas que estão em situação de rua, mesmo as que não estão vinculadas ao movimento. É válido ressaltar que ele, como representante estadual, não recebe nenhum auxílio financeiro para exercer essa função e, obviamente, depende de dinheiro para estar presente em todos os compromissos que assume.

Além da importância ideológica e política da coordenação colegiada do movimento em Santa Catarina, também há o interesse em compartilhar as responsabilidades e compromissos, isso se configura como seu modo de trabalhar, uma estratégia para empoderar os demais militantes. Tal maneira organizativa proposta por esse grupo de militantes do MNPR/SC aproxima-se com a forma como se organizam nas ruas: compartilhando. Basta estar junto de pessoas em situação de rua por um tempo que percebemos que, mesmo diante da escassez de alimentos e roupas, existe uma partilha entre eles, oferecem aos demais, inclusive para mim, o pouco que possuem. Até mesmo o uso de drogas é coletivo, sendo comum o relato de que quando uma pessoa está com dinheiro, ela

compra para todos do grupo usarem. Assim, vão construindo relações solidárias, compromisso mútuo, nas quais os valores do coletivo sobrepõem-se às necessidades individuais. A coletivização de recursos pode ser compreendida como uma forma de se contrapor a uma lógica do sistema capitalista, como o individualismo; mas também como uma estratégia de superar as necessidades cotidianas da vida nas ruas (Strappazon, 2017).

Essa tentativa de horizontalizar e coletivizar as relações dentro do movimento social é uma estratégia de colocá-lo mais próximo do modo como vivem suas vidas na rua, sua realidade do dia-a-dia e, ao mesmo tempo, se distanciar de estruturas rígidas, com ordens e normas a serem obedecidas e respeitadas. Configura-se como uma tentativa de se organizar politicamente, fugindo da regra, da norma, buscando manter o caráter marginal e desviante de seu modo de viver.

Um desvio à lógica do individualismo e da competição constrói a ética das relações. Strappazon (2017), baseado no pensamento de Espinosa, afirma que a ética nas relações se estabelece com a diluição das concepções morais e normativas e com a abertura para novos encontros, para experimentações que aumentam ou diminuem a potência de existir⁷⁷. O MNPR/SC, ao se organizar de forma horizontal, provoca aberturas para a construção de relações que se fundamentam no objetivo de aumentar a potência de vida das pessoas, de construir bons encontros entre as pessoas em situação de rua e o MNPR. É uma forma de convocar as pessoas na condição de rua a fazerem parte do movimento, integrando-as, mostrando-se dispostos a um fazer *com*.

No final de semana anterior foi realizado um encontro entre MNPR/SC e MNPR/RS em Biguaçu/SC. Uma mulher em situação de rua que tinha ido ao encontro foi pela primeira vez na reunião semanal do MNPR/SC e disse: “quero ver o que o movimento pode fazer por mim”, e foi rapidamente respondida: “você é o movimento” [sic]. (Diário de Campo, Novembro de 2016)

⁷⁷ Para Espinosa, é no campo da ética que se constituem os bons e os maus encontros. Os encontros entre corpos são compreendido como condição de sobrevivência, os quais podem ser bons e maus. O bom encontro é aquele que aumenta a potência de existência, ou seja: amplia a capacidade de se afetar, de sentir, de pensar e agir. Maus encontros são os que diminuem essa potência de existência, reduzindo a capacidade de afetar e ser afetado (Strappazon, 2017).

A anotação no Diário de Campo ilustra o desejo de construção de um movimento social que tenha como protagonistas todas as pessoas em situação de rua e não apenas aquelas escolhidas nos congressos nacionais do movimento para serem seus representantes. Constitui-se uma forma organizativa que se opõe à lógica da representação, o que provoca um modo outro de se fazer/pensar política, contrário às vertentes tradicionais, de modo a romper com o modo cristalizado e hegemônico. Ao mesmo tempo, busca investir numa relação entre os militantes de autonomia e compartilhamento, no sentido de dizer à pessoa em situação de rua que não é necessário esperar que alguém faça algo *por* ela, mas que a pessoa pode, a partir do apoio e amparo do movimento, fazer por si mesma, isso mostra reconhecimento das potencialidades de cada pessoa.

Tal linha de raciocínio vai ao encontro do lema de luta do MNPR que intitula esse item e que foi pauta no encontro estadual entre o MNPR/SC e o MNPR/RS, como pode ser identificado no cartaz apresentado na Figura 9.

Figura 9: Cartaz de Divulgação do Encontro entre MNPR/SC e MNPR/RS

Fonte: Página do Facebook do MNPR/SC



Esse encontro estadual foi realizado devido à afinidade política dos dois grupos e realizado de forma independente ao MNPR nacional. O

MNPR/RS e o MNPR/SC compartilham o pensamento da necessidade de construção de um movimento sem hierarquias, baseado na horizontalidade das relações.

O “Nada sobre nós... sem nós” visa reivindicar o direito à participação na construção de políticas públicas que a elas se destinam, bem como reafirmar sua existência como sujeitos conscientes e críticos, que estão dispostos a ocupar seus lugares de fala, transformar suas realidades e necessidades, compartilhar seus saberes e seus conhecimentos sobre a vida nas ruas. É um lema que convoca à inclusão das pessoas em situação de rua em todas as instâncias políticas, sociais e culturais.

O MNPR/SC afirma estar em busca de assumir um caráter processual, com uma postura aberta para formações e aprimoramentos dos membros, tendo como diretrizes processos de construção e desconstrução de suas próprias práticas, sempre direcionadas à conquista de direitos. O reconhecimento da necessidade do caráter processual possibilita uma abertura para aprendizagens, a escuta do outro e a autocrítica. Entretanto, na prática, nem sempre o processo reflexivo sobre o próprio movimento acontecia, estando o MNPR/SC envolvido em contradições e paradoxos.

Atualmente, o movimento tem sido reconhecido nos serviços sócio assistenciais como um grupo social organizado e representativo. Também tem sido solicitado por prefeituras municipais do interior de Santa Catarina para auxiliar na construção/implementação de políticas públicas para a população de rua. Em contrapartida, algumas prefeituras insistem em realizar ações sem consultar/comunicar as pessoas que são diretamente afetadas. Temos como exemplo o relato sobre o possível fechamento do Centro POP de Florianópolis que inaugurou esse capítulo.

Semelhante a esse episódio, em 2016 o Centro POP da cidade de São José foi fechado⁷⁸. Com o objetivo de pressionar a reabertura, o MNPR/SC convocou uma assembleia geral na cidade, a qual deliberou a ida para a sede da Secretaria de Assistência Social, com a intenção de dialogar com a responsável pela pasta. Apresentamos na Figura 10 o cartaz veiculado nas redes sociais para divulgar a ação do MNPR/SC.

⁷⁸ Vídeo-reportagem produzido pelo Portal Desacato sobre o fechamento do Centro Pop e a manifestação organizada pelo MNPR/SC: <https://www.youtube.com/watch?v=2FXacCcS8Zs>

Figura 10: Cartaz de Divulgação da Assembleia contra o fechamento do Centro POP em São José.

Fonte: Página do Facebook do MNPR/SC



“A gente não negocia direito” (Diário de Campo, fala de Schafer, Junho de 2017) é a frase que ecoa em quase todas as falas que os militantes do MNPR realizam nos eventos que promovem e que são convidados a participar. O modo organizado de luta nos dois episódios de fechamento do Centro POP afirmam a postura do MNPR/SC em exigir a permanência de direitos conquistados, negando-se a barganhar benefícios, negociar direitos. Torna-se necessário ter essa premissa explícita, que os respalde de qualquer artimanha política que tente manipular a conquista de direito, ao mesmo tempo em que deixa perceptível seus objetivos de luta: direitos.

Em âmbito nacional, Almeida (2015) e Melo (2015) apontam que a consolidação do MNPR alterou a relação que estava estabelecida entre governo e a sociedade, passando a considerar a “existência de um espaço de fala e reconhecimento das pessoas em situação de rua enquanto interlocutores válidos no campo de disputas políticas e nas questões que se referem à vida em situação de rua.” (Melo, 2015, p. 200). Almeida (2015) evidencia que houve a transposição das práticas hegemônicas de caridade, na maioria das vezes vinculadas a instituições religiosas, para

ações do Estado, legitimando a existência e as necessidades das pessoas em situação de rua.

É oportuno relembrar que o MNPR provoca mudanças políticas e sociais, mas também atua diretamente no modo de vida das pessoas que se envolvem nele, o que foi visibilizado no item 5.1 deste capítulo e fica perceptível na fala do interlocutor quando se refere ao movimento como “uma ferramenta que tá nos proporcionando uma qualidade de vida” (Diário de Campo, fala de Schafer, Junho de 2017). Atualmente, os membros mais ativos não estão mais em situação de rua, conseguiram alugar quitinetes na cidade. Estão todos morando no mesmo bairro, são vizinhos e, como eles mesmos dizem, “constroem uma comunidade da rua que tem casa lá no morro” (Diário de Campo, Agosto de 2017).

Mesmo com um local de morada convencional, a maioria deles permanece a maior parte do tempo na Praça XV, no local que dormiam/viviam antes. Para se deslocar para o centro da cidade sem ter gastos com transporte público, pegam “carona” com o próprio transporte público: como muitos deles moram no último ponto de ônibus do alto do morro, os motoristas liberam a entrada deles sem pagar. A volta para casa é garantida com o dinheiro adquirido no dia, na maioria das vezes por meio do manguêio. Alguns têm como fonte de renda benefícios de programas do governo federal, outros prestam variados serviços informais com o objetivo de angariar o valor do aluguel; pagam um mês e vivem a insegurança de não conseguir pagar o próximo.

Simultaneamente à qualidade de vida que o MNPR/SC produz, existem riscos para os membros que se expõem ao reivindicarem direitos, realizarem denúncias e serem ativos politicamente. No final do ano de 2016, um dos membros do MNPR/SC que havia assinado uma denúncia em relação às ações arbitrárias e violentas da Guarda Municipal da cidade, foi criminalizado por algo que não cometeu, sendo detido por cerca de 34 dias até sua inocência ter sido comprovada. Tal ação foi reconhecida pelo MNPR/SC como perseguição política devido ao fato de, no momento da abordagem, os guardas terem nomeado-o como “movimento” e verbalizado que conheciam as articulações do MNPR/SC. O militante que vivenciou essa situação disse: “hoje sou criminalizado duas vezes: por ser ex morador de rua e por ser movimento social” (Diário de Campo, fala de Schafer, Junho de 2016).

Atualmente, participar de um movimento social implica estar susceptível à criminalização. A judicialização dos movimentos sociais tem sido crescente nos últimos anos no Brasil, principalmente após a alteração e criação de leis que abrem brechas institucionais para penalizar

e punir lutas sociais⁷⁹ (Francelino, 2017). A autora resgata que, historicamente, a repressão dos movimentos sociais tem sido realizada a partir de artefatos policiais, em que a criminalização de lideranças de movimentos sociais tem ocorrido por meio de prisões arbitrárias e acusações de formação de quadrilha de militantes. O modo de vida das pessoas envolvidas com o MNPR é reflexo, pois, dessa dupla criminalização.

O MNPR ocupa vários lugares e instâncias dentro da sociedade, como diferentes conselhos municipais (saúde, assistência social, segurança alimentar), reuniões com representantes da sociedade civil, comissões de direitos humanos e outros. O movimento tem se constituído como um movimento social, aberto ao diálogo, convidando diferentes pessoas a comporem suas reuniões, em busca de apoiadores que possam de alguma forma auxiliar na luta pela conquista de direitos. Esse modo organizativo de privilegiar parcerias é algo que tem fortalecido o próprio MNPR/SC, como afirma Daniel:

[O MNPR/SC] vem agregando mais pessoas. Ele vem fazendo parcerias. Antes tinha só 1 ou 2 parceiros e hoje quantos parceiros tem né?! E quantos parceiros a gente pode trazer pra dentro do movimento? A Universidade tá dentro do movimento, tá junto com a rua. [...] A defensoria! Quando que a gente ia imaginar em ter uma defensoria jurídica junto com a rua? (Conversa com Daniel, Junho de 2017)

O estabelecimento de parcerias promove visibilidade ao MNPR/SC, garante certa credibilidade perante a sociedade, mostra que se trata de uma luta séria, árdua e organizada. O MNPR/SC tem tido um posicionamento ativo na busca de parcerias, construindo uma rede ampla de apoiadores, como estudantes das universidades, assessores de vereadores, organizações do terceiro setor, grupos de advogados e pessoas sem vínculos institucionais que estão disponibilizadas a somar com o movimento. Tais parcerias viabilizam a realização e a participação do MNPR em diversos eventos. Nesses eventos o MNPR/SC apresenta-se para a sociedade, esclarece modos de funcionamento, organização e os

⁷⁹ A edição da Portaria Normativa de Dezembro de 2013 que dispõe sobre as Operações de Garantia da Lei e da Ordem e a sanção da Lei Antiterrorismo nº 13.260 em Março de 2016 fortaleceu e regulamentou ações de repressão e criminalização dos movimentos sociais e suas manifestações (Francelino, 2017).

objetivos de sua existência. Busca quebrar paradigmas, romper com estereótipos sobre pessoas em situação de rua, convoca a participação de mais pessoas ao movimento, provoca a construção de novas parcerias e apoiadores. O MNPR/SC tem ocupado espaços que até então eram negados às pessoas em situação de rua, como a UFSC e a Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Não só queremos doações. O que nós queremos é o corpo presente e a voz. É a sua presença e é isso que esse movimento precisa. Já vou aproveitar e dizer que o movimento não tem recurso. Todo militante aqui é no peito e na resistência, é pedindo sim: “me apoia?”. É militância pura. Muitos deixam de ter uma alimentação, mas tão lá militando. Somos sim, ajudados por muitas instituições, ONGs, temos diálogos com vários... [...] Mas quem decide as ações do movimento é a rua, é o coletivo, apoiar não é dirigir o movimento, apoiar não é botar coleira em membro de movimento. Apoia? Muito obrigado! O que defendemos aqui é direito. (Diário de Campo, Fala de Schafer, Junho de 2017)

Schafer realizou essa fala no evento “Vivências⁸⁰” na UFSC em Junho de 2017, com uma plateia majoritariamente composta por estudantes de diferentes cursos. Em seu discurso, de certa forma realiza uma crítica ao que muito é feito à população de rua: doações, como se isso bastasse. Faz uma fala convocando as pessoas que lhe assistiam a compor o movimento junto delas, não negando o papel fundamental das doações e ajudas materiais, mas enfatizando que só isso não basta. Destacou a necessidade que o movimento possui de ter outras pessoas, com experiências diferentes, para constituir e construir o MNPR/SC.

Esse chamado que convida pessoas a apoiar o MNPR/SC delimita ao mesmo tempo o papel delas dentro do movimento. Almeida (2015) pontua que existem relatos de MNPR de alguns Estados que estabelecem uma relação de dependência com os parceiros e apoiadores, perdendo assim a independência. Talvez seja em resposta a esses acontecimentos

⁸⁰ Evento idealizado e organizado pelo MNPR/SC que contou com o apoio do SEMPSI e do SAJU para reserva de um auditório na UFSC.

que o representante estadual busca fazer o convite de forma transparente aos possíveis apoiadores.

Por meio do acompanhamento das reuniões durante os meses de pesquisa de campo, foi possível perceber que os apoiadores possuem direito à fala como todas as pessoas em situação de rua que participam do movimento, sendo em alguns momentos até mais levados em consideração devido ao lugar social que ocupam. Em algumas reuniões, ficava evidente que pessoas em situação de rua concordavam com o que estava sendo dito pelo apoiador sem ao menos compreender do que se tratava, ou até mesmo mudava sua opinião após o apoiador dizer que discordava do que estava sendo dito.

Membros do MNPR/SC criaram duas categorias de parceiros: os apoiadores e os apoiadores-militantes. Explicaram que existem pessoas que apoiam com ajuda financeira e outros auxílios pontuais e existem os apoiadores-militantes, que são aqueles que estão sempre junto da rua, que se fazem presente na luta, que abraçam a causa e comparecem nas reuniões, audiências, manifestações e demais eventos relativos à questão da vida nas ruas.

A partir da parceria com demais apoiadores foram ofertadas aos membros do MNPR/SC e à população de rua em geral oficinas de teatro do oprimido, roda de conversa com mulheres, oficinas de redução de danos, oficinas de confecção de *fanzine* e oficinas de fotografia. A oferta dessas atividades foi construída durante as reuniões: a ideia era proposta pelo apoiador ou por um participante do MNPR e viabilizada. O cartaz apresentado na Figura 11 foi distribuído em pontos de referência à população de rua, como o Centro POP, CAPSad (Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas), na Praça XV e também via internet.

Figura 11: Cartaz de divulgação da Oficina de Teatro coordenada por um apoiador do MNPR/SC.

Fonte: Arquivo Pessoal



Em suma, podemos compreender o MNPR como um movimento social que se diferencia de alguns outros movimentos sociais por ser composto por pessoas em condição de extrema vulnerabilidade social, que têm modos de vidas peculiares e não possuem garantias básicas de sobrevivência. Para Melo (2015), a organização política dessas pessoas configura-se como uma forma de renovar as possibilidades de vida, de transformar “condutas marcadas pela necessidade em criatividade para dar resolução ao leque de dificuldades que se afigura” (p. 202). Almeida (2015) pontua que o MNPR necessita ainda de aperfeiçoamentos teórico e político, bem como apresenta fragilidades em sua constituição, mas ressalta o papel importante que ocupa na luta por direitos. Concordamos com a autora e ressaltamos a importância do MNPR/SC na luta por direitos sociais, políticos e humanos à população em situação de rua. Consideramos os antagonismos e paradoxos, visibilizados com a pesquisa como expressão do caráter inventivo que o movimento vem assumindo, como algo que faz parte do processo de se constituir como movimento social, imbricado nas contradições sociais existentes.

6. Considerações Finais

O andarilho
 Eu já disse quem sou Ele.
 Meu desnome é Andaleço.
 Andando devagar eu atraso o final do dia.
 Caminho por beira de rios conchosos.
 Para as crianças da estrada sou o Homem do Saco.
 Carrego latas furadas, pregos, papéis usados.
 (Ouço arpejos de mim nas latas tortas.)
 Não tenho pretensões de conquistar a inglória perfeita.
 Os loucos me interpretam.
 A minha direção é a pessoa do vento.
 Meus rumos não têm termômetro.
 De tarde arborizo pássaros.
 De noite os sapos me pulam.
 Não tenho carne de água.
 Eu pertença de andar atoamente.
 Não tive estudamento de tomos.
 Só conheço as ciências que analfabetam.
 Todas as coisas têm ser?
 Sou um sujeito remoto.
 Aromas de jacintos me infinitam.
 E estes ermos me somam.
 (Barros, 1996, p. 85)

A cidade de Andaleço e dos andarilhos de Manoel de Barros, dos Ninguéns de Eduardo Galeano, se cruzam com a cidade das sereias do asfalto, dos *dingoboys*, *pelegrifes*, pelegrinos e peregrinos, membros da classe M que se diferenciam entre si compondo a trama que tece as ruas por meio de seus diferentes modos de vida. Uma cidade “porosa, aberta a novas rasuras” (Nogueira, Hissa & Silva, 2015, p. 357), sempre em processo ininterrupto de (trans)formação. Florianópolis/SC e os/as interlocutores/as desta pesquisa possibilitaram experienciar esse processo e nessa imersão conhecer formas outras de habitar a rua e a cidade e os múltiplos sentidos que se constroem a partir dela/nela.

A partir dos acontecimentos que emergiram do meu vínculo com os/as interlocutores/as desta investigação e da minha relação com a cidade, foi possível compor a escrita desta dissertação. Uma escrita impregnada de vida, porém que reconhece seus próprios limites, pois não é possível generalizar os modos de vida das pessoas em situação de rua. Evidentemente, como pudemos constatar, esses modos são múltiplos, incontáveis e incontroláveis, cabíveis sempre de investigação quando nos é permitido. Dessa forma, proponho-me a pontuar algumas

“considerações finais” a respeito do tema, sem a pretensão de apresentar conclusões e estabelecer verdades, mas como uma forma de convidar leitores/as a (re)olhar as pessoas em situação de rua.

A partir do objetivo geral de investigar os sentidos produzidos por pessoas em situação de rua a respeito dos processos de visibilidade e invisibilidade que a elas se dirigem na cidade, optamos por abordar o tema de forma transversalizada nos capítulos desta dissertação, apontando os diferentes momentos em que os/as interlocutores/as suplicam certa visibilidade e exigem determinada invisibilidade.

Constatamos que esses processos estão presentes em diferentes esferas na vida dessas pessoas. Da mesma forma que em algumas circunstâncias são acometidas de forma negativa, em outras incidem em suas vidas de maneira positiva. Assim, afirmamos que os processos de (in)visibilidade coexistem na vida das pessoas que vivem nas ruas, nas calçadas, becos e marquises da cidade. Tanto a visibilidade quanto a invisibilidade são processos ora desejados, ora indesejados. O desejo à invisibilidade nos chama atenção, pois frequentemente essas pessoas são referenciadas, rotuladas, caracterizadas como seres invisíveis em nossa sociedade, e ouvir delas sobre o desejo de ser invisível e/ou a dificuldade em ser invisível, de não ser vista em alguns momentos, nos faz colocar em questão o modo como olhamos e construímos conhecimento com/para/sobre essas pessoas.

A luta pela criação de direitos e a manutenção dos já conquistados pela população brasileira em situação de rua também se destacaram. Temos como pano de fundo a Política Nacional para a População em Situação de Rua, uma política pública criada e instituída pelo Decreto nº 7.053, que entre outras coisas determina o tratamento humanizado à população em situação de rua, garante educação permanente de profissionais e gestores que atuam na política e incentiva a organização política das pessoas em situação de rua. Notamos que isso, na prática, não se efetiva. Detectamos essa política pública sendo exercida tanto como instrumento de cuidado e atenção às pessoas em situação de rua, mas também como um dispositivo que exerce o controle e tenta regular suas vidas. Assim, apontamos como fundamental pensarmos formas de executar tais políticas públicas de maneira alinhada aos princípios a que ela se propõe. Dessa maneira, planejar e desenvolver políticas públicas para essa população, de modo a considerar as especificidades, escutar as pessoas que utilizam os serviços visando a promover a qualificação profissional para um melhor atendimento a essa população, pode ser uma saída para a execução das políticas sócio assistências de forma mais humanizada.

Ousamos dizer que a imersão na cidade serviu como guia motivador de curiosidades que orientaram a pesquisa. Conhecer a história do centro da cidade, em especial a Praça XV de Novembro, reconhecer naquele espaço as marcas e os rastros de tempos, possibilitou a construção de outro olhar e a modificação dos sentidos em relação a ela; permitiu compreendê-la tal qual espaço inacabado e nos conectou com essa história, o que provocou o interesse e a curiosidade em projetá-la no futuro.

Em suma: nesta dissertação tratamos de vidas (in)vi(si)(a)bilizadas nas ruas, nas praças... na cidade. Buscamos compartilhar as experiências e as reflexões provocadas em campo com as interlocuções teóricas de autores que pensam a cidade, as ruas, as pessoas em situação de rua e a dimensão constitutiva do ser humano na complexidade das relações sociais. Somam-se múltiplos fatores que favoreceram o desenvolvimento da pesquisa, porém evidenciamos a necessidade de afeto pelo que se estuda como primordial para desempenhá-la. A cidade, a rua, as pessoas em situação de rua nos afetam e nossos afetos nos moldam e as moldam, numa relação dialógica entre nós, o eu e o mundo. Abrem-se, a partir dessas afecções, possibilidades várias para investigações futuras e para o trabalho com pessoas em situação de rua; intervenções que reconheçam seus modos de existir, que partam do princípio que são pessoas de direitos que contribuam para sua concretização.

7. Referências

Abreu, D. (2013). *Pessoas em situação de rua, uso de drogas e o consultório de rua*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106896>

Aguiar, K. F., & Rocha, M. L. (2007). Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27(4), 648-663. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932007000400007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

Almeida et al. (2014). O Centro de Referência em Direitos Humanos e a população em situação de rua de Natal/RN: a luta dos (in)visíveis urbanos. In: Paiva et al (Orgs). *Direitos humanos e práxis: experiência do CRDH-RN*. 151 – 175. Natal, RN: EDUFRN

Almeida, H. T. (2015). O processo de organização política da população em situação de rua e as particularidades de NATAL/RN. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Recuperado de https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=376

Amorim, M. (2002). Vozes e Silêncio no texto de Pesquisa em Ciências Humanas. *Cadernos de Pesquisa*. (116), 07-19. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000200001&script=sci_abstract&tlng=pt

Assis, N., & Zanella, A. V. (2016). Lixo: outras memórias da/na cidade. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(2), 195-203. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1408>

Bakhtin, M. M. (2010) *Para uma filosofia do ato responsável*. (Miotello, V. & Faraco, C. A. trad.). São Carlos: Pedro & João Editores.

Bakhtin, M. M. (2011). *Estética da criação verbal*. (6ª ed.) (P. Bezerra, trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes.

Bakhtin, M. M., & Volochínov, V. N. (2014). *Marxismo e Filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. (16ª ed.) (M. Lahud & Y. F. Vieira, trad.). São Paulo, SP: Hucitec.

Barros, L. P., & Kastrup, V. (2009). Cartografar é acompanhar processos. In: Passos, E.; Kastrup, V. & Escóssia, L. *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. 52-75. Porto Alegre/RS: Sulina.

Barros, M. (1996). *Livro sobre Nada*. Rio de Janeiro: Record.

Bem dos Santos, V. (2014). *Mulheres em vivência de rua e a integralidade no cuidado em saúde*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria. Recuperado de http://cascavel.ufsm.br/tede//tde_arquivos/41/TDE-2016-10-18T104659Z-7949/Publico/SANTOS,%20VERONICA%20BEM%20DOS.pdf

Bentes, I. (2014). Estéticas insurgentes e mídia-multidão. *Liinc em Revista*. 10(1), P. 330-343. Recuperado de <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000015997/a00f40dcf2307bbfbb3b01505f927367/>

Bezerra, P. (2014). Polifonia. In: *Bakhtin: conceitos-chave*. Beth Brait (Org.). 5ª ed. São Paulo/SP: Contexto.

Bittencourt, M. C. A. (2015). Narrativas coletivas? Midiatização do ativismo no Mídia Ninja e no RioNaRua. *Interin* 19(1), P. 86-102. Recuperado de <http://interin.utp.br/index.php/vol11/article/view/342>

Bondía, J. L. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, (19), 20-28. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>

Brait, B. (2006). Análise e teoria do discurso. In: Brait, B. (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. 09-31. São Paulo: Contexto

Brasil. (2002). Portaria nº 336. *Considerando a Lei 10.216, de 06/04/01, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental*. Brasília, DF: Ministério da Saúde.

Recuperado de

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html

Brasil. (2005). Portaria nº 1.028. *Determina que as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, sejam reguladas por esta Portaria*. Brasília, DF: Ministério da Saúde.

Recuperado de

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1028_01_07_2005.html

Brasil. (2009). *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília.

Brasil (2011). *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop*. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA.

Bueno, G., & Zanella, A. V. (2015). Jovens, arte e os sentidos de cidade. *Barbarói*. 43(1), 139-161. Recuperado de

<http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/3506/4414>

Campos, E. C. (2009). Uma Praça, muitos Territórios: lugares de sentidos e sociabilidades na Praça XV de Novembro (Florianópolis – SC) entre 1990-2006. In: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética*, 1-7. Recuperado de <https://anais.anpuh.org/?p=15920>

Careri, F. (2013). *Walkscapes: o caminhar como pratica estética*. (Frederico Bonaldo, trad.). São Paulo: Editora G. Gili.

Chauí, M. S. (1995). *Espinosa: uma filosofia da liberdade*. São Paulo, SP: Moderna

Conselho Federal de Psicologia [CRP]. (2015). *A Psicologia e a população em situação de rua: novas propostas, velhos desafios*. Belo Horizonte: CRP 04.

Coradini, L. (1992). *Redes de sociabilidade e apropriação do espaço em uma área central de Florianópolis*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/76892>

Costa, F. B. (2004). *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Globo.

Costa, F. B. (2008). *Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas*. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-09012009-154159/pt-br.php>

Criolo. (2014). Casa de Papelão. [Gravado por Criolo]. In. *Convoque Seu Buda*. [CD]. São Paulo: Oloko Records

Daniel, Débora Mendes Bregue. (2011). Entre duas praças: distintos territórios de arte na cidade de Florianópolis. *Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente*. UDESC; ANPUH-SC, PPGH. 316-324. Recuperado de <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/269/188>

Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm

Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006. Constitui Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua, conforme disposto na Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências. Brasília, DF:

Presidência da República. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn11024.htm

Delfin, L, Almeida, L. A. M., & Imbrizi, J. M. (2017). A rua como palco: arte e (in)visibilidade social. *Psicologia & Sociedade*, 29, 1-10. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29158583>

De Lucca D. (2016). Morte e vida nas ruas de São Paulo: a biopolítica vista do centro. IN. Rui, T; Martinez, M.; Feltran, G (Orgs), *Novas faces da vida nas ruas*. 23-43. São Carlos/SP: EdUFSCar.

Faraco, C. A. (2006). *Linguagem e diálogo: as ideias lingüísticas do círculo de Bakhtin*. (2ª ed.). Curitiba: Criar Edições.

Félix-Silva, A. V.; Sales, R. C. M., & Soares, G. P. (2016). Modos de viver e fazer arte de pessoas em situação de rua. *Estudos de Psicologia*, 21(1), 46-57. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2016000100046&script=sci_abstract&tlng=pt

Flores, M. B. R., & Campos, E.C. (2007) Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas). *Revista Brasileira de História*. 27(53), 267-296. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100012

Fonseca, T. M. G. (2003) A cidade subjetiva. In: P. G. Kirst; T. M. G. Fonseca. (Orgs). *Cartografias e Devires*. A construção do Presente. 253-257. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.

Foucault, M. (2003) A vida dos homens infames. In: _____. *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.203-222.

Frangella, S. M. (2004). “Das práticas ordinárias e o limite privado na rua”. In: *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da*

corporalidade de moradores de rua em São Paulo. (Tese de Doutorado). Campinas: Unicamp. pp. 187 a 248.

Frangella, S. M. (2005). Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbanas. *Cadernos Metrópole*, 13(1), 199 – 228. Recuperado de <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8804>

Freitas, M. V. O. (2016). *Traçando os fios de uma história: população em situação de rua na cidade de São Paulo (1970-2005)*. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília. Recuperado de <http://repositorio.unb.br/handle/10482/21069>

Fuão, F. F. (2001). *Canyons: Avenida Borges de Medeiros e o Itaimbezinho*. 8-72. Porto Alegre: Edição do Autor.

Furtado, J. R.; Levitan, D.; Titon, A. P.; Castillo, F. V., & Zanella, A. V. (2011) Teatro sem Vergonha: jovens, oficinas estéticas e mudanças nas imagens de si mesmo. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 31(1), 66-79. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932011000100007>

Gagnebin, J. M. (2006). Verdade e memória do passado. In: _____. *Lembrar, Escrever, Esquecer*. São Paulo: Ed. 34.

Galeano, E. (2010). *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM

Galvão, Luiz & Moreira, Moraes. (1972). Mistério do Planeta. [Gravado por Novos Baianos]. In. *Acabou Chorare*. [LP]. São Paulo: Som Livre.

Gomes, M. A. (2008). *Passé Livre Já: participação política e constituição do sujeito*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91149>

Groff, A. R., Maheirie, K., & Zanella, A. V. (2010). Constituição do(a) pesquisador(a) em ciências humanas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(1), 97-103. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000100011&lng=pt&tlng=pt

Hissa, C. E. V. (2006) Ambiente e vida na cidade. In Brandão, C. A (org.) *As cidades da Cidade*. Belo Horizonte: UFMG.

Hissa, C. E. V., & Nogueira, M. L. M. (2013). Cidade-corpo. *Revista UFMG*. 20(1), 54-77. Recuperado de https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20/3-cidade-corpo_cassio_hissa_e_maria_nogueira.pdf

Honorato, B. E. F., & Saraiva, L. A. S. (2016). Cidade, população em situação de rua e estudos organizacionais. *Desenvolvimento em questão*. 14(36), 158-186. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2016.36.158-186>

Huysen, A. (2000). Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos e mídia*. Rio de Janeiro/RJ: Aeroplano. 9-40.

ICOM. (2017) Diagnóstico Social da População em Situação de Rua da Grande Florianópolis. Florianópolis/SC.

Inquérito, R. (2014). Eu só peço a Deus. In: Inquérito, R. *Corpo e Alma*. [CD]. São Paulo: LiteraRUA

Inquérito, R. (2016). *Poesia para encher a laje*. São Paulo: LiteraRUA.

Jacarezinho, R. (2002). Zé Meningite [Gravado por Grupo Revelação]. In. *Revelação ao vivo*. [CD]. Rio de Janeiro: Deckdisc.

Kasper, C. P. (2006). *Habitar a rua*. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Recuperado de <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000384712>

Leminski, P. (2013). Quarenta clics em Curitiba. In. *Toda Poesia*. São Paulo: Companhia das Letras

Leontiev, A. (1978). *O desenvolvimento do psiquismo*. (1ª ed.). São Paulo: Horizonte Universitário.

Macerata, I. M. (2010). “...como bruxos maneando ferozes”: relações de cuidado e de controle no fio da navalha. *Experiência*

“psi” em dispositivo da política de assistência social para crianças e adolescentes em situação de rua. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense. Recuperado de http://www.slab.uff.br/psm/uploads/2010_d_Iaca.pdf

Macerata, I. M. (2015). *Traços de uma clínica de território: intervenção clínico-política na atenção básica com a rua*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense.

Macerata, I. M; Magalhães, J. N., & Resende, N. C. (2014). In: Grinover, A. P.; Almeida, G. A. de; Gustin, M; Lima, P. C. V. de; Iennaco, P. (Orgs). *Direitos Fundamentais das Pessoas em Situação de Rua*. 131-152. Belo Horizonte, MG: D'Plácido.

Machado, I. (2010). A questão espaço-temporal em Bakhtin: cronotopia e exotopia. In: Luciane de Paula; Grenissa Stafuzza (Orgs). *Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável*. Vol. 1. Campinas/SP: Mercado das Letras. 203-234.

Machado, I. (2014). Gêneros Discursivos. In: Brait, B. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. (5ª ed.). 151-166. São Paulo: Contexto.

Maheirie, K. (2008). Identidade: o processo de exclusão/inclusão na ambiguidade dos movimentos sociais. In: Zanella, A. V.; Siqueira, M. J. T.; Lhullier, L. A.; Molon, S. I. (Orgs). *Psicologia e práticas sociais* [online]. 49-56 Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Recuperado de <http://books.scielo.org/id/886qz/06>

Maheirie, K.; Smolka, A. L. B.; Strappazon, A. L.; Carvalho, C. S. & Massaro, F. K. (2015). Imaginação e Processos de Criação na Perspectiva histórico-cultural: Análise de Uma Experiência. *Estudos de Psicologia*, 32(1), 49-61. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2015000100049

Mattos, R. M. (2006). *Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade*. (Dissertação de Mestrado). Universidade São Marcos. Recuperado de <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp011986.pdf>

Melo, T. (2016). “Da rua pra rua” novas configurações políticas a partir do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). IN. Rui, T; Martinez, M.; Feltran, G (Orgs), *Novas faces da vida nas ruas*. 45-65. São Carlos/SP: EdUFSCar.

Melo, T. H. A. G. (2015). População em situação de rua e o “direito a ter direitos”. *Novos Debates: fórum de debates em antropologia*. 2(1). 198-206. Recuperado de <http://novosdebates.abant.org.br/index.php/numeros-antteriores/v2n1/forum-v2n1?id=168:populacao-em-situacao-de-rua-e-o-direito-a-ter-direitos>

Mizoguchi, D. H. (2012). Equivocidades: passagens entre pensamentos. In. Baptista, L. A. & Ferreira, M. S. (Orgs). *Por que a cidade?: escritos sobre experiência urbana e subjetividade*. 53-63. Niterói/RJ: Editora da UFF.

Moreira, A. S., & Teixeira, L. E. F. (2012). Vias pedonais- espaços de sociabilidades no centro de Florianópolis. *Urbana – Dossiê: Cidades e Sociabilidades*. 4(5). 149-168. Recuperado de <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/viewFile/1093/pdf>

Nogueira, A. G. R. (2015). Inventários, espaços, memória e sensibilidades urbanas. *Educar em Revista*. 58. 37-53. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/er/n58/1984-0411-er-58-00037.pdf>

Nogueira, M. L. M., Hissa, C. E. V. & Silva, J. S. (2015). O caminhar como recurso metodológico: sobre imagem e discurso. In. Dos Reis, A. C. et. al (Orgs). Brizola, A. L. C., Zanella, A. V. (Coord.). *Psicologia Social em experimentações: arte, estética e imagem*. 354-378. Florianópolis/SC: ABRAPSO Editora.

Oliveira, R. C. (2000). O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In. Oliveira, R. C. *O trabalho do antropólogo*. (2ª ed.). 17-35. São Paulo: Editora UNESP.

Paiva, F. D., & Costa, P. H. A. (2017). Desigualdade social, políticas sobre drogas e direitos humanos: uma reflexão sobre a realidade brasileira. In. A. Dalla Vecchia; T. M. Ronzani; F. S. Paiva; C. B. Batista; P. H. A. Costa (Orgs), *Drogas e direitos*

humanos: reflexões em tempos de guerra às drogas. 53-72. Porto Alegre, RS: Rede UNIDA.

Pasqualini, J. C., & Martins, L. M. (2015). Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 27 (2), 362-371. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p362>

Paula, S. C. (2014). Capitalismo, questão social e as formas de encarceramento: um estudo sobre o Centro de referência para a população de rua em Juiz de Fora/MG. *Libertas*, 14(1), 161-188. Recuperado de <https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/2865/2383>

Paulon, S. M. (2005). A análise de implicação com ferramenta na pesquisa-intervenção. *Psicologia & Sociedade*, 17(3), 18-25. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000300003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

Pereira, L. N.; Pelaez, N.; Pimentel Filho, G. J.; Buchholz, V., & Santos, R. I. C. (2007). Caminhos da Sagrada Destêrro – uma proposta de roteiro interpretativo do patrimônio histórico-cultural do centro histórico de Florianópolis (SC). *Turismo – Visão e Ação*. 9(2). 199-215. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/277150383_Caminhos_da_Sagrada_Desterro_-_uma_proposta_de_roteiro_interpretativo_do_patrimonio_historico-cultural_do_centro_historico_de_Florianopolis_SC

Pereira, M. V. (2012). O limiar da experiência estética: contribuições para pensar um percurso de subjetivação. *Pro-Posições*. 23(1). 183-198. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n1/12.pdf>

Pino, A. (1995). Semiótica e Cognição na Perspectiva Histórico Cultural. *Revista Temas em Psicologia*, 3(2), 31-40. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1995000200005&lng=pt&tlng=pt

Prado, M. A. M. (2006). Movimentos sociais e massa: identidades coletivas no espaço público contemporâneo. In: Maia, R. & Castro, M.C.P.S. (Eds.), *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. 193-212. Belo Horizonte: UFMG.

Prefeitura Municipal de Florianópolis. (2016). [Pesquisa Contagem da População de Rua de Florianópolis]. Dados brutos não publicados.

Rancière, J. (2006). Político, política, identificação, subjetivação. In: _____. *Política, polícia, democracia*. Santiago: LOM Ediciones.

Rancière, J. (1996). *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34.

Robaina, I. M. M. (2011). A invisibilidade como estratégia espacial das populações de rua na cidade do Rio de Janeiro. *Espaço Aberto*, 1(2), 167-176. Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2065>

Rocha, M. L., & Aguiar, K. F. (2003). Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(4), 64-73. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932003000400010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

Rolnik, R. (1995). *O que é cidade*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense.

Rosa, G. L. (2013). *A vida nas ruas e as formas de sociabilidade: estudo etnográfico das ressignificações do espaço urbano de Florianópolis (SC)*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107147>

Sakamoto, L. (2009). Como expulsar drogados, mendigos e outros estorvos. In: Sakamoto, L. *Blog do Sakamoto*. Recuperado de <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2009/06/24/como-expulsar-drogados-mendigos-e-outros-estorvos/>

Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372. Recuperado em 05 de Novembro de 2015, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300010&lng=en&tlng=pt

Sapiência, R. (2017). Ponta de Lança (Verso Livre) [Gravado por R. Sapiência]. In. *Galanga Livre*. [CD]. São Paulo: Boia Fria Produções.

Seligmann-Silva, M. (2016). Antimonumento: trabalho de memória e de resistência. *Psicologia USP*. 27(1). 49-60. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v27n1/1678-5177-pusp-27-01-00049.pdf>

Silva, M. L. L. (2006). *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília. Recuperado de <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1763>

Silva, T. L. (2012). Casa, rua e a fluidez de suas fronteiras: diálogos etnográficos e reflexivos sobre o fenômeno “população em situação de rua”. *Cadernos Lapaarq*. 9(17/18), 67-87. Recuperado de <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/1797>

Sousa, E. L. A. & Bechler, J. (2008). Labirintos na cidade contemporânea. *Psicologia, Ciência e Profissão*. 28(2). 390-403. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932008000200013&lng=pt&tlng=pt

Souza, S. J. & Albuquerque, E. D. P. (2013). Bakhtin e Pasolini: vida, paixão e arte. In: *Educação, arte e vida em Bakhtin*. Maria Teresa Freitas (Org.). Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora.

Strappazzon, A. L. (2017). *Malucos de estrada: experiência nômade e produção de modos de vida*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina.

Toneli, M. J. F.; Adrião, K. G. & Cabral, A. G. (2012). Singularizar. In: T. M. G. Fonseca; M. L. Nascimento; C. Maraschin (Orgs.), *Pesquisar na diferença: um abecedário*. 207-208. Porto Alegre: Sulina

Vigotski, L. S. (1992). Pensamiento y palabra. In: *Obras Escogidas II*. Madri: Visor Distribuciones.

Vigotski, L. S. (2009). *Imaginação e criação na infância*. (Smolka, A. L, com.). (Prestes, Z. trad.). São Paulo, SP: Ática.

Zanella, A. V. (2004). Atividade, significação e Constituição do Sujeito: considerações à luz da Psicologia Histórico-Cultural. *Psicologia em Estudo*, 9 (1), 127-135. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722004000100016&lng=en&tlng=pt.

Zanella, A. V. (2005). Sujeito e alteridade: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural. *Psicologia & Sociedade*, 17(2), 99-104. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822005000200013>

Zanella, A. V. (2013). *Perguntar, registrar, escrever: inquietações metodológicas*. Porto Alegre/RS: Sulina.

Zanella, A. V.; Levitan, D; Almeida, G. B; & Furtado, J. R. (2012). Sobre ReXistências. *Psicologia Política*, 12(24), 247-262. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000200005

Zimmermann, Giovana Aparecida. (2010). *Arte Pública em Florianópolis: a Praça XV como lugar praticado*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93596>

8. ANEXO

CARTA ABERTA A POPULAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS

Vimos acompanhando em nível nacional uma série de atrocidades quanto aos direitos das pessoas em situação de rua, manifestas por extermínio, encarceramento e repressão em massa. Ao mesmo tempo, estamos acompanhando uma série de desmontes nos equipamentos de Assistência Social e Saúde que trabalham com esta população. Na cidade de Florianópolis e região metropolitana não tem sido diferente.

Através de um programa chamo “Floripa Social” que diz ser um projeto de “solidariedade” temos acompanhado a repressão e a retirada de pertences das pessoas em situação de rua, como aconteceu na semana passada em São José. Nestas ações, que dizem contar com apoio da Assistência Social, por meio de uma única trabalhadora que é CC (cargo comissionado) da prefeitura, estão respaldando práticas higienistas ao invés de oferecer o conjunto de políticas públicas preconizado pela legislação.

Sem um único albergue municipal (apenas um ponto de apoio que abre quando a temperatura é menor do que 10º, para que as pessoas não morram de frio), agora a prefeitura determinou que vai fechar o Centro Pop, serviço que atende pessoas em situação de rua durante o dia. A secretaria de Assistência Social, diz tratar-se apenas de um “reordenamento” e afirma que tem aval do MNPR para isso, o que é uma grande mentira. Por este motivo é que trazemos à tona os fatos:

1) O espaço do Centro Pop já tem sido utilizado aos fins de semana por grupos religiosos que já tem-se mostrado em desalinho com as políticas públicas de um Estado Laico. O que a Secretaria de Assistência Social diz é que a área do atual Centro Pop será de responsabilidade destes grupos de voluntários. Ou seja, ao invés de contratar funcionários públicos que tenham formação e perfil para o cargo, estão abrindo o espaço público para grupos que não devem atuar neste espaço.

2) Sabemos que o Centro Pop atual tem diversos problemas estruturais e somos os primeiros a denunciar que quem manda no Centro Pop é a Guarda Municipal, a qual, é responsável por diversas violências naquele espaço. Mais de um usuário já foi acordado com spray de pimenta na cara ao cochilar (sim, porque é proibido cochilar no centro pop, mesmo se a pessoa passou a noite na chuva sem dormir!). Alguns trabalhadores não tem perfil para atender pessoas em situação de rua, pois repetem os mesmos estigmas de que todos são violentos, usuários de drogas, ladrões,

etc. Desta maneira, legitimam o poder da guarda dentro do serviço mesmo que esta prática fira por completo o regimento do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Somos a favor de um reordenamento, mas não somos a favor de deixar a Rua sem assistência e nem violentar trabalhadores.

3) O local em que querem botar o Centro Pop é um prédio de vários andares. Este lugar não atende as necessidades e o que é preconizado legalmente pelas orientações técnicas para o funcionamento de um Centro Pop, nem é de desejo das pessoas em situação de rua.

4) Por que é necessário fechar o Centro Pop antes de ter um novo lugar?

5) Qual a política de saúde mental para as pessoas que usam drogas em Florianópolis? Pelo que vemos a única via ofertada é a da internação em comunidades terapêuticas. Tem apenas um CAPS Ad (Centro de atenção psicossocial álcool e outras drogas), não tem CAPS AD III (que conta com leitos de desintoxicação e trabalha 24h atendendo crises, inclusive), não tem Equipes de Redução de Danos (que trabalham na rua, juntos aos locais em que as pessoas estão em uso e que não obriga a pessoa a ficar em abstinência), o consultório na rua está desmontado (nunca está na rua), a abordagem social de rua, mesmo que queira fazer seu trabalho, quase não tem lugar para encaminhar as pessoas que queiram tratamento ou abrigo.

6) As políticas de habitação, cultura, lazer e emprego específicas para pessoas em situação de rua simplesmente não existem! Assim como não existem políticas de acompanhamento para quem consegue sair da rua, o que facilita a volta para as ruas.

7) Não existe Restaurante Popular na cidade. Por isso, quem está na rua fica a mercê da boa vontade dos voluntários que distribuem comida e agasalhos. Não temos nada contra o trabalho dos voluntários, muito pelo contrário, mas estamos cansados de não ter nossos direitos assegurados pelas políticas públicas. Pois na hora de fazer campanha política eles não tem nojo de nós.

A RUA RESISTE! NADA SOBRE NÓS SEM NÓS!

NENHUM DREITO A MENOS!

NÃO RETROCEREMOS!

**MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA FLORIPA,
21/08/2017**

9. APÊNCICES

APÊNDICE A

1. **Pessoas em situação de rua no Brasil: revisão sistemática**⁸¹

A presença de pessoas que fazem das ruas das metrópoles contemporâneas sua moradia é uma realidade inconteste. Na primeira metade do século XX esse fenômeno foi intensificado no Brasil com o êxodo rural e com o processo migratório, impulsionado pelo crescimento industrial (Brasil, 2009; CRP, 2015). O panorama atual indica, entretanto, que a maioria das pessoas em situação de rua⁸² são provenientes de áreas urbanas, sendo o deslocamento do campo para a cidade não mais uma realidade frequente (Brasil, 2009).

O número de pessoas vivendo nas ruas vem se intensificando nos últimos anos e não se restringe às grandes metrópoles. Na Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua, realizada entre agosto de 2007 e março de 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 71 cidades do país (23 capitais e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes), foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua maiores de 18 anos. Nessa condição foram consideradas tanto as pessoas que pernoitam em instituições como albergues e casas de passagem, como as que se localizam nas calçadas, praças, rodovias, lugares abandonados, becos e outros (Brasil, 2009).

⁸¹ Este artigo foi submetido a uma revista de Psicologia e aceito para publicação.

⁸² Para falar das pessoas que usam as ruas como espaço de circulação e permanência, ao invés de utilizarmos o termo “morador de rua” optamos nesta pesquisa por “pessoa em situação de rua”. O uso desta terminologia é apontado como o mais adequado, pois “pessoas” remete a humanidade, pluralidade e multiplicidade nas diferentes formas de existir, e “situação” como algo que é “transitório, em ininterrupta transformação, assim como ao se situar em um espaço particular, simbolizado pela rua” (Mattos, 2006, p. 225). Para Silva (2006), essa terminologia distancia-se de uma perspectiva simplista, reducionista e individualizante. Entretanto, Bem dos Santos (2014) problematiza o uso do termo “situação de rua”, pois acredita que este exclui o grupo populacional que tem uma relação duradoura, crônica com o habitar as ruas. Trata-se de uma problematização importante, pois de acordo com a pesquisa nacional, 30% das pessoas estão vivendo nas ruas a mais de cinco anos (Brasil, 2009).

A pesquisa traçou o perfil dessa população: predominam pessoas do sexo masculino (82%), a maioria com idade entre 25 e 44 anos (53%) e que se declaram pardas (39,1%); 74% sabem ler e escrever; 70,9% exercem alguma atividade remunerada, como catador de material reciclável e flanelinha; 51,9% possuem algum familiar na cidade em que se encontram, mas 38,9% não mantêm contato com seus parentes; 95,5% não são vinculados a nenhum movimento social e 24,8% não possuem nenhum documento de identificação (Brasil, 2009).

O estudo revelou que as razões que levam pessoas a viverem nas ruas das cidades são variadas. A precarização das condições de vida é uma delas, porém reduzir a compreensão do fenômeno a questões econômicas limita sua compreensão e reduz a complexidade que o conota. De acordo com a pesquisa nacional supracitada, os principais motivos relatados que levaram as pessoas a viver nas ruas é o uso abusivo de álcool e outras drogas (35,5%), o desemprego (29,8%) e conflitos familiares (29,1%). A justificativa da ida e permanência nas ruas devido a uma escolha pessoal também aparece, não de forma frequente e expressiva, porém deve ser levada em consideração. Ao relatarem a escolha como a responsável pela vida nas ruas, justificam que a busca pela sensação de liberdade é a principal motivação (Brasil, 2009).

Considerando a importância de visibilizar melhor a realidade das pessoas em situação de rua, este estudo investiga o que tem sido produzido sobre essa temática no Brasil. Trata-se, pois, este estudo, de uma revisão sistemática do conhecimento científico produzido sobre essa população, realizado com o intuito de compreender as questões que vem sendo problematizadas e os enfoques adotados.

2. Método

Esta pesquisa é considerada como revisão sistemática ou revisão bibliográfica. De acordo com Ferreira (2002), neste tipo de pesquisa o objetivo é conhecer o que tem sido produzido em âmbito acadêmico sobre um tema específico e discutir essa produção, considerando o tempo, o lugar e o contexto. A metodologia deste tipo de pesquisa possui caráter “inventariante e descritivo das produções acadêmicas e científicas sobre o tema” (Ferreira, 2002, p. 258). Para Zoltowski, Costa, Texeira e Koller (2014) a revisão sistemática se define por uma estratégia de busca das produções científicas, uma análise crítica e uma síntese do que foi encontrado.

Para identificar a produção científica sobre pessoas em situação de rua no Brasil, escolhemos como fonte de busca o Portal da Coordenação

de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES⁸³) e o Banco de Teses & Dissertações⁸⁴ da CAPES. O levantamento das produções científicas em ambos os portais foi realizado em Janeiro de 2017, delimitando a busca entre o período de 2006 a 2016, sem filtrar o tipo de produção científica. Justo (2008) afirma que até os anos de 1970 quase não existia bibliografia sobre pessoas que viviam nas ruas, e que a partir de 1990 tornou-se mais frequentes estudos sobre esta temática. Mendes, Ronzani e Paiva⁸⁵ (no prelo) realizaram uma busca entre os anos de 1990 a 2015 e identificaram o crescimento de artigos sobre a temática a partir do ano de 2006. Assim, justifica-se a delimitação do levantamento a partir de 2006, considerando o aumento dos estudos sobre a temática.

No Portal CAPES utilizamos para a busca a associação do descritor⁸⁶ “pessoas em situação de rua” e a palavra-chave “morador de rua”, através do operador *booleano* OU, o que resultou em quarenta e duas (42) produções científicas. No Banco de Teses & Dissertações não é possível realizar associação de termos chave e nem delimitar o ano das produções. Dessa forma, a primeira busca nesse portal foi feita apenas com o descritor “pessoas em situação de rua”, e resultou em oitenta e seis (86) produções científicas. A segunda busca foi realizada com a palavra-chave “morador de rua”, resultando em sessenta e quatro (64) estudos.

No total, foram encontrados cento e noventa e duas (192) produções científicas (artigos, teses e dissertações). Foram definidos como critérios de exclusão a duplicidade ou triplicidade de arquivos, pesquisas realizadas fora do período delimitado dos últimos dez anos, estudo realizado fora do Brasil, arquivos indisponíveis online e com temas não referentes a pessoas em situação de rua. Como exemplo de produção científica excluída está o estudo de Garcia, Calderón e Ferreira (2012) sobre populações caninas em áreas urbanas. Adotando os critérios de exclusão, a leitura dos resumos resultou na seleção de cento e quinze (115) produções científicas, sendo vinte sete (27) artigos, oitenta e uma (81) dissertações e sete (7) teses.

⁸³ Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>

⁸⁴ Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>

⁸⁵ O artigo de Mendes, Ronzani e Paiva está no prelo. O acesso a este artigo ocorreu através do contato com uma das autoras. Em decorrência, não está incluído quantitativamente nas análises.

⁸⁶ Descritores são termos padronizados, definidos por especialistas. Palavras-chaves são termos simples, definidos pelos autores. A escolha do descritor foi definida através do portal Descritores em Ciências da Saúde (<http://decs.bvs.br/>).

Considerando a heterogeneidade e a diversidade dos resumos acadêmicos, realizou-se também a leitura das considerações finais/conclusões dos trabalhos. Destacamos que algumas das 115 produções foram lidas na íntegra, em virtude de trazerem uma discussão mais aprofundada do problema em foco ou pelo fato das informações apresentadas nos resumos e considerações finais não serem suficientes para a compreensão.

Foram consideradas nas análises informações referentes a área, vinculação institucional, ano, metodologia utilizada e resultados. Buscou-se articular as informações para obter uma compreensão crítica do que já foi pesquisado (Oliveira, Trancoso, Bastos & Canuto, 2015). Para apresentação das análises realizadas, foram organizadas as seguintes unidades temáticas: *As singularidades e diversidades das pessoas em situação de rua; Razões e motivações para a vida nas ruas; Os diferentes modos de viver e sobreviver em situação de rua; A construção social da imagem da pessoa em situação de rua; Interloquções entre saúde e assistência social; A relação com a cidade; e Os processos de saída das ruas.*

3. Discussão

Das oitenta e uma (81) dissertações e sete (7) teses encontradas, 26,13% foram realizadas em Programas de Pós Graduação em Psicologia; 7,95% em Programas de Pós Graduação em Saúde Pública/Saúde Coletiva e 7,95% em Programas de Pós Graduação em Serviço Social. Há também estudos em outras áreas, como: comunicação, linguística, educação, arquitetura e urbanismo, administração, engenharia, geografia, políticas públicas, ciências da religião, antropologia, ciências sociais, gerontologia, enfermagem, direito e artes. Em relação aos vinte sete (27) artigos científicos encontrados, destacaram-se publicações na revista “Interface: Comunicação, Saúde e Educação”, de caráter interdisciplinar, contabilizando um total de 18,51% dos estudos identificados.

Das teses e dissertações analisadas, houve relativa prevalência de vínculo institucional com universidades do estado de São Paulo, sendo 14,77% estudos da Universidade do Estado de São Paulo (USP) e 7,95% da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP). A Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) também apresentaram 6,81% e 5,68% respectivamente. Identificamos estudos de diversas outras instituições de ensino superior, como: Universidade Federal do Ceará (UFC), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade

Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Católica de Salvador, Universidade Metodista de São Paulo, dentre outras.

Em relação ao ano das produções científicas, identificamos oscilação significativa entre 2006 e 2016, sendo os anos de 2013, 2014 e 2015 com maior número de publicações. No ano de 2014 houve a maior quantidade de produções científicas, totalizando 19,13%. O decréscimo dessas produções em 2016 deve ser relativizado, pois a busca bibliográfica foi realizada em Janeiro de 2017, e é possível que algumas produções de 2016 não tivessem ainda sido publicadas e/ou inseridas nos portais de pesquisas.

As produções analisadas apresentaram variadas escolhas metodológicas: etnografia, cartografia, pesquisa-intervenção, observação participante, história de vida, grupo focal, questionários, genealogia, arqueologia, documental e outras. A maioria das produções (38,26%) utilizou técnica de entrevistas para produção e coleta das informações, sendo presente tanto o uso exclusivo de entrevistas quanto o uso associado a outra técnica. O método etnográfico e a pesquisa documental foram citados cada um em 18,26% dos estudos.

Dentre as produções analisadas, nenhuma apresentou um levantamento bibliográfico exclusivo sobre “pessoas em situação de rua” ou “morador de rua”. Foram identificadas revisões de literatura sobre o tema (Borysow & Furtado, 2013; Quintão, 2012; Cândido, 2006), mas sempre vinculando a pessoa em situação de rua a algum outro descritor, como alguma vulnerabilidade social ou característica específica.

Mendes, Ronzani e Paiva (no prelo) realizaram uma revisão sistemática utilizando o descritor “drogas” cruzado com outras palavras-chave, sendo uma delas “população em situação de rua”. O objetivo foi compreender a forma como as condições de vulnerabilidade social, pobreza, estigma e raça são relacionadas às pessoas em situação de rua usuárias de drogas. Os autores compararam as produções acadêmicas estadunidenses e latino americanas, e identificaram que nas primeiras existe o foco nas análises de riscos e a categorização quantitativa das informações, enquanto nas segundas o foco é a contextualização das condições sociais das pessoas em situação de rua e as razões que levaram a estar na referida situação. Borysow e Furtado (2013) realizaram uma revisão narrativa sobre a temática de pessoas em situação de rua que possuem o diagnóstico de algum tipo de transtorno mental grave. Cândido (2006) utilizou a metodologia bibliográfica para conceituar a ação das pastorais católicas com as pessoas em situação de rua na cidade de São

Paulo, e Quintão (2012) buscou compreender a cidade a partir das pessoas que habitam as ruas.

3.1 As singularidades e diversidades das pessoas em situação de rua

Diversos estudos tiveram como sujeitos de pesquisa subgrupos e/ou características dessa população: *idosas, mulheres, crianças e jovens, com saúde mental prejudicada ou uso de substâncias psicoativas, a relação com a religiosidade, relações com o trabalho, egressos do sistema prisional e a relação dessas pessoas com animais de estimação*. A seguir, apresentaremos o que estes estudos evidenciam em relação a cada subgrupo investigado.

Bueno (2013), ao pesquisar pessoas *idosas* em situação de rua, identificou o uso recorrente de álcool, ausência de renda financeira, autodeclaração de algum tipo de doença e a afirmação de não se perceberem envelhecendo, mas que se sentem velhos antes dos 60 anos. O autor identificou que o processo de envelhecimento dessas pessoas acontece de forma rápida, devido ao meio social e às condições precárias de vida. Saldanha (2014) constatou que os idosos em situação de rua possuem maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, tanto formal quanto informal. Brêtas, Marcolan, Rosa, Fernandes e Raizer (2010) concluem que a rua é um ambiente geralmente desfavorável ao envelhecimento; apontam que ao viver na rua condições mínimas de bem-estar e de saúde não podem ser atingidas, desencadeando prejuízos na autoestima e no autocuidado; destacam ainda a falta de eficiência de políticas públicas que possibilitem a saída dessa condição.

Com relação às pesquisas que buscaram compreender as especificidades e os modos de vida de *mulheres*, Rodrigues (2009) identificou que o número de mulheres nas ruas é de duas para cada dez homens, com faixa etária diversa. Rosa e Brêtas (2015) apontam que os fatores predominantes que ocasionaram a ida de mulheres para as ruas estão a violência doméstica, dificuldade financeira e o rompimento com vínculos sociais. Já nas ruas, essas mulheres também enfrentam a violência do tráfico, da repressão policial e estatal, da disputa por território e a violência de gênero, além das dificuldades em obter privacidade, dados também apontados por Alves (2013). As pesquisas destacam que a rua se configura como um espaço masculino, que dá continuidade ao modelo patriarcal. Mas ressaltam que as mulheres em situação de rua, mesmo com fortes opressões, conquistam e ocupam seu espaço, sendo protagonistas de suas próprias vidas (Alves, 2013; Rodrigues, 2009; Rosa e Brêtas, 2015). Pesquisadores destacam que não

há, nas políticas públicas brasileiras, ações direcionadas às especificidades das mulheres nas ruas, apontando a necessidade de estratégias singulares e a construção inter setorial de cuidado entre políticas públicas de mulheres e de pessoas em situação de rua (Rosa e Brêtas, 2015; Bem dos Santos, 2014; Alves, 2013).

Com relação a *crianças e jovens* em situação de rua, Moura, Silva e Noto (2009) afirmam que, assim como para a população adulta em situação de rua, para as crianças e jovens, as razões que ocasionam esse processo são múltiplas, evidenciando a fragilidade dos vínculos familiares. Para as autoras, o uso abusivo de drogas está intrinsecamente ligado à vulnerabilidade do âmbito familiar e funciona como um propulsor para a ida às ruas. Cofani (2012) evidenciou que jovens em situação de rua iniciam o consumo de álcool mais cedo que jovens de outros grupos sociais. Moura, Silva e Noto (2009) e Matias (2013) identificaram a manifestação do sentimento de ambivalência e polarização dessa população em relação à rua. Afirmam que no primeiro momento a rua se configura como espaço de liberdade e independência, mas logo em seguida, surgem as dificuldades de sobrevivência básica, configurando-se como espaço de privações.

Outro recorte frequente nas pesquisas encontradas é a intersecção de pessoas em situação de rua e usuárias de *álcool e outras drogas*, mais especificadamente o uso abusivo de crack. Alles (2010) e Morera (2013) identificaram que a situação de rua está associada, predominantemente, ao uso de crack, condição social atrelada a fatores como: ausência de regras e normas sociais; núcleo familiar violento em que há pouco afeto e diálogo; baixa renda e desemprego. Varanda (2009) e Tondin, Neta e Passos (2013) afirmam que o uso de substâncias psicoativas configura-se como uma alternativa para resistir às condições sociais adversas, sobreviver e minimizar o sofrimento físico e psíquico. Campos (2012) aponta que o álcool exerce um duplo papel na vida das pessoas em situação de rua: ora tem a função de ser confortante e consolador, ora é o motivo e a causa da condição de rua. Gomes e Adorno (2011) acompanharam a trajetória de pessoas em situação de rua e apontam para a ineficácia de políticas públicas repressivas e as potencialidades do cuidado respaldado pela perspectiva da redução de danos.

Ao estudar sobre pessoas em situação de rua e a relação dessas com a *religiosidade*, Guimarães (2010) identificou a religiosidade como uma via de subjetivação e um modo de darem sentido à existência. Honorato (2014) evidencia a prática subversiva de adesão religiosa, como o comportamento de empatia pela religião de algum grupo que realiza doações à população de rua. Para o pesquisador, esta subversão se

configura como uma forma de resistência aos discursos religiosos impostos em troca de benefícios sociais. Galvani (2015) afirma que as ações de doação dos grupos religiosos geram tensões e incômodos, pois a “prática de “ter que rezar” antes de receber o alimento foi percebida, por alguns interlocutores, como “uma forma de humilhação” (p. 141). Candido (2006) afirma que as ações realizadas por grupos religiosos promovem intervenção sócio-política ampliando o cuidado e a humanização, porém evidenciam a ineficácia de políticas públicas sociais.

Pesquisas apontam que é comum para pessoas em situação de rua o *trabalho* de vigias de carros, catadores de material reciclável e a mendicância como fonte de recursos (Alles, 2010; Lacerda, 2012). São quase inexistentes oportunidades de trabalho formal devido ao preconceito e ausência de endereço fixo, mesmo que a pessoa tenha competência e qualificação requeridas (Oliveira, 2015; Alles, 2010). Entretanto, algumas pessoas que desenvolvem as atividades acima mencionadas não reconhecem suas estratégias de sobrevivência financeira como trabalho (Lacerda, 2012). Carvalho (2015) aponta para a necessidade de conferir o status de trabalho a algumas atividades informais de sobrevivência como fundamental tanto socialmente como subjetivamente.

Büll (2010) identificou que o conceito de trabalho para pessoas em situação de rua assume um papel constitutivo da subjetividade, sendo na maioria das vezes considerado como sinônimo de honestidade e pertença social, não sendo exercido com o objetivo de acúmulo de dinheiro ou bens, mas direcionado à sobrevivência nas ruas. Carvalho (2015) afirma que as pessoas em situação de rua aceitam, na maioria das vezes, qualquer tipo de trabalho, pois se encontram em situação de vulnerabilidade e não conseguem exigir nenhuma garantia e/ou direito trabalhista. Langa (2012) identificou que a inserção no trabalho informal e/ou ilegal é algo que acompanha a trajetória de vida dessas pessoas, mesmo antes de viverem nas ruas. Farias (2007) evidencia a necessidade de políticas públicas que possam fomentar a inserção em atividades produtivas, a fim de promover geração de renda e uma vida digna.

Um estudo investigou a condição de vida do *egresso do sistema prisional* em situação de rua. Karam (2015) evidencia a ineficácia da metodologia de ressocialização dos presídios brasileiros, a qual serve para embrutecer o sentenciado, enfraquecer os laços sociais e familiares, além de não oferecer condições objetivas de uma vida fora das prisões; o processo de reinserção social culmina na situação de rua.

Uma produção científica investigou a relação de pessoas em situação de rua com seus animais de estimação. Cunha (2015) identificou que essa relação é de companheirismo e proteção, pois os animais auxiliam na vigilância e nos riscos de estar em situação de rua. A autora percebeu que há dificuldade dessas pessoas em frequentarem espaços que seus cães não são permitidos, como exemplo instituições de abrigo. Assim, ressalta a necessidade das políticas públicas regulamentarem o acesso das pessoas em situação de rua com seus animais em serviços socioassistenciais.

3.2 Razões e motivações para a vida nas ruas

Várias pesquisas identificam como motivos e razões que levaram pessoas a viverem nas ruas o uso abusivo de álcool e outras drogas, o rompimento de vínculos e os conflitos familiares (incluindo separação conjugal), o desemprego e o prazer da liberdade que é vivenciado na rua (Costa, Mesquita e Campos, 2015; Alcantara, Abreu e Farias, 2015; Saldanha, 2014; Aguiar, 2014; Esquinca, 2013; Abreu, 2013; Campos, 2012). Campos (2012) aponta que as questões multifatoriais que ocasionam a situação de rua podem acontecer de forma gradual e processual, culminando na ocupação da rua de forma permanente.

Para Argiles (2012) e Silva (2015), o fenômeno de pessoas em situação de rua vem aumentando devido à precarização das relações de trabalho, o desemprego e as transformações econômicas. Souza, Silva e Caricari (2007) e Costa e Richetti (2011) evidenciam que esse fenômeno está ligado ao processo de globalização, em que a exclusão social se intensifica. Tondin, Neta e Passos (2013) explicam que os sentimentos de exclusão e sofrimento, produto dos processos econômicos e políticos baseados na injustiça social, culminam na situação de rua. Para Silva (2006), essa condição se configura como uma síntese de determinações sociais fortemente marcadas pelo sistema capitalista.

Saldanha (2014) identificou que algumas pessoas estão em situação de rua devido a ameaças de milícias ou traficantes que as obrigaram a sair de suas casas, impedindo o retorno para os locais que moravam. Para Langa (2012), a situação de rua pode ser para algumas pessoas a única alternativa diante do percurso de exclusão e vulnerabilidade social presentes em várias etapas da vida. Saldanha (2014) identificou que uma parcela das pessoas em situação de rua apresenta histórico de migração de uma cidade para outra em busca de oportunidades e, na ausência dessas, acabam permanecendo na nova localização, com poucos recursos financeiros e sociais, o que ocasiona a situação de rua.

Mesmo tendo um número significativo de pesquisas que apontam para os múltiplos fatores que ocasionam a vida nas ruas e que consideram o contexto social, histórico e político, algumas destacam outros aspectos. Esmeraldo Filho (2010) identificou que algumas pessoas associam a atual condição como algo de sua responsabilidade, desconsiderando os processos sociais e econômicos. Silveira (2016) identificou como justificativas predominantes para a situação de rua a questão socioeconômica, a saúde mental prejudicada e o desejo de estar na rua. Rodrigues (2015) relaciona a ideia da escolha individual de estar nas ruas com o que chama de “mito da escolha masoquista” (p. 7), um processo vinculado à ideologia neoliberal de transformação da ideia de necessidade para a de escolha da pessoa em situação de rua que promove a “transformação da necessidade e do sofrimento em escolha (...) no qual a miséria não aparece como adereço das indigências fabricadas por estruturas societárias – a sociedade transfere assim, a culpa e a responsabilidade para o indivíduo” (p. 78). Nessa lógica, a pessoa em situação de rua é considerada não só culpada por sua própria condição, mas também responsável por problemas coletivos, como a violência, o tráfico, a degradação urbana e outras adversidades (Rodrigues, 2015).

3.3 Os diferentes modos de viver e sobreviver em situação de rua

O interesse em conhecer os diferentes modos de viver em situação de rua esteve presente em diversas investigações. Alles (2010) afirma que, dentre as dificuldades encontradas em estar em situação de rua, as relacionadas à sobrevivência são as mais mencionadas. O autor afirma que estar em situação de rua gera sofrimento, pois vivenciam desde dificuldades de sobrevivência física (fome e frio) quanto relacionais: na maioria das vezes, sofrem preconceito, estigmatização, desrespeito e violência policial, questões também apontadas por Al Alam (2014), Aguiar (2014) e Abreu (2013).

Campos (2012) identifica que quase sempre a ideia de viver nas ruas remete a perdas, entretanto, chama a atenção para os aprendizados na rua, um local de elaboração de estratégias de enfrentamento e superação de dificuldades. Oliveira (2012) também aponta que durante muito tempo a rua foi considerada exclusivamente como um espaço de miséria e violência, e indica a necessidade de superar esta perspectiva e ampliar a concepção da rua, compreendendo-a como espaço da “capacidade humana da transformação, pois nela se constroem laços afetivos como amizades e amores, novos rearranjos e experiências na

cidade” (p. 141). Para Moura Junior (2012), a rua também é espaço para construção de vínculos e demonstração de afetividade e liberdade.

Castiglioni (2012) ressalta a potência que permeia o processo de rualização, evidenciando que mesmo com as condições precárias e desfavoráveis, essas pessoas estão ativas no processo de construção de outros modos de viver, estando abertas a novas vinculações sociais e a processos de criação. Mendonça (2006) afirma que as pessoas em situação de rua produzem subjetivamente sentidos múltiplos sobre si, sobre o outro e sobre a vivência de rua. Silva (2014) compreende que essas pessoas produzem modos de existência atravessados pelos processos de desfiliação social: ruptura de vínculos sociais, distanciamento do mercado de trabalho e violações de direitos. Para a autora, elas são objetivadas e subjetivadas por processos marginalizantes que circunscvem suas marcas nos corpos, fomentando a resistência frente ao controle de suas vidas.

Moura Junior (2012) identificou que a sociedade ainda atribui um caráter depreciativo às pessoas em situação de rua, ocasionando práticas discriminatórias e opressoras, negando as potencialidades das diferentes formas de existir. Mas destaca que elas resistem de algum modo, significando a rua como espaço de “potencialidades e de fortalecimento de vínculos, sendo atrativa para pessoas que, mesmo possuindo um domicílio, vivem em um terreno árido de esperança e repleto de opressão (Moura Junior, 2012, p. 135).

Félix-Silva, Sales e Soares (2016) apontam as diferentes configurações da rua para cada pessoa que nela vive. Para alguns, a rua é um lugar de passagem, em que o medo e a dúvida acompanha todo o processo; para outros, é sinônimo de um lugar acolhedor, que abriga e aconchega quem se encontra sem ter para onde ir e quem decide ficar. Os autores destacam que viver em situação de rua pode se configurar como um modo de desenvolver a arte de viver mesmo em condições extremas de vulnerabilidade e precariedade social: a “arte de fazer arte como resistência política ativa, onde a vivência na rua se torna um vetor de corte” (p. 48), e que se configura como um dispositivo de produção de saúde mental desses sujeitos.

Langa (2012) identificou uma multiplicidade de modos de viver nas ruas: para algumas pessoas, é “espaço de riscos e perigos” (p. 162), de insegurança; para outras pessoas, a rua se configura “como um local de liberdade para viver” (p. 163), não mais desejam a moradia domiciliar, pois desfrutam da liberdade proporcionada para aqueles que obedecem os códigos da rua e manejam situações perigosas; em contraposição, para outras pessoas a rua é “a última alternativa, em um processo de

vulnerabilidade” (p. 163): não constroem laços afetivos e sociais na rua e não possuem confiança e segurança.

A heterogeneidade como uma característica principal tanto da população em situação de rua como de suas maneiras de viver é afirmada em diversas pesquisas (Félix-Silva, Sales & Soares, 2016; Alcantara, Abreu e Farias, 2015; Serrano, 2013; Lacerda, 2012; Langa, 2012; Rodrigues, 2009; Galvani, 2008; Mattos, 2006; Rosa, Secco & Brêtas, 2006). Lacerda (2012) aponta que a generalização de que a maioria vive sozinha, sem vínculos afetivos, não é aceitável. Lemões (2014) evidencia que nem sempre os vínculos familiares estão efetivamente rompidos, e que mesmo sofrendo políticas higienistas e de exclusão das cidades, as pessoas em situação de rua desenvolvem estratégias e vínculos sociais como forma de permanecerem nos espaços. Galvani (2008) afirma que essa heterogeneidade é premissa fundamental para a compreensão dos modos de vida dessas pessoas, identificando movimentos de resistência e fortalecimento dos modos de viver nas ruas, com a construção de redes sociais e o envolvimento com ações de cultura, arte, religião e movimentos sociais. Os modos de existir e a forma como vivem estão intrinsecamente relacionadas às práticas sociais estabelecidas no contexto da rua, sendo essas múltiplas, variáveis e diversas.

3.4 A construção social da imagem da pessoa em situação de rua

Oliveira (2012) afirma que o modo como a sociedade compreende as pessoas em situação de rua foi sendo transformado ao longo do tempo. Essas pessoas eram compreendidas como migrantes e desempregadas; no início dos anos 2000, começa-se a compreendê-las a partir da exclusão e vulnerabilidade, o que fomentou o desenvolvimento de políticas públicas e intensificou o preconceito social. Serrano (2013) identifica uma rotulação da pessoa em situação de rua como doente, e afirma que a construção desse estereótipo está presente tanto nos estudos acadêmicos quanto nas práticas institucionais que exercem um controle sobre o corpo e a vida dessas pessoas, através da medicalização e das normas do cuidado em saúde e assistencial. Costa (2007) evidencia que a sociedade desloca a ideia de que a pessoa em situação de rua está em sofrimento para a concepção de que esta pessoa oferece algum tipo de risco e ameaça. Assim, demonstra que ocorrem mudanças com relação ao modo de se relacionar com estas pessoas, apontando uma progressiva racionalização que deixou de lado a solidariedade que existia anteriormente (Costa, 2010).

Lacerda (2012) e Sambu (2014) identificaram que existe na população em situação de rua os sentimentos de autorejeição e baixa autoestima devido às práticas estigmatizantes e de discriminação que vivenciam. Alles (2010) evidencia que essas pessoas enfrentam dificuldades para se relacionar com outras pessoas que não vivem nas ruas, precisando sempre se reafirmar como seres humanos e cidadãos para obter acesso a direitos, diminuir o preconceito e a estigmatização social. Em contrapartida, o autor destaca que os olhares a elas destinados são múltiplos, ora positivos e ora negativos. Alguns destilam ódio e preconceito, tratando-as com hostilidade e desconfiança, mas outros as beneficiam e auxiliam em diferentes aspectos, principalmente na alimentação (Alles, 2010).

Abib (2014) afirma que a sociedade tem construído a imagem das pessoas em situação de rua como um anormal contemporâneo, o que tem gerado formas de criminaliza-las. Abib (2014) e Costa (2009) chamam a atenção para o grande investimento midiático em reproduzir o estereotipo dessas pessoas, sempre relacionando-as à criminalidade, loucura e pobreza, semeando o medo e a insegurança social. Essa forma de pensamento viabiliza políticas públicas de limpeza urbana e de exclusão, além de uma transposição dos jogos de poder: se antes a pessoa em situação de rua e as usuárias de drogas eram responsabilidade exclusiva da justiça, com esses outros discursos essas pessoas passam a ser de responsabilidade também da área da saúde, deslocando a questão do poder judicial para o poder psiquiátrico e sua lógica normatizadora (Abib, 2014).

Almeida Junior (2014) analisou discursos jornalísticos de duas revistas, uma de grande circulação nacional e uma revista alternativa. Identificou que ambas reproduzem estereótipos em relação às pessoas em situação de rua, ou seja, constroem a imagem através de características gerais. Silva e Hüning (2015), ao analisar textos de jornais e outros documentos, identificaram a associação da pessoa em situação de rua a uma pessoa inevitavelmente criminosa. Frazão (2010) afirma que quando a imprensa jornalística divulga notícias sobre pessoas em situação de rua, o discurso é colado à seção policial com enunciados relacionando essas pessoas como suspeitos de crimes. Quando a notícia não é vinculada à criminalidade, está vinculada à degradação do espaço público (Frazão, 2010). Assim, o autor identificou que a construção da imagem da pessoa em situação de rua no discurso jornalístico é sempre referenciada a questões negativas, contribuindo para a manutenção de uma visão hegemônica excludente. Resende (2016) acrescenta que a representação

mediática sobre a violação de direitos e a violência contra pessoas em situação de rua no jornalismo brasileiro é desprezada.

Em contrapartida, Alles (2010), ao analisar as publicações de um jornal feito por e sobre pessoas em situação de rua, identificou que em diferentes edições a representação social do que é um morador de rua é variável, sendo em algumas expostas suas vulnerabilidades e necessidades e em outras as potencialidades e a força de luta para melhorar suas condições de vida. Costa (2010) afirma que os meios de comunicação produzidos por pessoas em situação de rua são importantes para levar o tema da vida nas ruas para a sociedade, funcionando também como um instrumento de reivindicação de direitos sociais e humanos. Para Santos (2013), a produção do jornal por pessoas efetivamente em situação de rua, ou seja, em risco social, tem um peso material e simbólico contra-hegemônico. Ferreira (2007) afirma que o envolvimento dessas pessoas com a construção coletiva de jornais de rua configura uma via transformadora do modo de se relacionar com o espaço público e com a condição de situação de rua, bem como de regaste de autonomia.

3.5 Interloquções entre saúde e assistência social

Para Borysow e Furtado (2013), é comum os serviços da assistência social assumirem a função de articuladores de rede quando se refere a pessoas em situação de rua. Para Lisboa (2013), a falta de articulação entre a saúde e a assistência social, principalmente em relação a questões referentes ao sofrimento psíquico no território, promove uma cronificação e institucionalização da pessoa. Borysow e Furtado (2013) e Montiel, Bartholomeu, Carvalho e Pessotto (2015) evidenciam a necessidade do desenvolvimento e fortalecimento de uma rede intersetorial de cuidado à pessoa em situação de rua. Borysow e Furtado (2013) e Montiel et al (2015) identificaram que os serviços de saúde mental ainda apresentam dificuldades em realizar atendimentos no local em que as pessoas em situação de rua vivem, bem como vincula-las às instituições devido às dificuldades em adaptarem e flexibilizarem suas estratégias de atuação.

Em relação aos serviços de assistência social, Costa, Mesquita e Campos (2015) evidenciam a existência de uma linha tênue que diferencia a atividade profissional do campo da assistência social de atividades motivadas pela caridade. Costa (2007) relata que nos anos de 1970 e 1980, os primeiros grupos a oferecerem cuidado às pessoas vivendo nas ruas foram os religiosos. Posteriormente, nos anos de 1990, a atenção para as pessoas em situação de rua passou a fazer parte das ações institucionais e

interventivas do estado, iniciando as parcerias públicas-privadas (Costa, 2007). Para Souza (2015), as políticas de assistência social atuais ainda estão fundadas no paradigma assistencialista e filantrópico, o que impede uma transformação das questões estruturais, mantendo o *status quo* e produzindo modos de subjetivação alienados. Souza, Silva e Caricari (2007) e Costa, Mesquita e Campos (2015) apontam como necessária uma transição na prática das ações assistencialistas para ações que fomentem a emancipação e inclusão social, evidenciando a importância do desenvolvimento de ações intersetoriais.

Reis (2014) aponta o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), que está inserido no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como um espaço potente que possibilita a criação de vínculos e atende as necessidades imediatas da população. Porém, destaca a necessidade de que esse serviço assistencial ofereça um “processo de consciência desses sujeitos, despertando-lhes sua capacidade de agentes históricos que respondem a determinadas necessidades, sendo capazes de ressignificá-las” (Reis, 2014, p. 144). Argiles (2012) identificou nas pessoas em situação de rua investigadas o sentimento de crença e confiança nos serviços prestados pelo Centro POP, porém destaca que esse serviço precisa desenvolver mais ações que atendam as pessoas em suas singularidades, garantindo-lhes direitos básicos e acesso à rede intersetorial.

Ferreira, Rozendo e Melo (2016) identificaram a necessidade de abertura de diálogo entre a saúde mental e a atenção básica. Para os autores, é necessário que a atenção especializada em saúde mental descentralize suas ações e que a atenção básica se aproxime de pessoas em situação de rua para oferecer um cuidado mais adequado. Macerata, Soares e Ramos (2014) traçam uma linha de conexão entre as ações da atenção básica com a população em situação de rua, pontuando ser imprescindível a compreensão de território como espaço de surgimento e emergência de vidas e de política.

Al Alam (2014) afirma serem necessárias discussões sobre as reais necessidades desse grupo populacional, de modo a reconhecer suas vulnerabilidades e desenvolver ações de atenção à saúde e assistência social com qualidade, comprometidas com direitos humanos e sociais e desenvolvidas no território. Matraga, Araújo-Jorge e Wimmer (2014), Londero, Ceccim e Bilibio (2014) e Silveira (2016) afirmam que para ofertar um cuidado contextualizado e humanizado às pessoas em situação de rua, são necessárias ações que preparem os profissionais em educação permanente, educação popular e arte.

Para Miranda (2014), a situação de rua é a forma mais nítida da desigualdade social, o que invoca a necessidade da construção de ações afirmativas na garantia de direitos, dentre eles o direito à saúde. Miranda (2014) e Carvalho (2014) identificam que existem iniquidades que impedem o acesso direto e livre dessa população aos serviços de saúde, indicando serem necessárias ações e estratégias que modifiquem essa situação. Esmeraldo Filho (2010) evidencia que são diversos os problemas de saúde que acometem esta população, sendo a maioria relacionado ao abuso de substâncias psicoativas e a violência.

Para Nogueira (2008), pessoas em situação de rua têm como principal meio de acesso à saúde os serviços que atendem urgências e emergências. Rosa, Secco e Brêtas (2006) identificaram que os profissionais de saúde ainda não conseguem compreender a pessoa em situação de rua em relação ao processo de saúde-doença-cuidado. Ferreira (2015) aponta que há uma inadequação organizacional em relação aos profissionais da rede de saúde: constata que ainda há preconceitos e estigmas em relação às pessoas em situação de rua, o que demonstra ser necessário engajamento da gestão a fim de ofertar uma política de cuidado que compreenda essas pessoas como cidadãos de direitos.

Com relação à oferta de cuidado no território, encontramos um número significativo de pesquisas que analisam o dispositivo de saúde da atenção básica direcionado às pessoas em situação de rua, o Consultório na Rua (CnaR) (Ferreira, Rozendo & Melo, 2016; Ferreira, 2015; Londero, Ceccim & Bilibio, 2014; Albuquerque, 2014; Abib, 2014; Tondin, Neta & Passos, 2013; Lima, 2013; Abreu, 2013). Albuquerque (2014) define o CnaR como um dispositivo analisador do processo da reforma psiquiátrica brasileira, pois fomenta a responsabilização de cuidar em liberdade e no território, tensionando os desafios da não institucionalização. Ferreira, Rozendo e Melo (2016) notaram que o CnaR é visto como um serviço de saúde, mas também como um suporte social e de afeto, que possibilita transformações e potencialidades nos modos de viver e de se cuidar em situação de rua. Esmeraldo Filho (2010) aposta que a estratégia do CnaR é uma possibilidade de superar algumas dificuldades da atenção básica em relação à pessoa que está em situação de rua. Ferreira (2015) destaca que o atendimento em saúde de pessoas em situação de rua não pode ser algo exclusivo do CnaR.

Com relação à avaliação do serviço do CnaR por seus próprios usuários, pesquisas destacam que é positiva e benéfica (Ferreira, 2015; Ferreira, Rozendo e Melo, 2016). Entretanto, Abreu (2013) aponta que teve contato com pessoas em situação de rua que ainda não conheciam o serviço. De acordo com o autor, isto pode ocorrer devido aos

deslocamentos territoriais que essas pessoas praticam, mas também devido a não construção de vínculo com o serviço. Londero, Ceccim e Bilibio (2014) destacam que alguns serviços ainda apresentam ações encaminhativas e controladoras, pautadas em compreensões morais e normativas. Em contrapartida, Lima (2013) identificou práticas do CnaR realizadas de acordo com os preceitos da redução de danos, e que tanto profissionais entrevistados quanto usuários indicam que tem sido realizada uma prática coerente em saúde visando o cuidado integral e humanizado.

3.6 A relação com a cidade

Para Gomes (2006), pensar pessoas em situação de rua é necessariamente pensar a cidade e o habitar as ruas. O autor aponta que é possível compreender o habitar as ruas de duas formas: a rua como espaço de interação, encontro e alternativa de vida para algumas pessoas; ou a rua como espaço de abrigo e refúgio, como uma casa. Castiglione (2012) ressalta que se tornar albergado ou se tornar nômade, são estratégias de sobrevivência na cidade. Langa (2012) afirma que, mesmo considerando os fluxos e deslocamentos diários, as pessoas em situação de rua possuem uma rotina e podem estabelecer por um curto período de tempo um local fixo para dormir e guardar seus pertences. Esquinca (2013) evidencia que algumas pessoas em situação de rua estabelecem uma relação de apego com o território que ocupam, mas que as vezes precisam se deslocar por diferentes motivos, como necessidades de auxílio social, conflitos com outras pessoas do território e até mesmo devido à ação de terceiros que os afugentam e ameaçam, provocando um deslocamento involuntário.

A circulação, os deslocamentos e a não fixidez em um só território podem estar relacionados ao ordenamento urbano que exige e provoca a mobilidade, através da exclusão dos lugares (Oliveira, 2015). Para Esquinca (2013), há movimentos diferentes em relação aos deslocamentos na cidade, sendo alguns direcionados à periferia, escapando das áreas de revitalização urbana, e outros direcionados à proximidade dos serviços de assistência social, os quais assumem papel relevante na estratégia de sobrevivência (Esquinca, 2013).

O espaço público da cidade configura-se como local de sobrevivência e vivência cotidiana da pessoa em situação de rua (Oliveira, 2011; Oliveira, 2015; Zwetsch, 2012; Saldanha, 2014; Quintão, 2012). Para Quintão (2012), a estrutura urbana é insuficiente para a compreensão dos modos de viver das pessoas em situação de rua, apontando ser

necessário planejamento urbano que considere a existência das pessoas que vivem nas ruas, calçadas e becos da cidade.

Para Honorato (2014), existem lugares autorizados e não autorizados para serem habitados por pessoas em situação de rua na cidade. A oferta de casas de acolhimentos e albergues faz parte de uma estratégia de retirada dessas pessoas da rua a fim de manter uma ordem social, justificada pelo incômodo das demais pessoas que não vivem nas ruas, com as pessoas que ali vivem, fomentando e legitimando ações higienistas (Honorato, 2014; Rodrigues, 2009; Freitas, 2014). Para Abib (2014) as intervenções estatais se diferenciam entre as que proporcionam inclusão e as que geram exclusão, mas ambas se constituem como estratégias biopolíticas de controle social.

Pesquisas apontam que algumas pessoas em situação de rua utilizam albergues quando necessitam de segurança, saúde e assistência social, apesar das exigências descontextualizadas e da condição insalubre de alguns deles (Al Alam, 2014; Guedes, 2014). Pessoas em tratamento de saúde devido ao diagnóstico de AIDS, com deficiência física e mulheres, comumente utilizam os albergues como forma de minimizar os riscos e vulnerabilidades da rua (Langa, 2012; Castiglioni, 2012; Rodrigues, 2009). Apesar dos apontamentos críticos em relação ao papel controlador que os albergues podem assumir, para Karam (2015), mesmo com os limites e as regras, esses funcionam como um dispositivo que minimiza os riscos e a vulnerabilidade social.

3.7 Os processos de saídas das ruas

Mattos (2006) destaca a importância de compreender o processo de saída das ruas para o delineamento de políticas públicas direcionada à população de rua, entendendo este processo como uma forma criativa de estabelecer novos modos de viver e enfrentar as dificuldades sociais.

Souza e Araújo (2007) apontam como possibilidade de saída das ruas políticas públicas que auxiliem na construção de projetos de vida, sendo necessário uma rede de apoio e fortalecimento social. Fernandes (2013) destaca o serviço de assistência social de acolhimento em repúblicas para adultos como um potente serviço que resgata autonomia e cidadania, pois nesse espaço a pessoa acolhida tem o direito de ir e vir, conviver com outras pessoas em ambiente residencial, construir seu projeto de vida e reorganizar a questão escolar, profissional e financeira.

Reis (2013) acredita que a recusa de pessoas em situação de rua a saírem desta condição está relacionado ao sentimento de excentricidade

existencial e de liberdade que experimentam nas ruas. Quintão (2012) afirma que, para as pessoas que estão na rua circunstancialmente, os equipamentos sócio-assistenciais são interessantes, porém ainda insatisfatórios; e para os que consideram a rua como morada, a oferta de albergues é infundada, pois não aderem a esse tipo de instituição. Assim, Quintão (2012) destaca algumas pessoas aderem ao processo de saída das ruas, porém outras estão sempre chegando; desse modo, é importante se contemplar essas pessoas no projeto urbanístico, a fim de reconhecê-las no território urbano e de seu direito à cidade.

Silva (2015) identificou que, para algumas pessoas em situação de rua, é impossível a saída dessa condição em razão da ausência de apoio comunitário e familiar, bem como de políticas públicas ainda pouco eficazes. Como alternativa os autores apontam a integração em associações de catadores de material reciclável, acesso ao trabalho informal, a vinculação a movimentos sociais (Costa & Richetti, 2011; Justo, 2008; Mattos, 2006).

Para Martins (2016), a mobilização social das pessoas em situação de rua é frágil e inexpressiva. Costa (2013) destaca que são muitos os desafios para a consolidação da organização política visto que há oscilações e rotatividade das pessoas devido à condição de rua. Graziolla (2011) aponta a trajetória do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) como uma das formas de organização política, cooperativa e solidária entre as pessoas em situação de rua.

4 Considerações Finais

A análise da produção científica da última década – 2006 à 2016 – sobre pessoas em situação de rua evidencia a heterogeneidade dessa população e as múltiplas facetas de viver nas ruas das cidades. As produções analisadas corroboram a pesquisa nacional (Brasil, 2009) que evidência a predominância de pessoas do sexo masculino. As justificativas que ocasionam a situação de rua, entre a pesquisa nacional e as demais, também convergem ao considerar a multifatorialidade desta condição, a predominância de relatos referentes ao uso de álcool e outras drogas, desemprego e fragilidade de vínculos; consideraram também a escolha individual como um possível na vida nas ruas. Alguns estudos identificaram que existem pessoas em situação de rua que se culpam por estar nessa condição, individualizando e reduzindo a si mesmas essa responsabilidade. São necessárias investigações que tenham como foco esse processo de culpabilização para uma análise detalhada do problema e de seus efeitos.

Constatamos que as pesquisas possuem interesse em compreender as razões e os motivos das pessoas viverem nas ruas, bem como os diferentes modos de se relacionarem nas e com as ruas. Estão comprometidas com a desconstrução de estereótipos, estigmas e preconceitos relacionados essas pessoas; apresentam e as descrevem de forma humanizada e objetivam desenvolver um conhecimento que possa contribuir para melhorar de alguma forma suas dificuldades.

As pesquisas apresentam variados temas de interesse em relação às pessoas em situação de rua e algumas aprofundaram a investigação na tentativa de compreender características de subgrupos específicos, como pessoas que fazem uso abusivo de drogas, crianças e jovens nas ruas. Com relação à temática gênero, foram encontradas apenas pesquisas referentes a mulheres em situação de rua, não havendo estudos sobre homens, homossexualidades e travestilidades. Consideramos necessária a produção de conhecimentos com foco nas temáticas de gênero e sexualidade.

A relação das pessoas em situação de rua com a sociedade foi evidenciada nas pesquisas de dois modos: uma relação de exclusão e preconceito por um lado, ou uma relação construída através de auxílios e ajudas, por outro. Essa dicotomia chama a atenção para a dificuldade de realizar generalizações aos modos de ser, viver e se relacionar das pessoas em situação de rua, sendo necessário considerar singularidades, as diferentes maneiras de existir e de se relacionar.

As pesquisas sobre os discursos midiáticos em relação às pessoas em situação de rua demonstram a forte influência social da mídia que contribui para a construção de uma imagem estigmatizante dessas pessoas como vagabundas, inúteis e criminosas. Contrariando esse discurso, as investigações ressaltaram que muitas pessoas em situação de rua desempenham atividades laborais e se encontram ativas no processo de se reinventarem, resistindo às práticas de exclusão e as dificuldades cotidianas. O processo de saída das ruas, por sua vez, foi compreendido pelas pesquisas como possibilidade e não como obrigatoriedade, apesar de algumas investigações destacarem a falta de planejamento urbanístico das cidades para acolher essas pessoas.

As pesquisas apontaram preocupação com o acesso das pessoas em situação de rua ao SUS e ao SUAS, evidenciando a necessidade de construção de uma rede intersetorial direcionada a essa população. Destacaram a importância de pensar a intersetorialidade de maneira ampliada, considerando habitação, educação e trabalho, além de ações que esclareçam seus direitos sociais. Evidenciaram assim a necessidade

de políticas públicas direcionadas a essa população que considerem as especificidades seus diversos subgrupos.

Verificamos que o interesse em investigar o fenômeno de pessoas em situação de rua tem sido crescente no Brasil. As pesquisas, de modo geral, apresentam-se preocupadas em construir informações e contribuir para a produção de ações a elas direcionadas. Mas apesar disso, evidenciamos que se faz necessário o investimento em mais investigações que produzam conhecimentos e informações contextualizadas, coerentes e humanizadas, bem como indicadores para construção de uma política de direitos a essa população.

Referências

Abib, L. T. (2014). *Crônicas urbanas: consultório na rua, população em situação de rua, clínica menor e outras histórias*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande. Recuperado de <http://repositorio.furg.br/handle/1/4877>

Abreu, D. (2013). *Pessoas em situação de rua, uso de drogas e o consultório de rua*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106896>

Aguiar, M. J. G. (2014). *Moradores de rua na cidade do Guarujá/SP: condições de vida, saúde, emoções e riscos*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica de Santos. Recuperado de http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SANT_3e6f789a2de9bdcedf6937fba30e3fd8

Al Alam, M. C. L. (2014). *População em situação de rua: território como lugar de trabalho em saúde*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pelotas. Recuperado de http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UPEL_9c4cdbfa0067b9e78410f5ebb9a414bf

Albuquerque, S. C. (2014). *Cuidado em saúde frente às vulnerabilidades: práticas do consultório na rua*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Recuperado de <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/17068>

Alcantara, S. C.; Abreu, D. P. & Farias, A. A. (2015). Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. *Revista Colombiana de Psicologia*. 24(1), 129-143. Recuperado de www.scielo.org.co/pdf/rcps/v24n1/v24n1a09.pdf

Alles, N. L. (2010). *Boca de rua: representações sociais sobre população de rua em um jornal comunitário*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Recuperado de http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/23018?locale=pt_BR

Almeida Junior, G. P. (2014). *Pelas ruas e nas páginas das revistas: estratégias de construção da representação do morador de rua no discurso jornalístico de Ocas” e VEJA São Paulo*. (Dissertação de Mestrado). Escola Superior de Propaganda e Marketing. Recuperado de <http://tede2.espm.br/handle/tede/141>

Alves, M. E. R. (2013). *Vidas privadas em espaços públicos: uma análise da violência contra a mulher moradora de rua em Fortaleza*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Ceará. Recuperado de <http://seer.uece.br/?journal=politicaspUBLICASemdebate&page=article&op=view&path%5B%5D=1010>

Argiles, M. S. (2012). *População adulta em situação de rua: da invisibilidade social ao direito a ter direitos*. (Dissertação Mestrado). Universidade Católica de Pelotas. Recuperado de http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCPe_12155088311d43f76ca4d3ade18017b9

Bem dos Santos, V. (2014). *Mulheres em vivência de rua e a integralidade no cuidado em saúde*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria. Recuperado de http://cascavel.ufsm.br/tede//tde_arquivos/41/TDE-2016-10-18T104659Z-7949/Publico/SANTOS,%20VERONICA%20BEM%20DOS.pdf

Borysow, I. C., & Furtado, J. P. (2013). Acesso e intersectorialidade: o Acompanhamento de Pessoas em Situação de rua com transtorno mental. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 23(1), 33-50. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312013000100003

Brêtas, A. C. P.; Marcolan, J. F.; Rosa, A. S.; Fernandes, F. S. L. F & Raizer, M. V. (2010). Quem mandou ficar velho e morar na rua?. *Rev Esc Enferm USP*. 44(2), 476-481. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v44n2/33.pdf>

Brasil. (2009). *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília.

Bueno, E. M. (2013). *Os desafios de envelhecer na rua*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Recuperado de <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/12436>

Büll, S. (2010). *Histórias de trabalho e outras histórias no trecho*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Recuperado de <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/267>

Campos, M. A. R. (2012). *Sob o céu da cidade: representações sociais da população em situação de rua no município de Araguari*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia. Recuperado de <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16437>

Candido, N. A. (2006). *Ação da pastoral da Igreja Católica Apostólica Romana face ao direito à inserção social de pessoas em situação de rua*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Metodista de São Paulo. Recuperado de http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/METO_d427c6614792d59decd71144bfaac641

Carvalho, G. M. (2015). *Análise psicodinâmica do trabalho da população de rua de Manaus*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Amazonas. Recuperado de <http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4637>

Carvalho, S. M. C. (2014). *“Os ditos sem” acesso à saúde da população em situação de rua*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica de Salvador. Recuperado de http://tede.ucsal.br/tde_arquivos/4/TDE-2015-05-26T093256Z-341/Publico/SANDRA%20MOREIRA%20COSTA%20DE%20CARVALHO.pdf

Castiglioni, M. C. (2012). Poesia concreta em prosa no asfalto: limites da deficiência no espaço urbano. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*. 16(43). 1087-1093. Recuperado de <http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/39751/S1414-32832012000400017.pdf?sequence=1>

Cofani, A. (2012). *Juventude e consumo de álcool entre jovens de distintos grupos sociais*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7141/tde-11062012-153606/pt-br.php>

Conselho Federal de Psicologia [CRP]. (2015). *A Psicologia e a população em situação de rua: novas propostas, velhos desafios*. Belo Horizonte: CRP 04.

Costa, A. L. P. (2013). *Política Municipal de Atendimento à População em Situação de Rua de Fortaleza: desafios para uma proposta de inclusão*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Ceará. Recuperado de http://uece.br/politicasuece/dmdocuments/Ana_L%C3%BAcia_Peixeoto_Costa.pdf

Costa, D. B. (2009). *Cidadãos e cidadãs em situação de rua: uma análise de discurso crítica da questão social*. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília. Recuperado de <http://repositorio.unb.br/handle/10482/4308>

Costa, D. L. R. (2007). *A rua em movimento: experiência urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo. Recuperado de www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-20122007-140625/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br

Costa, L. D. G. (2010). *Responsabilidade e desumanização: representações sociais sobre população de rua no Rio de Janeiro*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Recuperado de https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=16772@1

Costa, J. M. & Richetti, P. (2011). Reflexões sobre exclusão em tempos de globalização: notas sobre viver nas ruas. *Hologramatica*. 14(3), 3-15. Recuperado de http://www.cienciared.com.ar/ra/usr/3/468/hologramatica_n14_v3pp3_15.pdf

Costa, L. E.; Mesquita, V. M. & Campos, A. P. (2015). Moradores de rua, quem são eles? Um Estudo Sobre a População de Rua Atendida pela Casa da Sopa “Capitão Vendramini” de Três Corações. *Rev. Univer. Vale do Rio Verde*. 13(2), 285-297. Recuperado de <http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/2281>

Cunha, J. G. (2015). *Pessoas em situação de rua e seus cães: fragmentos de união em histórias de fragmentação*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo. Recuperado de <http://repositorio.ufes.br/handle/10/1526>

Esmeraldo Filho, C. E. (2010). *Necessidades de saúde dos moradores de rua: desafios para as políticas sociais do município de Fortaleza-CE*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Ceará. Recuperado de <http://www.livrosgratis.com.br/ler-livro->

[online-127205/necessidades-de-saude-dos-moradores-de-rua--desafios-para-as-politicas-sociais-do-municipio-de-fortaleza-co](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-15012014-141047/pt-br.php)

Esquinca, M. M. M. (2013). *Os deslocamentos territoriais dos adultos moradores de rua nos bairros Sé e República*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-15012014-141047/pt-br.php>

Farias, V. C. C. (2007). *Possibilidades de inserção/reinserção produtiva dos moradores de rua do município de Porto Alegre*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Recuperado de <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5193>

Félix-Silva, A. V.; Sales, R. C. M & Soares, G. P. (2016). Modos de viver e fazer arte de pessoas em situação de rua. *Estudos de Psicologia*, 21(1), 46-57. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2016000100046&script=sci_abstract&tlng=pt

Fernandes, C. N. (2013). *Estudo sobre o serviço de acolhimento em república para adultos em situação de rua do município de São Paulo*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do ABC. Recuperado de http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFAB_83c24658032ccc7b112975d2645c2982/Details

Ferreira, A. J. P. (2007). *A comunicação presencial de sem-tetos na cidade de São Paulo: a produção e distribuição da Revista Ocas*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Recuperado de <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/4881>

Ferreira, C. P. S. (2015). *Consultório na Rua em Maceió/AL: o olhar de pessoas em situação de rua*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora. Recuperado de <http://bdtd.fapeal.br/Titulos/1057/consultorio-na-rua-em-maceioal-o-olhar-de-pessoas-em-situacao-de-rua>

Ferreira, N. S. A. (2002). As pesquisas denominadas "estado da arte". *Educação e Sociedade: Revista quadrimestral de Ciência da Educação*, 9(1), 257-272.

Ferreira, C. P. S.; Rozendo, C. A. & Melo, G. B. (2016). Consultório na Rua em uma capital do Nordeste brasileiro: o olhar de pessoas em situação de vulnerabilidade social. *Cad. Saúde Pública*. 32(8), 1-10. Recuperado de

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2016000805003&script=sci_abstract&tlng=pt

Frazão, T. C. J. (2010). *O morador de rua e a invisibilidade do sujeito no discurso jornalístico*. (Tese de Doutorado).

Universidade de Brasília. Recuperado de

<http://repositorio.unb.br/handle/10482/8909?mode=full>

Freitas, C. J. (2014). *“Os indesejáveis”*: agentes públicos e a gestão da mobilidade de trecheiros e pessoas em situação de rua. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista.

Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/123173>

Galvani, D. (2008). *Pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo: itinerários e estratégias na construção de redes sociais e identidades*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo.

Recuperado de www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5163/tde-01062009-110911/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br

Galvani, D. (2015). *Circuitos e práticas religiosas nas trajetórias de vida de adultos em situação de rua na cidade de São Paulo*. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-07072015-100223/en.php>

Garcia, R. C. M. Calderón, N. & Ferreira, F. (2012). Consolidação de diretrizes internacionais de manejo de populações caninas em áreas urbanas e proposta de indicadores para seu gerenciamento. *Re. Panam. Salud Publica*. 32(2). Recuperado de <http://www.scielosp.org/pdf/rpsp/v32n2/v32n2a08.pdf>

Gomes, R. de C. M. (2006). *GENTE – CARACOL: A cidade contemporânea e o habitar as ruas*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Recuperado de <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8342>

Gomes, B. R. & Adorno, R. C. F. (2011). Tornar-se “noia”: trajetória e sofrimento social nos “usos de crack” no centro de São Paulo. *Etnográfica*, 15(3), 569-586. Recuperado de <http://etnografica.revues.org/1076>

Graziolla, R. (2011). *As pessoas em situação de rua em Porto Alegre e seus dramas, tramas e manhas: a cooperação e a solidariedade como forma de humanização*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Recuperado de <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/32141>

Guedes, W. F. (2014). *O centro comunitário São Martinho de Lima: um espaço de vivência para a população em situação de rua em São Paulo*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade

Católica São Paulo. Recuperado de

<https://sapiencia.pucsp.br/handle/handle/17706>

Guimarães, A. G. C. (2010). *A religiosidade de moradores de rua da cidade de Belo Horizonte: uma via de subjetivação*.

(Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Recuperado de

<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp144348.pdf>

Honorato, B. E. F. (2014). *Ordem e subversão nas cidades: um estudo sobre a população em situação de rua de Belo Horizonte*.

(Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Recuperado de

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-9LEQSS>

Justo, M. G. (2008). Vida nas ruas de São Paulo e alternativas possíveis – um enfoque sócio-ambiental. *InterfacEHS*. 3(1).

Recuperado de

<http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/91/116>

Karam, B. J. (2015). *O egresso prisional em situação de rua no Estado de São Paulo*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Recuperado de

<https://sapiencia.pucsp.br/handle/handle/17755>

Lacerda, T. F. (2012). *Bioética e Diversidade: condições de saúde da população adulta em situação de rua no Distrito Federal*.

(Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília. Recuperado de

<http://repositorio.unb.br/handle/10482/10877>

Langa, E. N. B. (2012). *Pessoas que habitam as ruas em Fortaleza nos circuitos da vulnerabilidade e exclusão: identidades em construção nas trajetórias e percursos*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará. Recuperado de

<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/6406>

Lemões, T. (2014). A corporificação do sofrimento e o trânsito entre vítima e algoz: novas reflexões a partir de etnografias com população em situação de rua. *Cadernos Lapaarq*. 11(21), 45-61. Recuperado de

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/3155>

Lima, H. S. (2013). *Consultório na Rua em Goiânia: atenção a pessoas em situação de rua e em uso de substâncias psicoativas*.

(Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília. Recuperado de

<http://repositorio.unb.br/handle/10482/13044>

Lisboa, M. S. (2013). *Os loucos de rua e as redes de saúde mental: os desafios do cuidado no território e a armadilha da institucionalização*. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Recuperado de

<https://www.sapientia.pucsp.br/handle/handle/17023?mode=full>

Londero, M. F. P.; Ceccim, R. B. & Bilibio, L. F. S. (2014). Consultório de/na rua: desafio para um cuidado em verso na saúde. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*. 18(49), 251-260.

Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832014000200251&script=sci_abstract

Macerata, I.; Soares, J. G. N. & Ramos, J. F. C. (2014). Apoio como cuidado de territórios existenciais: Atenção Básica e a rua.

Interface: Comunicação, Saúde, Educação. 18, 919-930. Recuperado de

<http://www.scielo.br/pdf/icse/v18s1/1807-5762-icse-18-1-0919.pdf>

Martins, D. R. (2016). *Receita pra lavar praça suja: políticas públicas de saúde mental para a população em situação no Centro de Referência Especializado da Assistência Social da cidade de Leme/SP*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Recuperado de

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000970740>

Matias, H. J. D. (2013). Sedução e Descaminho – narrativas e identidades de jovens em situação de rua. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(3), 543-551. Recuperado de

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-79722013000300014&lng=pt&nrm=iso&tlng=en

Matraga, M. V. C. & Araújo-Jorge, T. C. & Wimmer, G. (2014). O PalhaSUS e a Saúde em Movimento nas Ruas: relato de um encontro. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*. 18, 1529-1536. Recuperado de

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832014000601529&script=sci_abstract&tlng=pt

Mattos, R. M. (2006). *Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade*. (Dissertação de Mestrado). Universidade São Marcos. Recuperado de

<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp011986.pdf>

Mendes, K. T.; Ronzani, T. M. & Paiva, F. S. (no prelo). População em situação de rua, vulnerabilidades e drogas: uma revisão sistemática. *Psicologia & Sociedade*.

Mendonça, G. C. (2006). *Sentidos subjetivos de moradores de rua frente ao futuro*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia

Universidade Católica de Campinas. Recuperado de

http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/177?locale=pt_BR

Miranda, F. A. (2014). *Direito à saúde da população em situação de rua*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica de Salvador. Recuperado de http://tede.ucesal.br/tde_arquivos/4/TDE-2015-05-29T171518Z-344/Publico/FABIANA%20ALMEIDA%20MIRANDA.pdf

Montiel, J. M.; Bartholomeu, D; Carvalho, L. F & Pessotto, F. (2015). Avaliação de transtornos da personalidade em moradores de rua. *Psicologia, Ciência e Profissão*. 35(2), 488-502. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000200488

Morera, J. A. C. (2013). *Crack: histórias de vida de moradores de rua*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122582>

Moura, Y. G.; Silva, E. A. & Noto, A. R. (2009). Redes sociais no contexto de uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua. *Psicologia em Pesquisa*, 3(1), 31-46. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v3n1/v3n1a04.pdf>

Moura Junior, J. F. (2012). *Reflexões sobre a pobreza a partir da identidade de pessoas em situação de rua de Fortaleza*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará. Recuperado de <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/6840>

Nogueira, F. G. P. (2008). *Hóspedes incômodos: estudo sobre moradores de rua no hospital de emergência*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Recuperado de https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=13094@1

Oliveira, L. M. F. (2012). *Circulação e fixação: o dispositivo de gerenciamento dos moradores de rua em São Carlos e a emergência de uma população*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos. Recuperado de <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6757?show=full>

Oliveira, M. M. (2015). *“Acham que brotamos das fontes dessa cidade?” Uma etnografia sobre o cotidiano de sobrevivência de pessoas em situação de rua em Natal/RN*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20814>

Oliveira, M. R. L. (2011). *A rua como espaço para morar: observações sobre a apropriação dos espaços públicos pelos moradores de rua da cidade de João Pessoa-PB*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba. Recuperado de <http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/7216>

Oliveira, A. A. S.; Trancoso, A. E. R.; Bastos, J. A. & Canuto, L. T. (2015) Metassíntese: apontamentos para sistematização de revisões amplas e crítica interna à produção científica. *Investigação Qualitativa em Saúde*. Recuperado de <http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/viewFile/36/34>

Quintão, P. R. (2012). *Morar na rua: há projeto possível?* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-07082012-122947/pt-br.php>

Reis, D. F. (2013). *A cidade do morador de rua e o morador de rua na cidade: lugar e percepção do ambiente urbano*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense. Recuperado de

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=92396

Reis, M. S. (2014). *Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) de Londrina (PR): uma análise a partir da perspectiva do usuário*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Londrina. Recuperado de <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000190981>

Resende, V. M. (2016). Discursive representation and violation of homeless people's rights: Symbolic violence in Brazilian online journalism. *Discourse & Communication*, 10(6), 596-613. Recuperado de <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1750481316674778>

Rodrigues, I. S. (2015). *A construção social do morador de rua: o controle simbólico da identidade*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora. Recuperado de http://repositorio.ufjf.br:8080/xmlui/handle/ufjf/2199?locale-attribute=pt_BR

Rodrigues, P. G. (2009). *Gênero entre as ruas e a trama institucional: um estudo sobre a vivência de mulheres adolescentes em situação de vulnerabilidade social no centro de São Paulo*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista.

Recuperado de

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=169410

Rosa, A. S. & Brêtas, A. C. P. (2015). A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil.

Interface - Comunicação, Saúde, Educação, 19(53), 275-285.

Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/icse/v19n53/1807-5762-icse-19-53-0275.pdf>

Rosa, A. S.; Secco, M. G. & Brêtas, A. C. P. (2006). O cuidado em situação de rua: revendo o significado do processo saúde-doença. *Revista Brasileira de Enfermagem REBEn*. 59(3), 331-336. Recuperado de

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672006000300015

Saldanha, R. M. B. (2014). *Dormitório urbano: “uma problemática social (in)sustentável”*. (Dissertação de Mestrado).

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Recuperado de

http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=1313004_2014_Indice.html

Sambu, A. (2014). *De volta para a casa: análise de uma política pública voltada à assistência social das pessoas em situação de rua em João Pessoa – Paraíba*. (Dissertação de Mestrado).

Universidade Federal de Campina Grande. Recuperado de

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2456152

Santos, A. A. (2013). *O jornal = boca de rua = espaço de possibilidades para pessoas em situação de rua: uma reflexão discursiva crítica*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília. Recuperado de

<http://repositorio.unb.br/handle/10482/15006>

Serrano, C. E. G. (2013). *Homem de rua, Homem doente. A população de rua nos discursos do acolhimento institucional público*. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo. Recuperado de

http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-21112013-151801/publico/serrano_corrigeida.pdf

Silva, M. L. L. (2006). *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil*

1995-2005. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília. Recuperado de <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1763>

Silva, P. M. F. (2015). *Pessoas em situação de rua em Recife: Cidadania através do trabalho como uma alternativa*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Recuperado de <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17054>

Silva, V. M. S. (2014). *Pés excluídos: o imaginário religioso da população em situação de rua em João Pessoa-PB*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba. Recuperado de <http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/4228?mode=full>

Silva, W. N. & Hüning, S. M. (2015). De morador de rua a criminoso. *Athenea Digital*, 15(2), 141-165. Recuperado de <http://atheneadigital.net/article/view/v15-n2-silva-huning>

Silveira, M. Y. J. (2016). *O cuidado à saúde das pessoas em situação de rua: invisibilidade das ações intersectoriais na cidade de São Carlos – SP*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos. Recuperado de <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7994>

Souza, E. S.; Silva, S. R. V. & Caricari, A. M. (2007). Rede social e promoção de saúde dos “descartáveis urbanos”. *Rev Esc Enferm USP*. 810-814. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v41nspe/v41nspea11.pdf>

Souza, P. & Araújo, M. C. (2007). Projeto Portal da Inclusão: a experiência dos participantes do abrigo municipal em Maringá – Paraná. *Emancipação*, 7(2), 181-207. Recuperado de <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/104>

Souza, W. A. (2015). *A assistência social e o trabalho com as pessoas em situação de rua no CREAS: um campo de intercessão*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista. Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/131844>

Tondin, M. C.; Neta, M. A. P. B.; Passos, L. A. (2013). Consultório de Rua: intervenção ao uso de drogas com pessoas em situação de rua. *R. Educ. Públ.*, 22(49), 485-501. Recuperado de <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/929>

Varanda, W. (2009). *Liminaridade, bebidas alcoólicas e outras drogas: funções e significados entre moradores de rua*. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo. Recuperado de

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-18032011-164414/pt-br.php>

Zoltowski, A. P. C; Costa, A. B.; Teixeira, M. A. P. & Koller, S. H. (2014) Qualidade Metodológica das Revisões Sistemáticas em Periódicos de Psicologia Brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 30(1), 97-104. Recuperado de

<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v30n1/12.pdf>

Zwetsch, B. E. (2012). *Limiares urbanos: a necessária precariedade à existência*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Recuperado de

<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/62103>

APÊNDICE B

Tabela 1. Artigos científicos analisados que foram encontrados no Portal Capes

Autores	Título	Ano	Revista
1. Alcantara, Abreu & Farias	Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença	2015	Revista Colombiana De Psicología ⁸⁷
2. Alvarez, Alvarenga, Sommerman & Della Rina	Pesquisa-ação-formação inter e transdisciplinar com pessoas envolvidas com a questão do morador de rua	2011	Saúde e Sociedade
3. Borysow & Furtado	Acesso e Intersetorialidade: o acompanhamento de pessoas em situação de rua com transtorno mental grave	2013	Physis: Revista De Saúde Coletiva
4. Brêtas, Marcolan, Rosa, Fernandes & Raizer	Quem mandou ficar velho e morar na rua?	2009	Revista Escola Enfermagem USP
5. Castiglioni	Poesia concreta em prosa no asfalto: limites da deficiência no espaço urbano	2012	Interface: Comunicação Saúde Educação

⁸⁷ Estudos desenvolvidos no Brasil e publicados em periódicos internacionais compõe a amostra.

6. Costa & Richetti	Reflexões sobre exclusão em tempos de globalização - nota sobre viver nas ruas	2011	Hologramatica
7. Costa, Mesquita & Campos	Moradores de rua, quem são eles? Um estudo sobre a população de rua atendida pela casa da sopa “Capitão Vendramini” de Três Corações	2015	Revista da Universidade Vale do Rio Verde
8. Félix-Silva, Sales & Soares.	Modos de viver e fazer arte de pessoas em situação de rua	2016	Estudos De Psicologia
9. Ferreira, Rozendo & Melo	Consultório na rua em uma capital do nordeste brasileiro: o olhar de pessoas em situação de vulnerabilidade social	2016	Cadernos de Saúde Pública
10. Gomes & Adorno	Tornar-se “noia”: trajetória e sofrimento social nos “usos de crack” no centro de SP	2011	Etnográfica
11. Justo	Vida nas ruas de São Paulo e alternativas possíveis - um enfoque sócio-ambiental	2008	Interfacehs
12. Lemões	A corporificação do sofrimento e o trânsito entre vítima e algoz: novas reflexões a partir de etnografias com população em situação de rua	2014	Cadernos do LEPAARQ
13. Londero, Ceccim & Bilibio	Consultório de/na rua: desafio para um	2014	Interface: Comunicação

	cuidado em verso na saúde		Saúde Educação
14. Macerata, Soares & Ramos	Apoio como cuidado de territórios existenciais: atenção básica e a rua	2014	Interface: Comunicação Saúde Educação
15. Matias	Jovens em situação de rua: espaço, tempo, negociações de sentido	2011	Psicologia & Sociedade
16. Matias	Sedução e descaminho – narrativas e identidades de jovens em situação de rua	2013	Psicologia: Reflexão E Crítica
17. Matias & Francischini	Desafios da etnografia com jovens em situação de rua: a entrada em campo	2010	Psicologia: Reflexão E Crítica
18. Matraca, Araújo-Jorge & Wimmer	O PalhaSUS e a saúde em movimento nas ruas: relato de um encontro	2014	Interface: Comunicação Saúde Educação
19. Montiel, Bartholomeu, Carvalho & Pessotto	Avaliação de transtornos da personalidade em moradores de rua	2015	Psicologia: Ciência e Profissão
20. Moura, Silva & Noto	Redes sociais no contexto de uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua	2009	Psicologia em Pesquisa
21. Resende	Discursive representation and violation of homeless people's rights: symbolic violence in brazilian online journalism	2016	Discourse & Communication
22. Rosa & Brêtas	A violência na vida de mulheres em situação	2015	Interface: Comunicação

	de rua na cidade de São Paulo, Brasil		Saúde Educação
23. Rosa, Secco & Brêtas	O cuidado em situação de rua: revendo o significado do processo saúde-doença	2006	REBEn: Revista Brasileira de Enfermagem
24. Silva & Hüning	De morador de rua a criminoso	2015	Athenea Digital
25. Souza & Araújo	Projeto portal da inclusão: a experiência dos participantes do abrigo municipal em Maringá – Paraná	2007	Emancipação
26. Souza, Silva & Caricari	Rede social e promoção da saúde dos “descartáveis urbanos”	2007	Revista Escola Enfermagem USP
27. Tondin, Neta & Passos	Consultório de Rua: intervenção ao uso de drogas com pessoas em situação de rua	2013	Revista de Educação Pública

Tabela 2. Dissertações analisadas que foram encontradas no Portal Capes e no Banco de Teses e Dissertações

Autor/Autora	Título	Ano	PPG/Instituição
1. Alessandra Cofani	Juventude e consumo de álcool entre jovens de distintos grupos sociais	2012	Enfermagem USP
2. Alessandro José Padin Ferreira	A comunicação presencial de Sem-tetos na cidade de São Paulo: a produção	2007	Comunicação e Semiótica PUC SP

	e distribuição da revista ocas		
3. Aluizio Geraldo de Carvalho Guimarães	A religiosidade de moradores de rua da cidade de Belo Horizonte: uma via de subjetivação	2010	Psicologia PUC MG
4. Ana Cristina Gomes Bueno	O fio que fia confiança. A constituição negada e a ruptura do sagrado: uma análise da narrativa de moradores de rua e pessoas semi-abrigadas na Baixada do Glicério	2008	Ciências da Religião PUC SP
5. Ana Lucia Peixoto Costa	Política municipal de atendimento à população em situação de rua de Fortaleza: desafios para uma proposta de inclusão	2013	Políticas Públicas e Sociedade UECE
6. Andreia Alves Dos Santos	O jornal = boca de rua = espaço de possibilidades para pessoas em situação de rua: uma reflexão discursiva crítica	2013	Linguística UnB
7. Ansuman e Sambu	De volta para a casa: Análise de uma política pública voltada à	2014	Ciências Sociais UFCG

	assistência social das pessoas em situação de rua em João Pessoa, Paraíba		
8. Antonio Reguete Monteiro De Souza	Da desumanização e da norma: A construção social das noções de vadio e vagabundo em meio as atribuições da fabricação do estado-nação no Brasil (1870-1900)	2010	Serviço Social PUC RIO
9. Augusta Thereza De Alvarenga	Olhares entrecruzados: mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo	2009	Saúde Pública USP
10. Bárbara Elisa Zwetsch	Limiars urbanos: a necessária precariedade à existência	2012	Psicologia Social UFRGS
11. Bruno Eduardo Freitas Honorato	Ordem e subversão nas cidades um estudo sobre a população em situação de rua de Belo Horizonte	2014	Administração UFMG
12. Bruno Jaar Karam	O egresso prisional em situação de rua no estado de São Paulo	2015	Serviço Social PUC SP

13. Bruno Ramos Gomes	O sentido do uso ritual da ayahuasca em trabalho voltado ao tratamento e recuperação da população em situação de rua em São Paulo	2011	Saúde Pública USP
14. Camila Nastari Fernandes	Estudo sobre o serviço de acolhimento em república para adultos em situação de rua do município de São Paulo	2013	Planejamento e Gestão do Território UFABC
15. Carlos Eduardo Esmeraldo Filho	Necessidades de saúde dos moradores de rua: desafios para as políticas sociais do município de Fortaleza-CE	2010	Saúde Pública UECE
16. Cíntia Priscila Da Silva Ferreira	Consultório na rua em Maceió/AL: o olhar de pessoas em situação de rua	2015	Enfermagem UFAL
17. Cledione Jacinto de Freitas	“Os indesejáveis”: agentes públicos e a gestão da mobilidade de trecheiros e pessoas em situação de rua.	2014	Psicologia UNESP

18. Cloves Reis Da Costa	Jornal o trecheiro: uma comunicação alternativa para e sobre a população em situação de rua	2010	Comunicação Social, UMESP
19. Daiane Gasparetto Da Silva	Corpos em situação de rua em Belém do Pará: os testemunhos da desfiliação social	2014	Psicologia UFPA
20. Daniel De Lucca Reis Costa	A rua em movimento experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua	2007	Antropologia Social USP
21. Debora Galvani	Pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo: itinerários e estratégias na construção de redes sociais e identidades	2008	Medicina USP
22. Deidvid De Abreu	Pessoas em situação de rua, uso de drogas e o Consultório de Rua	2013	Saúde Mental e Atenção Psicossocial UFSC
23. Deyvid Fernando Dos Reis	A cidade do morador de rua e o morador de rua na cidade: lugar e percepção do ambiente urbano	2013	Arquitetura e Urbanismo UFF

24. Digiane Raphaela Martins	Receita pra lavar praça suja: políticas públicas de saúde mental para a população em situação de rua no Centro de Referência Especializado da Assistência Social da cidade de Leme/SP	2016	Saúde Coletiva: Políticas e Gestão em Saúde Unicamp
25. Eler Sandra De Oliveira	“Sem uma casa sou um indigente”: uma etnografia das formas de trocas sociais vividas por pessoas em situação de rua em Caxias do Sul/RS	2016	Diversidade Cultural e Inclusão Social Universidade Feevale
26. Ercílio Neves Brandão Langa	Pessoas que habitam as ruas em Fortaleza nos circuitos da vulnerabilidade e exclusão: identidades em construção nas trajetórias e percursos	2012	Sociologia UFC
27. Ermelinda Maria Bueno	Os desafios de envelhecer na rua	2013	Gerontologia PUC SP
28. Fabiana Almeida Miranda	Direito à saúde da população em situação de rua	2014	Políticas Sociais e Cidadania UCSAL
29. Fabiana Da Glória	Hóspedes incômodos:	2008	Serviço Social PUC-RIO

Pinheiro Nogueira	estudo sobre moradores de rua no hospital de emergência		
30. Gabriel Coelho Mendonça	Sentidos subjetivos de moradores de rua frente ao futuro	2006	Psicologia PUC Campinas
31. Gabriela Correia Lubambo Ferreira	Estigma internalizado e suporte social entre dependentes de crack em situação de vulnerabilidade social	2013	Psicologia UFJF
32. Gerusa Menezes De Carvalho	Análise psicodinâmica do trabalho da população de rua de Manaus	2015	Psicologia UFAM
33. Guy Pinto De Almeida Jr.	Pelas ruas e nas páginas das revistas: estratégias de construção da representação do morador de rua no discurso jornalístico de Ocas e Veja São Paulo	2014	Comunicação e Práticas De Consumo ESPM
34. Helizett Santos De Lima	Consultório na Rua em Goiânia: atenção a pessoas em situação de rua e em uso de substâncias psicoativas	2013	Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde (Psicologia) UnB

35. Hugo Ciavatta	Passagens pelas ruas de São Paulo em narrativas (auto)biográficas	2013	Antropologia Social Unicamp
36. Hugo Juliano Duarte Matias	Identidade, espaço e tempo: negociações de sentido sobre a “gente de rua”	2008	Psicologia UFRN
37. Igor De Souza Rodrigues	A construção social do morador de rua: o controle simbólico da identidade	2015	Ciências Sociais UFJF
38. Jaime Alonso Caravaca Morera	Crack: histórias de vida de moradores de rua	2013	Enfermagem UFSC
39. James Ferreira Moura Junior	Reflexões sobre a pobreza a partir da identidade de pessoas em situação de rua de Fortaleza	2012	Psicologia UFC
40. Jéssica Kobayashi Corrêa	O psicólogo de instituição socioeducativa para pessoas em situação de rua: um estudo sobre sua identidade	2009	Psicologia da Educação PUC SP
41. Juliana Gomes da Cunha	Pessoas em situação de rua e seus cães: fragmentos de união em histórias de fragmentação	2015	Psicologia UFES
42. Julio Caetano Costa	Cinema e morador de rua: buscando	2006	Psicologia Social e Institucional UFRGS

	estratégias de resistência		
43. Karina Granado	Pessoas em situação de rua e os conflitos socioambientais no município de São Carlos: a água nas interações do cotidiano	2010	Ciências da Engenharia Ambiental USP
44. Karoline Strapasson	Controle social da unidade de atendimento para pessoas em situação de rua de Curitiba: Centro Pop de Resgate Social	2015	Direito PUC Paraná
45. Lara Denise Góes da Costa	Responsabilidade e desumanização: representações sociais sobre população de rua no Rio de Janeiro	2010	Ciências Sociais PUC RIO
46. Leonardo Trápaga Abib Crônicas	Crônicas urbanas: consultório na rua, população em situação de rua, clínica menor e outras histórias	2014	Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde FURG/UFRGS/UFSM
47. Luciano Márcio Freitas De Oliveira	Circulação e fixação: o dispositivo de gerenciamento dos moradores de rua em São Carlos e a emergência de uma população	2012	Sociologia UFSCAR

48. Marco Aurélio Barberato Genghini	Políticas públicas destinadas à recuperação de pessoas em situação de rua, dependentes de crack no município de São Paulo: uma análise comparativa entre A Operação Centro Legal, Projeto Nova Luz, Programa De Braços Abertos e Programa Recomeço	201 4	Direito Universidade Presbiteriana Mackenzie
49. Marcos Olegário Pessoa Gondim De Matos	Arquitetura invisível: A “casificação” do espaço público pelo morador de rua	200 6	Artes Visuais UFBA
50. Maria Antônia Rodrigues Campos	Sob o céu da cidade: Representações sociais da população em situação de rua no município de Araguari.	201 2	História Social UFU
51. Maria do Carmo Ledesma Al Alam	População em situação de rua: território como lugar de trabalho em saúde	201 4	Enfermagem UFPel
52. Maria Do Rosário	A rua como espaço para morar:	201 1	Serviço Social UFPB

De Lima Oliveira	observações sobre a apropriação dos espaços públicos pelos moradores de rua da cidade de João Pessoa-PB		
53. Maria Elaene Rodrigues Alves	Vidas privadas em espaços públicos: uma análise da violência contra a mulher moradora de rua em fortaleza	2013	Políticas Públicas UECE
54. Maria José Gomes De Aguiar	Moradores de rua na cidade do Guarujá/SP: condições de vida, saúde, emoções e riscos	2014	Saúde Coletiva Unisantos
55. Maria Lucia Lopes Da Silva	Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005	2006	Política Social UnB
56. Mariana Sato Dos Reis	Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop) de Londrina (PR): uma análise a partir da perspectiva do usuário	2014	Serviço Social e Política Social UEL

57. Mariglei dos Santos Argiles	População adulta em situação de rua: da invisibilidade social ao direito a ter direitos	201 2	Política Social UCPel
58. Marília Melo De Oliveira	“Acham que brotamos das fontes dessa cidade?” Uma etnografia sobre o cotidiano de sobrevivência de pessoas em situação de rua em Natal/RN	201 5	Antropologia Social UFRN
59. Michelle Marie Méndez Esquinca	Os deslocamentos territoriais dos adultos moradores de rua nos bairros sé e república	201 3	Arquitetura e Urbanismo USP
60. Mônica Yumi Jardim Da Silveira	O cuidado a saúde das pessoas em situação de rua: invisibilidade das ações intersetoriais na cidade de São Carlos.	201 6	Gestão da Clínica UFSCAR
61. Nadja Conceição De Jesus Miranda	Espaços públicos de Salvador: uso e apropriação pelos moradores de rua – uma análise do espaço concebido, vivido e percebido	200 6	Geografia UFBA
62. Natália Ledur Alles	Boca de Rua: representações	201 0	Comunicação e Informação

	sociais sobre população de rua em um jornal comunitário		UFRGS
63. Nilda De Assis Candido	Ação pastoral da igreja católica apostólica romana face ao direito à inserção social de pessoas em situação de rua	2006	Ciências da Religião UMESP
64. Patrícia Marília Félix Da Silva	Pessoas em situação de rua em Recife: cidadania através do trabalho como uma alternativa	2015	Sociologia UFPE
65. Paula Graciele Rodrigues	Gênero entre as ruas e a trama institucional: um estudo sobre a vivência de mulheres adolescentes em situação de vulnerabilidade social no centro de São Paulo	2009	Ciências Sociais UNESP
66. Paula Rochlitz Quintão	Morar na rua: há projeto possível?	2012	Arquitetura e Urbanismo USP
67. Paulo Rodrigo Unzer Falcade	Psicologia, modernidade e modos de subjetivação: a questão do morador de rua	2014	Psicologia USP
68. Ricardo Manuel Berto Saldanha	Dormitório urbano “uma problemática	2014	Engenharia Urbana e Ambiental PUC RIO

	social (in)sustentável” a rua como espaço de morar na metrópole do Rio de Janeiro.		
69. Ricardo Mendes Mattos	Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade	2006	Psicologia Universidade São Marcos
70. Rita De Cássia Maciazeki Gomes	Gente – caracol a cidade contemporânea e o habitar as ruas	2006	Psicologia Social UFRGS
71. Roque Grazziola	As pessoas em situação de rua em Porto Alegre e seus dramas, tramas e manhas: a cooperação e a solidariedade como forma de humanização	2011	Educação UFRGS
72. Sander Cavalcante De Albuquerque	Cuidado em saúde frente às vulnerabilidades: práticas do Consultório na Rua	2014	Psicologia Social PUC SP
73. Sandra Büll	Histórias de trabalho e outras histórias no trecho	2010	Psicologia PUC CAMPINAS
74. Sandra Moreira Costa De Carvalho	“Os ditos sem” acesso à saúde da população em situação de rua	2014	Políticas Sociais e Cidadania UCSAL

75. Silvana Garcia De Andrade Lima	Vidas do meio fio: os moradores de rua de Fortaleza no contexto da formulação de uma política pública	2008	Avaliação De Políticas Públicas UFC
76. Tammy Ferreira De Lacerda	Bioética e diversidade - condições de saúde da população adulta em situação de rua do Distrito Federal	2012	Bioética UnB
77. Vera Celina Candido de Farias	Possibilidades de inserção/reinserção produtiva dos moradores de rua do município de Porto Alegre	2007	Assistência Social PUC RS
78. Verônica Bem Dos Santos	Mulheres em vivência de rua e a integralidade no cuidado em saúde	2014	Psicologia UFSM
79. Virgínia Macêdo De Souza Silva	Pés excluídos: o imaginário religioso da população em situação de rua em João Pessoa-PB	2014	Ciências das Religiões UFPB
80. Walkíria Ferreira Guedes	O centro comunitário São Martinho de Lima: um espaço de vivência para a população em	2014	Serviço Social PUC-SP

	situação de rua em São Paulo		
81. William Azevedo De Souza	A assistência social e o trabalho com as pessoas em situação de rua no CREAS: um campo de intercessão	2015	Psicologia UNESP

Tabela 3. Teses analisadas que foram encontradas no Portal Capes e no Banco de Teses e Dissertações

Autor/Autora	Título	Ano	PPG/Instituição
1. Cesar Eduardo Gamboa Serrano	Homem de rua, homem doente A população de rua nos discursos do acolhimento institucional público	2013	Psicologia USP
2. Debora Galvani	Circuitos e práticas religiosas nas trajetórias de vida de adultos em situação de rua na cidade de São Paulo	2015	Psicologia USP
3. Décio Bessa Da Costa	Cidadãos e cidadãs em situação de rua: uma análise de discurso crítica da questão social	2009	Linguística UnB
4. Luciane Marques Raupp	Circuitos de uso de crack nas cidades de São Paulo e Porto Alegre: cotidiano, práticas e cuidado	2011	Saúde Pública USP

5. Milena Silva Lisboa	Os loucos de rua e as redes de saúde mental: os desafios do cuidado no território e a armadilha da institucionalização	2013	Psicologia Social PUC SP
6. Theresa Christina Jardim Frazão	O morador de rua e a invisibilidade do sujeito no discurso jornalístico	2010	Linguística UnB
7. Walter Varanda	Liminaridade, bebidas alcoólicas e outras drogas: funções e significados entre moradores de rua	2009	Saúde Pública USP

APÊNDICE C



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO (TCLE)**

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: **Pessoas em situação de rua e suas relações com a cidade: processos de (in)visibilidade**. Esta pesquisa está associada ao projeto de Mestrado de **Aline Amaral Sicari**, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob orientação da Prof.^a **Dr.^a Andréa Vieira Zanella**.

Esta pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH). O CEPSH é um órgão interdisciplinar, deliberativo e educativo, vinculado a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, a fim de contribuir no desenvolvimento da pesquisa normatizada pelos padrões éticos. Ao final deste documento você encontrará o endereço, e-mail e telefone do CEPSH.

O objetivo geral desta pesquisa é conhecer os sentidos produzidos por pessoas em situação de rua em relação a processos de visibilidade e invisibilidade que a acometem na cidade. Pretendemos, com este trabalho, contribuir para a construção de conhecimentos científicos nas áreas da Psicologia Social, com foco nas pessoas em situação de rua e a cidade.

Durante a pesquisa você será entrevistado(a), respondendo perguntas sobre como é viver em situação de rua, o que você pensa sobre os processos de visibilidade e invisibilidade na rua, qual sua relação com a cidade e outras que estejam relacionadas a esta temática.

Esta pesquisa não pretende gerar nenhum tipo de risco, porém pode ser que aconteça algum tipo de desconforto, constrangimento ou aborrecimento aos participantes decorrentes de emoções e memórias de eventos traumáticos pregressos suscitadas, pois iremos realizar perguntas relacionadas à situação de rua. Caso isso venha acontecer, será feita algum tipo de intervenção in loco, devido a pesquisadora ser psicóloga e se caso for necessário, será realizado encaminhamento ao Serviço de Atenção Psicologia da UFSC (SAPSI). Caso surjam desconforto, sofrimento e dúvidas no decorrer da pesquisa você poderá entrar em contato com as pesquisadoras nos telefones ou e-mails disponibilizados no fim deste documento. Caso a entrevista lhe provoque algum aspecto desagradável, mal-estar ou qualquer outra alteração física e/ou psíquica, você poderá informar a pesquisadora, que irá realizar as orientações e encaminhamentos necessários aos órgãos referentes.

Você pode sentir-se absolutamente à vontade para recusar-se a participar, retirar o seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem ter que apresentar qualquer justificativa. Sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou prejuízo.

Esta pesquisa pretende preservar sua identidade, assegurando o sigilo. As pesquisadoras serão as únicas a ter acesso aos seus dados, e se comprometem em ter os cuidados necessário para a manutenção do sigilo. Eventualmente, há a possibilidade do sigilo ser quebrado de forma involuntária e não intencional, se assim for, as consequências deverão ser tratadas nos termos da lei. Se por ventura isso vier a acontecer, as pesquisadoras empreenderão ações para minimizar quaisquer desconfortos e proceder os encaminhamentos a serviços públicos de acolhimento.

Uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido será arquivada pelas pesquisadoras e outra será fornecida a você, pois contém informações importantes de contatos e de seus direitos ao participar desta pesquisa. Dessa forma, as duas vias devem ser assinadas por você e pelas pesquisadoras.

A sua participação na pesquisa se dará de forma voluntária e não lhe será concedida nenhuma forma de compensação financeira (pagamento ou bens materiais). As entrevistas ocorrerão em espaço da rua, no horário em que você estiver disponível para participar, sem prejuízo a suas atividades cotidianas. Você não terá nenhuma despesa ou

custo ao participar da pesquisa ou do que seja advinda dela e, caso alguma despesa extraordinária associada à pesquisa venha a ocorrer, esta será coberta com recursos das despesas previstas no projeto. No caso de algum eventual dano material ou imaterial decorrente da pesquisa você também poderá solicitar a indenização conforme a legislação vigente.

Os dados produzidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

As pesquisadoras se comprometem em garantir que você tenha acesso aos resultados desta pesquisa. Após a conclusão do estudo, as pesquisadoras irão procura-lo nos lugares da cidade em que a pesquisa foi realizada para conversar sobre os resultados da pesquisa, apresentar o produto final e disponibilizar uma cópia se houver interesse. As pesquisadoras também apresentarão os resultados da pesquisa em uma reunião aberta do Movimento Nacional de População de Rua de Florianópolis, a qual você será convidado, configurando assim, como outro espaço possível para todos os participantes terem acesso aos resultados da pesquisa.

A pesquisadora responsável por esta pesquisa, Prof.^a Dr^a Andréa Vieira Zanella, que também assina este documento, compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução CNS 510/16, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

Eu _____,
RG _____, li este documento (ou tive este documento lido para mim por uma pessoa de confiança) e obtive das pesquisadoras todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido e optar por livre e espontânea vontade participar da pesquisa: Pessoas em situação de rua e suas relações com a cidade: processos de (in)visibilidade. Sei que a qualquer momento poderei solicitar informações ou retirar meu consentimento, se assim o desejar. As pesquisadoras certificaram-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais, e me forneceram uma cópia do termo de consentimento livre e esclarecido, contendo as informações de contatos e de meus direitos ao participar desta pesquisa. Em caso de dúvidas poderei contatar a pesquisadora Aline Amaral Sicari pelo telefone (48) 9160-0204 em horário comercial, com retorno da ligação caso a pesquisadora não possa atender, ou pelo e-mail alinesicari@hotmail.com; contatar a professora orientadora, Andréa Vieira Zanella, no telefone (48) 3331-8566, em

horário comercial; ou o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/UFSC, no telefone (48) 3721-6094.

Impressão dactiloscópica do participante da pesquisa



Ou

Nome Completo Assinatura (participante) Local Data

Nome Completo Assinatura da testemunha (se houver) Local
Data

Nome Completo Assinatura do pesquisador (Aline Amaral
Sicari) Local Data

Nome Completo Assinatura da Pesquisadora Responsável
(Andréa Vieira Zanella) Local Data

Endereço para contato das pesquisadoras: Departamento de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário, Trindade, Florianópolis/SC, CEP:88040-970

E-mail: alinesicari@hotmail.com / Telefone: (48) 9160-0204

E-mail: azanella@cfh.ufsc.br / Telefone: (48) 3331-8566

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/UFSC

Endereço: Prédio Reitoria II, Rua Desembargador Vitor Lima, 222, sala 401, Trindade,

Florianópolis/SC, CEP: 88040-400

E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br / Telefone: (48) 3721-6094